



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



POPULAÇÃO E FAMÍLIA MESTIÇA NAS FREGUESIAS DE ARACATI E RUSSAS-CEARÁ, 1720/1820

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Belo Horizonte, 2016

Elisgardênia de Oliveira Chaves

**POPULAÇÃO E FAMÍLIA MESTIÇA NAS FREGUESIAS
DE ARACATI E RUSSAS-CEARÁ, 1720/1820**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, com área de concentração em História Social da Cultura, sob orientação do Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho.

Belo Horizonte, 2016

981.31 Chaves, Elisgardênia de Oliveira
C512p População e família mestiça nas freguesias de Aracati e
2016 Russas-Ceará, 1720/1820 [manuscrito] / Elisgardênia de
Oliveira Chaves. - 2016.
290 f.
Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho .

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Mestiços – Condições sociais –
Teses 3. Aracati (CE) - História 4.Russas (CE) - História. I.
Botelho , Tarcísio Rodrigues . II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

Catálogo da Fonte: Biblioteca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"POPULAÇÃO E FAMÍLIA MESTIÇA NAS FREGUESIAS DE ARACATI E
RUSSAS - CEARÁ, 1720/1820"**

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Eduardo França Paiva
UFMG

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy
UFMG

Profa. Dra. Ana Sílvia Volpi Scott
UNICAMP

Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior
(por quem assina o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho)
UFPA

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016.

“O documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os puseram no mundo; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los”. (RICOEUR, 2007, p. 179).

*Para Francisca Martins Chaves (in memorian),
Deoclessio Baltazar Costa (in memorian), Maria Martins
Freire (in memorian) e Maria de Fátima de Chaves (in
memorian).*

AGRADECIMENTOS

No decorrer dos últimos quatro anos, através de pesquisas, leituras e escritas, dediquei parte de minha vida à construção deste estudo. Durante esse tempo, muitas foram as colaborações de pessoas e instituições. Listar todos a quem sou grata pelo apoio recebido neste trajeto de pesquisa é uma tarefa difícil; como corro o risco de esquecer alguém que me auxiliou em momentos precisos, desde já gostaria de agradecer a vocês que sabem que tiveram participação nessa caminhada, mesmo que não mencionados aqui nominalmente.

O contato com a documentação do Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte (ADLN), desde a graduação, tem me possibilitado voos que por ora culminam na escrita da tese. Em razão disso, agradecimentos aos funcionários do Arquivo que me permitiram, durante meses a fio, fazer o trabalho de transcrição e de digitalização de milhares de registros paroquiais: ao Bispo Dom José e as secretárias Laudeci, Patrícia e Carla pela disponibilidade sempre que precisei e pelo zelo e carinho com que tratam este Arquivo. Agradeço também a disponibilidade dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) agradeço especialmente aos professores Vanicléia Santos, Douglas Libby, Eliana Dutra, Regina Horta, Betânia Gonçalves, Eduardo Paiva e Tarcísio Botelho que, nas variadas disciplinas, contribuíram com sugestões, críticas e profundas discussões de ordem teórica, metodológica e historiográfica. Nesse sentido, os mesmos agradecimentos se estendem aos professores Clotilde Paiva e Mário Rodarte do curso de Economia dessa instituição.

Aos professores Marcelo Godoy (Departamento de Economia da UFMG) e Eduardo Paiva pelas excelentes contribuições que fizeram a este trabalho, quando da participação na banca de qualificação. Ao meu orientador, Professor Tarcísio Botelho, pela dedicação, leituras, análises, questionamentos, sugestões e orientações que subsidiaram o desenvolvimento da tese.

Meus agradecimentos ao Departamento de História da UFMG se estendem ainda aos Professores e Coordenadores da Pós-Graduação José Newton Coelho Menezes e Luiz Carlos Villalta, bem como a todos os funcionários, especialmente a Edilene e o

Maurício, cujo trabalho de ordem burocrática e administrativa foi de fundamental importância.

Gratidão especial às alunas e às ex-alunas da Graduação e Pós-Graduação em História da UFMG: Geisiane, Natália, Lidiane e Denise pelo excelente trabalho de digitação dos registros paroquiais e formação de bancos de dados, principal arcabouço documental deste trabalho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa durante o doutorado e pelo incentivo financeiro imprescindível destinado a esta pesquisa.

Na vinda e estadia em Belo Horizonte agradeço pela acolhida, disponibilidade e ajuda sempre que precisei aos amigos cearenses do Dinter (Doutorado Interinstitucional entre a UFMG e a UECE): Cleidimar Rodrigues, Welington Soares, Lucide Batisde, Manoel Carlos, Lenúcia Moura e especialmente a Edmilson Maia Júnior, com quem inicialmente tive o prazer de compartilhar a casa e a Ivaneide Ulisses, amiga de longas datas que tem me ajudado a segurar a barra em momentos cruciais.

Meus agradecimentos a outros grandes amigos pela convivência em Belo Horizonte, estreitamento dos laços e apoio: Ghil Brandão, Danilo Patrício, Viviane Lima, Inez Martins, Juliana Simonato e Kellen Silva.

Em Fortaleza, agradecimentos especiais a Leila Velez, Jési Firmino, Lailson Silva, Jaisson Castro, Joelma Tito, Ana Paula Cruz, Silvana Pinho e Glésia Batista. Amigos também de longas datas, pelo apoio, pela torcida, confiança, altos papos e por me emprestarem o ouvido tantas vezes para que eu falasse dos medos, das angústias, alegrias e descobertas na escrita da tese.

A toda minha família e amigos, enfim, minha base, especialmente a minha mãe Raimunda Sousa, pelo amor, por toda ajuda, compreensão e apoio de sempre. Agradecimentos também a Ivo José, pelo companheirismo, força e incentivos incansáveis.

RESUMO

O estudo analisa como pessoas de “qualidades” (brancos, índios, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos) e de condições jurídicas (livre, liberto e escravo) variadas formaram famílias mestiças, legítimas ou consensuais, nas freguesias de Aracati e Russas, no período de 1720 a 1820. Na capitania do Ceará, além de outras sertanejas, a exemplo do Piauí, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o início do processo de colonização se deu a partir do século XVII, haja vista a implementação das fazendas de criar e o desenvolvimento da agricultura. De modo geral, nesses espaços se desenvolveu uma formação social baseada no trabalho livre e escravo. No período de 1720 a 1820, mais precisamente nas freguesias de Aracati e Russas, partes integrantes da ribeira do Jaguaribe no Ceará, o estudo sobre os registros paroquiais possibilitou perceber como essa realidade social foi construída e/ou reconstruída por diferentes agentes que viviam e frequentavam esses espaços sertanejos de fronteiras tênues e que marcavam múltiplas relações e conformações biológicas e culturais. A par das nupcialidades e natalidades entre os elementos sociais de naturalidades, qualidades e condições sociais múltiplas no que diz respeito à formação populacional e familiar, pude compreender que através da mobilidade geográfica, ao emaranhar-se pelos percursos dos rios, as pessoas foram se entrecruzando, se miscigenando biológica e culturalmente, formando proles e redes de sociabilidades expressas nas diferentes formas de constituírem família: legítimas (uniões sacramentadas pelo casamento cristão), endogâmicas (cônjuges escravos, independentemente de pertencerem ao mesmo senhor), exogâmicas (um cônjuge escravo e o outro forro ou livre) e mistas (compostas por casais de qualidades distintas: brancos, negros, mulatos, pardos, etc.). Em razão disso, o estudo pauta-se em dinâmicas de mestiçagens biológicas e culturais envolvendo europeus, africanos, nativos e nascidos na colônia.

Palavras-chave: formação sociofamiliar, dinâmicas de mestiçagens, condição social, freguesias de Aracati e Russas-CE.

ABSTRACT

The study analyzes how people of "qualities" (whites, Indians, blacks, Creoles, mestizos, mulattos, browns, goats and Mamelukes) and varied legal conditions (free and slave) formed mixed race, legitimate or consenting families, in the parishes of Aracati and Russian, from 1720 to 1820. In the captaincy of Ceara, and other hinterlands, such Piauí, Paraíba and Rio Grande do Norte, the beginning of the colonization process was from the seventeenth century, with the implementation of farms to create and the development of agriculture. In general, these spaces developed a social structure based on free and slave labor. In the period 1720-1820, more precisely in the parishes of Aracati and Russian, parts of the riverside Jaguaribe in Ceará, the study about parish registers possible to see how this social reality was built and/or rebuilt by different agents who lived and attended these hinterland spaces with tenuous borders that marked multiple relationships, besides biological and cultural conformations. And aware of nuptialities and natalities between the social elements of naturalities, qualities and multiple social conditions about population and family background, I understood that through geographic mobility, when entangle the paths of rivers, people were crisscrossing and biologically and culturally mixing, forming "proles" and sociability networks expressed in different ways to start a family: legitimate (unions blessed by Christian marriage), inbred (slaves spouses, regardless belong to the same master), outbred (a slave spouse and the other lining or free) and mixed (composed of distinct qualities couples: white, black, mulatto, brown, etc.). As a result, the study is based on biological and cultural miscegenation dynamics involving European, African, and native born in the colony.

Keywords: family member formation, dynamics of miscegenation, social condition, parishes of Aracati and Russian-CE.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Limites atuais da Macrorregião do Jaguaribe, Ceará.....	53
MAPA 2 - Distribuição dos povos indígenas na época do povoamento.....	65
MAPA 3 - Estradas da Capitania do Siará Grande.....	98
MAPA 4 - Ribeiras da Capitania do Siará Grande e seus principais rios.....	100
MAPA 5 - Subdivisão da Ribeira do Jaguaribe.....	101
MAPA 6 - Vilas criadas no Siará Grande, (1700 – 1802).....	107
MAPA 7 - Vilas e povoações da Capitania do Siará.....	110

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - População do Ceará em 1811.....113

Anexo

QUADRO A-1 - Sesmarias e síntese de dados, Ribeira do Jaguaribe, Ceará, 1681-1821.....283

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População indígena nos registros de casamentos e batismos, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820.....	76
TABELA 2 - Números de casamentos e batizados por década, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	114
TABELA 3 - Números de casamentos e batizados por década, freguesia de Russas, 1720-1820.....	115
TABELA 4 - Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	120
TABELA 5 - Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Russas, 1740-1820.....	121
TABELA 6 - Sexo e condição social nos registros de batismos, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	121
TABELA 7 - Sexo e condição social nos registros de batismos, freguesia de Russas, 1720-1820.....	122
TABELA 8 - Naturalidade dos nubentes da Capitania do Siará Grande, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	159
TABELA 9 - Naturalidade dos nubentes da Capitania do Siará Grande, freguesia de Russas, 1740-1820.....	159
TABELA 10 - Naturalidade dos nubentes de outras Capitânicas, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	161
TABELA 11 - Naturalidade dos nubentes de outras capitânicas, freguesia de Russas, 1740-1820.....	162
TABELA 12 - Naturalidade dos nubentes da África, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	166
TABELA 13 - Naturalidade dos nubentes da África, freguesia de Russas, 1740-1820.....	167
TABELA 14 - Naturalidade dos nubentes de Portugal e Ilhas, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	171
TABELA 15 - Naturalidade dos nubentes de Portugal e Ilhas, freguesia de Russas, 1740-1820.....	172

TABELA 16 - População masculina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	179
TABELA 17 - População feminina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	180
TABELA 18 - População masculina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1740-1820.....	180
TABELA 19 - População feminina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1740-1820.....	181
TABELA 20 - População nos registros de batismos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	183
TABELA 21 - População nos registros de batismos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1720-1820.....	183
TABELA 22 - Qualidades e naturalidades segundo os registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	194
TABELA 23 - Qualidades e naturalidades segundo os registros de casamentos, freguesia de Russas, 1740-1820.....	195
TABELA 24 - População nos registros de casamentos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	196
TABELA 25 - População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	196
TABELA 26 - População nos registros de casamentos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Russas, 1720-1820.....	197
TABELA 27 - População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Russas, 1720-1820.....	197
TABELA 28 - População da Capitania do Ceará, 1804.....	206
TABELA 29 - População da capitania do Ceará, 1808.....	208
TABELA 30 - Censo de 1813 da Capitania do Ceará, dados parciais.....	209
TABELA 31 - Condição social e matrimônios endogâmicos e exogâmicos, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820.....	219
TABELA 32 - Casais endogâmicos, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	222
TABELA 33 - Casais exogâmicos, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	224
TABELA 34 - Casais endogâmicos, freguesia de Russas, 1740-1820.....	225

TABELA 35 - Casais exogâmicos, freguesia de Russas, 1740-1820.....	226
TABELA 36 - Legitimidade e sexo dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	239
TABELA 37 - Legitimidade e sexo dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820.....	239
TABELA 38 - Legitimidade e condição social dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	241
TABELA 39 - Legitimidade e condição social dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820.....	241
TABELA 40 - Filhos legítimos e qualidades dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	242
TABELA 41 - Filhos legítimos e qualidades dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820.....	243
TABELA 42 - Filhos naturais e qualidade dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820.....	243
TABELA 43 - Filhos naturais e qualidades dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820.....	244
TABELA 44 - Padrinhos de escravos segundo a condição social, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820.....	251
TABELA 45 - Batizados de africanos, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820.....	256

LISTA DE ABREVIATURAS

ADLN - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará.

BPGMP - Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

IHEC - Instituto Histórico do Estado do Ceará.

IHGAC - Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

RIHC - Revistas do Instituto Histórico do Ceará.

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Situando o objeto: definições, noções e perspectivas.....	19
Médias e nomes: documentação eclesiástica, Demografia Histórica e Micro História, diálogos metodológicos possíveis.....	31
Capítulo I - Sertões em trânsito: conquista de terras e processo de povoamento na Capitania do Siará Grande.....	50
1.1 A entrada da Capitania do Siará Grande no processo de integração social da Colônia.....	52
1.2 Invasores e nativos: conflitos e resistências no processo de povoamento na Capitania de Siará Grande.....	67
1.3 Entre a espada e a cruz: os índios na documentação paroquial de casamentos e batismos de Aracati e Russas, Ceará.....	74
Capítulo II - Caminhos de terras, caminhos das águas, caminhos dos homens: a integração dos sertões cearense entre trânsito, fixações e modos de trabalho.....	86
2.1 Aquisições de terras e estabelecimentos das fazendas de criar e plantar.....	86
2.2 Veredas, caminhos e estradas entrecortando e conectando a capitania do Siará Grande.....	94
2.3 Ribeiras, freguesias e vilas: conformação socioeconômica na Capitania do Siará Grande.....	100
2.4 Condição jurídica nas freguesias de Aracati e Russas segundo os registros de casamentos e batismos.....	119
2.5 Modos de trabalho livre e escravo na produção agropecuária e no comércio nas freguesias de Russas e Aracati, Ceará – 1720/1820.....	127
Capítulo III - A Capitania do Siará Grande nas dinâmicas ultramarinas: conexões internas, atlânticas e intercontinentais.....	137
3.1 Produção e escoamento de mercadorias: conexões internas e atlânticas.....	138
3.1.1 Conexões intercontinentais.....	149
3.2 As conexões internas e intercontinentais na formação populacional na ribeira do Jaguaribe.....	156
Capítulo IV - Gentes, qualidades, condições jurídicas e naturalidades: conformação populacional mestiça nas freguesias de Aracati e de Russas.....	176
4.1 Qualidades nas freguesias de Aracati e de Russas: variações e classificações.....	177
4.2 As qualidades em relação às naturalidades e à condição social.....	193
4.3 Levantamentos populacionais da primeira metade do século XIX no Ceará e nas freguesias de Aracati e Russas.....	205

Capítulo V - Famílias mestiças e as nuances de organização familiar: condição social, naturalidade, legitimidade e compadrio nas freguesias de Aracati e de Russas - 1720/1820.....	213
5.1 O sacramento do matrimônio na formação de famílias mestiças, livres, libertas e escravas nas freguesias de Aracati e de Russas.....	214
5.1.1 Quem casa com quem? Matrimônios entre “iguais”, mistos e famílias miscigenadas.....	218
5.2 Mães “solteiras” e filhos “naturais” na formação familiar mestiça nas freguesias de Aracati e de Russas.....	236
5.3 Família mestiça, condição social e qualidades nos laços de compadrio nas freguesias Aracati e de Russas.....	247
Considerações finais.....	263
Fontes.....	266
Bibliografia.....	270
Anexo.....	283

Introdução

O objetivo deste estudo consiste em mostrar e analisar a formação populacional e familiar mestiça em terras da ribeira do Jaguaribe, Ceará, especificamente nas antigas freguesias de Aracati e Russas, no período colonial. A proposta é demonstrar como a família mestiça nessas freguesias foi uma forma de organização social que se configurou a partir de um mundo intensamente miscigenado da Capitania Ceará e do Brasil. Parto do pressuposto de que no interior das vilas, povoados e fazendas que compunham esses espaços, sobretudo a partir do século XVIII e início do XIX, viviam e frequentavam homens e mulheres de “origens” – europeus, africanos e indígenas -, de “qualidades” - brancos, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras, mamelucos, caribocas, dentre outros - e de condições sociais - livre, liberto e escravo – que marcavam múltiplas conformações biológicas e culturais. Nascidos na Colônia ou vindos de diferentes lugares e culturas, no bojo dos trânsitos planetários, intercontinentais e locais, essa formação social, familiar e cultural se relaciona com as interfaces entre mobilidade geográfica, miscigenação e legitimidade.

Situando o objeto: definições, noções e perspectivas

O termo “mestiçagem” provém de um adjetivo latino, *mixticius*, que designa aquele que nasceu da mistura entre diferentes.¹ Em *O pensamento mestiço*, Serge Gruzinski emprega essa categoria para designar “as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes, América, Europa, África e Ásia”. Para as misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico utiliza-se o termo “hibridação”.² As mestiçagens foram marcas indeléveis na conformação das sociedades americanas, constituídas de trânsito e misturas entre povos e culturas que aqui já habitavam e dos que para cá vieram.

A noção de trânsito, para o mundo ibero-afro-americano, se forja a partir dos muitos mediadores culturais, econômicos, políticos, científicos, religiosos ou tecnológicos que em mobilidade pelas quatro partes do mundo, à medida que a

¹ BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 10.

² GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 62.

interligaram, as tornaram extremamente complexas e plurais. A ideia de pluralidade acrescenta às noções de mestiçagem e de hibridismo o conceito de coexistência, posto que coexistir “não se trata da convivência entre os distintos, mas da existência deles, às vezes ocupando e produzindo o mesmo espaço, sem necessariamente mesclarem-se ou confundirem-se, mesmo que isso possa ocorrer, ainda que parcialmente, ao longo do tempo”.³

Mestiço e distinto, híbrido e impermeável, a miscigenação envolvendo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais inerentes a europeus, africanos e indígenas, ao conviver com universos culturais que não se misturam, criando, portanto, uma pluralidade cultural na sociedade, afasta a ideia de que a miscigenação poderia causar “homogeneização do universo cultural, escondendo e menosprezando diferenças reticentes e ignorando a coexistência de porções daquele mundo colonial que não se misturaram”.⁴

Do contrário, estar-se-ia postulando culturas estáticas temporal e espacialmente, e até mesmo culturas puras. Concepções essas que não se aplicam ao entendimento sobre mestiçagem e hibridação, nem tão pouco sobre a noção de cultura, como aqui entendidos, pois partem de uma perspectiva histórica-antropológica que relativiza as experiências históricas. São essas noções de trânsito, coexistência e pluralidade cultural que forjam o conceito de dinâmicas de mestiçagens.

Segundo Paiva, a mestiçagem é “um conceito a partir do qual se pretende estudar os processos históricos de mesclas biológicas e culturais ibero-americanos, e não apenas o produto final misto”. Esse conceito, ao enaltecer as dinâmicas, visa combater explicações simplistas e reducionistas que sustentaram hierarquizações sociais. São dinâmicas, portanto, constituídas pela diversidade de um conjunto, “e não pela sua unicidade, ainda que formada a partir de vários elementos. Daí ressalta-se as dinâmicas, e não o estático ou o dado e o imóvel”. Por fim, “essas dinâmicas, então, não

³ PAIVA, Eduardo França. “Trânsito e mobilidade entre mundos: escravidão globalizada, comércio e práticas culturais.” In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2005. (Coleção Olhares), p. 482. Além do conceito de coexistência, as definições de trânsitos aqui sugeridas também são encontradas nesse texto.

⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2001, p. 38.

se restringiam ao misto e, para existirem, abarcavam e incorporavam ao seu fazer-se as ‘matrizes’, ainda que representadas e/ou autodeclaradas como ‘puras’ e imutáveis”.⁵

As matrizes europeias, nativas e africanas que forjaram os encontros, as misturas e as coexistências na América Portuguesa, ao invés de culturas puras, se mostravam extremamente plurais nos âmbitos das suas formações já nos primórdios da modernidade. Gilberto Freyre, ao descrever sobre a formação social portuguesa, entre várias fases de conquistas e reconquistas, de fluxo e refluxo, dos muitos contatos entre Portugal e África e outros povos europeus, afirmou ser essa população muito mista.

Portugal é por excelência o país europeu do louro transitório ou do meio-louro. Nas regiões mais penetradas de sangue nórdico, muita criança nasce loura e cor-de-rosa (...) para tornar-se depois, morena e de cabelo escuro. Ou então – o que é mais característico – revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismo, (...) homens de barba loura e cabelo escuro. Homens morenos de cabelo louro. Esse mestiço de duas cores de pelo é que formaram, a nosso ver, a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII; e não nenhuma elite loura ou nórdica branca pura: nem gente toda morena e de cabelo preto. Nem os dólico-louros (...), mas portugueses típicos. Gente mista na sua antropologia e na sua cultura [...].⁶

Na Capitania do Ceará, as principais nações indígenas, como os Tremembé, os Tabajara, os Cariri, os Caratiús e os Tarariús, ocupantes do litoral, das serras, dos sertões e das ribeiras, que por sua vez se dividiam em uma série de outros grupos⁷, dão o tom do hibridismo, das complexidades nessas paragens entre os nativos. Os procedentes do continente africano que, desde o início do século XVIII, passaram a ocupar o Ceará, tinham procedências diversas, abrangendo enormes partes da África: os Guiné, oriundos da África ocidental; os Angola, provenientes da África Central Ocidental; e os Moçambique, originários da África Oriental. São esses agentes históricos: portugueses, nativos e africanos. Embora não possam ser designados de mestiços, pois não eram definidos e nem se definiam assim, não obstante eram constituídos por diversos povos e costumes –, que, juntamente aos nascidos no Brasil, vêm conformar uma formação sociofamiliar no Ceará e nas freguesias de Aracati e de Russas. Os descendentes representam uma sociedade biologicamente e culturalmente miscigenada, denominados de mulatos, caboclos, pardos, mamelucos, cabras, dentre outras designações.

⁵ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belho Horizonte: Autêntica, 2015, p. 42.

⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006, p. 281.

⁷ GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2º Ed. Fortaleza. Programa Editorial Casa José de Alencar, 2000, pp. 23 a 29.

Em razão do exposto, a mestiçagem populacional não constitui um fenômeno biológico apenas, oriundo do cruzamento genético, como também “não se reduz a uma concepção que valorize uma cultura, etnia ou raça superior por meio do processo eugênico, como foi proposto por alguns viajantes e teóricos dos séculos XVIII, XIX e XX”.⁸ A questão da mestiçagem como uma das categorias para analisar a formação de famílias livres, libertas e escravas nas freguesias de Aracati e Russas assenta-se, portanto, em concepções contemporâneas sobre o termo, ou seja, à medida que não se relacionam com as propostas “racialistas” pensadas no século XIX, que associam a mistura biológica entre os seres com a ideologia racial de inferioridade e superioridade.⁹

A realização deste estudo sobre o Ceará, mais precisamente sobre as freguesias de Aracati e Russas, espaços sertanejos pertencentes à ribeira do Jaguaribe, tendo como aporte teórico-metodológico de análise o decorrer dos setecentos e princípio dos oitocentos em perspectivas de trânsito, mestiçagens e pluralidade cultural - se fundamenta na concepção sobre o sertão: sertões de fronteiras tênues.

Sertões são tratados como “regiões territorializadas a partir de componentes geográficos e culturais”, conforme define José Newton Menezes, em que “fronteira é mais linha de contato entre dois territórios que divisa; é fim de um e, ao mesmo tempo, começo de outro e, assim, espaço do mesmo e de alteridade.” Território cultural, ao invés de espaço natural, isto é, espaços históricos dotados de temporalidades.¹⁰

A categoria espaço no jogo de escala concebido por Eduardo Paiva “seria a dimensão mais ampla, a do global, enquanto o território, as terras, seria categoria intermediária, mediando o espaço e o lugar, a dimensão do local, seria um ponto no território e a mais restrita das três”. Enquanto que as espacialidades “são noções produzidas historicamente nos e sobre os espaços, territórios e lugares, referenciadas nessas dimensões, agregando-lhes valores e significados, associando-os”. Por assim dizer, “a práticas e a representações interconectando-os, associando-os a tempos

⁸ CERCEAU NETTO, Rangel. “População e mestiçagem: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).” In: PAIVA, Eduardo de França, IVO, Isnara Pereira, MARTINS, Ilton Cesar, (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010 p. 166. (Coleção Olhares).

⁹ Idem, p. 168.

¹⁰ MENEZES, José Newton Coelho. “Escala espaço-temporal e história cultural. Reflexão de uma História Sobre o Espaço como Categoria de Análise.” In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 64 e 67 (Coleção Olhares).

diversos, a memórias, a acontecidos e a imaginados, no presente e no passado e projetando-os no futuro [...]”.¹¹

Assim, ao delimitar as freguesias da ribeira do Jaguaribe, Aracati e Russas, como espaços de estudo, não me restrinjo a fronteiras locais, regionais ou me enquadrando nas diferenciações sobre a hierarquia dos espaços micros e macros, local, nacional e global para a construção da História. Penso ao contrário em mobilidades, em trânsitos, em intercessões, como também em diferenciações. Desse modo, concordo com Jaques Revel quando afirma que a noção de escala para discutir as hierarquizações feitas em relação aos espaços de análises – “na escala da nação faz-se a história nacional; na escala local, faz-se a história local” – não tem razão de ser, especialmente do ponto de vista da História Social, pois “observada no nível do chão, a história de um conjunto social aparentemente se dispersa numa miríade de acontecimentos minúsculos difíceis de organizar”.¹²

Na realidade, “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global”; não existe, portanto, oposição entre História Local e História Global. Assim, “o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global, pois “o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais”.¹³

Por fim, ainda no jogo das diferenciações, segundo João Fragoso, apesar de muitos pensarem “que micro-história é a história local, devo dizer que isto é uma loucura total”.¹⁴ Na verdade, “a redução da escala é uma divisão artificial”, isto é, “na micro-história, a redução de escala é empregada para entender a história geral. O uso deste procedimento parte do pressuposto de que a redução de grau de escala permite

¹¹ PAIVA, Eduardo França. “Território mestiço e urbe escravista colonial ibero-americana.” In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 14. (Coleção Olhares).

¹² REVEL, Jaques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de escala: a experiências da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 27.

¹³ Idem, p. 28.

¹⁴ FRAGOSO, João. “Alternativas metodológicas para a História Econômica e Social: micro-história italiana, Frederich Barth e a história econômica colonial”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgas.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 29.

observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais”.¹⁵ Serna e Pons, citando Geertz, contribuem para a discussão ao afirmarem:

o lugar de estudo não é o objeto do estudo; os antropólogos não estudam aldeias (tribos, povoados, vizinhanças,...); estudam em aldeias. Podemos estudar diferentes coisas em diferentes lugares, e em localidades confinadas podemos estudar melhor as coisas (...) porém isso não significa que seja o lugar o que estudamos.¹⁶

Diante do exposto, acredito ter deixado claro que as histórias estão ligadas e se comunicam entre si. Ao estudar realidades “a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”.¹⁷ Nesse sentido, é importante destacar que para Gruzinski, “o interesse pela micro-história, ou pela microetno-história, teve o seu impacto sobre o olhar do historiador e que alguns pesquisadores tiveram o hábito de esquecer o contexto geral enquanto focalizavam o particular.” Essas “três abordagens contribuíram para desligar os objetos de estudo dos conjuntos aos quais pertenciam”.¹⁸

Delimitar o campo de observação é importante, “pois fazemos surgir dados não apenas mais numerosos, mais finos, mas que, além disso, se organizam segundo configurações inéditas e fazem aparecer uma cartografia do social”.¹⁹ Por outro lado, seria bom “contar com estas abordagens para empreender o esforço de conectar culturas até então analisadas separadamente”.²⁰ Assim, a delimitação espacial das freguesias de Aracati e Russas, como área de investigação, além de possibilitar um maior nível de conhecimento das singularidades demográficas, tendo como elementos norteadores a mobilidade e a legitimidade no período de 1720 a 1820, permite identificar comportamentos socioculturais nas várias maneiras de organização familiar imbricados no desenvolvimento do processo de miscigenação.

¹⁵ Idem, p. 30

¹⁶ SERNA, Justo e PONS, Anaclét. “O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história?” In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. (Orgs.) São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 71 *Apud* GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona, 1989.

¹⁷ GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*.” *Topoi*, Vol. 02, nº 02, Janeiro-Junho de 2001, p. 176.

¹⁸ Idem, p. 178.

¹⁹ REVEL, Jaques. Op. cit. p. 32.

²⁰ GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. Op. cit. p. 178.

Em razão de tudo isso, considerando-se as dinâmicas de ocupação, de coexistências e de integração nos imensos sertões do interior da América Portuguesa, no decorrer desse estudo enfatizo aspectos socioeconômicos e culturais em torno da formação familiar na ribeira do Jaguaribe, sem, contudo, me restringir a esses espaços. Em outras palavras, destaco as especificidades, as diferenças e as transformações presentes nesses sertões em conexões e faço comparações com outras configurações populacionais, formação de famílias livres, libertas e escravas no vasto território brasileiro, a exemplo de áreas sertanejas, mineradoras e da grande lavoura.

Essas comparações que objetivam ligar histórias, se fazem a partir do diálogo com produções historiográficas que se detêm na formação populacional e familiar no Brasil durante a Colônia e o Império. Devido à variedade de autores e obras, com perspectivas teórico-metodológicas e conceituais diversas, que se debruçam sobre uma grande variedade de documentação e que vêm fomentando uma reescrita da História sobre essa temática, sobretudo a partir da década de 1990, optei por não apresentar um balanço exaustivo sobre a produção historiográfica brasileira que tem como objeto de estudo questões envolvendo a família.²¹ No entanto, alguns comentários sobre essa produção referente aos anos 1920 a 1960 e pós-década de 1970 são emblemáticos para se compreender aspectos e transformações em torno de perspectivas que embasaram alguns estudos. Gilberto Freyre, em seu célere *Casa-grande e Senzala*, afirma:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.²²

As noções de Freyre sobre família, com algumas variações, embasaram estudos de autores como Antônio Candido de Mello e Sousa, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda nas definições do que se convencionou chamar de família

²¹ Para uma discussão sobre formas e significados sobre o termo família, do século XVI ao XVIII na Europa e no Brasil ver, entre outros: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Cap. 1) Já para a construção do conceito, também na Europa e no Brasil no século XIX, ver especialmente: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou família do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (Cap. 1).

²² FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 81.

patriarcal.²³ As críticas dirigidas sobretudo a Gilberto Freyre como também a esses outros autores que embasaram “a historiografia tradicional” podem sintetizadas nas palavras de Ronaldo Vainfas:

Objeto essencial dessa crítica é o suposto ‘estereótipo’ da família numerosa, composta não só do núcleo conjugal e de seus filhos, mas da vasta gama de criados, parentes, agregados e escravos, submetidos todos ao poder absoluto do chefe da casa – a um só tempo, marido, pai e patriarca, verdadeiro *dominus* da casa-grande.²⁴

Nesse sentido, para Silvia Brugger, essa noção de patriarcalismo se relaciona diretamente “ao domínio masculino sobre a família. No Brasil, além de este poder se manifestar sobre o espaço doméstico não necessariamente restrito ao parentesco consanguíneo, mas englobando em seu universo escravos e agregados, ele se desdobra na esfera política”.²⁵ Gilberto Freyre - além de outros autores, cujos estudos basearam-se principalmente em relatos de viajantes e em obras de memorialistas - teria forjado uma perspectiva em que as casas grandes de engenhos e esse modelo de família representariam a sociedade brasileira.²⁶ Todavia, não obstante as críticas, nem mesmo Gilberto Freyre concebeu a família patriarcal como modelo único. Os outros modelos de famílias e as formas alternativas já estavam presentes nessa primeira vertente de estudos sobre a família. Nas palavras do autor:

devemos recordar que o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante – e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico-romano como outras formas de família: parapatriarcais, semipatriarcais e mesmo antipatriarcais. É claro que o observador que se colocar do ponto de vista moral estritamente católico-romano terá de desprezar as formas que floresceram então no Brasil como

²³ FREYRE, Gilberto. Op. Cit. CANDIDO, Antônio. “The Brazilian family”. In: SMITH, T. Lynn (Org.) *Brazil. Portrait of Half a Continent*. New York: Marchant General, 1951; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

²⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 149.

²⁵ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 46.

²⁶ Sobre uma discussão mais aprofundada em relação ao estudo de Gilberto Freyre e demais seguidores a respeito das questões que envolvem a família patriarcal no Brasil, bem como sobre uma revisão Historiográfica ver, entre outros: FARIA, Sheila de Castro. Op. cit.; VAINFAS, Ronaldo. Op. cit.; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit.; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. cit.; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, SP: EDUSC, 2003; e SOUZA, Candice Vidal e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro”. *Estudos feministas*. Ano 9, 2/2001.

organizações de famílias. (...) Várias delas parecem ter aqui se desenvolvido como resultado de influência africana, isto é, como reflexos, em nossa sociedade compósita, de sistemas morais e religiosos diversos do lusitano-católico, mas de modo nenhum imorais para grande número de seus praticantes.²⁷

Não obstante a diversidade de formas apontada por Freyre para a formação da família brasileira, perspectivas que acreditavam ser a família patriarcal o modelo, tendo no autor o principal idealizador, vigoraram por muito tempo. De acordo com Eni de Mesquita Samara, até os anos 1970, permanecia intocável a noção de que “a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns. Solidariedade, deveres, obrigações mútuas e parentesco fictício integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência”.²⁸ A partir de então, quando a historiografia brasileira entrou numa nova fase, com o grande impulso da História Social, a família como objeto de análise passou por um processo de reinterpretção. Com esse novo momento das pesquisas no campo da História, os estudos feitos por demógrafos-historiadores, que buscaram nas fontes escritas - sobretudo referentes aos poderes judiciário, legislativo, eclesiástico e cartorial -, apontando para “ser impossível conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais”. Desse modo, as diferenças regionais não podiam ser ignoradas na formulação do conceito de família brasileira.²⁹

Para a sociedade brasileira, “foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido no modelo de família patriarcal”. As novas imagens da “família brasileira” revelaram arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação das mulheres nos processos sociais em curso”, questionando assim “as matrizes ideológicas” dos trabalhos produzidos no início do século XX. Nos anos 1980, houve um aprofundamento dessas questões, enfatizando ainda mais “o papel dos sexos, do casamento, do concubinato, da sexualidade, das famílias dos segmentos expropriados e do processo de transmissão das fortunas”³⁰, contestando assim a ideia de família patriarcal.

Por fim, os estudos dessa segunda vertente que discordam da noção de família patriarcal, exclusivas das elites agrárias e rurais, ao defenderem formas de organizações

²⁷ FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 130.

²⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. Op. cit. p. 17-20.

²⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família no Brasil: balanço da produção e rumos da produção*. Disponível em: www.abep.nepo.UNICAMP.br/docs/anais/pdf/2000. p. 172. Acesso em 25 abr. 2011.

³⁰ Idem, p. 20-21.

complexas e plurais não podem, e de fato não negam, e nem podem negar a sua existência. Na realidade, “a família patriarcal, pode ter existido e seu papel ter sido extremamente importante apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira”.³¹ Somente pesquisas sobre variados espaços, temporalidades e arcações documentais, a exemplo das áreas sertanejas agropastoris, têm o poder de desvendar as complexidades da formação sóciofamiliar brasileira. No nível em que as pesquisas se encontram em todo país, não cabe mais homogeneizações históricas.

Se no Brasil há muito que se pesquisa sobre famílias, a escolha da temática por si só não representa nenhuma novidade. O que demarca a originalidade desta pesquisa é o fato de não haver ainda nenhum estudo, pelo menos do meu conhecimento, sobre a formação e a composição de família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas referente ao período colonial e que tenha se detido sobre o sistemático trabalho demográfico com os registros paroquiais. Mesmo que não se proponha a fazer um panorama historiográfico, e mesmo correndo o risco de deixar de considerar outros estudos, pelo fato de não os conhecer, gostaria de destacar seis trabalhos sobre o Ceará que, direta ou indiretamente, abordam a problemática da família em perspectivas contemporâneas e que vêm fomentando uma reescrita da História sobre os sertões.

O livro *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*, de Otaviano Vieira Júnior, procura discutir a família na capitania do Siará Grande a partir de dois eixos: o domicílio e a violência. As relações familiares com os domicílios se deram a partir da análise dos inventários *post-mortem* onde se verificou a estrutura material domiciliar e as representações em torno da casa e seu uso social. Sob a ótica da violência, o autor se preocupou em analisar a família em um mundo marcado por relações familiares “que se consolidavam enquanto elemento fundamental de transmissão, administração e defesa de propriedades, na configuração de estratégias de sobrevivência diante das constantes secas, além de se estabelecer como signo de influências políticas”.³²

³¹CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira.” In: ARANTES, Augusto Arantes (Org.). *Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 27. Inclusive, na comprovação da existência de uma família patriarcal em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, Sílvia Brugger, contesta versões historiográficas que negavam a existência de relações familiares e do patriarcalismo na formação sócio familiar mineira, posto que se acreditava que as relações patriarcais eram exclusivas das elites agrárias e rurais canavieiras de Pernambuco e cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Op. cit.

³² VIEIRA JR. A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, pp. 13 e 14.

A dissertação *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a Família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884)*, de Ana Sara Ribeiro Parente Cortez,³³ estuda o Cariri - localizado na região sul do Ceará - na segunda metade do século XIX, cuja economia, assim como boa parte dos outros espaços cearenses, baseava-se na cultura de gêneros alimentícios e na criação de animais. A pesquisa foi feita em grande medida a partir dos Fundos de Manumissões, dos inventários *post-mortem* e dos registros de batismos do Cariri. Ao analisar a formação da família, a autora teve como principal objetivo perceber como as relações de sociabilidade implicavam na formação familiar escrava no Cariri. A ênfase recaiu sobre a família mista, formada pela união entre escravos e livres, e mestiça, pela tonalidade da cor da pele.

A dissertação de Rafael Ricarte Silva,³⁴ *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII)*, partindo da análise das datas de sesmarias e dos registros paroquiais, tem como objetivo compreender a historicidade dos Sertões de Mombaça, Ceará, no século XVIII, a partir das doações de sesmarias e da implementação das fazendas de criar. Se deteve sobre os requerentes das sesmarias, enfatizando a formação das elites locais que, baseadas na propriedade da terra, de escravos, de gados, seja por meio de relações familiares e/ou econômicas, foram construindo estratégias para manter suas possessões.

A dissertação de Gabriel Parente Nogueira, *Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*, baseada em variado acervo documental, a exemplo de Cartas de Sesmarias, Livros da Câmara, Livros de Patentes, manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao Ceará e a Pernambuco, registros administrativos e legislativos da Capitania do Ceará, entre outros, analisa “as práticas de nobilitação e distinção social desenvolvidas pelos membros da elite da vila de Santa Cruz do Aracati”.³⁵

A dissertação de Maico Xavier, *“Cabôcullos são os brancos” : dinâmicas das relações socio-culturais dos índios do Termo de Vila Viçosa Real - século XIX*, pesquisa

³³ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

³⁴ SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

³⁵ NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010, p. 15

os índios de Vila Viçosa, Ceará, no século XIX. O trabalho se debruça sobre “a visibilidade e ação dos nativos diante das estratégias por parte das autoridades e não índios, que entre outras coisas negaram as identidades indígenas para expropriar suas terras”. A par de uma variada documentação, dentre outros os registros de casamentos e batismos, o autor designa o último capítulo de seu estudo à ação dos nativos nos dois últimos quartéis do século XIX ante a aceitação ou negação aos sacramentos cristãos impostos pelos eclesiásticos. Não obstante o processo de invisibilidade, tidos como cristianizados e “definidos como caboclos, os indígenas, perpetuavam um conjunto de práticas sócio-culturais (sic) e religiosas herdadas dos antepassados, que mesmo inevitavelmente reelaborados ao longo do processo de colonização, serviam como elo com a história dos ancestrais”.³⁶

Por fim, a dissertação de Maria Rakel Amancio Galdino, *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)*³⁷, através do cruzamento de fontes cartorárias, registros da Câmara de Sobral, correspondências entre os colonos e o Conselho Ultramarino e registros paroquiais, analisou a inserção e a presença da escravidão negra ao longo do século XVIII na Ribeira do Acaraú, com ênfase sobre o termo da Vila de Sobral. No decorrer do texto, a autora analisa questões relacionadas a trabalho e sobrevivência no cotidiano das mulheres escravas e forras, bem como arranjos, estratégias e solidariedades femininas através dos sacramentos cristãos para a formação de famílias escravas.

Esses trabalhos, como veremos no decorrer da tese, sob diferentes perspectivas, documentação, espaços e temporalidades, nos são muito importantes para conectarmos as freguesias de Aracati e Russas, dialogarmos e projetarmos suas “realidades” sobre outras dimensões.³⁸ Como dito, ao analisar famílias mestiças originadas de múltiplas formas de uniões - por vínculos afetivos ou de convivência, com ou sem a legalização da igreja - trânsito e mobilidade nos sertões, inserimo-nos em perspectivas de uma história conectada em que:

³⁶ XAVIER, Maico Oliveira. “*Cabôcullos são os brancos*”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo de Vila Viçosa Real - século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010, p. 18 e 19.

³⁷ GALDINO, Maria Rakel Amancio. *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

³⁸ Esses seis trabalhos são emblemáticos na discussão sobre as questões relacionadas a família no Ceará. Mas, como veremos no decorrer do texto, desenvolvemos intenso diálogo com vários outros autores e obras da historiografia cearense.

a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*. (...) o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si.³⁹

Médias e nomes: documentação eclesiástica, Demografia Histórica e Micro História, diálogos metodológicos possíveis

As freguesias de Santa Cruz do Aracati e de São Bernardo das Russas compunham parte da ribeira do Jaguaribe. O assento de casamento da matriz de Russas, referente ao matrimônio de “José Ferreira de Mello natural e morador na Freguesia de Aracaty, filho legítimo de Francisco Fernandes Ferreira e de sua mulher Maria Laura Ferreira de Mello, com Thereza Maria de Jesus”, natural da freguesia de Russas e “filha legítima do Capitão Adriano de Carvalho Aguiar e de sua mulher Anna da Silva Sampaio”⁴⁰, assim como o registro de batismos da paróquia de Aracati, alusivo ao batizado de “Maria, filha legítima de Manoel Bonfim e de Maria do Carmo, naturais das Russas, moradores nesta freguesia”, que “nasceu aos vinte e oito de Agosto de mil oito centos e doiz”, batizada em 20 de novembro do mesmo ano⁴¹, nos dão margem para dimensionarmos como se dava a mobilidade geográfica e as conexões entre as duas freguesias.

Para além dos trânsitos entre as duas freguesias, as atas paroquiais do período evidenciam o fluxo de pessoas de diferentes lugares e condições sociais que se encontravam e se uniam em famílias ao longo do percurso do rio Jaguaribe. Isso pode ser observado, por exemplo, nos registros dos casamentos de “José Lopes Soares, natural da Villa de Portalegre”, no Rio Grande do Norte, com “Francisca Maria do Nascimento natural e moradora na freguesia das Russas”, cerimônia esta acontecida em 16 de julho de 1780⁴²; e de “Pedro e Domingas, ambos gentio (sic) da Angola, escravos do Alferes Antônio Bezerra”, casados na “Matriz do Aracati pelas onse horas do dia” em 30 de setembro de 1785.⁴³

³⁹ GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. Op. cit. p. 176.

⁴⁰ Livro de Casamento 01, Freguesia de Russas (1775-1795), p. 60 (Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. De agora em diante, ADLN).

⁴¹ Livro de Batismos de Russas, nº 04 (1795- 1803), p. 8. (ADLN).

⁴² Livro de Casamentos de Russas, nº 01 (1775-1795), p. 66 (ADLN).

⁴³ Livro de Casamentos de Aracati, nº 02 (1797-1807), p. 35v (ADLN).

Esses assentos nos remetem à fluidez das populações, aos constantes encontros e mudanças entre os habitantes de terras diferentes, de cujas motivações ainda pouco conhecemos, ou melhor, nos aproximamos delas apenas por hipóteses, mas que de modo algum nos permitem pensar os espaços sertanejos por seu isolamento e estabilidade, negligenciando a ideia de que suas fronteiras eram muito tênues.

As ligações geográficas, socioeconômicas e culturais entre Aracati e Russas intensificaram-se bastante na passagem dos setecentos para os oitocentos com o desenvolvimento da pecuária e dos produtos a ela relacionados, a exemplo das carnes secas e couros, como também com o crescimento da economia pelos produtos agrícolas para exportação, entre eles o algodão. Esse desenvolvimento ensejou o incremento de mão de obra livre e escrava, possibilitando que na passagem do século XVIII para o início do século XIX, em um período de meio século, o contingente populacional do Ceará crescesse em mais de oito vezes. Segundo dados apresentados por Pedro Alberto Silva,⁴⁴ no ano de 1763 a população da capitania foi calculada em 17.010 habitantes, dos quais 2.128 eram escravos e 14.882 eram livres. Para o ano de 1813, o autor apresenta dados populacionais de 148.745 habitantes, divididos entre 17.208 escravos e 131.537 livres.

Parte significativa dessa população concentrava-se na ribeira do Jaguaribe e constituía-se pela união entre pessoas livres e escravas de diferentes naturalidades e qualidades. Essas uniões se davam de formas diversas. Para além das sacramentadas pela Igreja Católica, que compunham as famílias legítimas, as uniões consensuais, presentes em todas as camadas sociais, como a que originou “Salvador, pardo, escravo de João Soares Pereira, filho natural de Maria da Cruz”, batizado na Matriz do Aracati em 9 de setembro de 1802 com um mês de nascido.⁴⁵ Casos como esse são emblemáticos para percebermos as diferenciações entre as formas de uniões e problematizar o processo de miscigenação, uma vez que dessas uniões nasciam muitos dos pardos, mulatos, caboclos e cabras cujos registros permeiam a documentação eclesiástica do período.

A documentação paroquial acima referida se encontra no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte (ADLN). Esse arquivo eclesiástico compõe-se basicamente de registros de casamentos, batismos e óbitos, além de alguns livros de tombo, dispondo de

⁴⁴SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará: das origens a extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 33 e 70.

⁴⁵Livro de Batismos de Aracati, nº 11 (1802-1807), p. 6. (ADLN).

um acervo que se inicia na primeira metade do XVIII e percorre os séculos XIX e XX, abrangendo várias paróquias da região jaguaribana, no Ceará.

O trabalho com a documentação paroquial sobre a colônia pressupõe algumas questões básicas: como os arquivos eclesiásticos foram formados? Qual sua distribuição e conservação no Brasil contemporâneo? Quais possibilidades e limitações que essa documentação apresenta? Enfim, quais metodologias utilizar para transformá-la em fontes para a construção da História? Os arquivos, numa definição mais genérica, podem ser entendidos como “conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas formas ou seu suporte material, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, automática no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública, e cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo”.⁴⁶

No que diz respeito à formação dos arquivos paroquiais no Brasil, em particular, desde o Concílio de Trento, século XVI, até o final do século XIX, com o advento da República e a separação entre a Igreja e o Estado, a institucionalização e o lavramento dos registros civis de batismo, matrimônio e óbito foram funções exclusivas da Igreja. Sob os auspícios das leis eclesiásticas e como uma das formas de controlar e vigiar a população, definiram-se regras para padronizar os registros dos principais sacramentos que marcam a passagem dos diversos momentos da vida dos católicos. Assim, os padres foram ensinados a registrar os matrimônios, os batismos e as mortes.

No entanto, essa normalização levou certo tempo para acontecer e, de acordo com Sergio Odilon Nadalin, “tais normas foram completadas somente no século XVIII, por ocasião da instituição do *Rituali Romanum* que além de definir como fazer o assentamento, ensinava a realizar contagens periódicas das paróquias.” Para o autor, alguns fatores contribuíram para que tais objetivos não fossem plenamente alcançados como, por exemplo, as peculiaridades do povoamento e da colonização, bem como o tamanho da população e a rarefação do território, com seus vazios demográficos. Assim, “essas questões poderiam justificar a lacuna entre as ordenações da Igreja Católica e, no que concerne aos registros paroquiais, sua definitiva implantação no Brasil colonial”. Problemas esses “naturalmente conjugados com outras explicações possíveis para a falta

⁴⁶ FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 12.

de registros anteriores ao século XVIII, entre as quais a simples perda da documentação”.⁴⁷

Nesse sentido, Sheila de Castro Faria nos oferece um perfil geral da localização e das características dessa documentação, principalmente a referente ao período colonial. Essa realidade vem enfatizar as prováveis dificuldades encontradas por parte dos historiadores brasileiros que decidem trabalhar com esse tipo de fonte sobretudo os que realizam estudos em Demografia Histórica. Espalhadas “pelas paróquias interioranas e com evidentes falhas sequenciais”, além “das próprias características da sociedade brasileira: grande migração, diversidade de sobrenomes de pessoas de uma mesma família consanguínea e presença de uniões não-legalizadas pela Igreja, o que dificulta o acompanhamento da trajetória das famílias individualmente”. Para pesquisas referentes ao século XIX, “as fontes existem, em inúmeras localidades, em estado de conservação relativamente bom, seriadas e acessíveis ao pesquisador”.⁴⁸

A despeito das considerações de Sheila de Castro Faria, em relação à disposição e à conservação dos registros paroquiais, para o período em estudo, nas paróquias interioranas, o Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte (ADLN) não foge à regra. De uma maneira geral, a documentação aqui analisada pode ser assim descrita. Para as atas de casamentos temos: data da cerimônia, em alguns casos local e horário, padre celebrante, a qualidade (cor) dos noivos, o nome dos cônjuges, naturalidade, filiação, naturalidade e condição civil dos pais, as bênçãos para o sacramento e os nomes das testemunhas, todos homens. Nos batismos podemos encontrar: nome do batizando, data e local do batismo, qualidade (cor), filiação (se filho legítimo, o nome dos pais; se filho natural, o nome da mãe; se filho legítimo de escravos, o nome dos pais; se filho natural de escrava, o nome da mãe e proprietário a quem esta pertencia; se exposto, o local da residência), pároco celebrante, padrinhos ou representantes destes. Portanto, a mobilidade, a mestiçagem e a legitimidade da família, no sentido cristão, são algumas das potencialidades de análise dessa documentação.

Os levantamentos censitários realizados no Ceará destinados à contabilizar a população, tais como o levantamento feito a pedido do governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, para o período de 1774 a 1783, referente a esta capitania e suas

⁴⁷ NADALIN, Sergio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994, p. 31.

⁴⁸ FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFANS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997 p. 253.

anexas, como também os levantamentos de 1804, 1808 e 1813, também compõem o arcabouço documental deste estudo.⁴⁹ De acordo com Tarcísio Botelho, “embora encontremos levantamentos censitários para todo o século XVIII, foi em 1776 que ocorreu a primeira tentativa de realiza-los simultaneamente em toda a colônia portuguesa”. As tentativas de recenseamentos seguiram nos últimos anos do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, mas sem o mesmo esforço de sistematização. Somente em 1872 o Brasil realizou seu primeiro censo em nível nacional.⁵⁰

Em relação à periodização desses tipos documentais escritos produzidos no Brasil, segundo Maria Luiza Marcílio, existem três fases. A primeira – fase pré-estatística – corresponde ao início da colonização e se estende à primeira metade do século XVIII. Essa fase é marcada pela quase inexistência de levantamentos e registros da população, contando-se para isso com raras e fragmentárias coleções de registros de casamentos, batismos e óbitos, para algumas poucas paróquias. A segunda fase denomina-se proto-estatística e compreende o período da segunda metade do século XVIII, estendendo-se ao primeiro recenseamento nacional de 1872. Para a autora, essa fase é mais rica em estatísticas demográficas do que a primeira, mas os levantamentos populacionais ainda se restringem a algumas regiões e localidades.⁵¹ As listas nominativas ou maços populacionais, por fazerem parte de antigos levantamentos

⁴⁹ Como veremos melhor no primeiro capítulo, até o final do século XVIII, Pernambuco era a capitania principal, a ela estavam anexadas como subalternas as Capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba.

⁵⁰ BOTELHO, Tarcísio R. “Listas nominativas de habitantes e censos demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940.” In: BOTELHO, Tarcísio R. e VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.) *Desigualdade Social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2010, p. 78. Ainda para o autor, “no mundo contemporâneo, são considerados como censos demográficos os levantamentos estatísticos que atendem aos seguintes critérios: respaldo legal; simultaneidade de todo o levantamento, com um tempo de referência pré-definido; referência territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território; e enumeração individual de todas as pessoas. Embora tenha havido levantamentos populacionais no território brasileiro desde o século XVIII, apenas a partir de meados do século XIX a burocracia imperial começou a se preocupar com a organização de censos demográficos no sentido citado acima. Após uma tentativa fracassada em 1852, o primeiro censo nacional brasileiro foi realizado em 1872”. Idem, p. 77 Sobre a organização dos levantamentos censitários no Brasil, ver ainda: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. cit. p. 86.

⁵¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 32. As listas nominativas de habitantes foram elaboradas por determinação de Portugal, no final do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Coube ao quadro hierárquico da Igreja e ao Corpo de Militares - constituído pelas Companhias de Ordenança da terra, já que o território era dividido em unidades administrativo-religiosas - a incumbência de fazer o levantamento direto da população, pois, segundo Marcílio: “O quadro hierárquico da Igreja e das Companhias de Milícia oferecia pessoal mais habilitado no conhecimento da terra e dos homens, a infraestrutura necessária para se chegar a todos os moradores. Curas das freguesias e capitães-mores de vilas e distritos foram, então convocados pela Coroa para procederem à tarefa de relacionar nominalmente os agrupamentos domésticos e seus membros de todas as paróquias e de todos os municípios do Brasil colonial”. Idem, p. 33. Sobre a confecção das listas, conteúdo, finalidade e distribuição em arquivos brasileiros ver ainda: BOTELHO, Tarcísio R. Op. cit. p. 80.

populacionais, são uma documentação que vem compor as primeiras estatísticas demográficas mais sistemáticas no Brasil e fazem parte da fase proto-estatística.

A última fase, a estatística, inicia-se a partir de 1872, quando os levantamentos censitários de toda a população brasileira passaram a ter objetivos exclusivamente demográficos e a ser realizados, periódica e sistematicamente, por serviços especializados do Governo. “A partir dessa época, os resultados censitários, que se juntam mais adiante às estatísticas vitais contínuas da população (depois do Código Civil Brasileiro de 1916), são publicados pelos órgãos oficiais, hoje concentrados no IBGE”.⁵²

Em relação aos registros civis da população brasileira, de acordo com Ralph Hakkert⁵³, até a criação da República em 1889, a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística tinha se limitado à sistematização e divulgação dos dados coletados pela Igreja e à regulamentação dos óbitos e casamentos daqueles que não professavam a religião católica. Data de 1894 a publicação das primeiras estatísticas vitais no Brasil, as quais só cobriam uma pequena parte do território, limitando-se praticamente às capitais, com um alto grau de omissões por parte da população. Isso porque, mesmo depois da secularização, aquela demorou a se conscientizar da necessidade do registro, até certo ponto, também, pela influência dos próprios padres, que desestimulavam o registro de nascimentos e casamentos perante as autoridades civis.

No Brasil, geralmente são as fontes relacionadas aos levantamentos populacionais, aos censos, aos registros paroquiais, além de listas nominativas, inventários e testamentos, processos cíveis e processos crimes, dentre outros, que dão margem aos estudos históricos em demografia. No entanto, esses estudos concentram-se principalmente, na Região Sudeste e Sul, ficando o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil com uma lacuna significativa de trabalhos nessa área. Sobre os motivos, Sheila de Castro Faria nos fala que a razão não está, como muitos sugerem, na ausência de documentos. A explicação para isso pode estar relacionada ao fato de “que grandes centros atuais, como São Paulo, tiveram a possibilidade financeira de guardar e organizar sua memória em arquivos centrais, facilitando o trabalho de pesquisa, além de contarem com unidades acadêmicas de peso que viabilizam trabalhos”.⁵⁴

⁵² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. Op. cit. p. 32. Sobre essa divisão ver também: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. cit. 85.

⁵³ HAKKERT, Ralph. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996, pp. 34 e 35.

⁵⁴ FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. Op. cit. p. 254.

Outra realidade brasileira, no que diz respeito aos estudos em Demografia Histórica e que ajuda a explicar a predominância do desenvolvimento dessas pesquisas mais no Sudeste e no Sul do país, é a pouca demanda de investigações que utilizam os registros paroquiais para a compreensão da população e da família em detrimento das que utilizam listas nominativas de habitantes como fontes de análise, dada pela sua abundância em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, como também pela sua concentração em apenas dois arquivos de fácil acesso. Segundo Iraci del Nero da Costa, para além disso:

A riqueza quantitativa e qualitativa deste material [números de fogos, ou domicílios, componentes, idades, profissões, produção econômica] tem atuado, também, no sentido de fazer com que os estudos de demografia histórica prendam-se ao período que compreende a segunda metade do século XVIII e XIX. Disto decorrem, como visto três grandes limitações: espacial, temporal e a quantidade e qualidade das informações sobre as nossas populações pretéritas.⁵⁵

Organizadas, de fácil acesso e abundantes em arquivos do Sul e Sudeste, essa documentação tem sido de enorme contribuição para pesquisas e análises sobre aspectos sócio-político-econômicos dessas regiões.⁵⁶ Para Marcílio, os levantamentos censitários tinham basicamente fins militares – conhecer o número de adultos disponíveis para as armas, haja vista os constantes conflitos e disputas nas áreas fronteiriças da Colônia ou no âmbito diplomático europeu – e econômicos. Para isso importava conhecer os habitantes que existiam na capitania: por sexo, idade e estado civil; suas ocupações; casamentos, nascimentos e mortes anuais; importação e exportação; consumo e exportação por parte dos habitantes; preços dos gêneros; número de navios que entravam e saíam, dentre outras informações.⁵⁷

⁵⁵ COSTA, Iraci del Nero da. “Reflexões sobre os rumos da demografia histórica no Brasil”. *Boletim do Centro de Memória – UNICAMP – Campinas*, 2 (4): 1990, p. 17-23.

⁵⁶ As listas nominativas de habitantes foram elaboradas por determinação de Portugal, no final do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Coube ao quadro hierárquico da Igreja e do Corpo de Militares - constituído pelas Companhias de Ordenança da terra, já que o território era dividido em unidades administrativo-religiosas - a incumbência de fazer o levantamento direto da população, pois segundo Marcílio: “O quadro hierárquico da Igreja e das Companhias de Milícia oferecia pessoal mais habilitado no conhecimento da terra e dos homens, a infra-estrutura necessária para se chegar a todos os moradores. Curas das freguesias e capitães-mores de vilas e distritos foram, então convocados pela Coroa para procederem à tarefa de relacionar nominalmente os agrupamentos domésticos e seus membros de todas as paróquias e de todos os municípios do Brasil colonial”. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Op. cit. p. 33. Sobre a confecção das listas, conteúdo, finalidade e distribuição em arquivos brasileiros ver ainda: BOTELHO, Tarcísio R. Op. cit. p. 80.

⁵⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Op. cit. p. 37 e 38.

A par dessas breves considerações sobre produção, distribuição, finalidade e guarda referentes a boa parte da documentação escrita no Brasil e sua importância para a escrita da História, gostaria de enfatizar que, como aportes desse arcabouço documental, além da documentação eclesiástica e dos levantamentos populacionais produzidos para a última metade do XVIII e para os primeiros vinte anos do século XIX no Ceará, direciono a pesquisa empírica para o Arquivo Público Estado do Ceará (APEC), onde se encontra um acervo considerável de variada documentação burocrática de governos, especialmente sobre o século XIX. No APEC, pesquisei os livros de Datas de Sesmarias do Ceará disponíveis em CDs. No Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico (IHGAC) me cerquei de documentação e trabalhos historiográficos produzidos pelas Revistas, também disponível em formato digital. Esse referencial empírico, por ora, constitui o arcabouço documental para a construção dessa pesquisa sobre a ribeira do Jaguaribe.⁵⁸

Mesmo que não me restrinja à análise da documentação paroquial, em grande medida os limites temporais desse estudo justificam-se pela fase inicial de produção desses registros nas freguesias de Aracati e Russas. Os livros de casamentos, batismos e óbitos das duas freguesias ganham uma sequência mais eficaz a partir da década de 1780, quando todos os anos são contemplados na documentação de ambos os espaços estudados. O primeiro livro de batismos da freguesia de Russas data de 1730, mas traz registros referentes à década de 1720. Já o primeiro livro de casamento se refere a 1775. O primeiro livro de batismo de Aracati se reporta ao ano de 1742, enquanto o livro de casamento data de 1766. Com relação à condição social, não existe separação entre livros que registrem apenas assentos de livres e livros com assentos de escravos. Nos primeiros livros, é comum encontrar em um mesmo volume as três ordens de registros. Na sequência temporal, cada categoria de assento vai se dividindo em livros distintos. Não obstante a incompletude da seriação, a partir de 1720, já tenho subsídios para cercar o objeto.

Os estudos de longo prazo são fundamentais para que se perceba os processos demográficos.⁵⁹ Importante frisar que sempre irei além dos marcos temporais e

⁵⁸ Os documentos avulsos do Conselho Ultramarino (Projeto Resgate Barão do Rio Branco) relativos ao Ceará em boa medida entram nesse trabalho através do livro: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

⁵⁹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Família e escravidão: em uma perspectiva demográfica. Minas Gerais (Brasil), século XVII.” In: LIBBY, Douglas Cole (Org.) e FURTADO, Júnia Ferreira (Org).

espaciais na busca por explicações para questões que, por ora, me ajudem a compreender a conjuntura que sedimentou as mobilidades, as miscigenações e as organizações familiares em Aracati e em Russas. O trabalho com os registros de casamentos e batismos sobre essas freguesias no período de 1720 a 1820, além de nos possibilitar chegar aos índices sociodemográficos, permite examinar como essa realidade social foi construída e/ou reconstruída por diferentes agentes por meio de valores culturais, crenças e sistemas religiosos, levando em conta os significados, as experiências culturais e religiosas, os motivos das escolhas ou recusas pelos sacramentos cristãos feitos pela sociedade em geral.

Portanto, para realizar uma pesquisa historiográfica, que tem como norte problematizar a mobilidade, a miscigenação e a legitimidade na formação de famílias nas freguesias de Aracati e Russas entre 1720 a 1820, sobretudo com base nos registros paroquiais de casamentos e batismos, faz-se necessário cercar-se de um aparato teórico-metodológico capaz de dar clareza e suporte de análise sobre formas, procedimentos e possibilidades. Para tanto, em parte, essa pesquisa se fará através de uma abordagem em História Demográfica, campo de estudo da História Social e Cultural.

Em relação à História Demográfica, segundo Maria Luiza Marcílio, esse campo de estudo passou a desenvolver-se de forma mais sistemática entre os anos de 1920 a 1950, pois foi durante esse período que historiadores imprimiram “um cunho científico original aos estudos das populações do passado, dando nascimento à nova disciplina. As primeiras preocupações e sistematizações metodológicas da Demografia Histórica nasceram em Paris, e paralelamente com um demógrafo e um historiador”.⁶⁰

Em 1952, o historiador Pierre Goubert, com base nos registros eclesiásticos de batizados, casamentos e óbitos, projetou e lançou um estudo pioneiro, publicado na revista dos *Annales*, sobre a demografia francesa do século XVIII. Já no *Institut National d'Études Démographiques* (INED), de Paris, o demógrafo Louis Henry via-se intrigado com a queda gradual da fecundidade francesa. Ele queria “encontrar pelas vias científicas e por métodos e medidas rigorosas, as razões, as formas e as condições desse

Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annblume, 2006. (p. 195-222).

⁶⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. São Paulo: Novos Ubrais, 1977, p. 5. Essa discussão sobre a História da História Demográfica em parte foi desenvolvida em: CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870- 1880)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

descenso prematuro”. O historiador e arquivista Michel Fleury mostrou-lhe a importância dos registros paroquiais franceses para análises sobre a natalidade do país. Para Marcílio, nasceu daí uma metodologia específica para o tratamento das fontes paroquiais. Foi elaborado “um método minucioso de levantamento e de análise dos antigos registros da catolicidade,” com o objetivo de “transformá-los em dados demográficos básicos para o estudo da fecundidade e da mortalidade antigas de micropopulações. A prática desse método foi previamente testada empiricamente com famílias já reconstituídas por genealogias bem estabelecidas”.⁶¹

Posteriormente, na década de 1960, na Inglaterra, o Grupo de Cambridge (Cambridge Group for the History of Population and Social Structure) desenvolveu uma metodologia específica, basicamente quantitativa, a partir de listas nominativas (que trazem informações sobre a composição das unidades domésticas, além de outros dados, como: idade, estado civil, profissão, dentre outros, variando de acordo com cada região), com o objetivo de analisar as informações e compará-las, para isso, relacionando-as a longos períodos e lugares diversos. “Dos trabalhos franceses e ingleses, surgiram estudos em demografia histórica que estimularam pesquisas sobre a família ocidental moderna”.⁶²

São esses estudos e métodos que embasam as pesquisas em Demografia Histórica no Brasil e que, sobretudo a partir da década de 1970, têm ganhado grande fôlego. Não obstante, as polêmicas e controvérsias que giram em torno das pesquisas brasileiras que utilizam os métodos da Demografia Histórica, mas que se voltam para estudos populacionais em geral, são inúmeras e de difícil solução.

Num artigo publicado por Carlos Bacellar, Ana Silvia Volpi Scott e Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, intitulado “Quarenta anos de demografia histórica”, publicado na *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, em 2005, os autores levantam alguns questionamentos acerca da definição, do campo e dos limites da demografia histórica no Brasil. Segundo eles, os balanços efetuados sobre a produção historiográfica brasileira deixam implícitos “a rarefação de estudos concretos relativos às variáveis demográficas clássicas – natalidade, nupcialidade e mobilidade – e à relação entre elas e delas com os contextos socioeconômico e cultural.” Por outro lado, “privilegia-se temas voltados para o estudo da população: história da família, da criança e da mulher, análise das estruturas de parentesco, da sociabilidade, do

⁶¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. Op. cit, p. 5

⁶² FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. Op. Cit, p. 245.

patrimônio familiar, da composição da força de trabalho com ênfase na mão-de-obra escrava”.⁶³

Ou seja, faltam nesses estudos uma abordagem demográfica propriamente dita. Sobre esse avanço em Demografia Histórica, um tanto quanto contraditório, em que os historiadores legitimam-se mais do que os demógrafos, Tarcísio Rodrigues Botelho expõe diferenças entre pesquisas de cunho mais demográfico numa perspectiva histórica e pesquisas em demografia histórica:

Enquanto muitos enfocam os estudos demográficos numa perspectiva histórica, outros preferem ver na demografia histórica o estudo das populações. Se para os primeiros é necessário voltar às preocupações propriamente demográficas que davam os limites da disciplina, para outros é exatamente o rompimento destes limites que tem levado as contribuições de peso para a compreensão da economia e da sociedade brasileira no passado. Ambas as posições são pertinentes. A demografia histórica deve ter sempre uma preocupação com aquele que afinal tem sido seu público leitor por excelência, qual seja, o historiador. O uso de arsenais estatísticos extremamente sofisticados pode representar ganhos em termos de uma compreensão das dinâmicas demográficas no passado, mas pode afastar este público leitor.⁶⁴

José Flávio Motta e Iraci del Nero Costa também estão na linha dos pesquisadores que defendem o “transbordamento” dos limites da Demografia Histórica. Para eles, essas características da produção são extremamente salutares, na medida em que rompem os limites restritos da demografia formal, de excessiva aridez estatística, e caminha mais e mais firme para a interdisciplinaridade. Além do mais, tem ganhado respaldo a produção científica realizada na área, “solidamente ancorada do ponto de vista empírico em largo espectro documental, um esforço voltado ao objetivo de elaborar esquemas interpretativos renovados do processo de formação demográfica, econômica e social do Brasil”.⁶⁵ Diante disso, vislumbra-se um entendimento da própria definição de demografia histórica. Para tanto, os autores propõem a deles:

⁶³ BACELLAR, Carlos; SCOTT, Ana Silvia Volpi; e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, jul/dez. 2005, p. 341.

⁶⁴ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “História da população brasileira: balanços e perspectivas.” In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002, p. 167.

⁶⁵ MOTTA, J. F. e COSTA, I. N. “Demografia Histórica: da sementeira à colheita”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, jan/dez, 1997, p. 52. Pode ser encontrado também em: <http://www.brnued/boletinsenha.htm>.

A demografia histórica, que tem como objeto precípua de estudos as populações humanas do período pré-censitário (que engloba os períodos pré e proto-estatísticos) é o campo da Ciência Social que, estabelecendo *in totum* ou parcialmente, o estudo e os movimentos daquelas populações, procura identificar suas causas e conseqüências, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao escopo. (...) Cumpre observar, ademais, que os resultados proporcionados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.⁶⁶

Em comunhão com a definição dos autores, partindo das fontes paroquiais e desse instrumental teórico-metodológico, podemos ter clareza da viabilidade desse estudo em História Demográfica sobre a formação de famílias nas freguesias de Aracati e Russas durante os setecentos e na passagem desse para os oitocentos.

A metodologia da Demografia Histórica para com as fontes específicas: cartoriais, paroquiais e censitárias, vem possibilitando a identificação das complexidades e pluralidades em torno de estruturas populacionais e organização familiar brasileira. No Brasil, pesquisas sobre a família são uma vertente privilegiada da Demografia Histórica. A respeito do caráter interdisciplinar e diverso das pesquisas realizadas, sobretudo a partir da década de 1970/80, normalmente fazendo uso de censos e registros paroquiais, Maria Luiza Marcílio afirma:

A força da Demografia Histórica vale hoje também pela extraordinária contribuição de seus produtos paralelos. O paciente trabalho das fichas de famílias constituídas com base nos registros da cristandade ou nos velhos censos nominais pré-estatísticos e séries fundamentais variadas conduziu à história quantitativa de níveis da cultura, como a história das atitudes, dos comportamentos e das sensibilidades coletivas, diante da vida, da morte, do amor, da pobreza, da infância, a História do casal e da família, da doença, das estruturas sócio-econômicas, entre outros.⁶⁷

A problemática da família geralmente se desenvolve em concomitância às pesquisas que levam em consideração a formação populacional em geral, de espaços mais delimitados, como freguesias, vilas, capitâneas e províncias. São estudos, portanto, histórico regionais ou microrregionais, que, segundo Cláudia Eliane Parreiras Marques,

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia Histórica*. Op. cit. 1977, p. 4.

permitem ao pesquisador um maior nível de compreensão ao delimitar espacialmente a sua área de investigação. Assim, a importância e o potencial da microabordagem em Demografia Histórica são indiscutíveis, pois tem possibilitado a identificação sobre “o tamanho da população, sua distribuição segundo a idade, o sexo, a qualidade, a condição (livres, escravos, forros), a natalidade, a fecundidade e a mortalidade, que são algumas das variáveis correntemente utilizadas nos estudos e pesquisas sobre a evolução e a transformação das sociedades”.⁶⁸

Para Nadalin, o princípio básico dessa metodologia consiste no agrupamento em fichas de todas as informações relativas aos eventos vitais, no caso em específico dos casamentos e nascimentos, “o engajamento favorável em relação a todas as possibilidades atinentes à base de dados permitidas pela metodologia, principalmente quando se pode associar informações de caráter demográfico com dados biográficos e genealógicos, no amplo espectro de uma História Social”.⁶⁹ A sistematização dessas informações que se repetem, a partir de um banco de dados criado e organizado no Excel, tornou possível, através da contagem minuciosa e cuidadosa, formar tabelas através das quais pude chegar aos índices referentes à condição social, às qualidades, à naturalidade, à divisão por sexo, dentre outros.

De acordo com Carlos Bacellar, com base em sua pesquisa sobre Sorocaba nos séculos XVIII e XIX, o estudo dos fenômenos demográficos através da reconstituição de famílias apresenta algumas falhas de difícil solução.

A principal consiste no fato de sua abrangência ser limitada, pois somente os matrimônios legalmente constituídos são alvos de reconstituição, visto que a data de união é elemento-chave para quase todos os procedimentos técnicos de apuração dos índices e taxas de natureza demográfica. Assim, um conjunto variável de casais, de acordo com a localidade e a época, acaba por ser deixado de lado, seja por simplesmente não haver promovido uma união diante da Igreja – embora constituíssem um casal de fato, informal -, seja por haver celebrado o matrimônio em outra paróquia. No primeiro caso, tende-se a deixar de lado parcelas dos segmentos mais pobres da população,

⁶⁸ MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. “A história da população numa perspectiva regional.” In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.) *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP , 2002, p. 96. Importante frisar, mais uma vez, que as delimitações dos espaços, pela perspectiva que as concebemos nesse estudo, não eliminam ou se contrapõem aos aportes teórico-metodológicos de uma história conectada. Afinal, como discutido, “se infere que o local [...] se centra na comunidade para descobrir um processo social complexo que, ao final, a transcende”. SERNA, Justo e PONS, Analet. Op. Cit. p. 71.

⁶⁹NADALIN, Sergio Odilon. “Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos”. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2007, p. 12

que nem sempre dispunham de condições para promover a união oficializada. No segundo caso, perde-se os casais que, por algum motivo – principalmente migração – celebram suas núpcias em outro local.⁷⁰

Assim como as demais paróquias do Brasil, a análise dos registros de casamentos para as freguesias de Aracati e Russas não está alheia a essas deficiências, ou seja, diante da mobilidade geográfica interna e/ou planetária, não teríamos como dar conta dos casais que contraíram matrimônio em outros lugares. Não obstante a isso, buscamos nas atas de batismos evidências de outros modelos de famílias, “famílias informais” que se constituíram sem as bênçãos da Igreja. Desse modo, as famílias legítimas podem ser percebidas pelos registros de casamentos que permitem identificar, através das naturalidades e das qualidades, elementos da miscigenação como também da mobilidade geografia.

O auxílio do computador foi valioso para a contagem dessas peculiaridades, realização das tabelas e, sobretudo, porque, através do diálogo entre os nomes das duas ordens de registros pude compor e identificar famílias que foram enlaçadas pelo sacramento do matrimônio ou não, chegando ao índice de legitimidade das mesmas. As famílias consensuais ou ilegítimas foram identificadas com base nos registros de batismos, atentando para a categoria de filhos naturais. Através do cruzamento dos nomes entre as duas ordens de registros me foi possível acompanhar a continuidade de algumas famílias pelos nascimentos dos filhos, bem como as relações sociais em torno das pessoas destinadas a serem padrinhos/madrinhas das crianças. Portanto, não obstante suas falhas, problemas, imperfeições ou lacunas inerentes a qualquer fonte histórica, os registros eclesiásticos, ao trazer imagens fragmentadas, todavia, são significativos e não perdem seu valor para a história sociocultural e demográfica.

Ao me deter, em parte sobre os nomes dos indivíduos, proponho um procedimento serial que busca ir além do anonimato, do quantitativo, mas que enfatiza relações que ligam um indivíduo a uma determinada sociedade, isto é, que vai da média ao nome. Afinal, o nome é, no dizer de Ginzburg e Poni, “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental, é aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas”.⁷¹

⁷⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. Op. cit. p. 48.

⁷¹ GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991, p. 174.

este jogo de vaivém não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Seve-se dela. Uma série, sobretudo se não manipulada, é sempre um bem utilizável. Mas o centro de gravidade do tipo de investigação microminimal que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inscrito.⁷²

De acordo com Matheus e Fontenella, podemos ir da média ao nome elaborando banco de dados e estabelecendo estimativas demográficas da população em estudo. Uma vez esboçado esse universo com suas características gerais, numa perspectiva microanalítica, reduz-se a escala de observação e, cruzando-se diversas fontes, pode-se “encontrar os mesmos sujeitos em documentos diversos e, assim, a partir desses fragmentos, buscar remontar suas trajetórias, percorrer os distintos contextos sociais em que estavam inseridos e lançar luz sobre suas estratégias e experiências sócias”.⁷³

Na realidade, de acordo com João Fragoso, um dos avanços nos estudos demográficos do Brasil foi – ademais do mergulho nos números que “procuravam deslindar a caixa-preta chamada sociedade brasileira”, predominante até a década de 1980 - ir um pouco mais além, e, a exemplo da micro-história italiana, “sem menosprezar as séries estatísticas, enxergar a vida escondida pelos números”. Para tanto, uma maneira utilizada seria o nome, “já que esta técnica leva a mais nomes, a se afogar em nomes e assim poder-se-ia chegar às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, seria aberta uma porta para o entendimento de sua sociedade”.⁷⁴

Simona Cerutti,⁷⁵ ao analisar a formação do grupo social dos comerciantes e artesãos de Turim, nos chama a atenção que, para compreender essas categorias sociais, foi preciso relacioná-las ao interior da cidade, acompanhar os protagonistas em suas escolhas no interior do espaço urbano, construir suas experiências, seus itinerários, as relações que estabeleceram para caracterizar seus horizontes sociais e as limitações que poderiam influenciar em suas escolhas. Para ela, “o indivíduo pode ser visto como um

⁷² Idem, p. 175

⁷³ MATHEUS, Marcelo Santos e FONTENELLA, Leandro Goya. “Escravidão, microanálise e hierarquia social”. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. (Orgs.) São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 395.

⁷⁴ FRAGOSO, João. “Afogado em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*. Revista de História. n.5, Set. 2002, p. 62.

⁷⁵ CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII.” In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de Escala: a experiências da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os liames impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações que eles mantêm”. Desse modo, os indivíduos “se situam, portanto, na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social.” Por fim, “essa perspectiva relacional permite reformular a relação existente entre as normas e os comportamentos”:

Em primeiro lugar, ela enriquece nossa concepção das normas, pois estas não são definidas de uma vez por todas a partir da posição formal ocupada pelos indivíduos na escala social, mas são produzidas e negociadas nas relações que eles mantêm. Ela permite além disso definir a noção de experiência. O fato de reconstituir as inter-relações implica que não se pode delimitar *a priori* (limitá-los apenas às relações de produção, ou as relações de mercado etc.); o contexto de análise será definido pelos percursos individuais nas diferentes esferas da vida social (o trabalho, o mercado, mas também a família ou a sociedade...).⁷⁶

De acordo com Carlo Ginzburg, “no momento em que equipes inteiras de estudiosos se lançam a empresas imensas de história quantitativa das ideias ou de história religiosa serial”, em seu trabalho sobre o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição na Itália, no século XVI, se questionou: “que relevância pode ter, num plano geral, as ideias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social?”. No entanto, a partir da documentação dos processos abertos contra Menocchio, o pesquisador analisou as ideias, os sentimentos, as fantasias e as aspirações do mesmo. Nesse estudo, Ginzburg encontrou elementos para se pensar a relação entre a cultura das classes subalternas com a das classes dominantes, chegando, a partir da hipótese formulada por Bakhtin, a aprofundar em seus estudos o conceito de circularidade cultural, isto é, “a influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante”.⁷⁷

O que me chama atenção nas análises desses autores para dialogar com a proposta de uma pesquisa em demografia histórica é a possibilidade de, para além das séries numéricas que consistem em organizar informações esparsas em tabelas e que nos possibilitam dados gerais para a compreensão dos comportamentos demográficos (características populacionais das freguesias através dos índices), investigar as pessoas por meio dos nomes nos aproxima mais delas e das relações por elas forjadas. Pelos nomes, desvendamos e interpretamos significados sobre as relações travadas e

⁷⁶ Idem, p. 189.

⁷⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24 e 26.

vivenciadas pelos sujeitos sociais: portugueses, africanos, indígenas, crioulos, mestiços, mulatos, cabras, curibocas, homens, mulheres, livres, forros e escravos.

Sabemos que, para conhecer o conjunto das relações através dos nomes, o método onomástico não pode descuidar das armadilhas montadas pelas presenças dos homônimos. Para tanto, uma vez de posse de um nome, ou de nomes, se fez necessário cruzar as ordens de registros, ou até mesmo ir na garimpagem de outra documentação para se certificar de que se trata de uma mesma pessoa.

Por fim, compreendo que o estudo dos fenômenos demográficos por meio do qual os nomes me levam até as pessoas e estas às famílias, permite chegar mais próximo da lógica da sociedade estudada, das experiências e estratégias cotidianas de pessoas e de grupos sociais. Por esse prisma, dialogo com os trabalhos dos micro-historiadores ao me deter sobre indivíduos ou grupos de pessoas, no caso, para compreender as relações em torno da formação familiar. Afinal quem são essas pessoas que se agruparam em famílias legítimas ou consensuais, de onde vieram, a que categorias sociais pertencem: livres, forros, escravos; como foram qualificados: brancos, negros, índios; e como foram transformando-se em pardos, mulatos, caboclos, cabras, isto é, como esses elementos biológicos e culturais vão miscigenando-se? Essa pluralidade de tipos, e conseqüentemente as conexões por eles travadas, constitui a problemática central da tese, a fim de se compreender a formação e organização familiar nas dinâmicas que forjaram a formação socioeconômica e cultural dos sertões aqui analisados. A concepção de sertão em movimento e conectado, portanto, perpassa toda a obra.

A tese *População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas-Ceará, 1720/1820* está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, “*Sertões em trânsito: conquistas de terras e processo de povoamento na Capitania do Siará Grande*”, busco compreender a conjuntura de conquista do Ceará no final do século XVII e início do XVIII, e como essa Capitania foi inserida na ideia de sertão isolado, improdutivo, inculto, desconhecido e também como foi integrada no processo socioeconômico da Colônia. Para tanto, é dada ênfase: às invasões holandesas em Pernambuco e ao processo de restauração das capitanias do Norte com a expulsão dos mesmos; aos aspectos inerentes aos sistemas de ventos que dificultavam as comunicações entre os Estados do Brasil e Grão-Pará e Maranhão; às invasões, aos conflitos e às resistências relacionados à “Guerra dos Bárbaros” entre as ribeiras do Assu, no Rio Grande do Norte, e do Jaguaribe, no Ceará; e, por último, aos índices e à mobilidade geográfica do segmento populacional indígena nas freguesias de Aracati e Russas.

Dando seguimento aos elementos que constituíram subsídios para se analisar a entrada do Ceará no processo de integração econômico-social da Colônia, no segundo capítulo, “*Caminhos de terras, caminhos das águas, caminhos dos homens: a integração dos sertões cearenses entre trânsitos, fixações e modos de trabalho*”, enfatizo a “oficialização” do povoamento com a distribuição das sesmarias pela ribeira do Jaguaribe. Fazendo dessa a principal via de conquista e ocupação do Siará Grande. Essa foi a principal via de conquista e ocupação do Siará Grande, que em poucos anos se transformou em um dos principais espaços de concentração populacional da capitania, bem como de mobilidade geográfica, posto que, pelas estradas que lhe atravessavam, esse espaço integrava-se a outras ribeiras, às capitanias circunvizinhas, ao interior da colônia e aos circuitos atlânticos. Passando pelos caminhos e estradas de acesso e conexões internas e atlânticas, analiso a formação das ribeiras, freguesias e vilas como aportes de conformação, crescimento econômico e social. Para uma melhor compreensão sobre a formação econômica e social, a partir dos registros paroquiais, discuto a dinâmica de inserção dos elementos escravos e forro e dialogo com os índices dos levantamentos populacionais feitos para a Capitania do Ceará, no final do século XVIII. Por fim, problematizo as formas de trabalho livre e escravo nas freguesias de Aracati e Russas.

No terceiro capítulo, “*A capitania do Siará Grande nas dinâmicas ultramarinas: conexões internas, atlânticas e intercontinentais*”, no esforço de compreensão e reflexão sobre vias de trânsito internos e comércio no Atlântico Sul, entrada e saída de produtos, pessoas e culturas e, sobretudo, da inserção da capitania do Ceará na dinâmica econômica portuguesa e africana, dialogo com revisões historiográficas que contestam o comércio triangular forjado pela Europa, África e América do Norte, visões dualistas entre metrópole e colônia, binômios economia de subsistência e de *plantation*, gado e algodão. Dada a complexidade na formação dessa população, concluo o capítulo discutindo as procedências, entendidas como um dos elementos fundamentais na composição das mobilidades e das mestiçagens biológicas e culturais nas freguesias de Aracati e Russas.

Sob uma perspectiva mais socioeconômica, especialmente voltada para o leitor pouco familiarizado com a história da região, nesses três primeiros capítulos realizo, portanto, um panorama construindo um quadro da formação do espaço socioeconômico cearense, com ênfase na ribeira do Jaguaribe e nas freguesias Aracati e Russas, como espaços sertanejos que foram se constituindo no decurso da primeira metade do século

XVIII ao início do século XIX. Seguindo as análises sobre a configuração social das freguesias de Aracati e Russas, durante a primeira metade do século XVIII ao início do século XIX, no quarto capítulo, *“Gentes, qualidades, condições jurídicas e naturalidades: conformação populacional mestiça nas freguesias de Aracati e Russas”*, abordo as mestiçagens a partir dos índices populacionais elaborados dos registros de casamentos e batismos relacionados à qualidade, bem como as qualidades referentes às naturalidades e às condições sociais. Para uma melhor compreensão dos índices sobre as mestiçagens com ênfase nas qualidades, nas condições sociais e nas naturalidades da população em estudo, os dados populacionais das freguesias de Aracati e Russas, criados a partir dos registros de casamentos e batismos, entram em diálogo com os levantamentos populacionais feitos para a Capitania do Ceará, no início do século XIX.

Ciente de que da conformação populacional mestiça nas freguesias de Aracati e Russas originaram-se famílias também mestiças, no quinto e último capítulo, *“Famílias mestiças e as várias nuances de organização familiar: condição social, naturalidade, legitimidade e compadrio nas freguesias de Aracati e Russas - 1720/1820”*, analiso a formação de famílias legítimas tendo como objetivos principais identificar a miscigenação proporcionada pelos enlaces matrimoniais envolvendo as endogamias e as exogamias, isto é, quem casa com quem? Para além da formação familiar legitimada pelo sacramento do matrimônio, a partir das atas de batismos investigo os índices de “ilegitimidade” na formação das famílias, com ênfase nos perfis de condição social, qualidade e naturalidade. Finalmente, atenta ainda às categorias de qualidade e condição, bem como aos significados das escolhas por parte dessa população de seus compadres, “pais espirituais de seus filhos”, analiso as relações de compadrio na formação familiar das freguesias de Aracati e Russas.

CAPÍTULO I

Sertões em trânsito: conquista de terras e processo de povoamento na Capitania do Siará Grande

Os trânsitos, os contatos, as trocas desencadeadas nas Américas, nos primórdios da modernidade, não constituíam características inerentes apenas à conformação social desse continente, haja vista ser um fenômeno que nos remete a tempos e espaços longínquos. No entanto, o Novo Mundo marca um grau de intensidade e complexidade no processo de misturas nunca visto antes na história da humanidade. “Invasores europeus, índios vencidos ou insubmissos, africanos vítimas do tráfico: a diversidade dos seres que se enfrentaram, algumas vezes se uniram e se mesclaram no continente americano, não tem equivalente”. Ademais, “a instantaneidade do contato e a aceleração das trocas são, também elas, sem precedentes: desde a segunda metade do século XVI, a abertura através de uma ligação do Pacífico permite aos homens, às ideias e às coisas circular entre a América e a Ásia, e, portanto, dar a volta ao mundo”.⁷⁸

Para Serge Gruzinski, “as primeiras mestiçagens de projeção planetária aparecem, assim, estreitamente ligadas às premissas da globalização econômica na segunda metade do século XVI, um século que, visto da Europa, da América, ou da Ásia, foi por excelência o século ibérico”.⁷⁹ Um mundo Ibérico que já se mostrava profundamente complexo no seio da Península, tendo em conta as “experiências vivenciadas pelos ibéricos durante os muitos séculos de ocupação muçulmana e de reconquista católica, movimentos forjados de sociedades profundamente mescladas biológica e culturalmente”, mas cujas conexões intercontinentais e as interdependências se tornaram planetárias, envolvendo as quatro partes do mundo. A experiência

⁷⁸ BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. Op. Cit. 2006, p. 10.

⁷⁹ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Op. cit. p. 18-19. As Coroas ibéricas - unidade política que regeu a Península Ibérica, resultando da União dinástica entre as monarquias de Portugal e de Espanha, no período de 1580 a 1640 - promoveram a presença de europeus em solo tropical africano, em terras do mundo asiático e do novo mundo americano. Essa dilatação desencadeada pela Monarquia Católica fomentou “o teatro de interações planetárias entre o cristianismo, o Islão e o que os ibéricos chamavam de idolatrias, uma categoria que abarca arbitrariamente os cultos americanos, os cultos africanos, ou ainda as grandes religiões da Ásia.” GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. Op. cit. p. 180.

americana, por sua amplitude e complexidade global, produziu “contornos inéditos, que passaram, inclusive, a ser ‘exportados’ para outras três partes do mundo”.⁸⁰

Se nos primórdios da modernidade os espaços na Ibero-América estavam conectados geográfica, econômica, social e culturalmente pelos trânsitos, contatos, trocas e mistura, como se pode conceber os sertões na América portuguesa sob o prisma do isolamento? Para Isnara Pereira Ivo, em seu estudo sobre as conexões econômicas e culturais constituídas entre os sertões da Bahia e a região das minas do ouro, a historiografia que retrata o sertão surgiu com relatos de sertanistas e bandeirantes nos primeiros anos do século XVIII. Nela, “a categoria sertão foi utilizada para identificar as regiões não litorâneas e referia-se a lugares pouco povoados, nos quais a atividade econômica limitava-se à pecuária”. Nesses estudos, o sertão foi “considerado inculto e cheio de façanhas barbarescas”. Um sertão “concebido como o abrigo da pobreza, da desordem e do isolamento, características opostas à forma de viver das regiões litorâneas, consideradas espaços privilegiados para a civilização, para a diversidade econômica e para o exercício da política”.⁸¹

Analisando nesse primeiro capítulo que, diferente da imagem de fixidez que o sertão - aqui representado pelo Ceará - foi imaginado pela literatura e pela historiografia, a nova realidade historiográfica,⁸² bem como uma variada gama de documentação, tem possibilitado constatações sobre a fluidez nas paragens sertanejas. A ideia de isolamento e barbárie, como se verá no decorrer do mesmo, dava-se por vários motivos: pelo viés natural ou geográfico, um entrave entre as duas partes da colônia; pelo lado populacional dada a não fixação dos colonos portugueses e, sobretudo, por ser habitado por “gente bárbara”, nativos; e pelo lado econômico, por não oferecer uma produção de mercadorias com vistas à exportação.

⁸⁰ PAIVA, Eduardo de França. “Um crioulo em Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II”. In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2013, p. 69. (Coleção Olhares)

⁸¹ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012, p. 32.

⁸² Sobre a ideia de um sertão cearense em movimento ver entre outros: CORTEZ, Ana Isabel Parente. “Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII”. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº. 8, outubro de 2013; SILVA, Rafael Ricarte da. Op. Cit.; VIEIRA JUNIOR, Otaviano. Op. cit.; JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. A urbanização do Ceará setecentista – As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2007; ROLIM, Leonardo Cândido. “Tempo das carnes” no Siará grande: o mercado das carnes secas na vila do Aracati (1710-1793). *Saeculum*. João Pessoa: nº 29 jul./dez. 2013; e SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “Negros no sertão do Acaraú (século XVIII)”. *VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar*. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2.

Em razão disso, a restauração de Pernambuco e demais capitanias do Norte em decorrência do pós-conflito entre luso-brasileiros e holandeses, a integração do sertão cearense ao Estado do Brasil, a guerra ao “gentio bárbaro” e a sobrevivência desse contingente populacional no Ceará, com ênfase para as freguesias de Aracati e Russas na ribeira do Jaguaribe, constituem problemáticas centrais de desenvolvimento deste capítulo.

1.1 A entrada da Capitania do Siará Grande no processo de integração social da Colônia.

A Capitania do Siará Grande, como ficou conhecida na documentação colonial, localiza-se no “imenso sertão” - região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão.⁸³ Na geografia contemporânea, parte dessa região compõe a área norte do Nordeste do Brasil. Do ponto de vista natural e geográfico, o Nordeste pode ser dividido em quatro grandes regiões: Mata, Meio-Norte, Agreste e Sertão. A região da Mata situa-se à leste da região nordestina, estendendo-se do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. O Meio-Norte compreende extensa área do Piauí e do Maranhão, onde dominam os cerrados, nas chapadas interfluviais, e a floresta dos cocais, nas baixadas e nas várzeas. O Agreste é uma região intermediária entre as áreas úmidas da Mata e as secas do Sertão; acompanha sempre a porção leste do Planalto da Borborema, ao mesmo tempo em que avança para o nordeste, no Rio Grande do Norte, e para o sul, em Alagoas. O sertão ocupa aproximadamente 55% da região nordestina e cobre alta porcentagem dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.⁸⁴

A par da definição, a região jaguaribana no Ceará, em destaque no Mapa 1, embora com limites no litoral atlântico, localiza-se na zona “seca do sertão” nordestino. No período em estudo, 1720-1820, essa área abrangia as freguesias de Aracati e Russas, delimitação espacial aqui em análise.

⁸³ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit. p.62

⁸⁴ ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986, p. 25, 31, 38 e 46. Ver essa discussão em: CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. cit. p. 34.

MAPA 1

Limites atuais da Macrorregião do Jaguaribe, Ceará



FONTE: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas-capitulo111/index.htm>>. Acesso em: 20/12/2014.

Contrariamente à concepção de sertão em trânsito, como a concebida nessa pesquisa, durante séculos no Brasil se pensou sertão pelo prisma do isolamento. No *Vocabulario Portuguez e Latino* de Dom Raphael Bluteau, publicado em 1712, a palavra Sertão aparece como “região apartada do mar, & por todas as partes metida

entre terras”.⁸⁵ Lugar longe do litoral, “posteriormente lhe foi acrescentando o signo de grande vazio inculto, desabitado”.⁸⁶ Texto referente ao ano de 1637, sobre “Notícia da Capitania do Seará”, corrobora com a definição de Bluteau e oferece subsídios para se pensar sobre as visões que se tinham a respeito dessa capitania sertaneja:

Pela notícia das nossas desgraças, e pela diligencia dos Olandeses, se ouvia já com grande respeito, a fama do Conde João Mauricio, entre os Índios mais remotos. São muitos os que vivem nas prayas, e sertão bárbaro do Seará. E He o Seará indigno de conter entre as chamadas Capitánias da Nova Lusitania. Mereceu este nome pela distância larduissima da terra inculta, que comprehende já no districto do Maranhão; tendo nella os Portuguezes hum débil Forte, com duas pessos de ferro e guarnição de trinta soldados.⁸⁷

Até o final do século XVII, esse quadro representaria a Capitania do Siará Grande na conjuntura socioeconômica do momento: sertão inculto, longe do litoral, habitado por “gente bárbara” que se aliava aos invasores estrangeiros. No período colonial, o território brasileiro fora dividido em capitánias hereditárias. Através desse sistema a Coroa doava lotes a donatários que deveriam administrar e explorar as concessões que lhes eram designadas. Com exceção de São Vicente, confiada a Martim Afonso de Sousa, e de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, “foram definhando as capitánias e algumas nem sequer chegaram a ser pisadas pelos senhorios, principalmente as localizadas ao norte de Itamaracá, pertencente a Pero Lopes de Sousa”.⁸⁸

Segundo Raimundo Girão, “no meio destas últimas estavam três em cujas áreas se compreendiam o território atual do Ceará”: a) “a de cerca de 100 léguas de frente, de costa, acima, dada a João de Barros em parceria com Aires da Cunha, e limitada entre a baía da Traição e a enseada dos Negros, que segundo uns é a do Jaguaribe, para outros é

⁸⁵ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico*, [...] Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESUS Anno de 1712, v. 7, p. 613. Disponível, com todas as licenças necessárias, no site: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 23/10/2013.

⁸⁶ Para Otaviano Vieira Junior, o primeiro significado da palavra sertão registrado no Brasil e que já aparecia na carta de Pero Vaz de Caminha seria como lugar longe do litoral. VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. Cit. p. 23. Em nota no livro de Henry Koster, Luís da Câmara Cascudo afirma ser a palavra sertão “empregada de maneira indefinida, não somente significando interior do País, mas às vezes, grande parte da costa cuja população é parca. Assim toda a região situada entre o Rio Grande e a Paraíba é chamada sertão. Paraíba é uma pequena província situada entre Ceará e Maranhão. Sertão, diria, nos clássicos portugueses, o interior”. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 97.

⁸⁷ FREIRE, Brito. “Notícia da Capitania do Seará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XX, 1906, p. 229.

⁸⁸ GIRÃO, Raimundo. Op. Cit. p. 17.

a enseada do Iguape [...]”, b) “a de 40 léguas, contadas do último ponto ao rio da Cruz, hoje sem discussão identificada como Camocim, concedida ao fidalgo da Casa Real Antonio Cardoso de Barros [...]” e c) “a com que se favoreceu Fernão Álvares de Andrade, medindo 75 léguas, a contar do rio da Cruz à ponta dos Mangues Secos, no Maranhão”.⁸⁹

Antonio Bezerra é enfático ao afirmar que até 1678, “na capitania do Ceará só era habitado o presídio de Fortaleza, e pontos circunvizinhos à costa”.⁹⁰ A situação de “inculta e desconhecida” até 1680, pelo visto, estendia-se ao interior das demais capitânicas limítrofes do Ceará. “Todas as explorações do Rio-Grande e Paraíba foram feitas posteriormente a esse tempo, e a da Baía, depois da invasão dos Paulistas, de 1674 em diante; por conseguinte mais de vinte e seis anos depois de extinto o domínio holandês”.⁹¹

Essas observações coadunam com as informações de Evaldo Cabral de Melo para quem, nas primeiras décadas do século XVII, o Nordeste era formado pelas chamadas capitânicas de cima; seu povoamento não ultrapassava à oeste os 70 quilômetros que, “demograficamente falando, constituíam apenas a franja litorânea de disposição latitudinal que, de Natal no Rio Grande do Norte, alcançava Penedo às margens do São Francisco.” Foi sobre esse “primeiro Nordeste” que se abateram por um quarto de século a guerra e a ocupação holandesa.⁹²

A atividade pastoril, principal elemento de expansão colonial dessa região, já estava iniciada no Ceará quando os holandeses a invadiram, mas se mostrava inconsistente. Seu desenvolvimento dar-se-á a partir de 1656, quando os invasores, em consequência das pazes celebradas entre Portugal e os Países Baixos, a desocuparam.⁹³ As invasões holandesas no Brasil desenvolveram-se na conjuntura econômica internacional em que a busca de conquistas para a expansão comercial foi o

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Ed. Fac. Fortaleza: Editora Minerva, 1918, p. III.

⁹¹ Idem, p. 61.

⁹² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 72. Importante esclarecer que o que o autor denomina de Nordeste são as capitânicas do Norte localizadas no antigo Estado do Brasil. Tratam-se, pois, das quatro capitânicas litorâneas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Siará Grande. Sobre essas denominações ver: MENEZES, Mozart Vergetti de. “Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte (1654-1755)”. *Saeculum*. Revista de História. João Pessoa, n° 14, jan./jun. 2006. De acordo com Pedro Puntoni, a Capitania do Rio Grande só adquire o adjetivo de Norte depois de 1737, para diferenciá-la da Capitania do Rio Grande de São Pedro, posterior Rio Grande do Sul. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2002, p. 39 e 40.

⁹³ NOBRE, Geraldo da Silva. *As oficinas de carnes do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977, p. 32.

motor propulsor. Afinal, de acordo com o pensamento mercantilista, um país “só podia crescer às expensas do outro, agarrando zonas produtoras e feitorias de seus rivais”.⁹⁴

No período de 1580 a 1640, no âmbito da União Ibérica, as investidas ao mundo atlântico, sob as ordens de um só monarca, Felipe II, ensejaram a ambição e em consequência o aumento das invasões e tomadas de domínios coloniais por parte de outros povos europeus, a exemplo dos holandeses, ingleses e franceses. Esses invasores quebraram a hegemonia “quase absoluta existente anteriormente”, dos impérios católicos luso-espanhóis.⁹⁵

Os investimentos privados efetuados no período inicial às Descobertas não eram exclusividade dos portugueses. Com exceção de certos monopólios, os estrangeiros católicos, moradores em Portugal ou não, obtinham concessões iguais aos dos nacionais. Dessa forma, afirma Alencastro que legal, ou ilegalmente, metade e provavelmente dois terços do açúcar produzido no Brasil havia sido transportado pelos holandeses até o início do século XVII. O “exclusivismo colonial” só se define após 1580, com a União Ibérica formada pelos tronos ibéricos sob o comando de Felipe II. O exclusivismo, ao mesmo tempo em que priva estrangeiros dos negócios nas possessões portuguesas e espanholas, no ultramar, tolhe liberdade dos colonos, através de leis, “submetendo-os a governadores encarregados de lembrar o sentido da colonização”.⁹⁶ Como veremos, especialmente no terceiro capítulo, as noções tanto do exclusivismo colonial quanto das relações de dominação e controle entre coroa e colonos estão sendo reinterpretadas por parte da historiografia contemporânea.

A dominação holandesa no Brasil vai de 1630 a 1654 e pode ser dividida em três períodos: de 1630, queda de Olinda, a 1637, quando o comando hispano-luso-brasileiro abandona Pernambuco. Momento que corresponde à guerra de resistência que se saldou pela imposição do poder neerlandês sobre toda a região entre o Ceará e o São Francisco. A segunda fase, de 1637 a 1645, compreende o governo de Maurício de Nassau e o início da insurreição luso-brasileira. Finalmente, de junho de 1645 a janeiro de 1654, período que abrange a guerra de restauração e “que culminou com a

⁹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 189.

⁹⁵ PAIVA, Eduardo de França. “Um crioulo em Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II”. Op. cit. p. 67.

⁹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 22.

capitulação do Recife e das demais praças fortes inimigas, liquidando definitivamente a presença holandesa no Nordeste”.⁹⁷

Da segunda metade do século XVI até meados do século XVII, o açúcar liderou como produto principal de exportação na América portuguesa. A partir da primeira metade do século XVII, esse produto, passou a ser produzido, em grande medida por mão de obra escrava africana. Em razão disso, os holandeses perceberam que tendo o controle do mercado de escravos, logo dominariam a produção e venda do açúcar e, por conseguinte, os lucros sobre a comercialização. Daí a invasão holandesa sobre Angola, principal mercado de escravos africanos, como também as demais vias de acesso ao tráfico pelo Atlântico e, ainda, os saques aos negreiros de outras nações, compuseram o quadro de estratégias de controle sobre a produção e comercialização do produto.

Não obstante as investidas da Coroa, das batalhas internas sucessivas com algumas vitórias dos colonos sobre os invasores - como a do Monte das Tabocas em agosto de 1645, Itaparica em dezembro de 1647, e a batalha dos Guararapes em 1648 - nada abalou a situação tamanha a força do vínculo entre o tráfico angolano e o escravismo brasileiro. Retomando a Antonio Vieira, para quem “sem Angola não há Brasil”, Alencastro reitera com o pensamento da época: “sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros”.⁹⁸ Desse modo, somente com a dominação dos holandeses na África, conseguiu-se expulsá-los do Brasil, pois, uma vez contidos em Angola, não tinham mais como manter o tráfico e continuar enviando escravos para Pernambuco.

A reconquista da Angola devia partir do Brasil. “Hesitantes de bater de frente com os holandeses em Pernambuco, Salvador de Sá – sócio dos interesses negreiros - adere desde 1643 ao campo dos que encaravam Angola como o objetivo central da contra-ofensiva (sic) do Império no Ocidente”.⁹⁹ A operação, com a cobertura de D. João IV, saiu do Rio de Janeiro, ponto interessado no tráfico angolano. Salvador de Sá, com seus parentes, sua gente, seus negociantes, seus proprietários rurais e seus jesuítas fluminenses, foi o principal artífice da *Pax Lusitana* no Atlântico Sul. Cerca de 70% dos

⁹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 13.

⁹⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 230.

⁹⁹ Idem, p. 225

gastos com mantimentos, homens, armas e navios ficaram a cargo dos negreiros e fazendeiros fluminenses.¹⁰⁰

Em razão disso, afirma Evaldo Cabral de Melo, “as guerras holandesas foram inegavelmente guerras do açúcar”, ou seja, “de guerras sustentadas pelo açúcar, ou antes, pelo sistema socioeconômico que se desenvolvera no Nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu”.¹⁰¹ Em vinte e seis anos de domínio estrangeiro, o Brasil holandês, contou com mais de dezesseis anos em que a guerra predominou. Ataques a engenhos, saques a povoações, incêndios de canaviais, crise do preço do açúcar no mercado externo – 1641 a 1645 – em parte devido à produção nas Antilhas, concorrência crescente no mercado internacional do produto, entre outros fatores levaram as áreas produtoras ao declínio.

A crise do açúcar impossibilitava a economia portuguesa de adquirir manufaturas, sobretudo inglesas, para a metrópole e suas possessões. Diante disso, o Conde de Ericeira, ministro-chefe de D. Pedro II (1683-1706), provocou a desvalorização da moeda para proteger e ampliar a indústria em Portugal. “A virada do mercado internacional possibilitou uma nova demanda e elevação de preços dos produtos agrícolas do Brasil (açúcar, algodão e peles), além do vinho e azeite de oliva de produção portuguesa”.¹⁰²

A reconstrução das capitâneas do Norte, ante a crise do açúcar, demandou investidas para outros setores da economia. As faixas áridas e semiáridas das mesmas, que até então constituíam uma resposta à demanda de alimentos e animais de tração gerada na área canvieira através da agricultura de subsistência e da criação extensiva, transformaram-se, de agora em diante, em um dos alvos para o desenvolvimento da produção econômica. Além de outros produtos como a carne verde ou seca, os rebanhos bovinos garantiriam o fornecimento de couro. As principais áreas de suprimento de gado estavam situadas no litoral do Rio Grande e no baixo São Francisco. A criação constituía, segundo o governo holandês, era “a mais certa e lucrativa atividade que se pode empreender no Brasil, pois não traz riscos e despesas.” Os rebanhos “abundavam no São Francisco, onde havia curraleiros desde 5.000 até

¹⁰⁰ Idem, p. 233 e 234.

¹⁰¹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 12 e 13.

¹⁰² MAIA, Lúcio José de Oliveira. *Serras da Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010, p. 87.

12.000. Cavalgando pela sua ribeira, Nassau espantar-se-á do tamanho das boiadas que pastavam tranquilamente”.¹⁰³

Se no período *ante bellum*¹⁰⁴ o processo de especialização regional limitava-se ao “primeiro Nordeste”, ou seja, praticamente à faixa úmida, responsável pela expansão açucareira no Atlântico, a criação de gado conheceria grande crescimento após a expulsão dos holandeses. O incremento das atividades pastoris demandou, portanto, investidas para outras áreas tidas como sem proveito econômico, as sertanejas. Segundo Pedro Puntoni, a expansão territorial, ao voltar-se em direção ao interior e, portanto, ao ocidente, permite o movimento de ocidentalização da colônia. Nesse movimento, “o processo de ocupação do sertão era dinamizado pelo incremento do povoamento e pela diversificação das atividades produtivas. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos”.¹⁰⁵

Associado a esse processo, outro mecanismo da expansão da empresa portuguesa nos sertões foi a busca de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao do Brasil. Era este caminho “uma necessidade de longa data, não só pela ajuda ao comércio entre os dois Estados, como pelas fronteiras que abriria”. Assim, “seu interesse imediato residia no fato de que o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitanias do Norte”.¹⁰⁶

A Capitania do Siará Grande, pela carta régia de 13 de junho de 1621, passou a fazer parte do Estado do Maranhão e do Grão-Pará.¹⁰⁷ A costa Leste-Oeste brasileira - na extensão que compreende o Ceará, próximo do cabo de São Roque (Rio Grande do Norte) até a fronteira setentrional do extremo norte amazônico (Cabo Orange,

¹⁰³ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 73 e 74.

¹⁰⁴ O período *ante bellum* é utilizado por Evaldo Cabral de Mello para designar o período anterior a dominação dos holandeses em Pernambuco. Já o período *post bellum* relaciona-se à saída da capitania geral de Pernambuco e demais regiões do norte do Brasil do conflito com os holandeses. Idem, p. 72 e 73.

¹⁰⁵ PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 26.

¹⁰⁶ Idem, p. 27.

¹⁰⁷ Segundo José Eudes Gomes, “O Estado do Maranhão foi criado em 1621, sendo instalado somente em 1626 e extinto em 1652. Em 1654, foi reinstituído com o novo nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Posteriormente deu origem ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 1751, com sede em Belém. Finalmente, em 1772, aquele Estado foi dividido em duas unidades administrativas: o Estado do Maranhão e Piauí, sediado em São Luiz, e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sediado em Belém.” GOMES, José Eudes. *As milícias d’el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009, p. 33.

Amapá)¹⁰⁸ – abrangendo, portanto, o Piauí, o Pará e o Maranhão - estava sujeita aos sistemas de ventos e correntes no Atlântico. Na descrição de Luis Felipe de Alencastro:

Tamanha é a força das águas rolando nessa área que, mesmo com as velas meio arriadas, navios grandes podiam cobrir em três dias as trezentas léguas separando o cabo de São Roque do Porto de São Luís. Em contrapartida a corrente representava um obstáculo quase intransponível à navegação a vela no retorno do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil. Até o advento dos barcos a vapor, nos meados do século XIX, só as sumacas – barcaças pequenas de dois metros conseguiam sair da Bahia, de Pernambuco ou mais do sul, e bordejar no torna-viagem do Pará ao Maranhão.¹⁰⁹

As dificuldades de navegação nessa passagem oceânica eram tão intensas que “missionários e autoridades civis despachadas da Bahia para São Luís e Belém deviam primeiro ir fazer baldeação em Lisboa, para depois viajar até o Maranhão e o Pará”.¹¹⁰ A criação do Estado independente do Grão-Pará e Maranhão, em decorrência dos transtornos da navegação e da dificuldade de comunicação entre o Maranhão e o Estado do Brasil, “responde perfeitamente ao esquadro da geografia comercial da época da navegação a Vela” e estava no cerne das preocupações de integração do Império português no Atlântico Sul.¹¹¹

De acordo com Raimundo Girão, a inclusão da Capitania do Ceará ao Estado do Maranhão em 1621 provocou sérios protestos do então Capitão-Mor Martim Soares Moreno. Contudo, somente após a retirada dos holandeses, em 1654, no quadro de reconstrução de Pernambuco ante a crise do açúcar, o Ceará passou a constituir espaço de interesse na expansão da empresa portuguesa nos sertões. Na urgência por reconstruções “e como as rendas do estado do Maranhão eram deficientes”, em 1654 a capitania do Siará Grande passou a fazer parte da capitania geral de Pernambuco.¹¹² A

¹⁰⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 153 e 154.

¹⁰⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit. p. 58. As “sumacas eram barcos a vela menores que os patachos, que se tornariam ao longo do século XIX a principal embarcação nas rotas da costa Leste-Oeste.” Passaram “a dominar o sempre complicado trecho de navegação a partir do cabo de São Roque por serem mais ágeis e podiam assim vencer as temíveis correntezas”. Sua introdução no Brasil teria sido uma adaptação de embarcações holandesas e teria sido fundamental para possibilitar as transações dos portos do sertão com o porto do Recife de Pernambuco. OLIVEIRA, Almir Leal de. “As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII.” In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (org.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 512.

¹¹⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 59.

¹¹¹ Idem, p. 20.

¹¹² GIRÃO, Raimundo. Op. Cit. p. 96. Segundo Caio Prado Junior, “as capitanias que formavam o Brasil são de duas ordens: principais e subalternas. Estas são mais ou menos sujeitas aquelas; [...] de uma forma

anexação do Siará Grande a Pernambuco não se restringia a seus aspectos políticos e econômicos, já que as fronteiras dessa grande área administrativa “também encerravam os limites do bispado de Olinda o que tornava a vinculação e a confluência de interesses regionais ainda mais estreitos”.¹¹³

A condição de dependência a Pernambuco também não agradou as autoridades e comerciantes locais. No desenrolar do século XVIII, quando a produção da Capitania passou a ganhar maior visibilidade no mercado, a busca pela liberdade econômica se intensificou, mas somente em 1799 dar-se-ia por fim a independência do Siará Grande de Pernambuco. Como justificativas principais para a desanexação, em carta ao secretário de Negócios no Ultramar em 1799, o Governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos, reitera o problema da navegação na costa leste e alega os prejuízos causados à Capitania na comercialização de suas mercadorias ante a dependência de Pernambuco.

A navegação d’Oeste, para Leste, bem como a do Norte p^a[para] o Sul, na Carta da America Meridional, he lenta, e trabalhosa, pella escaseza da monção, falta de ventos próprio, correntes das agoas, e tão perigosa, pellos escolhos, Recifes, e parceis, que bordão toda a costa principalmente, do Siará, athe a enseada de vazabarris, nos Mares da Bahia: Conhecendo os Povos do Siará, estes riscos do seu comercio, unidos as Camaras, requerão a sua Mag^{de} lhes permitise huma navegação direta a Capital, porem mandando se ouvir aos Generaes de Pernambuco, estes embarasarão, com simulados, ou inadvertidos pretextos, a concessão desta Graça, fazendo esta objeção, hum sensível, da felicidade daquelles Povos, e augmento de Real Fazenda. O estrago he conhecido, e lamentável, o continuo prejuízo, daquelles collonos, pois os gêneros, que produzem o Siará, os embarcam em

geral, os poderes dos governos são os mesmos em ambas as categorias provinciais. Só o título do governador diferia: capitão-general e governador, nas principais, capitão-mor de Capitania (não confundir com capitão-mor de ordenanças), ou simplesmente governador, nas demais”; PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit. p. 325 Pernambuco era a capitania principal, a ela estavam anexadas como subalternas as Capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba.

¹¹³ NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit. p.94. Para Alencastro, na *cartografia diocesana* desenhada pelo papa Inocêncio XI, as dioceses ultramarinas ficaram assim divididas: “sediado em São Luís, o novo bispado do Maranhão (1677) será sufragâneo do arcebispado de Lisboa até a Independência em razão das dificuldades de comunicação marítima com o arcebispado da Bahia. Na mesma época é criado o bispado de Olinda (1676), abrangendo a área da foz do São Francisco até o Ceará, limite da navegação marítima favorável em direção ao Norte. A prelatura do Rio de Janeiro é aproveitada a bispado enquanto a diocese da Bahia passa a ser dotada de um arcebispado (1676). O novo arcebispado baiano terá sufragâneos as dioceses de Olinda e do Rio de Janeiro, mas também o bispado do Congo e Angola, e a diocese de São Tomé, englobando a Costa da Mina.” Desse modo, para o autor: “Varnhagen já tinha observado que o prodigioso crescimento da população” induzido pela pecuária nos sertões piauienses e maranhenses dera lugar à diocese do Maranhão. Note-se que o bispado de Olinda abarca o Ceará, outra frente de marcha das boiadas, enquanto o arcebispado da Bahia ganha jurisdição sobre a África Central e o golfo da Guiné, regiões freqüentadas pelos negreiros luso-brasílicos. A nova cartografia diocesana desenha os verdadeiros contornos da geografia econômica gerada no Atlântico após a Guerra dos Trinta Anos”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 341, 342.

Sumacas, que vão a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, levados por hum frete maior do que pagarião, se viecem em direitura a Capital, com viagens q[ue] excedam, // o duplo das uzuaes, daquelle Continente, a este nosso Continente, e por Particos e Mestres, que pella sua imperícia, e ebriedade, naufragão miseravelmente, com perda grave, daquelles Povos, e comercio pois he raro o anno, em q[ue] senão contão m^{tos} [muitos] destes naufrágios, que se remediarão, se a navegação, fosse direta, a esta Capital estas são as tristes conseqüências, dos obstáculos factícios, com q[ue] os Generaes de Pernambuco, impugnaram a navegação, com direta a Lisboa, sem se acordarem, destas ruínas, atendendo talvez somente, ao ambiciozo capricho, de dominarem, com ilimitada jurisdição, mais de mil, e duzentas legoas quadradas, que ... comprehende, a Capitania do Siará, e de terem mais mil, e duzentos contos de reis, que fasa avultar mais suas remessas, que de tantos, annualmente derrama o Siará, pellas suas producois, em Pernambuco!¹¹⁴

Os empecilhos giravam em torno da condição jurídica de dependência a Pernambuco. Contudo, não obstante essa condição, o Ceará comercializava com outras praças da Colônia, a exemplo da Bahia, do Rio de Janeiro e, como veremos, com o Maranhão. Esse elemento possibilita contestar dualismos rígidos de dominação, controle e dependência. De todo modo, “impelido” a um comércio intermediário com as praças de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, o Ceará sofria grandes prejuízos relacionados aos preços dos fretes, feitos em pequenas embarcações que passavam por constantes naufrágios. Além disso, não podia desenvolver uma navegação direta com Portugal, bem como com outras partes do mundo, a exemplo do continente africano. Nesse ponto, os elementos naturais, ou seja, o sistema de ventos e as correntezas em si perdem força para justificar a não entrada da Capitania nas vias comerciais diretas no Atlântico Sul.

Na realidade, a costa cearense apresentava condições de navegação. Em fins do século XVIII, o governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcellos, em sua Memória Escrita sobre a Capitania do Ceará, relata:

Em o anno de 1785 na Enseada do Mocaripe junta a Villa de Fortaleza, entrou huma galera Francesa, que hia a Corte da Africa, fazer comercio de Escravatura, q[ue] não podendo, dobrar o Cabo de S. Roque, pellas dificult^{es} [dificuldades] referidas, e faltas de agoas, lenha, e concerto, veio buscar tudo, naquelle Porto, ahonde esteve fundeado, mais de quinze dias, sem o menor risco, e o mesmo Targini, único, que naquelle Paiz, falava a lingua Francesa, e pella obrigação

¹¹⁴VASCONCELOS, Manoel Bernardo de. “Memória Escrita pelo Governador sobre a Capitania do Ceará, em 1799”. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 51, p. 212.

do seu cargo, foi ao seu bordo, com o Ouvidor Geral, e observou, com um prumo, haver fundo capaz, de ancorarem, embarcações de maior bordo [...].¹¹⁵

As embarcações estrangeiras que saíam dos portos cearenses, no final do século XVIII, denotam trocas comerciais sem o aval da Coroa, o que pode colocar em xeque a ideia de exclusivismo colonial e, por conseguinte, a visão dualista entre Metrópole e Colônia. Nesse sentido, para Russel-Wood, estudos históricos produzidos nas últimas décadas têm demonstrado que:

a visão do pacto colonial, baseada em noções dualistas, polarizadas, ou mesmo bipolarizadas, necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holística e flexível, que seja mais sensível a fluidez, permeabilidade e porosidade dos relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios [...].¹¹⁶

Na medida em que se questiona os dualismos rígidos – Colônia e Metrópole – e binômios – dominação e controle, sinaliza-se para uma reinterpretação das formas de relação construídas pelas autoridades coloniais e pelos colonos. De fato, as recentes abordagens historiográficas, ao se voltarem para os fluxos e dinâmicas internas, têm demonstrado que “os colonos conseguiam negociar as políticas e práticas da Coroa no sentido de torná-las menos opressivas e/ou mais de acordo com as prioridades, necessidades e práticas da sociedade colonial”.¹¹⁷

A abertura ou conquista do Siará Grande correspondia uma alternativa, um caminho terrestre que ligasse os centros da colônia, ou seja, os dois Brasis separados pelas correntes marítimas. Desse modo, embora essa capitania “fosse considerada sem proveito algum, agora já era inadiável tirar o Maranhão aos franceses, cuja ousadia não tinha medida, estabelecendo-se, ao longo da marinha, difíceis pontos de defesa e de escala e suprimento às frotas que o demandassem, no serviço da conquista”.¹¹⁸

Aquela monotonia costeira, aumentada pela pequenez ou ausência de vegetação, em contraste com a agitação do mar, batidos de fortes

¹¹⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Prefácio.” In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 14.

¹¹⁷ IVO, Isnara Pereira. “Trânsito externo e o malogro da interiorização holandesa no Brasil.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 185.

¹¹⁸ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 68.

ventos, conjurando-se tudo para emprestar aspecto de aridez e inutilidade a paragens tão distanciadas dos ainda raros núcleos de população do Estado do Brasil, ajudava o descaso da metrópole portuguesa em relação ao Norte, e foi preciso que a pirataria estrangeira entrasse em amudada traficância com os naturais, para que ela, arrastada mais pela intrepidez dos colonos do que pela iniciativa própria, olhasse melhor a situação periclitante dos seus direitos nesta parte dos seus domínios no Novo Continente.¹¹⁹

Segundo Girão, nessa fase “ilícita” de povoamento, Pero Coelho¹²⁰ encontrou “mesclados aos tabajaras, alguns franceses armados de trabuco e, por certo, fornecendo-lhes alguns instrumentos de ferro e outros efeitos da indústria europeia”. Tendo falhado de início o regime de donatarias no norte da colônia, mesmo antes das invasões holandesas, os franceses se instalaram, “construindo feitorias e centros de comércio com os naturais, de cuja amizade souberam inteligentemente aproveitar-se”.¹²¹

Essa região desconhecida ainda pelos portugueses, mas já explorada pelos franceses para a constituição da França Equinocial, corresponde às serras da Ibiapaba, área que fica à noroeste da Capitania. A partir do século XVII, as autoridades colonialistas empenharam-se para fazer dessa região um caminho por terra para ligar e integrar o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará.¹²²

Desde suas primeiras visitas ao Ceará, o europeu deparou-se com um grande contingente indígena, distribuído em várias “nações” pelas serras, sertões e litoral. Em síntese, as diversas nações podem ser assim alocadas ao logo desses sertões: os Tremembé, ocupantes do litoral; os Tabajara, ao norte da Serra da Ibiapaba; os Cariri, na região compreendida entre a Serra do Araripe, às margens do Rio Salgado; os Caratiús, donos do sertão desse nome, hoje Crateús; e os Tarariús, distribuídos pelas ribeiras do Açu e da Serra do Apodi, no Rio Grande do Norte e ribeira do Jaguaribe, no Ceará. Os Tarariús, portanto, ocupavam os territórios aos quais se refere este trabalho, ou seja, a ribeira do Jaguaribe. Segundo Raimundo Girão, graças a estudos de etnólogos, como Pompeu Sobrinho, sobre essas nações, verifica-se que os Tarariús compunham-se dos grupos jandoins, canindés, paiacus, jenipapos, jenipapoçus, javós,

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

¹²⁰ Pero Coelho de Sousa era homem nobre, rico, açoriano e residente na Paraíba. Em 1603, obteve permissão do Governador Geral Diogo Botelho, 8º Governador do Brasil, e montou uma expedição cujo objetivo era romper as terras entre Pernambuco e Maranhão, a fim de encontrar possíveis riquezas. Nesse ano, sob o comando desse Capitão-mor ter-se-ia dado a primeira entrada de portugueses no Ceará. Diante dos conflitos com as várias tribos com as quais se depararam, essa expedição não obteve sucesso. Sobre essa discussão, ver: GIRÃO, Raimundo. Op. cit. e XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 47-48; e GOMES, José Eudes. Op. cit.

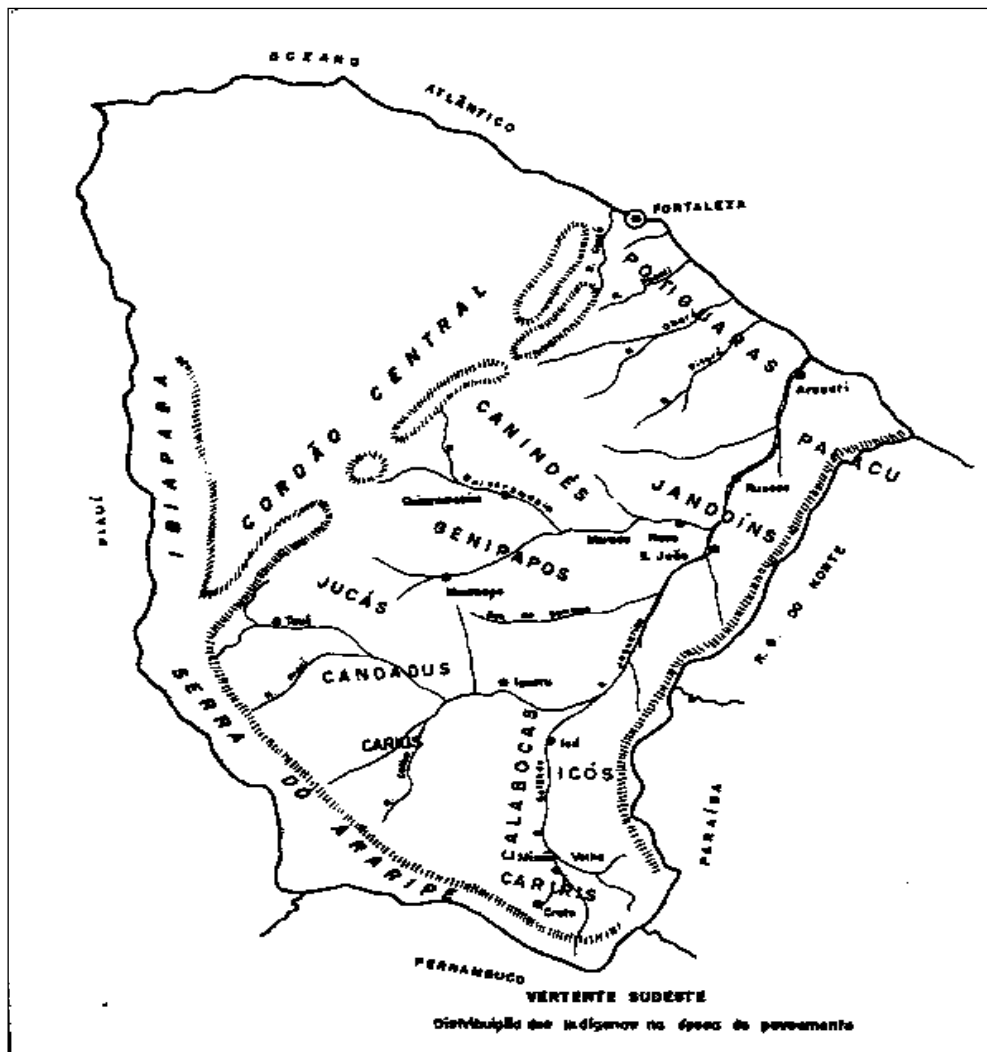
¹²¹ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 18 e 31.

¹²² MAIA, Lígio José de Oliveira. Op. cit. p. 18-19.

camaçus, tucurijus ou irariús e os xucurus ou xocós.¹²³ O Mapa 2, em grande medida, representa a distribuição dessas diversas nações na capitania do Ceará.

MAPA 2

Distribuição dos povos indígenas na época do povoamento



FONTE: GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 48.

Em razão do exposto, ainda que pela via “não oficial,” isto é, pelas invasões por povos estrangeiros, a Capitania do Siará Grande, antes mesmo de ser aberta as vias de expansão colonial portuguesa, constituía uma área de interação social, já vivia em trânsito, conexões, mesclas culturais e certamente biológicas as diversas sociedades nativas de distintas “nações” com povos de procedências variadas e distantes, a exemplo dos franceses e holandeses.

¹²³ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 23-29.

A categoria “nação” utilizada na classificação dos diferentes grupos nativos do Ceará e do Rio Grande foi uso corrente na designação dos nativos na América portuguesa desde o século XV até o XIX. Livre ou escravo, “nação se aplica a qualquer povo, infiel ou cristão, com o qual o Estado português se relaciona”.¹²⁴ Tinha conotação a origem, procedência. De acordo com Eduardo Paiva, de modo geral, na documentação escrita do século XV e início do século XVI, sobre regiões e povos africanos, como também, sobre o Novo Mundo “geralmente, não empregaram a categoria ‘nação’ aos negros africanos”, enquanto que no caso americano, “‘nação’ foi reservada aos diferentes grupos de nativos. Os africanos eram tratados como ‘negros’, ‘mouros’, ‘etíopes’, ‘negros de Guiné’ ou ‘guineus’, ‘cafres’ ou, ainda, simplesmente como Angolas, Congos, Guínés, Jolofos, Mandingas, entre outras nomeações.” No século XVIII, os africanos comumente já eram identificados por nações.¹²⁵

Embora o termo nação esteja muito presente na documentação escrita em geral e, em consequência, na historiografia cearense, fazendo referência aos nativos¹²⁶, nas atas paroquiais de casamentos e batismos de Aracati e Russas, de 1720 a 1820, essa categoria consta em apenas seis registros de batismos de Aracati, na passagem do século XVIII e início do XIX, e foi de uso exclusivo para a população oriunda da África. Assim, a título de exemplo, aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e dois foi batizada Caetana, nação Costa, escrava de Luiz Carlos Saboia; já aos vinte e um de setembro de mil oitocentos e quinze, foi batizada Joaquina, nação Angola, escrava do Alferes João Pereira Guimarães.¹²⁷ A população nativa, como veremos a seguir, foi denominada de tapuias, de índios, de bárbaros, dentre outros. Denominações essas que também congregam significados ao longo do processo de colonização.

¹²⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 103. Sobre os termos ver ainda: REZENDE, Rodrigo Castro. “Origens africanas ou identificações mineiras? Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas Gerais do século XVIII.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 338 e 339.

¹²⁵ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 145; SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit. p. 103

¹²⁶ Ver, entre outros, referências nos trabalhos de GIRÃO, Raimundo. Op. cit.; MAIA, Lígio José de Oliveira. Op. cit.; XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit; e GOMES, José Eudes. Op. cit.

¹²⁷ Livro de Batismos de Aracati, nº10 (1796-1802), p. 13 e livro de Batismos de Aracati, nº 13 (1811 – 1834), p. 70. (ADLN) os referidos assentos não fazem menção a datas de nascimento nem a filiação.

1.2 Invasores e nativos: conflitos e resistências no processo de povoamento na Capitania de Siará Grande

No início do processo de ocupação e até a consolidação das fazendas de criar, principal vetor de colonização no Ceará, os conflitos entre os nativos e os invasores foram sangrentos e avassaladores em toda a Capitania e muitas vidas foram ceifadas. Esses conflitos entre os conquistadores, os invasores e os nativos cresciam na medida em que as terras iam sendo ocupadas pela pecuária e os nativos aldeados, escravizados, expulsos e, em grande parte, assassinados.

Não obstante os conflitos, a política de alianças e aproximações “relativamente pacífica” com alguns povos indígenas parece ter sido comum aos invasores, a exemplo do que se dava com os franceses e praticada pelos holandeses, quando de posse do Norte brasileiro.¹²⁸ Seguindo as regras da colonização, os comerciantes holandeses perceberam que seria necessário encontrar aliados para a manutenção do domínio. Se não simplesmente como objeto de suprimento de mão de obra escrava, é inegável a participação dos nativos na dinâmica colonial, seja nas “batalhas e escaramuças ocorridas nas ditas guerras holandesas” e/ou no processo de expansão portuguesa. Com relação às guerras holandesas, Pedro Puntoni constata a participação indígena, com ou sem o consentimento destes.

Por exemplo, a própria tropa de negros de Henriques Dias era, em 1646, formada por 500 negros, 200 minas e 700 tapuias. Nas escaramuças e batalhas das guerras do Brasil, eram sempre os índios os primeiros a serem passados no fio da espada e os últimos a serem considerados nos acordos de guerra. Lusos e batavos disputavam a aliança com os índios que, nos seus matos, se tornavam soberanos. Para penetrar e fazer a guerra neste difícil ambiente – onde tudo são índios, e tudo é dos índios, como dizia o padre Antonio Vieira -, que, ao contrário do mar Oceano, grandes obstáculos colocavam aos caminhos do colonizador, fazia-se necessário conseguir a colaboração dos índios, com ou sem o seu assentimento. Certamente, nunca em seu proveito.¹²⁹

¹²⁸ Sobre as alianças envolvendo nativos e invasores na Capitania do Rio Grande, ver: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013; e LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Sobre as alianças envolvendo nativos e invasores na Capitania do Piauí, ver: SILVA, Mairton Celestino da. “Africanos escravizados e índios aldeados na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800”. In: SILVA, Mairton Celestino da e OLIVEIRA, Marylu Alves de. (Orgs). *Histórias: do social ao cultural/do cultural ao social*. Teresina: EDUPI, 2015.

¹²⁹ PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 59.

O controle das áreas produtoras dar-se-ia através do povoamento das novas terras com súditos fiéis. Com ou sem a participação indígena, a abertura desses caminhos trouxe consequências gravíssimas aos nativos, tidos, de agora em diante, como entraves ao povoamento dos sertões. No final do século XVII, os paulistas e seus índios já estavam sendo empregados para abrir caminhos pelos sertões e resolver o impasse. Várias “campanhas foram organizadas em São Paulo, inclusive a de Domingos Jorge Velho – famosa pela destruição do quilombo dos Palmares – e a de Manuel Alvares de Moraes Navarro”. Apesar de enfrentar a obstinada resistência de vários grupos revoltados com a expansão pecuária, “os paulistas encontraram mais uma vez nas alianças com certos grupos indígenas o caminho da vitória, o que na verdade significou a destruição, entre 1690 e 1720, da maior parte da população indígena das capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí”.¹³⁰

As campanhas do Norte mostraram-se cruelmente destrutivas em relação aos nativos em face de expansão econômica. Seria lícito fazer cativos “gentios” tomados em guerra justa autorizada pelo Estado ou pela Igreja. A guerra contra os infiéis configurava-se mais do que um direito, era um dever. Em “Notícias sobre a Capitania do Ceará”, o Barão de Vascellos indica que a construção do presídio de San Francisco Xavier, em 1696, na povoação de Russas, ribeira do Jaguaribe, apaziguou “os Paiacús, cujo efeito foi extraordinário, porque atemorizou ao mais Gentio”.¹³¹ Em 1695, decidiu-se fazer na ribeira do Açú, no Rio Grande, um presídio “com gente que pudesse refrear qualquer impulso dos bárbaros”.¹³²

Os termos gentio e bárbaro fazem alusão aos nativos, associando-os a selvageria. Nos registros de casamentos e batismos das freguesias de Aracati e Russas, componentes da ribeira do Jaguaribe, relacionados ao período de 1720 a 1820, não se encontra a categoria gentio atribuída aos nativos. Aparece sim, com muita frequência, como veremos no terceiro capítulo, relacionada aos africanos: Guinés, Minas e Angolas.¹³³ De todo modo, seja em relação aos índios ou aos africanos, gentio é “usado

¹³⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 95.

¹³¹ Barão de Vascellos. “Capitania do Ceará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza. Tomo: XXIII, 1909, p. 76.

¹³² PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 174.

¹³³ As conclusões aqui para os termos nação e gentio, assemelham-se as de Gian Melo, sobre o Recife Colonial, para quem: “os termos nação e gentio aparecem sempre se referindo aos africanos e não aos poucos indígenas encontrados, estes são tidos como índios.” Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife Colonial (1790-1800)*. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 197.

em situações em que há uma referência aos povos que são alvo da catequese missionária”.¹³⁴

A noção de barbárie, por vezes, distinguia ainda os nativos do sertão e os nativos do litoral. Bárbaro era o tapuia. Tapuia era o nativo das áreas sertanejas, enquanto Tupis eram os povos nativos do litoral. A respeito dessas considerações, a documentação do período traz muitas evidências. Trechos da carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 maio de 1696, nos proporciona contatos com tais denominações. Descreve o Padre: “me recomendou o mesmo governador que por serviço de Deus e de Vossa Majestade fosse à ribeira do Jaguaribe, e do assu examinar os tapuias paiacus e os Gendoins, se por firmeza da nova Paz querião admitir missão e, fui nas ditas ribeiras [...]”.¹³⁵ Na documentação paroquial em análise, também se verifica o termo tapuia a exemplo dos registros de batismos de Felippa, tapuya; Ritta, filha de Maria, tapuya; Lauriano, filho legítimo de Francisco, Tapuio, e Luiza.¹³⁶

O tapuia, o gentio a par dos princípios cristãos e imperiais, uma vez catequizados ou amansados, não ofereceriam resistência à expansão colonialista. Se insubmisso, deveria ser escravizado, ou melhor, exterminado. Desse modo, pelo viés da catequização foram criadas Juntas e Missões, primeiramente no Maranhão, em 1655, mas logo tornadas operacionais no Estado do Brasil. Em linhas gerais, os índios aldeados “adquiriam direito à proteção real”, deveriam cumprir obrigações que iam desde a luta “nas guerras contra estrangeiros ou grupos indígenas hostis”, como também “trabalhar em serviços para o rei e para os moradores em troca de salários.”¹³⁷

Na conjuntura do final do século XVII, embora ainda persistisse por muito mais tempo, a escravidão indígena já não mais interessava tanto quanto no início do processo de colonização, posto que, sobretudo a partir do século XVIII, “o movimento de tráfico negreiro assumia sua centralidade”. A entrada regular do africano no Brasil “diminuiu a importância dos índios como reserva potencial de mão-de-obra (sic) cativa, transformando-os apenas num embaraço à expansão da fronteira agropastoril: abria-se a

¹³⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit. p. 103.

¹³⁵ Carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 de maio de 1696. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte I, nº 50, p. 64. Sobre as distinções entre Tupi e Tupia, ver: REZENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003; PUNTONI, Pedro. Op. Cit.; e MAIA, Lúcio José de Oliveira. Op. cit.

¹³⁶ As referências aos registros respeitam a ordem de apresentação dos mesmos. Livro de Batismos de Russas, nº 01 (1730-1761), p. 31v; Livro de Batismos de Russas, nº 02 (1741-1764), p. 14; Livro de Batismos de Russas, nº 01, p. 48v. (ADLN).

¹³⁷ MAIA, Lúcio José de Oliveira. Op. cit. p. 30

via à sua exterminação”.¹³⁸ Os nativos com suas insatisfações e rebeldias estavam atrapalhando a expansão, o povoamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

Nesse processo de expansão da pecuária, o conjunto de confrontos e sublevações ocorridos entre 1651 e 1704 e que se estenderam por todo o sertão baiano e pernambucano, ficaram conhecidos como a Guerra dos Bárbaros. A Guerra dos Bárbaros, mais do que um movimento unificado de resistência, resultou de uma série de conflitos heterogêneos que envolveram índios, moradores, soldados, missionários, agentes da Coroa portuguesa e tiveram lugar na ampla região do sertão norte. Essas guerras representaram ponto nodal para a expansão do gado e, por conseguinte, povoamento das capitanias sertanejas. “Longe de serem guerras de conquistas e submissões de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de limpeza do território”.¹³⁹

As Guerras de Assu configuram-se como ponto de desdobramento da chamada Guerras dos Bárbaros. Suas fronteiras situavam-se entre as ribeiras do Jaguaribe, no Ceará, e do vale do rio Açu ou Piranhas, no Rio Grande. Ocupando as margens da lagoa de Apodi (perto do atual município de Apodi), ao sul da chapada do mesmo nome, esses tapuias controlavam uma região essencial para a condução dos gados do Ceará para Pernambuco e/ou Bahia. Trechos da carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 de maio de 1696, ao Rei, nos põe a par de um pretense acordo de paz feito pelos paiacu que se deixariam aldear a fim de garantir a defesa do caminho para o Ceará, entre as ribeiras do Açu e do Jaguaribe.

a Jaguaribe trinta légoas do Ceará [da ribeira do rio Ceará] p^a[para] o sul, e assistindo com os payacus tempo de hu mês, os achei contentes e satisfeitos da minha proposta, e assim comvierão em se saldar com missionário, p^a [para] sua quietação, e segurança de seus inimigos, e com a emulação dos cathecúmenos Jaguaribaras me dirão q.[que] logo avizace aos moradores trouxecem gados e povouasem a dita Ribeira: o que deu logo expedicam; já ficão situados seus currais com suas casas fortes; e brevem^{te}[brevemente] se espera ver toda a ribeira povoada com grande utilidade dos moradores e das rendas de V. Mag^{de} [Magestade] porq.[porque] Esta He a melhor e mais fértil terra p^a[para] criar gados q.[que] tem todo aquelle sertam. Daqui passei ao Assú quarenta legoas p^a[para] o sul e estive com os tapuias gendoins quinze dias, aos quais achei m^{to}[muito] rebeldes, e absolutos, e assim não querião missão porq.[porque] os sacerdotes traziam consigo

¹³⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 337.

¹³⁹ PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 46.

caraguaras, q.[que] no idioma Brazilico quer dizer doenças, ou mal contágio; (...) tal abuzo p^a[para] q.[que] se aproveitem de seu auxílios.¹⁴⁰

Cabia aos poderes religiosos e seculares amansar, civilizar e cristianizar o gentio bárbaro. Assim, a construção do presídio na ribeira do Assu (1695) e do forte San Francisco Xavier, na povoação de Russas (1696), como também a proposta de se criar aldeamentos em 1696, para conter os Paiacu (ribeira do Jaguaribe) e Gendoins (ribeira do Assu), constituem parte dessas medidas. Os estabelecimentos dos aldeamentos que tinham à frente padres jesuítas com a missão de catequizar os nativos, instruí-los segundo a sua religião e convencê-los ideologicamente a aceitarem o novo modo de vida, contribuíram para consolidar a conquista portuguesa e para redefinir o espaço cearense¹⁴¹, sobretudo porque a aldeia, entre outros fatores, domesticava o nativo e o qualificava para o trabalho.

Aproximadamente do final do século XVI à segunda década do XVIII, o sertão das capitanias da Bahia, de Pernambuco e anexas (excluindo, portanto, as aldeias da costa) contava com 61 aldeamentos distribuídos assim geograficamente: 26 no sertão de fora (Pernambuco, 12; Rio Grande, 9; Ceará, 3; e Paraíba, 2) e 35 no sertão de dentro (Bahia).¹⁴² Por volta de 1702 existiam 6.700 índios aldeados na Capitania geral de Pernambuco e suas anexas, dos quais 4.000 deles estavam na aldeia jesuítica das serras de Ibiapaba.¹⁴³

A Congregação do Oratório de Pernambuco fora criada em 1662, e “dedicaram-se principalmente à catequese dos tapuias do Norte, os tarairiús, que haviam sido aliados dos holandeses e ocupavam grande parte daquele sertão, cujos currais e

¹⁴⁰ Carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 de mayo de 1696. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte I, nº 50, p. 64.

¹⁴¹ PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 37.

¹⁴² PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 75. De acordo com Antonio Bezerra, “as denominações que tiveram as Aldeias foram dadas por Missionários da Companhia de Jesus, e esses só começaram a entrar para o Ceará depois que o Conde de Atouguia, a instância do Governador Geral de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, enviou jesuítas sob a direcção do padre Antonio Vieira para fim de pacificar os índios levantados depois da retirada dos Holandeses, a quem tinham servido com dedicação e constância.” BEZERRA, Antonio. Op. cit. p. 13.

¹⁴³ MAIA, Lígio José de Oliveira. Op. cit. p. 19. Para o autor, “os números, pelo menos em parte, ajudam a explicar a insistência com que os primeiros missionários portugueses enviados ao Maranhão compreenderam a região, possessão ainda “desconhecida” dos portugueses, no início do século XVII, mas que já havia excitado os franceses para a constituição da França Equinocial. Desse modo, “não é por menos que os empreendimentos catequéticos tivessem o apoio das inúmeras autoridades colonialistas, para ligar por terra o caminho e a comunicação entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará”. Idem, p. 10

fazendas haviam sido abandonados nas guerras de restauração”. Em 1683, 26 missionários do Oratório de Pernambuco “se encontravam repartidos por aqueles imensos sertões, tendo as aldeias entre elas distantes mais de 150 léguas ao sertão de Pernambuco, com os tapuias sucurus e janduís os mais ferozes de todo aquele gentio.” Os oratorianos “tiveram papel importante nas guerras do Assu, pois estavam missionados justamente no sertão entre este rio e o Jaguaribe”.¹⁴⁴

O estabelecimento da aldeia dos jesuítas dos índios Paiacu, no Jaguaribe, não foi suficiente para sanar os conflitos. De acordo com Lígio Maia: “a presença dos índios era considerada tão nociva aos curraleiros [...] que os moradores deram aos jesuítas trezentos mil réis com a condição de que aqueles índios não retornassem para a área de onde haviam sido expulsos”.¹⁴⁵

Apesar dos acordos de paz, os moradores temiam a “instabilidade” dos nativos. Desconfianças, conflitos, mortes, massacres sem fim, desencadearam, três anos após a carta do Padre João Leite de Aguiar (1696), o massacre do Jaguaribe em 1699, que, dentre tantos outros, representa apenas um dos inúmeros confrontos travados nas Guerras dos Bárbaros. O massacre deu-se quando o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, do terço dos paulistas, partiu de seu arraial no Assu “com 130 infantes e cerca de 250 tapuias aliados da nação dos janduís, marchando em direção à ribeira do Jaguaribe”. Em síntese, “por volta das dez horas da manhã do dia 4 de agosto de 1699, o paulista e sua gente chegaram ao acampamento desses paiacus [...], segundo várias testemunhas, que discordam pouco entre si, morreram cerca de 400 nesta emboscada e outros foram aprisionados”.¹⁴⁶

As investidas contra os nativos não se encerram por aí. Segundo Tristão Araripe, por determinação régia, no início do século XVIII, foram organizadas quatro expedições: a primeira, em 1708, sob o comando do capitão Bernardo Coelho com gente armada para destruir as tribos dos Icó, Cariri, Cariú, Caratiú e outras confederadas; a segunda deu-se em 1713, quando os Paiacu invadiram Aquiraz e os Areriú levantaram-se na ribeira do Acaraú contra os moradores dali; a terceira fez-se em 1721, quando, por ordem do governador Salvador Alves da Silva, os Genipapo, em Russas, foram em diversas ocasiões acometidos pelos colonos; a quarta expedição realizou-se em 1727, quando o coronel João de Barros Braga subiu a ribeira do

¹⁴⁴ PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 76-77

¹⁴⁵ MAIA, Lígio José de Oliveira. Op. cit. p. 140.

¹⁴⁶ Idem, p. 243 e 244.

Jaguaribe, indo até os limites do Piauí, afugentando os gentios. A “guerra justa” ganhou foros e o fato é que estas expedições “mataram muitos índios, aprisionavam grandes porções, trazendo-os cativos, de tal forma que da época dessa última excursão eles não apareceram mais reunidos em bandos”.¹⁴⁷

Por fim, “sinal mais importante do fim das hostilidades foi a recomendação de Francisco de Castro de Moraes, governador de Pernambuco, que em carta ao rei de 20 de dezembro de 1705 propunha a extinção do forte real de São Francisco Xavier na ribeira do Jaguaribe”.¹⁴⁸ Quanto aos aldeamentos Paiacu:

as dificuldades em manter missionários em um sertão tão afastado levou os jesuítas a transferirem os índios pacificados para aldeamentos mais próximos do litoral. Os do Jaguaribe foram levados pelos missionários João Guinzel e Vicente Vieira para o aldeamento de Uritagui, na Paraíba. Já os paiacus do Apodi, foram levados por Filipe Bourel e Manuel Dinis para uma nova missão de Nossa Senhora da Encarnação, no lugar da antiga aldeia potiguar de Igramació no litoral sul do Rio Grande (atual município de Vila Flor).¹⁴⁹

Após os conflitos conhecidos como Guerra dos Bárbaros, que se estenderam por cerca de 50 anos, parte dos grupos indígenas remanescentes das lutas foram submetidos aos aldeamentos missionários que, dentre vários motivos, se propuseram a deixar os caminhos livres para o estabelecimento da pecuária. Se a aldeia dos jesuítas dos índios Paiacu no Jaguaribe fora desfeita e seguiram os sobreviventes, missionários e índios, para o Apodi, deixando “livre” os sertões do Jaguaribe para os curraleiros, destinos outros tiveram os índios próximos das serras e do litoral no Ceará. Criados principalmente no final do século XVII, muitos dos aldeamentos foram transformados em vilas a partir de 1759, pela política pombalina, que dentre outros aspectos desenvolveu um processo de usurpação das terras dos nativos.

Em 1783, esses antigos aldeamentos formavam cinco vilas de índios, a saber: Viçosa Real (na serra da Ibiapaba), Real de Soure (atual Caucaia), Real de Arronches (atualmente Parangaba, bairro de Fortaleza), Real de Mecejana (atualmente bairro de Fortaleza, Mecejana) e Monte Mor o Novo (atualmente cidade de Baturité); e três

¹⁴⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002, p. 73.

¹⁴⁸ PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 278

¹⁴⁹ Idem, p. 278 e 279.

povoações: Monte Mor o Velho (atual cidade de Guaiúba), Almofala e Bayapina (atual cidade de Ibiapina).¹⁵⁰

Assim, sob a égide da pecuária, o Ceará foi esquadrihado e reabitado sob os auspícios da violência, do conflito entre o “invasor” e os “donos da terra”.¹⁵¹ Não obstante a ênfase dada aqui aos conflitos, à ocupação das suas antigas áreas de vivências, aos massacres, às fugas e às submissões no processo de consolidação de ocupação, é importante ressaltar que jamais cogitei o desaparecimento, submissão total ou extermínio dos povos indígenas no Ceará.¹⁵² A documentação paroquial de casamentos e batismos das freguesias de Aracati e Russas, do século XVIII e início do XIX, traz evidências de que os indígenas continuaram participando da vida social, econômica e cultural da Capitania.

1.3 Entre a espada e a cruz: os índios na documentação paroquial de casamentos e batismos de Aracati e Russas, Ceará

Nos registros paroquiais das freguesias de Aracati e Russas, como dito, não há menção aos termos “nação” e “gentio” para caracterizar os nativos. A categoria índio, por sua vez, se fez bastante presente nos casamentos e batismos das duas freguesias. Índio foi “uma das palavras que abriram o novo léxico americano”. Essa designação “‘inaugurou’ o encontro entre europeus e nativos das terras que estavam sendo conquistadas”. Mesmo que já existente, “seu emprego nas Américas foi intenso e precoce, transformando-a em categoria de largo emprego a partir dos últimos anos do século XV, passando, daí para frente, a ser usada mais para os nativos do Novo Mundo”.¹⁵³

Assim como as atribuições feitas aos africanos, índios, gentios, bárbaros, tapuias, selvagens do Novo Mundo, denota paganismo e barbárie. Além de paganismo e

¹⁵⁰ Mapas das vilas e principais povoações de brancos, e índios da Capitania do Ceará Grande com as denominações das ditas vilas, e invocações dos Oragos das suas respectivas Matrizes e Capelas. Feito em primeiro de abril de 1783. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 48, p. 183.

¹⁵¹ PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. Op. cit., p. 28.

¹⁵² Sobre a sobrevivência indígena na Capitania do Rio Grande, não obstante as Guerras dos Bárbaros, como também, sobre como os nativos se integraram a novas e complexas configurações sociais mestiças, ver especialmente: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Op. cit.

¹⁵³ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 177

barbárie, essas categorias se mostram extremamente homogeneizadoras. Sob a qualificação de índios, os diferentes grupos como Paiacu, Icó, Cariri, Genipapo, Cariú, Caratiú, Areriú, por exemplo, passam a constituir apenas um “só povo” que, por vezes, se distinguiu dos europeus e africanos. Os significados dos sacramentos cristãos e sua recorrência pela população indígena serão analisados nos capítulos seguintes quando enfatizaremos formações de famílias. No momento importa compreender os índices e a movimentação desse segmento populacional nas freguesias de Aracati e Russas.

Na documentação paroquial só se registraram pessoas que passavam pelos sacramentos cristãos. Quando existem nas atas de casamentos e batismos registros de índios(as), significa dizer que estes passaram do estado de barbárie para o de cristão, ou seja, passaram a ser índios ou indígenas. São pessoas, grupos, famílias que a duras penas “já estão num processo de transformação que varia de ‘civilização’, catequização, escravização, educação etc.” Em outras palavras, “são pessoas que saíram de suas comunidades tradicionais, de seus territórios tradicionais, em geral através de guerras ou de processos forçados, para aldeamentos”, e que “entram em um mundo novo, em novos grupos sociais, novas regras, e têm que se adaptar e criar novas maneiras de ser, novos significados para sua vida”.¹⁵⁴

Ao longo da vida, por motivos vários, nem todas as pessoas que nasciam, moravam e/ou chegavam em Aracati e Russas no Ceará, por exemplo, casavam e batizavam seus filhos, não comendo, por isso, os registros oficiais da população. Os dados a seguir só contabilizam os índios que de alguma forma aderiram e/ou se submeteram ao cristianismo. A mesma observação serve para os africanos e outros seguimentos populacionais. É importante frisar ainda que, não obstante a sequência temporal e serial no que diz respeito à distribuição por anos nas duas freguesias, devido ao estado de má conservação de alguns livros, ocasionados pela poeira, cupins, mofo e rasgões, em decorrência do desgaste natural provocado pelos séculos, do mau uso e guarda, muitos assentos não puderam ser transcritos. As tabelas que de agora em diante passam a ser bastante frequentes neste texto de forma alguma representam a realidade e, posto que apenas nos aproxime dela, em termos de estatística, só tem significação a título de ilustração.

¹⁵⁴ AZEVEDO, Marta Maria. “Os registros de batismos e casamentos como fontes de informação para os estudos indígenas”. BASSANEZE, Maria Silva C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Orgs). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 83.

TABELA 1

População indígena nos registros de casamentos e batismos, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820

Décadas	Aracati						Russas						Total Geral
	Casamentos			Batismos			Casamentos			Batismos			
Índios	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	-
1720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	2
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	4	4
1750	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	2	1
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1
1770	1	1	2	1	-	1	2	-	2	-	-	-	5
1780	5	5	10	2	1	3	4	2	6	-	-	-	19
1790	5	1	6	9	14	23	2	1	3	-	-	-	32
1800	6	3	9	24	25	49	3	2	5	8	10	18	81
1810	1	1	2	7	8	15	-	-	1	7	4	11	29
0000	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	1	2
Total	18	11	29	43	48	91	12	7	19	18	21	39	176

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 04 e assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. Assentos de casamentos da freguesia de Russas - (1720-1820), livros 01 ao 02 e assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN).

Os casamentos e os batismos que trazem a categoria índio(a) referentes as duas freguesias somam 176 registros: 29 casamentos em Aracati, 19 em Russas; 91 batismos em Aracati e 29 em Russas (Tabela 1). No cômputo geral da totalidade de registros, Aracati soma 3.168 nubentes entre homens e mulheres, o que corresponde a 1.584 casamentos e 9.294 batismos. Russas traz 12.400 batismos e 1.043 matrimônios, ou seja, 2.086 homens e mulheres que passaram pelos enlaces matrimoniais.¹⁵⁵

Diante desse cômputo de milhares de assentos, os 176 registros de índios têm pouca representatividade. No entanto, quando chegamos aos assentos que não qualificam a população entre brancos, pretos, curibocas, caboclos, cabras, mamelucos, mulatos, entre outras variações, esses números ganham outra dimensão. Dos 1.584 assentos de casamentos de Aracati, 1.495 não fazem menção a essas categorias. Dos 1.043 matrimônios de Russas, 1008 registros também não qualificam os nubentes. Já em relação aos batismos dos 9.294 referentes a Aracati, 7.435 assentos não mencionam esses quesitos; e dos 12.400 batismos de Russas, 9.934 registros também não trazem vestígios sobre essas categorias. Em termos de porcentagens, como se pode observar no quarto capítulo, Tabelas de 16 a 19, os dados sobre a população indígena propriamente

¹⁵⁵ Sobre esses dados, ver tabelas 02 e 03 no segundo tópico do segundo capítulo.

dita não discrepam tanto em relação às camadas de brancos, mestiços, pretos, pardos, dentre outras.

Os primeiros registros que fazem referências a índio(a) datam da década de 1730, na freguesia de Russas. De acordo com a documentação de batismos, até o início dos anos de 1800, os batizados de índios foram realizados nas capelas e na matriz pelos Padres Theodozio de Araujo de Abreu, Joze de Sousa Isabel, Luiz da Apresentação e João Cavalcante de Sá. A partir de 1800, os sacramentos que fazem menção a essa categoria, com pequenas exceções, foram realizados na matriz por Jose Bernardo da Fonseca Galvão. Já com relação aos casamentos consta-se que, com exceção de dois casos (um realizado na capela de São João e outro na capela do Livramento), todos os outros foram realizados na matriz da freguesia pelos curas Manoel da Fonseca, João Francisco Rodrigues da Costa e José Bernardo da Fonseca Galvão. Assim como nos batismos o cura José Bernardo assume o ministério dos sacramentos a partir de início dos anos de 1800.

Os casamentos de índios de Aracati foram realizados todos na matriz por uma variedade de padres, com destaque para João Cavalcante de Albuquerque que na década de 1810 é o nome que mais se repete nos assentos de modo geral. No que diz respeito aos batismos, a grande maioria foi realizada na matriz, mas se destaca entre outras a capela de Caatinga do Góes. A variedade de padres se repete e, dentre os principais nomes pelas vezes de ocorrência na realização de sacramentos envolvendo índios(as), até início dos anos de 1800, destacam-se Manoel Lourenço Souto e Jose Tomas de Castro; a partir de então, Jose da Costa Barros, Simplicio Neri, João Damasceno Xavier Carneiro e Feliz Antonio de Gusmão Melo.

Considerando a distribuição por períodos, chama a atenção a incidência de registros de índios nas quatro últimas décadas em estudo, 1780 a 1820, que juntas somam 150 dos assentos. Por que os registros de indígenas propriamente ditos, assim como as demais qualificações - brancos, pretos, pardos, mulatos, curibocas, cabras, mamelucos, mulatos, como veremos (Tabelas 16 a 19, no quarto capítulo) - aparecem tão tardiamente na documentação? Afinal, por que os registros de casamentos que qualificam a população ganham uma consistência serial entre as décadas de 1780 a 1800 e, no caso dos batismos, a incidência dessas categorias nos assentos adentra a década de 1810, última em estudo? Por que somente alguns padres registravam essa categoria nos assentos? Certezas não tenho, mas exames na conjuntura em que essa documentação foi produzida podem sugerir algumas interpretações.

Quem nomeia quem? São os nubentes, são os pais dos batizados, são os padres, é a comunidade? Análises sobre esse arcabouço documental dificilmente nos possibilitaria conclusões fechadas, mas, em acordo com Leônia Rezende, acredito que “as designações nas fontes paroquiais passavam naturalmente pelo crivo do pároco e da comunidade, também indicavam, em diversos casos, o que as próprias pessoas consideravam sobre si próprias”.¹⁵⁶

Na documentação em análise, podemos distinguir três situações em que a ação dos padres se faziam presente no lavramento dos registros: na realização do sacramento, na assinatura dos registros e no assentamento do mesmo. O assentamento se dava na transcrição do registro no livro da paróquia. Quando o sacramento se realizava na matriz, comumente um mesmo padre realizava as três etapas. Assim como foi muito comum também nas freguesias, durante anos, um só padre ser o responsável pelo assentamento de todos os registros nos livros da paróquia.

Em Aracati, podemos citar como exemplo Francisco de Sales Gorjão, visitador; Antonio Gomes Coelho, Vigário Cônego; Gonsallo Ferreira de Mello, reverendo; Simplicio Neri, vigário; João Damasceno Xavier Carneiro, vigário; Manoel Antonio da Rocha, visitador; Antonio Gomes Coelho, vigário Cônego; Manoel Lourenço Souto, cura; Albano Monteiro de São, coadjutor; Jose Gomes Chacon, visitador; Jozê Thomas de Castro; Miguel Francisco de Oliveira, reverendo; Feliz Antonio de Gusmão e Melo, vigário.

Em Russas, os responsáveis pelos assentamentos dos registros foram: Gonsallo Ferreira de Mello, reverendo; Joze Lopez Santhiago; Joao Pereira de Lima, cura; Ezequeil Gameyro, cura; João Cavalcante, padre; Manoel da Rocha Lima, padre; Manoel da Fonseca Jaime, cura; Francisco de Sales Gorjão; Vicente Rodrigues da Silva, padre; Theodozio de Araujo de Abreu, padre; Jose de Santa Isabel, padre/frei; Matias de Albuquerque, padre; Jose Bernardo da Fonseca Galvão, cura; Jose de Avila Bitencourt, padre; Luiz da Apresentação, reverendo; João Francisco Rodrigues da Costa, cura; Estevão Velho Cabral de Melo, administrador; Jose Carlos da Silva, cura; Jose de Almeida Machado, visitador, dentre outros.

O reverendo Gonsallo Ferreira de Mello, pelo menos durante cinco décadas, sacramentou, assinou e assentou nas capelas e nas matrizes das duas freguesias. Nas três primeiras décadas - 1720 e 1740 - atuou mais em Russas; no triênio de 1750, 1760 e 1770, sobretudo em Aracati, mas vez por outra se encontra referência a ele em ambas as

¹⁵⁶ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 170.

freguesias. Já o reverendo Francisco de Sales Gorjão, na década de 1770 realizou dois batismos na matriz de Aracati. Do decênio de 1790 em diante foi responsável pelo assentamento de grande parte dos registros dessa freguesia, como também, na década de 1810, assentou muitos registros de Russas. O número de padres crescia nas freguesias concomitantemente ao crescimento populacional.

Em Aracati e em Russas, os sacramentos de casamentos e batismos eram realizados por uma grande variedade de padres, sobretudo a partir da década de 1780, que se distribuía pelas freguesias em grande número de capelas nos povoados, nas muitas fazendas e nas casas dos particulares. Daí advém a necessidade do assentamento dos registros quando o sacramento era realizado fora da matriz. Nessas ocasiões, certamente o registro era feito à parte, sendo transcrito posteriormente para o livro da paróquia. Pode-se pensar que nesses casos muitas informações se perdiam e em razão disso teríamos uma explicação para o reduzido número de assentos em que a população foi identificada como índios, brancos, pretos, cabras, mulatos e demais variações. No entanto, o que tenho observado é que a ausência de qualidade/cor na documentação não tem relação com quem assentou o registro, mas dependeu dos padres que realizaram os sacramentos.

O fato das diferenciações sociais (índios, brancos, pretos, pardos, mulatos, caboclos, crioulos), de modo geral, aparecerem tão tardiamente nos registros paroquiais das freguesias de Aracati e Russas pode estar relacionado às formas de lavrar esses registros e como elas foram se aperfeiçoando ao longo do século XVIII. Desde a criação do Concílio de Trento, no século XVI até o final do século XIX, foi função da Igreja o lavramento dos registros civis de batismo, matrimônio e óbito. Aliada ao Estado e como uma forma de controlar, vigiar a população, a partir de Trento foram criadas normas e os padres ensinados a lavrar os registros. Contudo, tais normas somente foram completadas no século XVIII. Até que ponto as formações dos padres que ministravam sacramentos em Aracati e Russas teriam consequências no assento e nas informações sobre a população registrada?

Um problema de formação, de cuidado, de atenção; preservar nomes, esconder realidades. Enfim, as razões para que alguns padres, em alguns momentos, tivessem o cuidado de colocar mais informações nos assentos ainda é uma incógnita. Em Aracati, o reverendo Miguel Francisco de Oliveira, no ano de 1773, na realização dos sacramentos na capela da Caatinga do Góes, realizou o batismo de um índio, um branco e um pardo. Sobretudo dos anos de 1800 em diante, Miguel Francisco de

Oliveira se destaca como um dos padres que tinha a preocupação de colocar essas categorias nos registros.

Em seguida, o destaque se faz para o reverendo Joze Tomas de Castro que, da década de 1790 até os anos de 1810, também foi referência nesse sentido. Além desses, destaca-se, ainda, o cura Manoel Lourenço Souto, durante a década de 1790, o coadjutor Albano Monteiro de Sã, na década de 1790 e início dos anos 1800, e o reverendo Joze da Costa Barros, no decênio de 1810. De modo geral, independentemente de onde esses padres atuassem - na matriz, nas capelas dos povoados, em desobrigas nas fazendas e/ou em casas de particulares - tiveram a cuidado de qualificar a população de índios, brancos, pardos, pretos, mulatos, cabras, dentre tantas outras designações. Dentre as principais povoações se destacam Caatinga do Góes (atual município de Jaguaruana) e Giqui, que atualmente é distrito do município de Jaguaruana.

Russas, como veremos no terceiro capítulo, em termos territoriais era muito maior em extensão do que Aracati. No período em estudo, os principais povoados eram Tabuleiro de Areia (atual Tabuleiro do Norte), São João (atual São João do Jaguaribe) e Livramento (atual Uiraponga, distrito do município de Morada Nova). A quantidade de padres que, durante o período de 1720 a 1820, se distribuía pela matriz e pelas capelas desses povoados era razoavelmente grande. Não obstante, ao contrário de Aracati, a grande maioria dos registros que fazem menção a brancos, pardos, cabras, crioulos, mulatos, dentre tantos outros, foram realizados na matriz. Os registros que trazem essas referências foram feitos, sobretudo, pelo cura Jose Bernardo da Fonseca Galvão, que começou a desempenhar suas funções na freguesia no ano de 1764, permanecendo até pelo menos 1820. Em 1801, o reverendo Frei Joaquim de São Francisco de Paula passa a ministrar os sacramentos em Russas. Muitos dos registros feitos por ele também elencam essas categorias.

Para além do papel dos padres no lavramento dos registros paroquiais e nas informações que estes trazem, sobre a presença da população indígena, em específico nos casamentos e batismos de Aracati e Russas, a meu ver existem ainda questões emblemáticas relacionadas à política pombalina. Uma das explicações da movimentação de indígenas, ou até mesmo a presença dos nativos na documentação paroquial das freguesias, principalmente no final do XVIII e início do XIX, estaria relacionada à significativa alteração da política indigenista implementada pelo primeiro-ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal? Não se intenta

aqui discutir a fundo a legislação indigenista dos séculos XVIII e XIX, mas se faz necessário traçar em linhas gerais alguns comentários.

O documento publicado aos 17 de agosto de 1758 ficou mais conhecido como Diretório Pombalino, e veio como tentativa de sanar os conflitos entre jesuítas, autoridades coloniais e colonos. Criado inicialmente para observar os aldeamentos do Maranhão e do Grão-Pará, estendeu-se pelo restante da América portuguesa, culminando com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. “O Diretório consolidou-se como a coluna vertebral da política indigenista e regulou as ações colonizadoras dirigidas aos índios até ser abolido, em 1798, ainda que muito de seus preceitos continuassem vigorando, em algumas regiões, até o século XIX”.¹⁵⁷

Discutimos que, no final do século XVII, no intercurso do desfecho das “Guerras dos Bárbaros”, parte dos grupos indígenas oriundos dos conflitos foram submetidos aos aldeamentos missionários, dentre eles: Viçosa Real, Real de Soure, Real de Arronches, Real de Mecejana e Monte Mor o Novo. Os remanescentes da aldeia dos índios Paiacu, no Jaguaribe, foram transferidos para o Rio Grande. Com o pretexto de erradicar o isolamento, transformar o poder espiritual sobre os nativos em poder laico, as aldeias, a exemplo de como se deu no Ceará, foram transformadas em vilas. Nas vilas de índios, defendia-se a presença de brancos, proibia-se “o uso das línguas nativas; regulamentava o trabalho indígena; trazia o ônus do pagamento de dízimos” e na tentativa de inseri-los, a todo custo, na lógica de civilização europeia ocidental, estimulou-se “o casamento interétnico”.¹⁵⁸

Os aldeamentos teriam conseguido “catequizar” os nativos, fixá-los, isolá-los nas suas dimensões territoriais? Estudos têm demonstrado que não. Na aldeia da Ibiapaba, por exemplo, segundo Lígio Maia, o significativo contingente demográfico de nativos possibilitava aos mesmos as “fugas temporárias” que se davam em virtude do olhar da vigilância dos padres, “seja para renovarem seus rituais religiosos, fazer suas pequenas lavouras, praticarem suas caças, ou simplesmente, a recusa clara em se disporem a praticarem as doutrinas cristãs.” O que demonstra “que, aldeia dos jesuítas, era, significativamente, também espaço do indígena”.¹⁵⁹ Em outras palavras, os

¹⁵⁷ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 74. Areladas a esse arcabouço político pombalino foram criadas a Lei da Liberdade dos Índios, publicada nos Estados de Grão-Pará e Maranhão em 1755 e aplicada no Estado do Brasil em 1758, e o Diretório dos Índios, criado em 1757 nos Estados de Grão-Pará e Maranhão e estendida ao Estado do Brasil no ano de 1759. GOMES, José Eudes. Op. cit. p. 91.

¹⁵⁸ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 52.

¹⁵⁹ MAIA, Lígio José de Oliveira. Op. cit. p. 123.

indígenas no Ceará circulavam independentemente das fronteiras dos aldeamentos, das vilas, das freguesias e da capitania.

A lógica dos casamentos entre índios, brancos e demais categorias serão discutidos no quinto capítulo. Contudo, gostaria de chamar a atenção para a naturalidade dos nubentes registrados como índios(as) nas freguesias aqui em estudo. Dos registros de casamentos de Aracati que fazem menção à origem dos consortes indígenas, temos a seguinte distribuição: nove naturais de Aracati (seis homens e três mulheres), dois de Messejana (um homem e uma mulher), um índio de Almofala, uma índia de Caucaia, um índio de Pernambuco e dois índios do Rio Grande (um homem e uma mulher). Já em relação à Russas, os registros ficaram assim disseminados: três índios naturais de Russas (um homem e duas mulheres), três índios de Fortaleza (dois homens e uma mulher), dois índios de Messejana, dois índios de Viçosa (um homem e uma mulher) e um índio de Granja. Como se pode ver, poucos nativos oriundos das freguesias onde se realizaram os casamentos.

No que diz respeito aos maiores trânsitos, que como veremos não se restringiam aos indígenas, de nativos remanescentes das povoações de índios como Almofala, bem como das vilas indígenas de Viçosa, Messejana e Caucaia, é possível que decorra da política pombalina que, além de incentivar os casamentos de nativos com outros segmentos populacionais, o tratamento que lhes foi dado nesses espaços incentiva as saídas, as fugas em busca de melhores condições de vida, de liberdade.

De acordo com Maico Xavier, apesar da Carta Régia de 1798, o Diretório continuou servindo como arcabouço jurídico e por esse motivo os diretores, no interior das vilas indígenas no Ceará, permaneceram por muito tempo sendo os responsáveis pela organização dos indígenas. De modo geral, homens e mulheres eram expostos a trabalhos rijos, muitas vezes à base de castigos a exemplo de prisões, chicote e palmatória. Com seus soldos mensais pagavam os impostos. As crianças eram distribuídas nas casas dos brancos, onde aprendiam desde cedo a língua portuguesa em detrimento da sua. Os atritos entre brancos e nativos não cessavam. Os relatos oficiais da segunda metade do século XVIII retratam a preocupação ante “a fuga nativa e consequente omissão do pagamento de impostos”. Os nativos faziam constantes denúncias à Coroa em relação aos maus tratos recebidos por parte dos diretores e sobre a invasão e usurpação contínua de suas terras. O certo é que, para livrarem-se da vinculação de prestar serviço aos particulares e ao Estado, ao mesmo tempo escapar dos

castigos, vários indígenas fugiam das vilas para buscar outras formas de sobrevivência.¹⁶⁰

Por que migravam?¹⁶¹ Não se sabe ao certo. Contudo, nem as aldeias, nem as vilas de índios foram redutos, por excelência, dos nativos e descendentes dos sobreviventes dos massacres e expulsões decorrentes das Guerras de Assu. O suposto isolamento ou extermínio indígena não se sustenta. A existência de nativos naturais das freguesias de Aracati (nove) e de Russas (três), onde os aldeamentos haviam sido extintos e os remanescentes expulsos para o Rio Grande, é um indicativo da sobrevivência indígena nessas paragens.

Para além da documentação paroquial em análise, os levantamentos populacionais das primeiras décadas do XIX corroboram com a afirmação. O levantamento de 1808 aponta a presença de 12.383 índios distribuídos nas vilas de brancos e de índios e nas povoações do Ceará. Desse total, couberam às freguesias em análise os totais de 79 para Aracati e 43 para Russas. Já no levantamento de 1813, a população indígena do Ceará apresenta um decréscimo em relação à anterior, com 9.159 índios. Nesse levantamento, não consta dados sobre os nativos de Aracati e Russas.¹⁶²

Mais intrigante ainda do que essa diminuição do número de nativos nesse levantamento é o fato de que no mapa da população do Ceará de 1804¹⁶³, o primeiro realizado para essa capitania, em que a população vem dividida em categorias referentes, em qualidades e em condição social, não consta a categoria de índios. Como podemos compreender essa oscilação no que concerne aos dados sobre a população indígena do Ceará?

Essa ausência ou inconstância não se restringia a essa capitania. Douglas Cole Libby, em seu estudo sobre as representações identitárias e o processo de racialização na paróquia de São José do Rio das Mortes, em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, afirma que, de maneira geral, a documentação

¹⁶⁰ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 61, 62 e 94.

¹⁶¹ Migração aqui e no decorrer do texto é entendida nos termos em que Francisco Noelli usa para distinguir expansão e migração em relação aos territórios tupis. O termo migração “seria mais adequado para definir as movimentações que os mesmos realizavam, motivados pela pressão de outros povos”. Enquanto que expansão significa “distensão, alargamento, alastramento com o sentido de ir conquistando novas áreas sem abandonar as anteriores”. NOELLI, Francisco S. “As Hipóteses sobre o Centro de Origem e Rotas de Expansão Tupi”. *Revista de Antropologia (USP)*. V. 39, nº 2, 1996, p. 7-54, p. 10 e 11.

¹⁶² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 68 e 73. Sobre os dados gerais da população do Ceará nesses levantamentos, ver as Tabelas 28 e 30 no terceiro tópico do quarto capítulo.

¹⁶³ “Mapa da população da capitania do Ceará Grande, apresentado a sua Alteza Real, no mês de junho de 1804, pelo seu Governador João Carlos de Oeynhausens”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, 1925. Tomo: XXXIX, p. 279.

das Minas Gerais referentes aos setecentos e oitocentos raramente menciona a presença de índios ou de indivíduos de ascendência indígena e que essa realidade possivelmente se remete à maioria das capitanias e províncias do Brasil. Em parte, isso se deve à miscigenação no Brasil e nas Américas decorrentes das uniões envolvendo indígenas, brancos, africanos e afrodescendentes. A tendência foi “a de encobrir a ascendência indígena dentro de designações mais genéricas, referentes às pessoas de origens mistas, em particular os termos pardo/parda e cabra e muito provavelmente, os rótulos crioulo/crioula”.¹⁶⁴

Semelhante observação faz Leônia Rezende, ao afirmar que não é tarefa fácil recuperar “as raízes” indígenas em Minas Gerais. O problema por vezes não decorre da falta de documentação, mas da dificuldade que se teve de compreender o processo de miscigenação. “Não casual que as designações para identificar a população indígena e seus descendentes, nas fontes documentais sejam tão diversas, dando a conhecer as mestiçagens, tomadas para os mais Puristas como ‘contaminação ou interferências’, e que por esse motivo, tenham sido desprezadas ou colocadas no mesmo bojo das misturas afro-brasileiras”. “Rótulos genéricos”, como “gentio da terra”, “casta da terra” e outros correspondentes a exemplo de “carijós”, “cabra”, “mamelucos”, etc. dão o tom dessas misturas.¹⁶⁵

Portanto, “o alegado ‘desaparecimento’ atribuído pelos contemporâneos e pela historiografia ocorreu em parte, devido à dispersão e miscigenação. Mas muitas vezes tal ‘desaparecimento’ significou apenas perda de visibilidade”.¹⁶⁶ Para Maico Xavier, a misturas de cores envolvendo a população indígena, em grande medida, contribui para ocultá-la e assim negar seus direitos sobre a posse da terra.¹⁶⁷

As categorias relacionadas aos pardos, mamelucos, caboclos, cabras, dentre outras qualificações que denotam uma ascendência indígena no processo de miscigenação, serão analisadas no quarto capítulo. No entanto, gostaria de chamar a atenção ainda para os casos de “casta da terra”, presentes nos registros de batismos de Russas. Dos 11 índios da década de 1810, seis trazem a designação “da terra”. Os assentos não trazem referência a qualidade e a condição dos pais dos batizados.

¹⁶⁴ LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. In: PAIVA, Eduardo de França, IVO, Isnara Pereira, MARTINS, Ilton Cesar, (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 47.

¹⁶⁵ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 150 e 151.

¹⁶⁶ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores e artesãos: origens do trabalho livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20/21, nº 1/2, 1989/1990, p. 22.

¹⁶⁷ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 214.

Casta, para Bluteau, significa: “Linhagem, Geração (...) De casta nobre (...) Homem de má casta (...) Que casta de homem he elle (...) melhores de todas castas, nobres, plebeus (...)”.¹⁶⁸ Geralmente, como sugere Bluteau a categoria casta era associada a uma ascendência biológica, como também, designava uma posição social de boa e má casta, de nascimento. Segundo Eduardo Paiva, o termo há muito era utilizado na Península Ibérica e ganhou grande uso no Novo Mundo em decorrência das conquistas e da diversificada população americana. No século XVII, o vocabulário casta já integrava o léxico na América portuguesa e, sobretudo, na América espanhola. Na documentação oficial produzida no Brasil, o termo aparece associado aos índios, mas também a outros grupos sociais e também a animais. No século XVIII, já era bastante difundido.¹⁶⁹

Através da documentação paroquial, busco nos próximos capítulos compreender como os nativos se integraram a novas e complexas configurações sociais, nas freguesias de Aracati e Russas, fazendo escolhas, desafiando ou acatando poderes, aceitando ou rejeitando rituais cristãos, compondo e ampliando a população do Ceará através de uniões sociofamiliares, cujas relações assumem significados diversos que vão desde as formas de união às escolhas dos cônjuges e às relações de compadrio.

De antemão, já podemos adiantar que a dinâmica e fluidez cada vez mais se intensificaram na constituição do espaço cearense. O ir e vir, a coexistência, a interação entre povos portadores de lógicas sociais e culturas distintas - índios, africanos, europeus e brasílicos - compuseram marca indelével dessa sociedade mestiça. Em grande medida, o resultado dessa miscigenação biológica e cultural envolvendo os nativos e demais segmentos populacionais formam as categorias de caboclos, curibocas, cabras, crioulos e demais designações, que denotam a presença indígena na sociedade.

Antes, porém, de nos determos sobre essa conformação sociocultural mestiça, precisamos compreender como se deu o processo de formação socioeconômico da Capitania do Ceará, ante a conjuntura de colonização desse espaço, como parte do universo cultural brasileiro.

¹⁶⁸ BLUTEAU, D. Raphael. O. Cit. pp. 182 e 183

¹⁶⁹ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. pp. 139 a 140.

CAPÍTULO II

Caminhos de terras, caminhos das águas, caminho dos homens: a integração dos sertões cearense entre trânsito, fixações e modos de trabalho

Na segunda metade do século XVII, a capitania do Siará Grande ganhou o interesse administrativo da Coroa portuguesa. Até então, a colonização nessa capitania restringia-se a pequenos núcleos fortificados, sem finalidade de povoamento, cujas funções, em linhas gerais, se limitavam a vigilância da costa e a ponto de parada e apoio às embarcações em trânsito entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Pelos motivos discutidos no capítulo anterior, dentre eles a restauração de Pernambuco e demais capitanias do Norte, em decorrência do pós-conflito entre luso-brasileiros e holandeses e a guerra ao “gentio bárbaro”, já era momento de colonizar e integrar esse sertão ao Estado do Brasil.

O objetivo deste capítulo é compreender a distribuição e a regularização da posse de terras na Capitania do Siará Grande, estabelecimentos das fazendas, capelas, freguesias e vilas nos percursos das estradas que interligavam as ribeiras na capitania e demais conexões pelos sertões de dentro e sertões de fora. Com ênfase nas freguesias de Aracati e de Russas, integrantes da ribeira do Jaguaribe, discuto essa conformação socioeconômica e os modos do trabalho livre e escravo durante o século XVIII e início do século XIX no Ceará.

2.1 Aquisições de terras e estabelecimentos das fazendas de criar e plantar

O processo de conquista da capitania do Siará Grande ganhou oficialidade através de distribuições de terras para a instalação das fazendas de criar. As fazendas garantiriam a permanência de colonos nas áreas deste caminho, agora “livre do curso dos nativos,” entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. A distribuição de terras se deu sob ordenamento jurídico do regime de concessão de sesmarias. De acordo com Ligia Maria Osório Silva, o instituto de sesmarias foi criado em Portugal, em fins do século XIV, com o intuito de sanar uma crise de abastecimento. As terras portuguesas,

até o momento, em decorrência do sistema feudal, se concentravam nas mãos de senhorios, que, em muitos casos, não as cultivavam e nem arrendavam. Desse modo, “o objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda do domínio”.¹⁷⁰

Na América portuguesa, o sistema de concessão de sesmarias foi implementado a partir do reinado de D. João III, no momento de criação das capitânicas hereditárias. Cabia aos donatários repartirem as terras com os moradores pelo regime de sesmarias. Em razão da diversidade da realidade colonial em relação ao reino, em vários aspectos existem diferenças entre o regimento de sesmaria de Portugal e o do Brasil. Em Portugal, “tal sistema é antes de tudo a outorga do direito de posse e usufruto da terra a um particular, sendo mantida a propriedade do território cedido ao senhor da terra, que na América lusa era o Rei português”.¹⁷¹

Além disso, sendo que na Colônia “todo o território era visto como propriedade régia, assegurada pelo direito de conquista nesta medida, o pedido de sesmaria, dependendo do período, fazia-se ao governador ou capitão mor da capitania (como representante régio), ou mesmo de forma direta ao Rei”. Outra particularidade diz respeito ao título de sesmeiro, “que – se em Portugal atribuía-se ao responsável pela divisão e fiscalização da utilização da terra concedida – na colônia adotava-se para o requerente e beneficiário na concessão da sesmaria”. Contudo, no Brasil ou em Portugal, o instituto da sesmaria tinha como principal objetivo “transformar territórios incultos em zonas produtivas, elemento que se expressa no dever imposto ao beneficiado com a concessão de tornar produtiva a terra recebida, sob a pena de perder seu direito de posse e usufruto”.¹⁷²

As sesmarias eram divididas em datas ou lotes que geralmente tinham três léguas de comprimento com uma de largura e eram concedidas a pessoas interessadas em estabelecer seus engenhos ou fazendas de criar. Além de tornar a terra produtiva, entre outras obrigações, os sesmeiros eram incumbidos de efetivar maior controle sobre a capitania. No Ceará, as primeiras sesmarias datam da segunda metade do século XVII, em grande parte solicitadas por moradores de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande

¹⁷⁰ SILVA, Lígia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da lei 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 39.

¹⁷¹ NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit. p. 27.

¹⁷² Idem, ibidem.

do Norte e, na maioria das vezes, localizavam-se ao longo das margens dos rios, já que estes garantiriam suplemento hídrico aos rebanhos.¹⁷³

A corrente de povoamento dos sertões de fora pernambucano adentrou a ribeira do Jaguaribe - para daí confluir-se com as demais - fazendo desta a principal rota de conquista e ocupação da capitania do Siará Grande. A dimensão do rio Jaguaribe talvez nos ajude a compreender o porquê da concentração populacional ao longo de seu percurso. De acordo com Raimundo Girão, “o Jaguaribe, com o desenvolvimento de 550 quilômetros, carrega as águas de uma bojuda bacia hidrográfica de 72.000 Km², quase metade da área total do Estado.” Nasce “na Serra da Joanhina, derivação de Serra Grande, corta na seção superior o planalto dos Inhamuns, magnífico para a bovinocultura, e deságua no oceano, abaixo do local onde está a cidade do Aracati”.¹⁷⁴

Mesmo que intermitente até a década de 1960, no período chuvoso esse rio certamente garantia abundância hídrica, várzeas férteis imensas, fazendo da ribeira jaguaribana entreposto comercial e de mobilidade geográfica entre as estradas que lhe atravessavam, interligando-a às outras ribeiras, às capitanias circunvizinhas e aos circuitos atlânticos.

A análise dos pedidos de sesmarias da ribeira do Jaguaribe nos ajuda a compreender características desse povoamento. O Quadro A-1 (em anexo) constitui-se a partir do levantamento feito nos requerimentos de sesmarias concedidas na ribeira do Jaguaribe.¹⁷⁵ No total, foram 149 cartas analisadas referentes aos anos de 1681 a 1821. Mesmo que o quadro não ofereça totalidades, observando a distribuição por anos podemos perceber que, até a terceira década do século XVIII, quase toda a ribeira já se encontrava ocupada. Somente no período de 1704 a 1708 foram distribuídas 69 cartas. Esse momento coaduna com a intensificação dos conflitos entre os povos indígenas e os fazendeiros, ou seja, tempo de transição entre o desfecho das Guerras de Assu e a regularização da posse das terras e estabelecimentos das fazendas de criar.

¹⁷³ ARARIPE, Tristão de Alencar. Op. cit. Ver também: CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. cit, p. 37.

¹⁷⁴ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 65 e 66.

¹⁷⁵ As cartas analisadas restringem-se ao curso principal do rio Jaguaribe, nos limites da Estrada Geral do Jaguaribe que compreende as freguesias de Aracati e Russas, não contando as datas concedidas em seus maiores afluentes, como os rios Banabuiú e Quixeramobim (freguesia de Quixeramobim) e o rio Salgado (ribeira do Icó). As referências às 149 cartas analisadas encontram-se distribuídos aleatoriamente nos 14 volumes de Datas de Sesmarias. Arquivo Público do Estado do Ceará – (APEC). *Datas de Sesmarias do Ceará*: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928 (em CDs-ROOM). (Org.). Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.

De acordo com Francisco Pinheiro, de 1679 a 1824, das 2.472 solicitações referentes a toda a Capitania, 91% justificam-se pela necessidade de terras para ocupar com a pecuária.¹⁷⁶ Para a ribeira do Jaguaribe, a situação não foi diferente: o argumento da lavoura começa a ter efeito na segunda metade do século XVIII, sem, contudo, deixar de destacar a criação de gados. A justificativa de terras para plantar, nesse período, certamente dar-se-á em virtude do desenvolvimento da economia algodoeira. Mas, de fato, inicialmente em termos econômicos, foi a pecuária que possibilitou a ocupação do Ceará.

Em análises mais detidas das cartas de sesmarias do Jaguaribe, percebe-se que as justificativas giram em torno de povoar espaços novos, descobertos e desaproveitados, oficializar a posse, ocupar as terras devolutas, obter terras para criar gado vacum e cavalar, defender dos bárbaros, dar “ao gentio bravo amizade dos brancos e ao grêmio da Igreja”.¹⁷⁷ O pedido da primeira sesmaria do Jaguaribe, em 1681, pelos 13 requerentes, apresenta uma boa síntese:

os mais delles tinham servido a S. Alteza em Paz em Guerra com pessoas e fazendas e herão pessoas Benemeritas de cabedal para povoarem e descobrirem terras no sertão e na beira-mar da dita Capitania e sendo tantos em número com suas famílias não tinham terras para aposentar seus e mais criasoins e porque nas ultimas povoasoins do Rio Grande pera a banda do norte havia hú Rio que se chamava Jaguaribe o qual nunca fora Povoado de Brancos e Dado caso que algumas Pessoas o pedisem não fizeram as Povoasões no termo da Lei e estão as terras devalutas em Prejuizo dos dízimos Reais e dos Vasalos de Sua Alteza [...].¹⁷⁸ [Grifos meu]

Um aspecto ainda a se destacar em relação às justificativas para aquisição de sesmaria era o fato de que a concessão se dava como mercês pelos serviços prestados à Coroa. De acordo com João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, o sistema de mercês ancorava-se na ideia de conquista herdada da antiga sociedade portuguesa, onde através da guerra se poderia apropriar-se de terras e homens. Para o caso da América portuguesa, “tal prática possibilitou aos ‘conquistadores’ a distribuição de territórios e do gentio da terra, através das chamadas

¹⁷⁶ PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Tese de Doutorado, UFPE. Recife – PE, 2006, p. 9.

¹⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. *Datas de Sesmarias do Ceará: índices das datas de sesmarias digitalizadas e disponíveis em CDs*. Vol. 01, nº 35, p. 87, Ano 1681.

¹⁷⁸ APEC. *Datas de Sesmarias do Ceará: índices das datas de sesmarias digitalizadas e disponíveis em CDs*. Vol. 01, nº 65, p. 153, Ano 1705.

‘guerras justas’”.¹⁷⁹ No caso dos sertões do Jaguaribe, a distribuição de mercês através de sesmarias seria uma forma de pagamento aos serviços prestados na guerra aos nativos e conseqüentemente na efetivação da colonização.

A questão dos títulos também entra como elemento importante na concessão de sesmarias como mercê. De acordo com Rafael Silva, “uma das estratégias para conseguir a mercê era referenciar o pedido através dos títulos, patentes, cargos e sua associação ao elemento coletivo e que isto resultaria num maior respaldo perante a administração colonial”.¹⁸⁰ Observando o quadro no Anexo (Quadro A-1), pode-se perceber os inúmeros pedidos coletivos por pessoas que ocupavam patentes e cargos diversos, como coronéis, capitães, alferes, tenentes, vigários, entre outros. Tendo em vista que os anos em que mais se concederam sesmarias foram no período após a intensificação da “guerra aos gentios”, as patentes militares demonstram a ligação entre os serviços prestados e a conquista da terra por meio do recebimento das sesmarias.

A procedência dos sesmeiros do Jaguaribe, de acordo com o Quadro A-1, coaduna com as observações de Antonio Bezerra para quem

as terras iam-se povoando à medida que os exploradores obtinham sesmarias, e estas vinham sendo pedidas do Rio-Grande para o norte, pois que até 1678 não passava a colonização do município de Natal, e do de San-José de Mipibú para o sul, sendo que as terras daquela capitania, de Guamaré, no município de Assú, para cima foram concedidas aos requerentes pelos capitães-móres do Ceará, a começar em 1681, de Sebastião de Sá, e pelo Governador geral do Brasil, Roque da Costa Barreto. Quando entraram em terreno cearense, a primeira foi pedida pelo capitão-mór Manoel de Abreu Soares e 13 companheiros, todos rio-grandenses, no rio Jaguaribe, da barra para o sertão, em 23 de janeiro de 1681.¹⁸¹

Observando o Quadro A-1 percebe-se, portanto, que as sesmarias da ribeira do Jaguaribe, sobretudo no período de 1681 a 1707, eram solicitadas por moradores de Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará. A incidência de pedidos de moradores de outras capitanias nas últimas décadas dos seiscentos em todo o Ceará - cerca de 45,6% - de acordo com Francisco Pinheiro, justifica-se pela agudização dos conflitos entre os indígenas e os colonizadores. Para o autor, nessa primeira fase “as sesmarias que foram

¹⁷⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império”. *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, 2000, p. 70. Disponível em: <<http://www.penelope.ics.ul.pt>>. Acesso em: 10/12/2013

¹⁸⁰ SILVA, Rafael Ricarte da. Op. cit. p. 98.

¹⁸¹ BEZERRA, Antonio. Op. cit. p. VII.

solicitadas entre 1679 e 1700, em grande medida não foram ocupadas e estão sendo outra vez solicitadas”. Na primeira década dos setecentos, ou seja, na segunda fase de ocupação, quando amenizados os conflitos entre os habitantes nativos e os colonos, abriram-se os caminhos para o estabelecimento das fazendas, fazendo com que o percentual de requerentes moradores em outras capitanias caísse para 17%.¹⁸²

Segundo Monteiro, “em princípio, o sesmeiro assumia a responsabilidade de executar benfeitorias no terreno em um prazo estipulado (geralmente cinco anos) e pagar o dízimo eclesiástico sobre a produção de frutos da terra. Mas este prazo nem sempre foi observado no Brasil.” Não obstante, “apesar da condição de serem revertidas para a Coroa como terras devolutas, muitas sesmarias permaneceram inexploradas gerações a fio”.¹⁸³ Na primeira fase de ocupação do Ceará, as sesmarias solicitadas, e em parte não ocupadas, viriam a constituir as terras devolutas.

Conforme expõe Lígia Maria Osório Silva, em Portugal o sentido original do termo devoluto era “devolvido ao senhor original”, ou seja, “aquele senhorio que não cultivasse nem desse em arrendamento suas terras perdia o direito a elas, e as terras devolutas (desenvolvidas ao senhor de origem, à Coroa) eram distribuídas a outrem para que as lavrasse e aproveitasse e fosse respeitado, assim, o interesse coletivo”.¹⁸⁴

Como se pode observar no Quadro A-1, muitos requerentes de sesmarias utilizavam como justificativa terras devolutas para aquisição de datas. Além de ocupar as terras devolutas, existia ainda por parte dos solicitantes a preocupação de oficializar ou legalizar posses, como, por exemplo, o caso do tenente-coronel Antônio Gonçalves de Sousa, que em 1722 se dizia morador nas terras

há treze annos sem contradição de pessoa algúa quando povoou, e na ocazião da sublevação do gentio e levante desta capitania tinha elle supplicante o treslado da dita datta e indo elle em socorro desta fortaleza (...) lhe deu o tapuia em casa e lhe levou húa tapuia sua escrava, húa canastra com a dita data e outros papéis e vindo agora procurar o treslado dela [...].¹⁸⁵

¹⁸² PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Op. cit. p. 9, 10 e 11.

¹⁸³ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit. p. 104.

¹⁸⁴ SILVA, Lígia Maria Osório. Op. cit. p. 39.

¹⁸⁵ Data de Sesmaria do Tenente Coronel Antonio Gonçalves de Sousa. Arquivo Público do Estado do Ceará. (Org.) *Datas de Sesmarias do Ceará: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928* (em CDs-ROOM) Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006. Vol. 11, Pedido 15, p. 26

A aquisição de terras devolutas e a legalização das posses justificaram a demarcação das sesmarias no Ceará em princípios de século XVIII. Segundo Limério da Rocha, em 3 de março de 1702 foi expedido um Edital onde o governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, “obedecendo à Ordem Régia, alertava aos sesmeiros que possuíssem datas nesta Ribeira, de sua jurisdição, que apresentassem dentro de seis meses, documento que provasse serem realmente donatários das referidas terras, pois no prazo de dois anos, seriam estas demarcadas judicialmente por um ministro nomeado para tal fim”. Em razão disso, em 26 de setembro de 1707, o desembargador Cristóvão Soares Reimão começou a medição das terras. Para o autor:

Vale salientar que antes deste Edital, as datas de sesmarias eram concedidas, mas não em caráter oficial. Quando da entrega desta terra, o sesmeiro recebia uma carta, espécie de documento, que lhe dava direito a explorar as terras que estivessem em seu poder. Com a medição, (1707) o sesmeiro recebia um documento de caráter oficial e definitivo.¹⁸⁶

A partir dos nomes dos sesmeiros, no Quadro A-1 em anexo, percebe-se que uma das características do processo de ocupação das terras da capitania do Siará Grande, a exemplo da ribeira do Jaguaribe, foi a concentração fundiária.¹⁸⁷ Dada já as grandes dimensões das sesmarias, em que as datas tinham três léguas de comprimento com uma de largura, muitos podem ser os casos identificados em que um único solicitante foi contemplado com duas, três ou mais sesmarias. Os exemplos são muitos: Teodósio Grasciman, João de Barros Braga, mas nada comparado ao Comissário Geral Lourenço Alves Feitosa, o maior beneficiário nas concessões das sesmarias no Siará Grande. Ao todo foram “vinte e duas sesmarias em terras localizadas não somente da Ribeira do Jaguaribe, mas também na Ribeira do Acaraú”.¹⁸⁸

Conforme as observações de Ligia Osório Silva, as autoridades coloniais, no afã de ocupar o imenso território, desprezaram na prática as *Ordenanças do Reino* de que “não deis a cada pessoa mais terra que aquela que segundo sua possibilidade virdes ou vos parecer que podem granjear e aproveitar”. As áreas concedidas “eram imensas e

¹⁸⁶ ROCHA, Limério da. *Russas: sua origem, sua gente, sua historia*. Fortaleza: s. ed. 1976, p. 42.

¹⁸⁷ De acordo com Pinheiro, é possível vislumbrar a concentração fundiária no Ceará quando 25,68% dos sesmeiros com duas datas ou mais cartas detêm 50,93% das terras, enquanto 74,31% destes têm acesso a apenas 49,07% das terras doadas na capitania. PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Op. cit. p. 32

¹⁸⁸ NOGUEIRA, Gabriel Parente. O. cit. p. 31.

constituíam verdadeiras donatárias, mesmo que não o fossem juridicamente. Doações foram feitas de 4, 5, 10 e 20 léguas quadradas”.¹⁸⁹ Ainda para Lúcia Osório Silva, não obstante as recomendações das *Ordenações*, na colônia não havia limite certo para o tamanho das doações. Juntando-se a isso, as formas rudimentares de medir a terra também contribuíram para o tamanho desmedido das grandes áreas. Os limites para as áreas cedidas foram estabelecidos formalmente a partir do século XVII. Para dimensionar as terras, “o medidor enchia o cachimbo, acendia-o e montava o cavalo, deixando que o animal marchasse a passo, quando o cachimbo se apagava, acabado o fumo, marcava uma légua.” Essas maneiras rudimentares de mediação permaneceram até o século XIX.¹⁹⁰

As duas fases de ocupação acima referidas vão influir nas formas de estabelecimentos das fazendas. Segundo Capistrano de Abreu, na primeira fase os solicitantes eram absenteístas, onde “homens ricos, moradores em outras capitâneas, requerem e obtêm sesmarias para onde mandaram vaqueiros com algumas sementes de gado; eles [...] não visitam suas propriedades, contentes com o embolso do preço das boiadas.” Enquanto que na segunda fase “os fazendeiros vão se estabelecer em suas terras”.¹⁹¹

Com o passar do tempo, na segunda fase muitos fazendeiros com suas famílias se estabeleceram nos seus domínios rurais. Em consequência disso, passaram a investir mais na estruturação dos mesmos que, conforme Capistrano de Abreu, foram ganhando a seguinte configuração: “[...] casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passar, boladeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação”.¹⁹²

As fases de ocupação, os requerimentos de sesmarias concedidas na ribeira do Jaguaribe no período de 1681 a 1821 (ver Quadro A-1, em anexo), não obstante a grande incidência entre 1704 e 1708, denotam que, na passagem do século XVII a início do XIX, a ribeira do Jaguaribe constituía uma “fronteira aberta” que oferecia terras em abundância para habitação, criação e cultivo.¹⁹³ As fronteiras abertas, as

¹⁸⁹ SILVA, Lúcia Maria Osório. Op. cit. p. 47.

¹⁹⁰ Idem, p. 51.

¹⁹¹ ABREU, Capistrano J. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 140 e 141.

¹⁹² ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Op. cit. p. 172.

¹⁹³ Essa concepção de fronteira aberta dialoga com as noções de Bert Barickman em seus estudos sobre a Bahia no final do século XVIII e primeira metade do XIX. Para o autor, nesse período a Bahia, pela

possibilidades de moradia, de sobrevivência, de exploração da terra com plantações e criação de rebanhos, portanto, de fixação e formação familiar na ribeira do Jaguaribe, justificaria a vinda e as posses de tantos sesmeiros.

Manoel da Cunha, Francisco Rodrigues, Antônio Pereira da Cunha, Gabriel Coelho de Sá, dentre outros, constituem exemplos de sesmeiros que, seja casando, batizando e/ou apadrinhando crianças, constam nos registros de casamentos e batismos das freguesias de Aracati e Russas. As famílias constituídas pelos sesmeiros e seus descendentes em muitos aspectos referenciam a constituição de famílias nas duas freguesias da ribeira do Jaguaribe.

2.2 Veredas, caminhos e estradas entrecortando e conectando a Capitania do Siará Grande

Em grande medida, o movimento das boiadas e a implementação das fazendas de criar, a partir do século XVII, foram os responsáveis pela colonização, pela mobilidade socioeconômica e cultural do Ceará, assim como de outras capitanias sertanejas, como Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo Capistrano de Abreu, os centros de irradiação das boiadas foram principalmente Bahia e Pernambuco: “pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde a Paraíba até o Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o Rio São Francisco até o Sudoeste do Maranhão.” A ocupação do Ceará pela pecuária se deu, portanto, por meio de duas rotas diferentes: “uma pela costa litorânea, saindo de Pernambuco em direção ao Maranhão e Pará, e outra pelo interior vindo da Bahia e Pernambuco”.¹⁹⁴ Em outras palavras, a rota da

Bahia, que de retorno do Piauí se desvia para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras da Ibiapaba, Grande) e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto rio Poti, onde hoje está Crateús, e que por isso pertenceu de início ao Piauí, só sendo anexado ao Ceará em época muito recente, 1880. Além disso, o gado do Piauí serviu sempre para recompor os rebanhos cearenses

abundância de terras ainda desabitadas e não cultivadas, constituía uma fronteira agrícola aberta. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver especialmente o quarto capítulo. Semelhante observação é feita por Roberto Guedes sobre a vila de Porto Feliz, São Paulo, quando durante a primeira metade do século XIX o desenvolvimento expresso na disponibilidade de terras, no crescimento populacional e no incremento da produção do açúcar e de alimentos e mão de obra escrava fez dessa região uma área de fronteira aberta. GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008, p. 67.

¹⁹⁴ ABREU, J. Capistrano de. ABREU, Capistrano J. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Op. cit. p. 172.

dizimados periodicamente pelas secas. O movimento baiano também se infiltra no Ceará pelo sul, nos Cariris Novos. E enquanto isso, o pernambucano alcança o Ceará pelo oriente e vai ocupar a bacia do rio Jaguaribe.¹⁹⁵

Embora o Ceará se encontre na confluência dessas duas rotas, era no Piauí “o nó principal das vias interiores nordestinas”. Da área compreendida entre Bahia e Maranhão, o centro era Oeiras, a capital localizada na parte central do Piauí. Essa região se ligava ao Maranhão e, pelo rio Parnaíba, ao atual litoral piauiense. Em sentido contrário, partem dessa área tinha três grandes linhas de comunicação que se dirigiam para leste, sudeste e sul. “Todos três constituem roteiros do comércio de gado de que o Piauí é, em todo o Nordeste, a principal fonte de abastecimento”.¹⁹⁶

A primeira linha - linha leste – se dirige para o Ceará, “onde passa por Arneirós e Icó, daí segue para Paraíba que acompanha o lugar que hoje está Itabaiana. Aí se bifurca, continuando um ramo pelo mesmo rio até a capital da capitania: infletindo o outro para o sul em demanda de Pernambuco”.¹⁹⁷ A segunda linha, em direção para sudeste, ligava o Piauí a Juazeiro na Bahia pelo rio São Francisco. Por essa linha, tida como a mais importante do sertão do Nordeste, “os primeiros sertanistas e suas fazendas de gado, vindos da Bahia e do São Francisco, penetraram o Piauí no século XVII, colonizando-o”. Nessa via, também transitava a maior parte do gado consumido no Recôncavo Baiano. Por ela, estava “estabelecida finalmente uma ligação em linha direta de costa a costa, entre dois dos mais importantes núcleos litorâneos: Bahia e Maranhão”,¹⁹⁸ separados, como vimos, pelas dificuldades de comunicações por mar dado o sistema de ventos contrários.

Finalmente, a terceira grande linha de comunicações, que do Piauí se dirigia para o sul, segue o rio Gurgueia até o Paranaguá, e, atravessando as chapadas que separam o Piauí da Bahia, “alcança o rio Preto, afluente do Grande, que cruza na passagem de Vaus, unindo-se aí outra estrada que vem diretamente da capital baiana.” Seguindo “por esta região ocidental do São Francisco, inflete-se para oeste, e,

¹⁹⁵ PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit. p.64.

¹⁹⁶ Idem, p. 255. Sobre o caminho terrestre ligando o Maranhão à Bahia via Piauí e articulando as relações regionais e mercantis dos sertões mineiros, tocantinenses, baianos, piauiense, maranhense e pernambucanos, ver: CARRARA, Ângelo Alves. “Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII e XIX.” In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgas.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

¹⁹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit. p 64.

¹⁹⁸ Idem, p. 256.

subdividindo-se, alcança Goiás por duas passagens abertas nas chapadas que dividem as águas do São Francisco e do Tocantins”.¹⁹⁹

As fazendas baianas, estimuladas pela exploração das minas, na região que se convencionou chamar de Minas Gerais, a partir do século XVIII, subiram mais a margem do rio São Francisco e chegaram ao rio das Velhas (que corta o norte do atual Estado de Minas Gerais). Mais ao sul, as fazendas alcançam a bacia do rio Grande, que formaria a comarca do rio das Mortes, constituindo um outro centro pastoril.²⁰⁰

Pelas rotas internas, no final do XVII e início do XVIII, o gado muar e bovino do Sul também foi puxado para o que formaria a região das Minas Gerais. De acordo com Alencastro, a confluência desses rebanhos “realiza a junção das três principais bacias fluviais da América do Sul – dos rios Uruguai, São Francisco e Amazonas –, configurando as dimensões atuais do espaço brasileiro”.²⁰¹

Em confluências com todas essas rotas pelos caminhos do gado, o Ceará se comunicava com o Brasil. Em razão disso, tinha razão João Bap^{ta} [Batista] de Az^{do} [Azevedo] Cou^{tho} [Couto] Montaury, quando - em *Notícia geral da Capitania do Seará Grande* -, no final do século XVIII, afirmava: “O sertão he tão dilatada, que confina com a da Capitania do Piauí, e tem comunicação com a de Mato Grosso, Serro do Frio, e Minas Gerais [...]”.²⁰² Nesse sentido, não há dúvidas de que as distâncias dificultavam as viagens, mas não as impediam. Segundo Geraldo Nobre, os principais mercados “situavam-se a cerca de duzentas léguas, ou mais, e eram Olinda e Recife, em Pernambuco, e o da Cidade de Salvador, da Bahia, não se contando os das Minas Gerais, a muito maior distância”. Mesmo assim, “ali foram boiadeiros do Ceará vender o seu gado atraídos pelos preços que a multidão de fiscadores e garimpeiros se prontificou a pagar por ele”.²⁰³

O Ceará conectava-se aos sertões de dentro e aos sertões de fora por uma malha de veredas/caminhos/estradas que entrecortavam as ribeiras dos seus principais rios. A doação de sesmarias, o incremento das fazendas e currais ao longo dos percursos dos rios dava sequência à abertura dos caminhos, por vezes há muito utilizados por indígenas e

¹⁹⁹ Idem, p. 257.

²⁰⁰ Idem, p. 258.

²⁰¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 341.

²⁰² João Bap^{ta} (Batista) de Az^{do} (Azevedo) Cou^{tho} (Coutinho) Montaury. “Notícia geral da Capitania do Seará Grande.” In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 49 p. 186.

²⁰³ NOBRE, Geraldo da Silva. Op. cit. p. 39.

posteriormente por vaqueiros. “Estas veredas coloniais interligavam as fazendas espalhadas pelo interior das capitanias, as fazendas às vilas e as vilas entre si”.²⁰⁴

Muitas das veredas, ao longo do tempo, foram ganhando status de estradas que quase sempre se originaram desses antigos caminhos. De acordo com Ana Izabel Cortez, ao que tudo indica, até as construções das estradas de ferro, as formas de abertura das veredas/caminhos/estradas durante o período colonial permaneceram a mesma, “se chama popularmente de picadas: geralmente, a abertura de uma passagem na vegetação a golpes de facas ou foices”.²⁰⁵

A diferenciação e as transformações na forma de conceber uma picada, uma vereda ou um caminho abertos por nativos e uma estrada real - enquanto via terrestre no processo de povoamento com suas funções políticas e administrativas de fixação populacional, exploração econômica e escoamento dos recursos - nos séculos XVIII e XIX, “estava relacionado ao crescimento da economia regional e ao incremento do fluxo de viajantes e caravanas” e não necessariamente a melhoramentos técnicos e alargamentos nos percursos. Na realidade, “o fato dos caminhos abertos por nativos terem dimensões estreitas, posto que fossem ‘veredas’, não as destituem da condição de estrada para o período colonial, à medida que essa signifique um caminho que ligue um lugar a outro.” Além disso, “trata de uma alteração da paisagem, ainda que extremamente rústica. Contudo, elas passam a ser classificadas apenas como caminhos ou veredas a partir do momento que o colonizador hierarquiza os percursos de acordo com a funcionalidade que apresentam.”²⁰⁶

No Ceará, esses caminhos/estradas por onde se davam os deslocamentos das boiadas, mercadorias e populações no processo de colonização pontilhavam e ligavam os cursos e as embocaduras dos principais rios, interligando as ribeiras da capitania, confluindo-se com outras circunvizinhas, bem como com o restante do Brasil e do mundo. O Mapa 3 nos proporciona uma visualização dessas estradas.

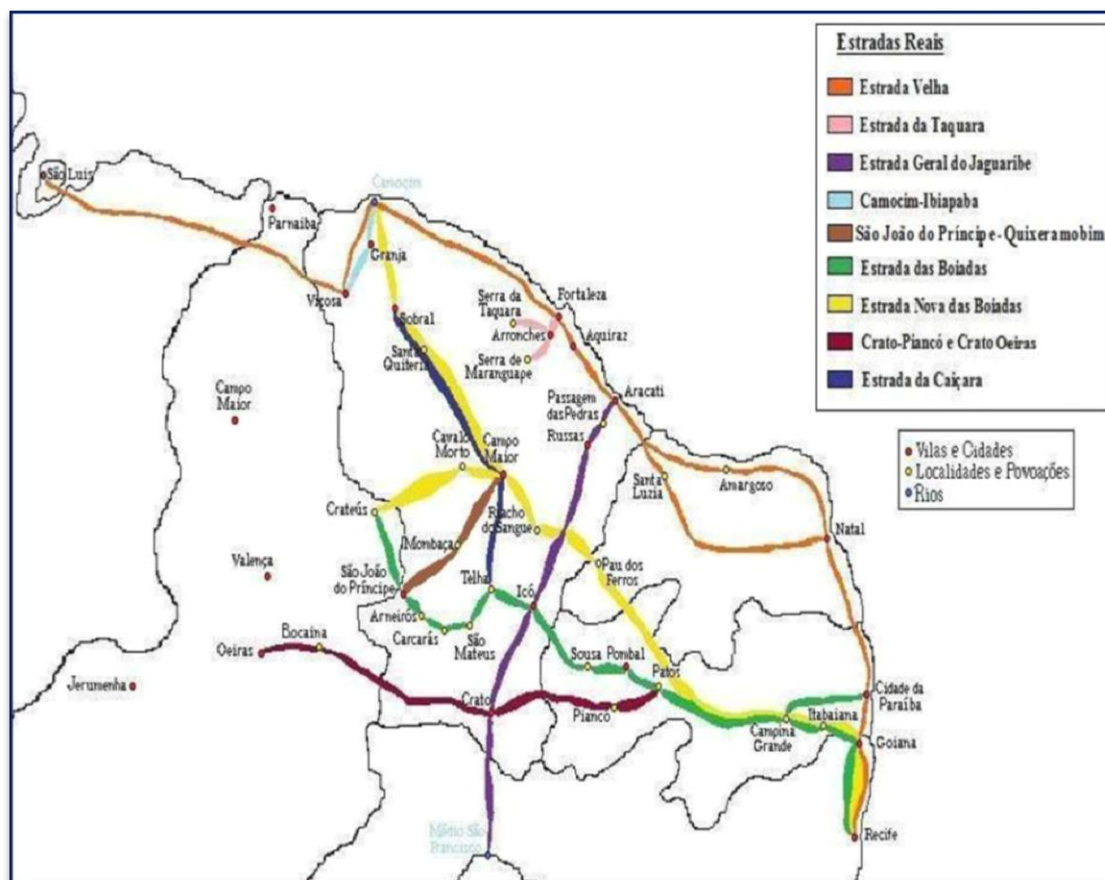
²⁰⁴ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 238

²⁰⁵ CORTEZ, Ana Isabel Parente. Op. cit.

²⁰⁶ Idem, ibidem.

MAPA 3

Estradas da Capitania do Siará Grande



FONTE: Estradas da capitania do Siará grande. *Apud*: NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010, p. 71.

As estradas principais eram a estrada Velha, a estrada Geral do Jaguaribe, a estrada Nova das Boiadas, a estrada das Boiadas, a estrada Camocim-Ibiapaba, a estrada Crato-Oeiras e a estrada Crato-Piancó. Pela “estrada geral do Jaguaribe, despejavam-se os bois e as coiramas das ribeiras do Jaguaribe e do Icó, bem como dos Innhamuns, para o ancoradouro de Santa Cruz do Aracati”.²⁰⁷ A estrada Geral do Jaguaribe formou-se com a proliferação das fazendas que margeavam o rio Jaguaribe, no início do século XVIII. “Partia da Vila do Aracati, atravessava a vila de Icó até subir o rio Salgado e suas nascentes”. Da bacia do Jaguaribe também se chegava aos campos criatórios do Piauí, passando pela do rio Quixeramobim através da estrada Nova das Boiadas. Além disso, outro escoadouro da produção piauiense no território cearense foi

²⁰⁷ GIRÃO, Raimundo. *Op. cit.* p. 153.

a estrada das Boiadas, que ligava a capitania do Ceará a Pernambuco e ao Rio Grande do Norte.²⁰⁸

A descrição de Clovis Jucá Neto proporciona uma visão pormenorizada de algumas dessas estradas, seus fluxos e cruzamentos, como também as ligações da estrada Geral do Jaguaribe com as demais ramificações. A estrada Velha conectava Recife ao Maranhão pelo litoral. A estrada Nova das Boiadas, pelo Ceará, unia o vale do rio Acaraú, nesta capitania, ao Piauí e à Paraíba. Vindo da direção da Paraíba, “passava por Pau-dos-Ferros, ultrapassava o rio Jaguaribe na altura da atual cidade de Jaguaribe, seguia pelo riacho do Sangue (atual Jaguaretama), cruzava o rio das Pedras, chegava ao rio Banabuiú e encontrava o rio Quixeramobim para alcançar a cidade de Quixeramobim.” Daí, “um ramal seguia para Crateús, entrando no Piauí pelo rio Poti. Outro ramal partia para Sobral, seguindo para o porto de Acaraú, na bacia do rio Acaraú e em direção a Granja, rumo ao porto de Camocim, na bacia do rio Coreaú.” Em seguida, “de Pau-dos-Ferros, no Rio Grande do Norte, encontrava a Estrada das Boiadas, na Paraíba, e seguia para a cidade de Recife.”²⁰⁹

A estrada das Boiadas, por sua vez, “vinha do médio Parnaíba em direção a Oeiras e a atual Valença, ambas no Piauí; passava por Tauá, seguia o rio Jaguaribe até Icó, quando, alcançando a Paraíba, seguia por Souza, Pombal, Patos, Campina Grande, Ingá, Mogeiro e Itabaiana”. Desse último ponto “partia ou em direção a João Pessoa via Pilar e Santa Rita, ou em direção ao porto de Recife e Olinda, cruzando Pedra do Fogo, Itambé e por fim Goiana e Igarassu, em Pernambuco”. De Tauá, no Ceará, “podia-se alcançar a Estrada Nova das Boiadas”. A estrada Camocim-Ibiapaba “ligava Viçosa do Ceará, na serra da Ibiapada, a Granja e ao porto de Camocim pela bacia do Coreaú. Quixeramobim interligava-se, ainda, com os sertões da atual Santa Quitéria pela estrada da Caiçara.” Por fim, “do Crato, partia-se tanto para Oeiras – Estrada Crato-Oeiras - via Campos Sales e Picos pelos vales férteis do Araripe, como para Piancó – Estrada Crato-Piancó - alcançando Patos, na Estrada das Boiadas, já na Paraíba”.²¹⁰

Desse modo, os antigos caminhos dos nativos e vaqueiros pela capitania do Siará Grande, como um dos nós a possibilitar o adentramento pelos sertões, ligaram não só esta capitania de ribeira a ribeira, como também o Estado do Brasil ao Estado do

²⁰⁸ VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. cit. p. 33.

²⁰⁹ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 241.

²¹⁰ Idem, p. 242 e 243. Sobre essa discussão, ver também: CORTEZ, Ana Isabel Parente. Op. cit.

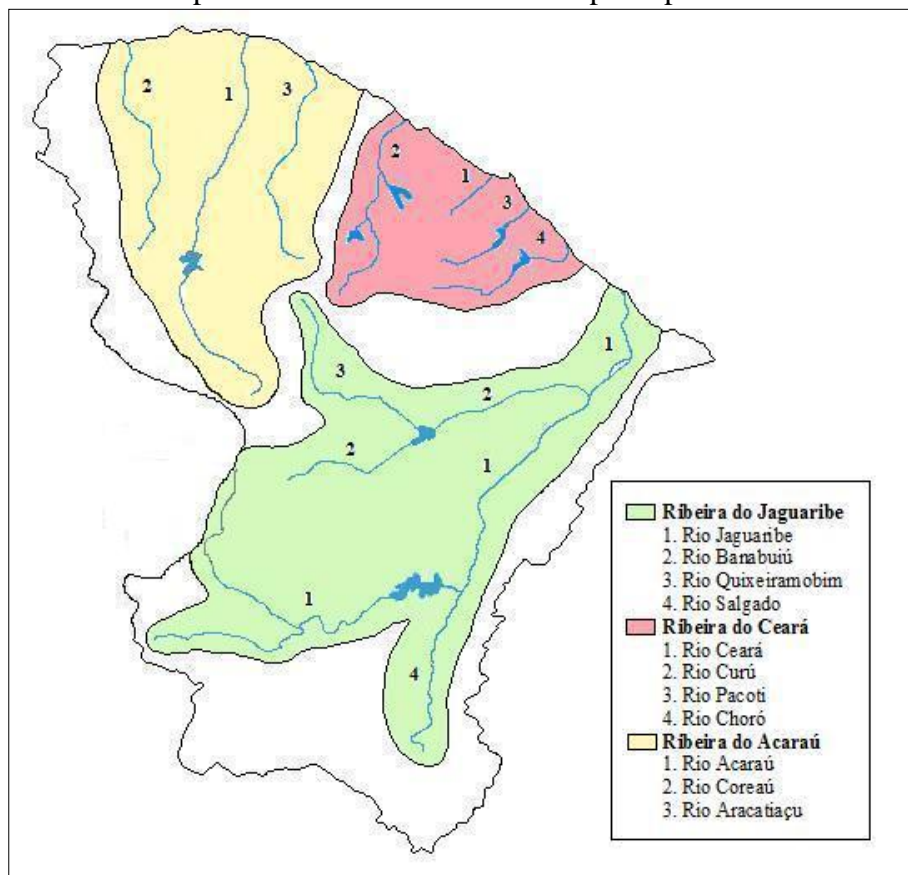
Maranhão, as capitanias de Pernambuco e da Bahia à do Piauí, enfim, conectaram o litoral com as zonas sertanejas.

2.3 Ribeiras, freguesias e vilas: conformação socioeconômica na Capitania do Siará Grande

No final do século XVII, segundo a cartografia portuguesa, a capitania do Siará Grande dividia-se em três pontos principais: as desembocaduras do Jaguaribe, do Ceará e do Acaraú, ou antes do Camocim, por nome Coreau.²¹¹ O Mapa 3 demonstra a divisão dessas ribeiras²¹² e a composição por seus rios principais e afluentes por onde se deu a possessão das sesmarias, o entrecruzamento das estradas e o estabelecimento e desenvolvimento das fazendas.

MAPA 4

Ribeiras da Capitania do Siará Grande e seus principais rios



FONTE: Ribeiras da Capitania do Siará Grande. *Apud*: NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit, p. 28.

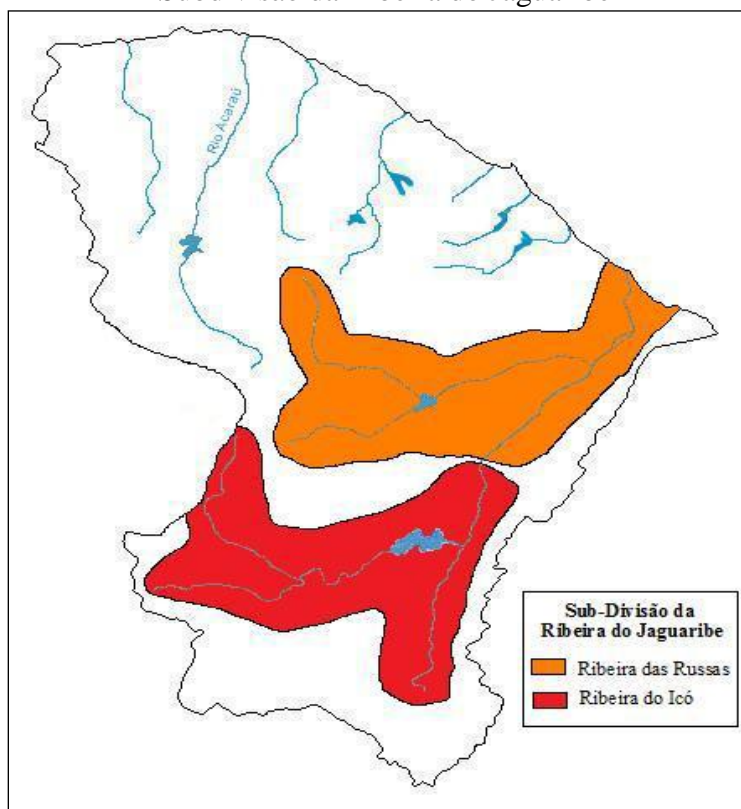
²¹¹ NOBRE, Geraldo. Op. cit. p. 42

²¹² Para Caio Prado Júnior, o nome genérico de ribeira se dá em várias regiões do sertão nordestino e designa a estrutura do povoamento que se origina nas fazendas dispostas nas margens dos rios. PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit. p. 201

A partir de 1742, dada a rapidez do processo de ocupação, do aumento dos currais e conseqüentemente do crescimento populacional, a ribeira do Jaguaribe, como podemos observar no Mapa 5, foi dividida em dois ramos: ribeira das Russas e ribeira do Icó.

MAPA 5

Subdivisão da Ribeira do Jaguaribe



FONTE: Subdivisão da Ribeira do Jaguaribe. *Apud*: NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit. p. 31.

Com a divisão das ribeiras, o rio Salgado, um dos principais afluentes do Jaguaribe, passou a constituir uma quarta ribeira, a ribeira do Icó. Essa divisão indica a conformação socioeconômica dos principais núcleos da ribeira jaguaribana ao longo do XVIII. Desse modo, “o então porto dos barcos, (futura vila do Aracati) e a vila do Icó passaram a polarizar, respectivamente, as relações econômicas desenvolvidas na ribeira das Russas e na ribeira do Icó”.²¹³

Em razão disso, a partir de meados do século XVIII, o espaço físico cearense já dividia-se em quatro ribeiras: “a Ribeira do Siara que fica na Costa no meio da

²¹³ NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit. p. 31 e 32.

Capitania que por ser a Capital dá o nome a Ribeira do Acaracú, que fica ao Norte, a de Jaguaribe ao Sul (ribeira das Russas), e a do Icó no Certão ao Poente da Ribeira de Jaguaribe”.²¹⁴ No que diz respeito à Ribeira do Jaguaribe,

toda Ella He do termo da Villa de S. Jozé de Riba Mar dos Aquirás, excepto meia legoa em quadra ao entrar da Barra, que He da Villa de Santa Cruz do Aracati, na qual há trezentos e sessenta e dous fogos, He de grosso commercio, por virem a Ella mais de trinta Barcos cada anno [...].²¹⁵

A ribeira do Jaguaribe configurou-se como o principal espaço de conquista e ocupação da capitania do Siará Grande. “[...] tem esta Ribeira só duas Freguezias que são (...) Freguezia de Nossa Senhora do Rozario das Russas [...] Freguezia de Nossa Senhora de Santo Antonio de Quixeramobim. [...]”.²¹⁶Essas divisões das ribeiras em freguesias visavam facilitar a cobrança dos dízimos.²¹⁷

A partir de 1755, os dízimos “relativos aos ramos de Icó, Russas, Acaraú e Ceará foram arrematados por 1:567\$000 réis. Em 1764, já rendiam 11:219\$000 réis.”²¹⁸ Entre 1774 e 1778, além das freguesias do Ceará, de Russas, do Icó e do Acaraú, foram cobrados os dízimos nas freguesias de Quixeramobim, Coreaú, Cariris Novos e Inhamuns. No geral, os cálculos das oito freguesias “renderam um acréscimo de 56:701\$900 para os cofres da Coroa, totalizando 10,63% dos rendimentos gerais da Capitania de Pernambuco e suas anexas; ou seja, apenas a sua décima parte”. Como capitania principal, “Pernambuco foi responsável por 66,29% do aumento dos contratos reais, a diferença entre o Ceará e a Paraíba foi somente de 1,12% e do Ceará e o Rio Grande do Norte, de 2,04%”. Assim, “se, por um lado, confirma-se a já sabida

²¹⁴ MENEZES, José Cezar de. *Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da biblioteca Nacional. 1923 (v. XL), p. 1.

²¹⁵ Idem, p. 6.

²¹⁶ Idem, ibdem.

²¹⁷ De acordo com Capistrano de Abreu, “depois da instalação do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais. Ali era cobrado o imposto meio civil meio eclesiástico do dízimo. Os dizimeiros que o arrematavam, depois de terem feito a experiência, preferiram deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capaz do interior em seu nome ia pelos vizinhos recolher os bezerros dizimados, pois a paga realizava-se em gênero; depois de alguns anos, três ou quatro conforme a convenção, prestava contas: cabia-lhe pelo trabalho um quarto do gado, exatamente como aos vaqueiros.” ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Op. cit. p. 174. Em relação às divisões administrativas, o autor diz o seguinte: a “capitania forma, pois, a maior unidade administrativa da colônia. Divide-se seu território em comarcas, sempre em número. A comarca compõe-se de termos, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez, dividem-se em freguesias, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil. Finalmente as freguesias ainda se dividem em bairros, circunscrição mais imperiosa, e cujo principal papel aparece na organização das ordenanças.” PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit. p. 325.

²¹⁸ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 29.

supremacia da economia pernambucana, por outro lado, identifica-se uma equivalência de importância econômica entre as demais capitanias”.²¹⁹ De todo modo, não obstante a supremacia de Pernambuco, a participação do Siará Grande e demais anexas no computo da economia e nos cofres da coroa contesta visões historiográficas que delinearão a economia sertaneja de subsistência e destinada, somente, ao mercado interno. Essa questão será melhor desenvolvida no terceiro capítulo.

No cômputo desses 10,63%, verificou-se que, em ordem crescente os rendimentos atribuídos a cada freguesia ficaram assim distribuídos: Icó, 30,31%; Russas (que incluía Aracati), 14,93%; Inhamuns, 11,46%; Coreáú, 10,91%; Cariris Novos, 10,40%; Ceará Grande, 9,35%; Acaraú, 7,10%; e Quixeramobim, 5,50 %. A bacia do Jaguaribe constituída por Russas e Quixeramobim (ribeira do Jaguaribe) e Cariris Novos, o Icó e os Inhamuns (ribeira do Icó) computaram 72,6% da arrecadação da capitania. Os dízimos referentes aos anos de 1777 a 1779 e de 1782 a 1785 ratificam que “os maiores rendimentos concentravam-se nas bacias do Jaguaribe, Acaraú e Coreáú”. No período de 1777 a 1778, em ordem crescente de destaque, os maiores arrecadamentos ocorreram nas freguesias do Acaraú, Russas, Icó, Quixeramobim e Seara. Em 1782, foram nas vilas de Sobral, Quixeramobim, Russas, Icó e Coreáú. Nos anos de 1783 a 1785, nas freguesias de Icó, Russas, Quixeramobim, Sobral e Serra dos Cocos. As principais vilas “estavam exatamente nestas freguesias de maior arrecadação.” Sobral (ribeira do Acaraú) começa a ganhar destaque de importância nas duas últimas décadas do século XVIII.²²⁰

Em termos populacionais, baseado no levantamento do governador de Pernambuco José Cezar de Menezes, referente a esta capitania e suas anexas, para o período de 1774 a 1783, podemos compreender como estava dividida a população cearense nas quatro ribeiras que a compunha. Na ribeira do Ceará, composta pelas vilas de Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Parangaba, Messejana e Baturité, havia 93 fazendas, 2.491 fogos (domicílios) e 7.600 pessoas. A ribeira do Acaraú, formada pelas vilas de Sobral e Viçosa Real, tinha 325 fazendas, 3.404 fogos e 11.220 habitantes. Na ribeira do Jaguaribe, composta pelas vilas de Aracati, Russas e Quixeramobim, havia 240 fazendas, 1.253 fogos e 5.449 pessoas. Finalmente, a ribeira do Icó compunha-se de duas vilas, 314 fazendas, 2.583 fogos e 9.112 habitantes. Em síntese, a capitania do

²¹⁹ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 188 e 189.

²²⁰ Idem, p. 189 e 190.

Ceará no final do século XVIII concentrava 11 vilas, 972 fazendas de gado e 33.381 habitantes.²²¹

Desperta a atenção o número de fogos na ribeira do Ceará: 2.491 em relação à quantidade de fazendas, 93, para uma população de 7.600 pessoas. Dado que, além de demonstrar uma população já acentuada, difere das demais ribeiras onde o número de fazendas equivalia a duas ou mais de três centenas, como é o caso da ribeira do Acaraú, a mais povoada, com um total de 325 fazendas e 3.404 fogos distribuídos numa população de 11.220 habitantes. Já a ribeira do Icó apresentava um total de 314 fazendas, 2.583 fogos para uma população de 9.912 pessoas, assemelhando-se, portanto, aos dados da ribeira do Jaguaribe, que, apesar do bom número de 204 fazendas, mostra-se a menos povoada, por apresentar uma soma de 1.253 fogos e uma população de 5.449 pessoas.

Como pontos integrantes da bacia do Jaguaribe, Aracati e Russas até 1780 eram ligadas pela circunscrição eclesiástica, ou seja, a vila de Aracati fazia parte da freguesia de Nossa Senhora do Rozario das Russas. Russas, por sua centralidade na estrada Geral do Jaguaribe, transformou-se em lugar de passagem das boiadas que vinham do Icó e rumavam para Aracati e, concomitantemente, num lugar de contato entre as vilas e lugarejos do sertão. Para além das ligações geográficas e econômicas entre Russas e Aracati, como veremos em momento oportuno, os trânsitos socioculturais também foram intensos. A dimensão da freguesia de Nossa Senhora do Rozario das Russas assim se configurava:

Com trinta legoas pelo rio Jaguaribe acima principiado na Costa, e acabando no Boqueirão, pelo que comhence a Villa de Santa Cruz do Aracati posto que a Matris esteja dês Legoas acima em huma Povoação que deu nome a toda a Freguesia, a qual para o fim He muito mais larga do que na Costa por pertencer a esta Capitania todo o Riacho do Figueredo e serras vizinhas que fazem a divisão das Ribeiras do Assú, e Apodi da Capitania do Rio grande; tem pelo Rol de mil e vinte e sette fogos; quatro mil quinhentos vinte e cinco pessoas de desobriga.²²²

As freguesias formavam as circunscrições eclesiásticas das paróquias. Como sede de uma igreja paroquial, tinham como principais objetivos a administração eclesiástica e civil da população. As paróquias nos sertões, de maneira geral, foram as responsáveis pelo desenvolvimento dos núcleos populacionais. Inicialmente construía-

²²¹ MENEZES, José Cezar de. Op. cit. p. 9.

²²² Idem, p. 109.

se uma capela numa fazenda. “Logo em seguida à construção do seu templo religioso começava-se a intensificação de moradores. A capela posteriormente transformava-se em matriz com a criação da paróquia. Só depois da criação da paróquia, a povoação era elevada a vila e, finalmente, a cidade”.²²³ Esses fatores evidenciam o papel desempenhado pela religião católica, o significado que tinham seus rituais, seus sacramentos para a população que crescia em volta desses templos, tendo nos padres seus representantes, autoridades religiosas e “ordenadoras” da vida comunitária.

Em princípios do século XVIII, a ribeira do Jaguaribe recebeu sua primeira capela quando, no ano de 1707, por ordem do desembargador Cristóvão Soares Reimão, construiu-se a igreja de São Bernardo das Russas. Segundo Limério da Rocha, a partir de então “houve um grande afluxo de fiéis para as imediações deste povoado. Como já existisse no crescente arraial aproximadamente 600 pessoas e a cada dia aumentasse essa população”, em 1712, por ordem de Dom Manuel Álvares da Costa, 5º Bispo de Olinda²²⁴ (1706-1715), deu-se a criação do Curato de Russas. Em 1735, por provisão de Dom Frei José Fialho, sexto Bispo de Olinda (1722-1739), a freguesia de Russas desmembrou-se da de Aquiraz. “Seu território compreendia uma área de 24.293 Km², e abrangia os termos de São Bernardo das Russas (Russas), Villa Nova de Campo Maior (Quixeramobim) e Santa Cruz do Aracaty (Aracati)”.²²⁵

Essa circunscrição eclesiástica abrangia as delimitações espaciais da ribeira do Jaguaribe. No século XVII, como vimos, fundou-se em Russas o forte de San Francisco Xavier com vistas a conter os ataques indígenas e garantir o avanço da pecuária nessa ribeira. Portanto, Russas configura-se como lugar estratégico de povoamento da ribeira no movimento das boiadas, de pessoas e de produtos que teve como ponta de lança as vilas de Aracati e Icó, via estrada Geral do Jaguaribe.

No decorrer do século, o incremento populacional justificou a necessidade de mais vigários para dar assistência religiosa e, em decorrência disso, deu-se o desmembramento da freguesia de Russas. Em 1755, o curato da Villa Nova de Campo Maior (Quixeramobim) desmembrou-se de Russas. Em 20 de agosto de 1780, atendendo o requerimento do senado da Câmara de Aracati, “por esta vila a mais

²²³ LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida 1997, p. 216 e 217.

²²⁴ O Ceará permaneceu subordinado à Diocese de Olinda de 1653 a 1853. Pela Lei Provincial nº 693, de 10 de agosto de 1853, expedida pelo governador Joaquim de Castro Tavares, o Ceará foi elevado a posição de Sede Episcopal e instalada em 26 de junho de 1854, quando governava esta província o Padre Dr. Vicente Pires da Mota. ROCHA, Limério da. Op. cit. p. 77.

²²⁵ Idem, p. 59.

populosa e de maior comércio em toda a Comarca do Ceará, Dom Thomaz da Encarnação Costa e Lima, 10º Bispo de Olinda (1774-1784), desmembrou da freguesia de São Bernardo das Russas, a vila de Santa Cruz do Aracaty”.²²⁶ Portanto, de 1712 a 1780, Aracati viveu sob a circunscrição eclesiástica de Russas.

O gradual aumento socioeconômico na capitania do Siará Grande, a partir da primeira metade do século XVIII, ensejou a transformação de muitos povoados em vilas que, aliadas às paróquias visavam exercer o controle e o ordenamento da população. Em texto sobre esta capitania, oferecido pelo Barão de Vasconcelos, membro do Instituto do Ceará, no ano de 1909, encontrei relatos sobre a criação da vila de Aracati:

Creada em Villa em 1748, e conserva o antigo nome Indio, que significa – pedra branca comprida ao alto – ainda se diviza no meio do Rio Jagoaribe, na passagem das pedras, aonde foi seu pr.^o lugar, e a pr.^a povoação a dos Holandeses no Ceará; porém os moradores mudarão para o lugar aonde está à margem do Rio distante da barra 3 legoas para o N. e 30 da Villa da Fortaleza por-que aqui tinham as suas oficinas de carnes secas, que He a chamada do Ceará.²²⁷

Destaca-se aqui a proeminência da vila de Aracati na produção da carne do Ceará. Em termos de delimitações políticas e administrativas, Aracati se desvinculou de Aquiraz em 1748, quando se transformou em vila. Enquanto isso, Russas só conseguiu autonomia política e administrativa de Aquiraz em 1801, quando alcançou também a condição de vila. É o que podemos observar em trechos do *Auto da criação da Villa de S. Bernardo do Governador*: “aos quatorze de Julho de mil oito centos e hum [...] foi sua Alteza Real servido que o Julgado do lugar das Russias Termo da Villa do Aquiras se erigisse em Villa servindo de termo para a mesma Villa por baliza a freguesia do mesmo Julgado [...]”.²²⁸ Já “na margem leste do Rio Jaguaribe, 4 legoas da V.^a de S. Bernardo, esta a V.^a de Icó, 80 da Capital; a mais antiga e mais commerciante do Certão.”²²⁹

²²⁶ Idem, p. 59 e 60.

²²⁷ Barão de Vasconcelos. Capitania do Ceará. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, 1909, p. 302. As povoações de Aracati são “Beirada, Canoa Quebrada – Barca da Canaveira – Poço das Pedras – Jequi – Catinga do Goes – Mata Fresca – Corgo do Coronel – Lagoa do Mato – Retiro pequeno – Retiro grande – Ponta Grossa – Enseada redonda – Picos – Barreiras – Mutamba – Cajuaes – Caissára – Areas – Tibau – Morro Grande – Vermelho e Barra de Mossoró.” Idem, p. 302. As povoações de Russas são “Tabuleiro de Areia – S. João; e muitos sítios povoados; a Villa tem só 200 moradores”. Idem, p. 302 e 303. São essas povoações e sítios que aparecem na documentação paroquial.

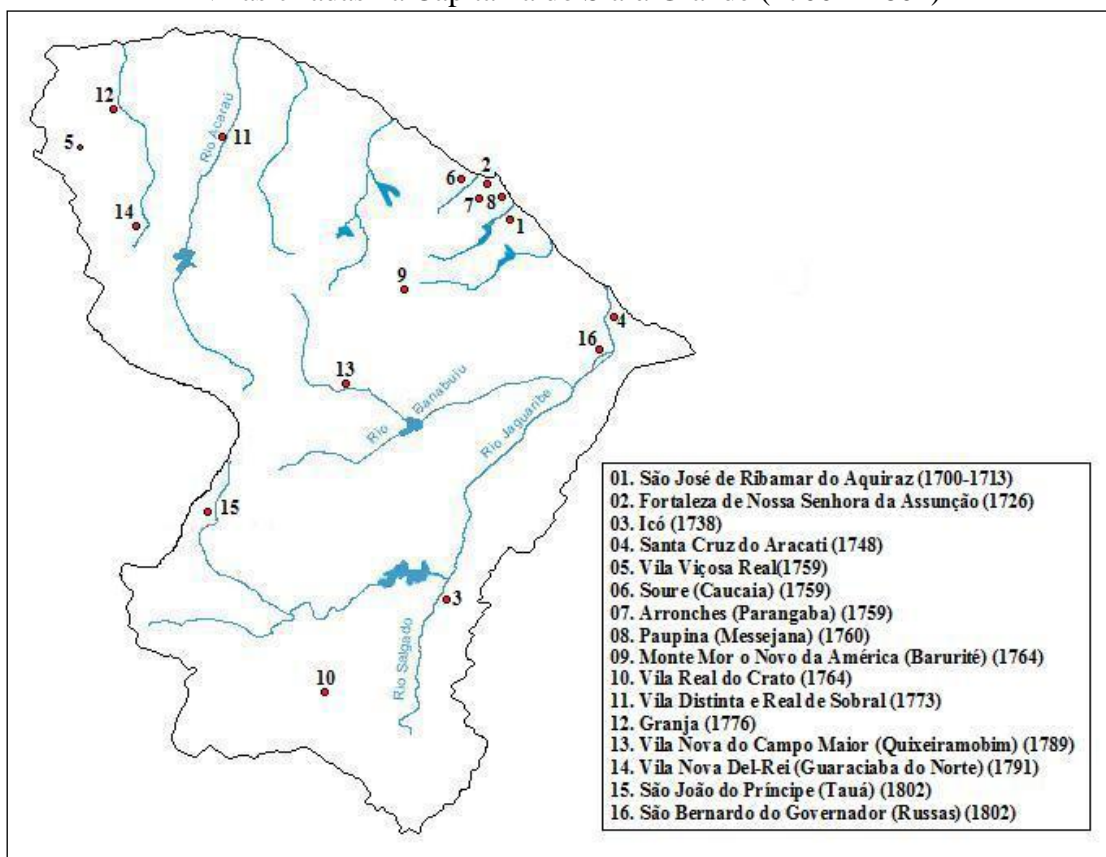
²²⁸ Docs. Off.^{os} pelo Snr. Eduardo Marques Peixoto. “Auto da criação da Villa de S. Bernardo do governador.” *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, 1909, p. 233.

²²⁹ Idem, p. 303. De acordo com Geraldo Nobre, “o Arraial de Nossa Senhora do Ó surgiu como primeiro grande centro comercial do sertão, fazendo jus, em 1736, à elevação à categoria de vila, com o designativo de Icó, tirado da tribo indígena que errava, em busca de alimento, na vasta planície

O processo de criação das vilas no Ceará, ao longo do século XVIII e início do XIX, em grande medida, decorre do estabelecimento das fazendas de criar, do incremento populacional, do desenvolvimento econômico dos produtos da pecuária e das lavouras, a exemplo do algodão. O Mapa 6 nos põe a par das distribuições das vilas na capitania, no período de 1700 a 1802, com suas respectivas datas de criação.

MAPA 6

Vilas criadas na Capitania do Siará Grande (1700 – 1802)



FONTE: Vilas criadas no Siará Grande (1700 – 1802). *Apud*: NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit. p. 44.

A vila de Aquiraz (1713), vila de Fortaleza (1726), vila do Icó (1736), vila de Santa Cruz do Aracati (1748), vila Real de Sobral (1773), vila Real da Granja (1776), vila de Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim (1789), vila Nova de El'Rei (1791) – atual Ipu -, vila de São Bernardo das Russas (1801), vila de São João do Príncipe (1802) – atual Tauá-, vila de Jardim (1814) e a vila de Lavras da Mangabeira

compreendida em terras contíguas: Ceará, Paraíba do Norte e Rio Grande (do Norte)”. NOBRE, Geraldo da Silva. Op. cit. p. 39

(1816) são denominadas, pela documentação do período, de “Vilas de brancos”, enquanto que, como visto, a vila do Soure (1755) - atual Caucaia-, vila Real de Messejana (1758) – atualmente bairro de Fortaleza-, vila Real do Arronches (1759) – atual Parangaba, bairro de Fortaleza-, vila Viçosa Real (1759), vila de Monte Mor o Novo d’América (1764) – atual Baturité-, vila Real do Crato (1764), originárias de aldeamentos, foram denominadas de vilas de Índios.

O controle da população volante sob o estigma de vagabundos, vadios, facinorosos, inimigos, por fim, da sociedade, e a concentração da população em alguns núcleos urbanos, constituem elementos principais para a criação de vilas no Siará grande. Um dos critérios fundamentais para se elevar um lugarejo a vila era o número mínimo de cinquenta fogos ou casas. Trechos do Auto da ereção da Villa de S. Bernardo do Governador, em 1801, reforçam esses argumentos:

Amigo El Rei envio muito Saudar como aquelle a quem amo. Sendo presente em muito e muito repetidas queixas os a crueis e atrozos insultos que nos certones desta capitania tem cometido os Vadios, e os facinorosos que nelles vivem como Feras saporadas da Sociedade Civil e comercio. Eu o Soberano sou servido ordenar que todos os homens que nos ditos certones se acharem Vagabundos ou em Sítios Volantes Seirão logo obrigados a escolherem lugares acomodados pêra viverem juntos em Povoações Civis que pello menos tenham de sincoenta Fogos para sima, (...) e isto debaixo da Penna de que aquelles que no termo competente que Se lhes asinar nos Editais que se afixarem para este efeito não aparicerem para se congregarem e residirem a Sociedade Civil nas Povoações asima declaradas, serão tratados como Saltiadores de Caminho e inimigos Comuns e como tais punidos com a Severidade das Leis; Excetuando-se comtudo e primeriramente os Roumeiros que com criados, Escravos e Fabrica de Lavoira Vivem nas suas fazendas sujeitos a serem infestados daquelles infames e perneciosos Vadios. Em segundo lugar os Rancheiros que na Extradadas publicas se achão estabelecidos com os seus ranxos para^a hospitalidade e comodidade dos viandantes em beneficio do Comercio e da Comonicação das gentes. Em terceiro lugar as Bandeiras ou tropas que em Corpo e Sociedade útil e Louvavel vão aos certones congragados em boa mição para nelles fazerem novos descubrimentos. [...].²³⁰

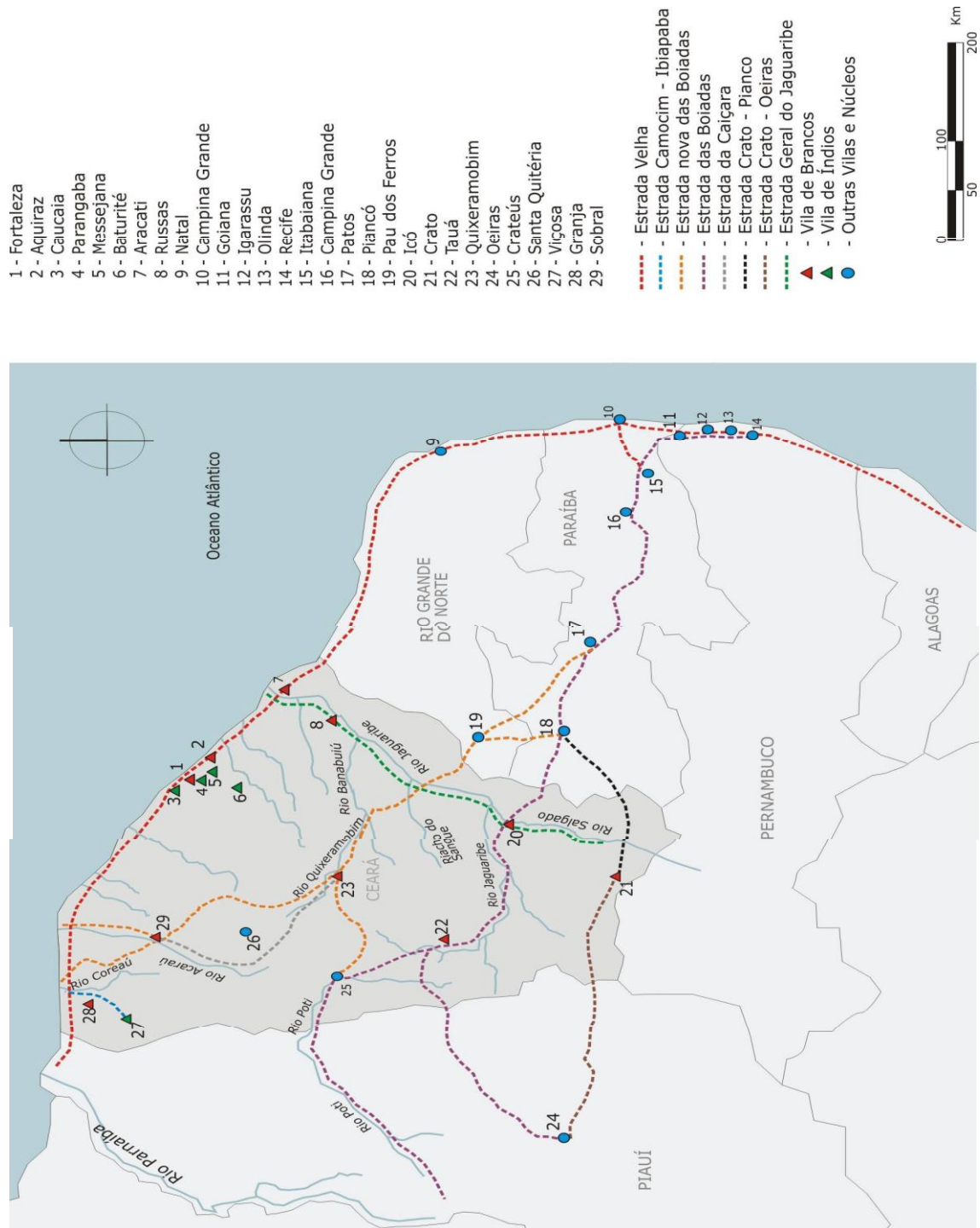
No entorno das fazendas originou-se a maioria dos núcleos urbanos. Os caminhos/estradas passaram a ser tecidos por vilas que, por sua vez, foram criadas em pontos estratégicos de comunicação que, como sedes do poder metropolitano, visavam a administração desses espaços, o controle e a circulação de pessoas e da economia. Em

²³⁰ Docs. Off.^{os} pelo Snr. Eduardo Marques Peixoto. “Auto da criação da Villa de S. Bernardo do governador.” *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, 1909, p. 234 e 235.

síntese, assim se desenvolveu o projeto de ocupação territorial da América portuguesa nos sertões cearenses. Sob outro ângulo, o mapa elaborado por Jucá Neto, que retrata as vilas e povoações da Capitania cearense em 1783, possibilita sintetizar a lógica de ocupação dos espaços na Capitania do Siará Grande. Seguindo os antigos caminhos dos nativos e vaqueiros, a distribuição de sesmarias e as instalações das fazendas se deram nos percursos dos rios.

MAPA 7

Vilas e povoações da Capitania do Siará



FONTE: “Vilas e povoações da Capitania cearense em 1783. Mapa elaborado pelo autor a partir das informações contidas no Mapa das Villas e principais Povoações de Brancos e Índios da Capitania do Ceará Grande com as denominações das ditas villas e invocações dos oragos das suas Respectivas Matrizes e Cappelas. Feito em primeiro de Abril de 1783. João Bapta [Batista] de Azdo [Azevedo] Coutinho de Montauray. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará. (1618 – 1832). CD – 02-03. 1783, abril, 1.AHU_ACL_CU_017”. *Apud*. JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 262.

Para uma capitania sertaneja que oficialmente principia o processo de povoamento na passagem dos setecentos para os oitocentos, com a distribuição de sesmarias e instalação de fazendas e capelas, a criação de quatro vilas nas primeiras décadas - Aquiraz (1713), Fortaleza (1726), Icó (1738) e Aracati (1748) - demonstra a rapidez de conformação econômica e social. Pelo menos duas dessas vilas (Icó e Aracati) são originárias da expansão da pecuária.

No ano de 1763, segundo o mapa dos habitantes para a capitania de Pernambuco e anexas, a população do Ceará foi calculada em 17.010 habitantes.²³¹ Para o ano de 1782, o governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, apresenta uma soma populacional de 61.408 para o Ceará.²³² De acordo com João Brígido, em 1775 a população do Ceará se configurava em 34.000 habitantes; em 1808, em 125.000; em 1810, em 130.000; em 1812; em 149.285; e em 1819, em 201.170.²³³ A partir de 1763, as contagens populacionais demonstram sempre um vertiginoso crescimento. Tomando como referência apenas os dados apresentados pelo historiador João Brígido, em um período de 44 anos – 1775 a 1819 - a população do Ceará teria aumentado em mais de 165.000 habitantes.

Devido às dificuldades de se registrar e contabilizar a população no período colonial, sabemos que esses dados não representam a realidade. De acordo com Tarcísio Botelho, de modo geral, os levantamentos populacionais realizados na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do XIX têm muitos problemas, em parte devido à distribuição de tarefas a pessoas envolvidas nas suas produções e ao receio da população de colaborar com as informações para os levantamentos. A longa citação é esclarecedora para se compreender o desenrolar do processo:

Os capitães-gerais (cabeças da administração das capitanias gerais) reportavam-se aos capitães-mores (que encabeçavam as administrações municipais) e aos vigários das paróquias para que elaborassem tabelas da população local. A partir das listas de ordenanças (listagens de habitantes com finalidades militares ou fiscais) e de desobrigas (listas de paroquianos que se confessavam na freguesia e pagavam as desobrigas), esses funcionários locais confeccionavam as tabelas (ou mapas de população) e as enviavam com os dados solicitados. Entretanto começavam aí os problemas com

²³¹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*. p. 33 e 70.

²³² MENEZES, José Cezar de. Op. cit. p. 110.

²³³ BRÍGIDO, João. "Povoamento do Ceará". *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, 1900, p. 245.

os levantamentos populacionais. O temor ao fisco e ao recrutamento militar, aliado à extensão das circunscrição administrativas e ao isolamento da população rural, eram reconhecidos pelos próprios responsáveis pela organização das listas de habitantes como limites à exatidão desses levantamentos.²³⁴

O temor do fisco implicava diretamente no computo da população escrava, “fato óbvio, ninguém queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto”. Já o temor em relação ao recrutamento militar levava a “subestimar a população masculina livre, pois as famílias evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento para o serviço militar e a guarda nacional – o imposto de sangue, como se dizia na época”.²³⁵

Para o ano de 1811 existe um levantamento populacional para a capitania do Ceará que leva em consideração a distribuição por vilas. Neste foram contabilizados 130.396 habitantes (Quadro 1). Esses dados se assemelham aos apresentados por João Brígido, que trouxe a soma de 130.000 indivíduos para 1810.

²³⁴ BOTELHO, Tarcísio R. “Listas nominativas de habitantes e censos demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940.” Op. cit. p. 78.

²³⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 46.

QUADRO 1
População do Ceará em 1811

Lugares	Freguesias	Capelas	Habitantes
V. de Fortaleza	S. José de Ribamar	4	9.450
V. do Aquiraz	S. José de Ribamar	3	9.358
V. do Aracaty	N. S. do Rosário	2	5.254
V. de S. Bernardo	N. S. do Rosário	3	10.787
V. do Icó	N. S. da Expectação	6	17.478
Riacho do Sangue	N. S. da Conceição	3	3.848
Missão Velha	S. José	4	8.471
V. do Crato	N. S. da Penha	-	3.160
V. de Quixeramobim	S. Antonio	3	6.395
V. S. João do Príncipe	S. Mateus	4	9.604
Arneirós	N. S. da Paz	3	4.889
Amontada	N. S. da Conceição	1	4.074
Almofala	N. S. da Conceição	1	809
V. do Sobral	N. S. da Conceição	6	10.159
V. de Granja	S. José	3	4.845
V. Nova de El-Rey	S. Gonçalo	-	7.242
V. Viçosa Real	N. S. da Assunção	1	7.934
V. Monte Mor o Velho	N. S. da Conceição	-	319
V. Monte Mor o Novo	N. S. da Palma	-	2.519
V. de Soure	N. S. dos Prazeres	-	816
V. de Arronches	O Sr. Bom Jesus	1	1.415
V. de Messajana	N. S. da Conceição	-	1.570
-	-	-	130.396

FONTE: Barão de Vasconcellos. "Capitania do Ceará." *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, 1909. Tomo: XVIII, p. 298.

Os números representam o lugar dessas vilas no processo de consolidação socioeconômica do Ceará. Fortaleza (capital) e Aquiraz (cabeça da Comarca), como lugares de institucionalização dos poderes régios na capitania. Icó, São Bernardo das Russas, Sobral e São João do Príncipe (atual Tauá), que assim como as demais vilas também se fundam com objetivos de implementar poderes e controles sobre a população volante e local, tiveram no desenvolvimento econômico, advindo das fazendas de criar e plantar, elementos para os destaques em números populacionais. Fortaleza, Sobral, Icó e Russas representam, respectivamente, as quatro ribeiras: Siará, Acaraú, Icó e Jaguaribe.

Na ribeira do Jaguaribe, a soma e a distribuição por décadas dos registros de casamentos e batismos das freguesias de Aracati e Russas nos aproximam da conjuntura de formação populacional. Na década de 1740, inicia-se a sequência serial de

casamentos e batismos de Aracati (Tabela 2).²³⁶ Os percentuais de casamentos dessa freguesia começam a ganhar visibilidade, sobretudo, nas décadas de 1770 (20,4%), 1790 (28,2%) e 1800 (27,2%), decaindo no período de 1810 a 1820 (12,3%). No caso dos batismos, o período de 1780 a 1820 representa 83,5% dos registros, sempre em ordem crescente.

TABELA 2

Números de casamentos e batizados por década, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Casamentos		Batizados	
	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem
1740	13	0,82	71	0,7
1750	67	4,22	175	1,8
1760	44	2,77	441	4,7
1770	54	3,40	485	5,2
1780	324	20,4	1.424	15,3
1790	447	28,2	1.907	20,5
1800	432	27,2	2.205	23,7
1810	196	12,3	2.237	24
0000	7	0,44	357	3,8
Total	1.584	100	9.302	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

Aracati ganhou impulso populacional, sobretudo, a partir da década de 1780. Se mantém em números crescentes até 1820, com exceção para o número de casamentos de 1810 a 1820.²³⁷ Temos assim dois marcos temporais: um que vai de 1740, quando os registros ganham uma sequência temporal e serial, e outro a partir de 1780, quando a população registrada apresenta grande impulso.

Os primeiros registros paroquiais de Russas datam da década de 1720; tratam-se de sete batismos (Tabela 3). Os primeiros assentos de casamentos dessa freguesia foram realizados nos anos de 1740. Os índices de casamentos ganharam grande impulso

²³⁶ Na realidade, os primeiros registros eclesiásticos assentados em Aracati referem-se a cinco batismos realizados no ano de 1700, nas capelas do Rosário e de São José, pelo Padre Gonsallo Texeira de Mello (quatro meninas - duas livres e duas escravas - e um menino livre) e de um batismo realizado no ano de 1707, na capela de São José, pelo mesmo padre (um menino livre). Livro de Batismos de Aracati, 01, p. 11, 11v e 30v. (ADLN) Possivelmente a inexistência de registros na sequência temporal de 1700 a 1740 na freguesia de Aracati dar-se-ia pela ausência dos livros paroquiais.

²³⁷ Nos casamentos de Aracati referentes ao período de 1810 a 1820, os registros sofreram baixas significativas. Acredito que isso decorre de uma possível ausência de informações nos livros de casamentos, pois, analisando a ordem e a temporalidade em que foram organizados, constatei que o livro 03 traz registros de 1797 a 1807, o livro 04 de 1807 a 1819 e o livro 05 de 1835 a 1839. Portanto, pelo menos para os últimos anos desse decênio não mais se tem assentos.

nas décadas de 1770 (19,6%) e 1780 (28,7%). Nas décadas de 1790 (23,6%), 1800 (13,4%) e 1810 (0,5%), os números passaram a declinar. No caso dos assentos de batismos, percebe-se uma incidência maior a partir da década de 1750 (12,5%), com oscilações entre as demais: decréscimo nos decênios de 1760 (10,4%), 1770 (7,9%) e 1790 (10,9%), com crescimento no restante do período, referente às décadas de 1780 (13,9%), 1800 (14,3%) e 1810 (18,1%).

TABELA 3

Números de casamentos e batizados por década, freguesia de Russas, 1720-1820

Décadas	Casamentos		Batizados	
	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem
1720	-	-	7	0,0
1730	-	-	351	2,8
1740	10	0,9	539	4,4
1750	24	2,3	1533	12,5
1760	44	4,2	1274	10,4
1770	205	19,6	979	7,9
1780	300	28,7	1707	13,9
1790	247	23,6	1343	10,9
1800	140	13,4	1753	14,3
1810	6	0,5	2226	18,1
0000	67	6,4	538	4,3
Total	1.043	100	12.250	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

Os marcos temporais de 1740 a 1780 apresentam variações em relação a Russas. Talvez por ter partido na frente em termos de fixação de capela, na década de 1750 em Russas já haviam sido registrados mais de 1.500 batismos. Os assentos decaem um pouco nas duas décadas seguintes, mas não chegando a menos de mil casos. No decênio de 1780 volta a subir, decaindo novamente na década de 1790. Os índices de casamentos ganham maior visibilidade nas décadas de 1780 e 1790, contudo, a partir daí, contrariamente a Aracati, começam a decair. O decréscimo no número de casamentos em Russas no período de 1800 a 1820, e de batismos nas décadas de 1770 e 1790, possivelmente está relacionado às secas inclementes verificadas nesses períodos.

De acordo com João Brígido, o catálogo das secas no Ceará a partir da estiagem de 1692 até a primeira metade do século XIX se distribui da seguinte maneira: de 1692, de 1711, de 1723, de 1727, de 1736-1737, de 1745-1746, de 1772, de 1777-1778, de 1784, a terrívelíssima de 1790-1793, a de 1809, de 1816-1817, de 1824-1825,

de 1844-1845, quase todas seguidas de febres tísicas e de varíola.²³⁸ Somente na década de 1770 aconteceram duas secas, sendo que a segunda teve duração de dois anos. Logo no limiar da década de 1790, verifica-se três anos seguidos de secas. E daí por diante até 1820 uma seca em cada década.

Essas secas afetaram enormemente a economia agropastoril da capitania e certamente o número de casamentos e batismos em Russas. Digo isso porque Russas tinha uma economia oriunda das plantações e dos rebanhos. Com base em estudo realizado na vila de Limoeiro, Ceará, na década de 1870²³⁹, também de economia agropastoril, verifiquei que, nos períodos de invernos regulares - de 1870 a 1876 -, quando as colheitas aconteciam normalmente, momento este de fartura, houve um maior número de casamentos e nascimentos. Por outro lado, no período da grande seca, de 1877-1879, devido à acentuação das misérias socioeconômicas, houve uma gradual diminuição do índice de matrimônios e batismos. Assim como aconteceu na vila de Limoeiro, na segunda metade do século XIX, essas secas do século XVIII e início do XIX certamente provocaram muitas epidemias, muitas mortes por fomes em pessoas e em animais em Russas, como também a saída de muitas famílias do sertão em busca de sobrevivência.

A localização de Russas mais ao centro da ribeira do Jaguaribe também a diferenciou de Aracati. Aracati, por estar situada às margens do Atlântico, assim como Fortaleza e Camocim - ribeira do Acaraú, a exemplo do que aconteceu em períodos de seca durante todo o século XIX,²⁴⁰ pode ter sido lugar de recebimento de parte da população que migrava não só de Russas, mas também da ribeira do Icó. A descrição de João Brígido sobre a grande seca de 1791 a 1793 expressa bem o quadro de misérias e migrações. “São tristes as notícias que ficaram desta quadra. (...) Houve grande peste de

²³⁸ BRÍGIDO, João. “Povoamento do Ceará.” *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XIV, 1900, p. 245.

²³⁹ Limoeiro (atual Limoeiro do Norte) até 1872, quando foi elevado a condição de vila, era parte integrante da vila de Russas. CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. cit.

²⁴⁰ Sobre migração e secas no Ceará ver: THEÓFILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, (1877 a 1879)*. Fortaleza, Typografia do Libertador, 1883; STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997; NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; RIOS, Kênia de Sousa “A Comissão Científica e a Seca do Ceará (Introdução). In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006; VIEIRA JUNIOR, Otaviano. Op. cit. e CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. cit.

varíola. (...) No Aracaty, onde deo-se muita aglomeração de retirantes dos sertões, morreram 600 pessoas”.²⁴¹

Além disso, Aracati, por ter uma economia mais voltada para o comércio portuário, ainda que em grande medida com os produtos agropastoris, sofreu menos com os infortúnios dos constantes e prolongados períodos de seca. Portanto, não obstante as ligações eclesiásticas e geográficas entre Aracati e Russas, os dados nos remetem a diferenciações de temporalidades e de formação populacional nesses espaços constituídos ao longo do rio Jaguaribe. Assim como os dados do Quadro 2, os registros paroquiais demonstram ser Russas mais populosa do que Aracati. Esse fato possivelmente se explica pela maior abrangência territorial de Russas, como também, por esta ter sido pioneira em aquisição de capela e por muito tempo sede da freguesia na ribeira jaguaribana. Disso temos alguns marcos importantes: em 1720, os primeiros registros de Russas; de 1740 as 1780, com pequenas variações, sobretudo para Russas, os registros paroquiais das duas freguesias apontam um aumento populacional significativo, mas que ganha graus de maior intensidade a partir de então, até 1820, ou seja, 40 anos.

De modo geral, os dados das tabelas condizem e demarcam a conformação populacional e econômica das duas freguesias na longa temporalidade de um século. Para uma maior compreensão, é importante recapitular. Na primeira década do XVIII se deu o fim dos conflitos da Guerra de Assu a regulamentação da posse de terras e a fixação dos colonos nas fazendas de criar e plantar. Até 1740, a capitania do Siará Grande foi marcada pela intensificação dos aldeamentos indígenas e pela criação das primeiras capelas e das primeiras vilas. O aumento populacional e o desenvolvimento econômico nesse período já possibilitou a divisão da freguesia do Jaguaribe que, dentre outros objetivos, visava facilitar a cobrança de dízimos e o controle da população.

O período de 1750 a 1780 representa um segundo grande marco temporal com destaque para a política e o arcabouço jurídico pombalino que envolve a transformação dos aldeamentos em vilas e a intensificação da criação destas, assim como a conformação econômica baseada nos produtos da pecuária, principalmente o couro e a carne seca. Nesse período, a ser melhor explorado no terceiro capítulo, além do aumento populacional, houve uma maior mobilidade geográfica decorrente da acentuação da entrada de pernambucanos, paraibanos, norte rio-grandenses, alagoanos, baianos,

²⁴¹ BRÍGIDO, João. Ephemeredes do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XIV, 1900, p. 148.

portugueses e africanos, dentre outros, na ribeira e nas respectivas freguesias, convivendo e se misturando com os nativos.

Por fim, de 1780 a 1820 os produtos advindos da pecuária deixam de ser o principal veículo da economia cearense, em parte como consequência das secas que ocasionaram a morte dos rebanhos, cedendo lugar para a cultura algodoeira. O crescimento econômico possibilitou o desmembramento do Ceará de Pernambuco, fazendo daquela uma capitania autônoma. Nesse ínterim, como vimos nos levantamentos, a população só crescia.

Os significados sobre as ações dos religiosos serão discutidos a partir do quinto capítulo, mas, à medida que a população ia se conglomerando nesses espaços, sejam pelas chegadas, permanências, passagens, saídas ou nascimentos, o número de casamentos e batismos crescia. Em razão disso, além da provável ausência de um livro para Aracati e das maiores implicações dos efeitos das secas para Russas, não vejo motivos para o tão acentuado decréscimo dos números de batismos na década de 1770 para esta freguesia, nem tão pouco para a diminuição nos índices de casamentos na década de 1810, em Russa e em Aracati.

Mario Rodarte, ao analisar dados sobre a população do Brasil no ano de 1832, constatou “um crescimento populacional mais acelerado que a média brasileira em três grandes áreas: 1) nas três províncias contíguas do Ceará (6), Rio Grande do Norte (2) e Paraíba (3); 2) em São Paulo (6) e Minas Gerais (16,6); e 3) Rio Grande do Sul (3) e Santa Catarina (1,4)”. Em relação ao Ceará, a distribuição relativa da população ficou em torno de 6%. No mesmo período, a proporção da população de escravos na população estimada em 1832, no Ceará, foi de 21,3% e, finalmente, a densidade demográfica de habitantes por Km² do Ceará, em 1832, ficou em 2,1%.²⁴² Em razão do exposto, os dados, em geral, sejam em relação ao aumento populacional, ao número de escravo ou sobre a densidade demográfica, conferem ao Ceará uma dinâmica populacional em linha crescente.

Acompanhando essas várias temporalidades de conformação socioeconômica, já se faz importante compreender quando se deu a inserção e o desenvolvimento do elemento escravo nas freguesias de Aracati e de Russas.

²⁴² RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. cit. p. 89, 90 e 121.

2.4 Condição jurídica nas freguesias de Aracati e de Russas segundo os registros de casamentos e batismos

A população de Aracati e Russas refletia seu dinamismo econômico. O dinamismo econômico se manifestava na importação de escravos. A reprodução da população cativa se deu por via tráfico de cativos e por reprodução endógena. Segundo dados apresentados por Pedro Alberto Silva,²⁴³ no ano de 1763, a população da capitania foi calculada em 17.010 habitantes, dos quais 2.128 eram escravos e 14.882 eram livres. Para o ano de 1813, o autor apresenta dados populacionais referentes a 148.745 habitantes, divididos entre 17.208 escravos e 131.537 livres. O crescimento demográfico significativo no período de 50 anos no Ceará – 1763 a 1813 – deveu-se ao desenvolvimento da pecuária, bem como ao ingresso do algodão no setor exportador, que juntos demandaram incremento de mão de obra livre e escrava.

O termo escravo(a) implica a condição dada aos indivíduos; era, portanto, uma maneira de classificação social. Juridicamente falando, no Brasil - na Colônia e no Império - as condições sociais atribuídas às pessoas eram três: livre, escravo e forro. Para além dessas três categorias, alguns indivíduos poderiam viver/estar ainda em subcondições, como “administrado”. Esse termo era usado para designar um índio ilegalmente escravizado. Os senados das Câmaras indicavam os colonos administradores que deveriam doutrinar os nativos na fé cristã. Mas, na verdade, “usada como um pretexto para inserir as populações nativas no mundo civilizado e católico, por meio da catequese, sob os auspícios de seus senhores, a administração, as mais das vezes, se prestava à apropriação indiscriminada da força de trabalho das populações nativas”.²⁴⁴ Outra categoria de subcondição era o coartado, isto é, “um escravo em período de libertação, detentor de ‘direitos’ especiais – como não ser vendido, alugado ou cedido no período da coartação –, assim reconhecido pela Justiça”.²⁴⁵

Na documentação de casamentos e batismos de Aracati e Russas só se encontram duas categorias de classificação: escravos e forros. Os demais sem referência à condição suponho serem livres. Possivelmente no meio dessa suposta população de livres se encontram registros de forros ou libertos. Com exceção dos homens livres casados de Russas (89,8%) e dos batismos dessa freguesia, onde os assentos de livres

²⁴³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 33 e 70.

²⁴⁴ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 143

²⁴⁵ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 34.

representam em torno de 80%, nas duas ordens de registros, para as duas freguesias, o índice da população livre corresponde a pouco mais de 90% dos números.

Os matrimônios envolvendo escravos em Aracati – 113 homens e 112 mulheres - se iniciam concomitantemente aos assentamentos dos registros paroquiais das pessoas livres da vila, ou seja, na década de 1740. Acentua-se a partir da década de 1780, cresce em 1800 e decai nos decênios de 1790 e 1810. Os casamentos envolvendo forros ou libertos, embora em menor número – 14 forros e 14 forras - em linhas gerais obedecem essa mesma lógica de distribuição temporal.

TABELA 4

Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas e sexo	Homens				Mulheres				
	Cond.	Liv.	Esc.	For.	Total	Liv.	Esc.	For.	Total
1740		11	2	-	13	11	2	-	13
1750		63	4	-	67	63	4	-	67
1760		39	5	-	44	40	4	-	44
1770		50	3	1	54	46	7	1	54
1780		289	31	4	324	290	30	4	324
1790		417	27	3	447	419	26	2	447
1800		395	32	5	432	395	31	6	432
1810		186	9	1	196	187	8	1	196
0000		7	-	-	7	7	-	-	7
Total		1457	113	14	1584	1458	112	14	1584
%		91,9	7,1	0,8	100	92	7	0,8	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

Os matrimônios de escravos em Russas – 93 homens e 87 mulheres - iniciam-se em 1750, uma década depois dos casamentos de pessoas livres. A partir de 1770 crescem significativamente, decrescendo nas duas últimas décadas em análise, 1800 a 1820. A inserção de forros – 13 libertos e sete libertas – também segue essa lógica de distribuição, sendo que nessa freguesia os forros começam a ser registrados uma década depois em relação aos escravos, isto é, em 1760.

TABELA 5

Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas e sexo	Homens				Mulheres				
	Cond.	Liv.	Esc.	For.	Total	Liv.	Esc.	For.	Total
1740	10	-	-	-	10	10	-	-	10
1750	18	6	-	-	24	21	3	-	24
1760	35	4	5	-	44	39	4	1	44
1770	185	19	1	-	205	182	23	-	205
1780	272	23	5	-	300	275	24	1	300
1790	219	27	1	-	247	221	24	2	247
1800	129	10	1	-	140	133	5	2	140
1810	6	-	-	-	6	6	-	-	6
0000	63	4	-	-	67	63	4	-	67
Total	937	93	13	-	1043	950	87	6	1043
%	89,8	8,9	1,2	-	100	91	8,3	0,5	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

Os batismos de escravos em Aracati - 447 escravos e 417 escravas –, assim como o de livres, também iniciam-se no decênio de 1740, seguindo em números sempre crescentes e atingindo maiores índices na década de 1800. A partir de então, começam a decair. No caso dos batismos de forros, os do sexo masculino (11) iniciam-se apenas na década de 1780, aumentando em números nas décadas seguintes e caindo a partir da década de 1810. Contrariamente ao que se deu nos casamentos, o número de forras (22) tanto foi maior quanto começou a ser registrado antes dos forros, ou seja, a partir de 1750. Os números sofrem variações na sequencia temporal, aumentam e diminuem no decorrer das décadas.

TABELA 6

Sexo e condição social nos registros de batismos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas e sexo	Homens				Mulheres				
	Cond.	Liv.	Esc. *	For.	Total	Liv.	Esc. **	For.	Total
1740	26	8	-	-	34	25	12	-	37
1750	79	16	-	-	95	65	13	1	79
1760	199	26	-	-	225	188	20	2	210
1770	235	23	-	-	258	202	22	1	225
1780	690	36	2	-	728	648	34	7	689
1790	860	92	2	-	954	872	74	2	948
1800	993	126	4	-	1.123	942	129	4	1.075
1810	1.101	110	2	-	1.213	953	100	3	1056
0000	171	10	1	-	182	148	13	2	163
Total	4354	447	11	-	4812	4043	417	22	4482
%	90,4	9,2	0,2	-	100	90,2	9,3	0,4	100
Sem referência a sexo									44
Total de registros									9.294

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

Se em Aracati o número de casamentos envolvendo escravos foi mais significativo do que em Russas, nos batismos a situação se inverteu. Em Russas, a população escrava batizada alcançou um número muito mais significativo do que em Aracati: 1.038 escravos e 1.029 escravas. Nessa freguesia, os escravos já começaram a ser registrados na década de 1730, com os dados sofrendo variações importantes no decorrer do restante do período em estudo: aumento significativo na década de 1750; queda nas duas décadas seguintes; subida dos índices no decênio de 1780; queda novamente no decênio seguinte; e crescimento nas duas últimas décadas. Os libertos, compostos por 22 forros e 24 forras, surgem na documentação na década de 1740 e variam em números e em decênios tanto quanto a inserção de livres e escravos na documentação.

TABELA 7

Sexo e condição social nos registros de batismos, freguesia de Russas, 1720-1820

Décadas e sexo	Homens				Mulheres				
	Cond.	Liv.	Esc. *	For.	Total	Liv.	Esc. **	For.	Total
1720		3	-	-	3	4	-	-	4
1730		147	34	-	181	150	20	-	170
1740		248	30	4	282	219	37	1	257
1750		669	139	5	813	585	131	4	720
1760		532	106	3	641	514	117	2	633
1770		404	83	1	488	405	86	-	491
1780		727	150	3	880	675	152	-	827
1790		553	106	-	659	559	123	4	686
1800		728	170	3	901	670	179	1	850
1810		952	178	2	1132	951	133	10	1094
0000		233	42	1	276	209	51	2	262
Total		5193	1038	22	6.256	4941	1029	24	5.994
%		83	16,5	0,3	100	82,4	17,6	0,4	100
Sem referência a sexo									150***
Total de registros									12.400

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao15. (ADLN)

A presença dos assentos de escravos nas duas ordens de registros e as oscilações com acréscimos regulares e/ou decréscimos nos períodos sugerem as mesmas conclusões para os índices populacionais e as temporalidades analisadas no tópico anterior: 1700 a 1740, 1740 a 1780 e 1780 a 1820. Períodos marcados pelo crescimento socioeconômico na capitania e pelas constantes secas, causando desequilíbrios

econômicos e sociais, sobretudo em Russas. As condições que possibilitaram a compra de escravos também podem ter ensejado as compras e/ou doações de alforrias.

Com relação ao sexo dos escravos, os números não discrepam, embora apresentem uma pequena maioria para os escravos homens. Rafael Silva, em seu estudo sobre os sertões de Mombaça, no Ceará no século XVIII, constatou um razoável equilíbrio entre o sexo na população escrava, embora, ao contrário do verificado em Aracati e em Russas, com uma pequena maioria de mulheres (50%) em relação aos homens (46,73%).²⁴⁶ O equilíbrio entre os sexos, assim como a forte presença de crianças escravas, podem indicar uma reprodução endógena no elemento de condição escrava nas duas freguesias.²⁴⁷

No computo envolvendo ambos os sexos, a população escrava e forra ficou assim distribuída nas duas freguesias: nos casamentos de Aracati, 225 escravos e 28 forros; nos de Russas, 180 escravos e 20 forros. Nos batismos, Aracati registrou 864 escravos e 33 forros e Russas 2.067 escravos e 46 forros. Com relação aos libertos, nos casamentos de Aracati tem-se uma igualdade entre os sexos, já Russas apresenta uma maioria de forros homens. Nos batismos das duas freguesias verifica-se uma maior incidência de alforrias para as mulheres.

Estudos sobre diferentes espaços e arcabouço documental têm demonstrado que as mulheres eram maioria entre os libertos.²⁴⁸ Nos registros de casamentos, os números não sugerem que o gênero tenha tido influência significativa sobre a alforria concedida ou comprada nas freguesias em análise. Já em relação aos batizados, a diferença na maioria de meninas libertas chega ao dobro.

Para o caso da aquisição das alforrias para mulheres adultas, segundo Douglas Libby, existem explicações plausíveis que variam entre: a compra da alforria; artimanhas femininas de estabelecerem relações com homens livres e assim conseguirem suas liberdades e de seus filhos; relacionamentos que a vasta maioria de cativas domésticas mantinham com seus senhores e senhoras, dentre outras. Essas possíveis explicações, contudo, não se ajustam aos casos das meninas forras na pia.

²⁴⁶ SILVA, Rafael Ricarte da. Op. cit. p. 117. Os números que não trazem referência ao sexo correspondem a 3,27% dos registros.

²⁴⁷ Semelhante observação foi feita por Roberto Guedes em seu estudo sobre Porto Feliz. GUEDES, Roberto. Op. cit.

²⁴⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit.; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit.; e LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. "A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos". In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

Nesses casos, o autor concorda com perspectivas que apontam para relações paternalistas, tendo em vista que “a resistência feminina ao sistema tendia a ser mais silenciosa e sutil [...] do que a resistência masculina”. Daí, “a orientação particularmente masculina da dominação de senhores de escravos parece ter se estendido aos recém-nascidos, fazendo dos meninos candidatos à alforria menos desejáveis que as meninas”.²⁴⁹

Em termos proporcionais, sobretudo quando se leva em conta os batismos de escravos e forros, possivelmente Aracati ofereceu mais condições de alforrias. É bom lembrar que em todo o período analisado Aracati se constituiu como um dos principais portos de entrada e de saída de produtos da ribeira do Jaguaribe e demais ramificações da capitania cearense. Era muito menor em termos territoriais do que Russas, porém, as práticas comerciais mais consolidadas, as atividades públicas, os serviços especializados, davam a esta freguesia conotações urbanas mais acentuadas.²⁵⁰

Estudos têm demonstrado que atividades mais rentáveis, a exemplo da mineradora, bem como uma rede urbana mais consolidada, ao oferecer uma maior diversificação e melhores rendimentos forjados pelo comércio e serviços mais especializados, contribuíram para que os escravos tivessem mais condições de acumular pecúlio usado para comprar a alforria e isso, em parte, justificaria uma maior incidência de forros nas áreas urbanas.²⁵¹ Em razão disso, acredito que a conformação socioeconômica mais complexa em Aracati, diferentemente de Russas, mais voltada para as práticas agropastoris, aumentou as possibilidades de compras e/ou doações de alforria para homens, mulheres e principalmente crianças.

Rakel Galdino, em seu estudo sobre *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)*, constatou que a maior diversificação e os melhores rendimentos proporcionados pelo pequeno comércio e serviços mais especializados em algumas

²⁴⁹ LIBBY, Douglas Cole. “À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). In: BOTELHO, Tarcísio R. e LEEUWEN, Marco H. D. Van. (Orgs.) *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 26 e 27. (Coleção Obras em Dobras).

²⁵⁰ KOSTER, Henry. Op. cit. GIRÃO, Raimundo. Op. Cit.; VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. cit.; JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. Cit.; e ROLIM, Leonardo Cândido. “O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799).” *Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó*. V. 10. N. 25, jan./jun.2009 – Semestral. ISSN -1518-3394, p. 7. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 30/10/2014.

²⁵¹ Ver, dentre outros: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. Op. cit. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit. e FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit.

localidades pesqueiras e, sobretudo, vilas como as de Granja e Sobral contribuíram para que os escravos tivessem maior autonomia, circulação, contatos com outros escravos e pessoas livres e, de certa forma, elencassem melhorias nas péssimas condições de vida.²⁵² Certamente, por compra ou por doação, a soma de todos esses elementos contribuiu para a libertação de escravos na ribeira do Acaraú.

Todavia, haja vista os trânsitos socioeconômicos entre fazendas, povoados e vilas, entre o rural e o urbano, é preciso deixar claro que, segundo Douglas Libby, quando se fala em maior número de alforrias concedidas nos centros urbanos, não se pode perder de vista “as ambiguidades na definição do que se constituía um centro urbano durante a Colônia e o Império – entre as quais as frequentes indistinções entre as áreas rurais e urbanas”, posto que “geralmente as próprias fontes não são nada claras com relação à residência verdadeira dos escravos recebendo a alforria”.²⁵³

Não tenho qualquer informação sobre as formas de alforrias dos nubentes. Na documentação de batismo, encontrei alguns casos de alforrias com as informações “forro(a) na pia” e quantidades pagas por essas libertações. Com relação aos forros em Aracati, dos 33 casos, seis trazem evidência de alforrias na pia e apenas três dos registros fazem referência ao pagamento recebido no valor de 25 mil réis. Os demais assentos se referem a crianças com dias de nascidas ou designadas de “parvulas”. Em Russas, as alforrias registradas nos batismos aludem a 24 casos (mais de 50%) de alforrias concedidas na pia batismal. Desses, sete trazem referência a pagamento, cujos valores variavam entre 20 mil réis e 25 mil réis e um caso de 30 mil réis. Dos 46 batismos de libertos, 10 foram realizados na matriz. Em Aracati, constatei que, dos 33 registros de batismos, 18 também foram realizados na matriz. Os demais casos foram realizados nas capelas e fazendas das freguesias.

Os batismos de Aracati, ao contrário dos de Russas, sugerem que as alforrias de crianças aconteceram em sua maioria no centro urbano da vila. Esse dado, contudo, não esclarece nada em relação à residência verdadeira dos escravos, isto é, se em áreas rurais ou urbanas. Mais uma vez em diálogo com Libby, “é perfeitamente possível imaginar que os paroquianos, inclusive os escravos, preferissem batizar suas crianças na Matriz em vez de suas capelas curadas locais”. No caso das alforrias, isso tinha uma justificativa, pois, tendo o assento de batismo peso legal (o registro equivalia à carta de

²⁵² GALDINO, Maria Raket Amancio. Op. cit. p. 176 a 178.

²⁵³ LIBBY, Douglas Cole. “À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). Op. cit. p. 22.

alforria registrada em cartório), “pode-se presumir que a presença do vigário, em vez dos capelães ou de outros clérigos fosse considerada especialmente desejada”.²⁵⁴

Por hora, sobre as alforrias gostaria de destacar ainda que, apesar do pouco número de libertos em relação ao número de escravos e principalmente de livres nas freguesias de Aracati e de Russas, os dados nos permitem pensar com o Roberto Guedes, em estudo sobre a vila Porto Feliz, São Paulo na primeira metade do século XIX, ao afirmar que “a ascensão social era corriqueira, se se entende alforria como mobilidade social”.²⁵⁵ Ora, “numa sociedade onde a escravidão era a norma, e a desigualdade era o princípio básico, a alforria era o início da diferenciação social para os escravos”. Por ser a manumissão uma concessão senhorial, a alforria se expressa “na estabilidade, que não elimina tensões, se dá pela troca equitativa entre escravos e senhores”.²⁵⁶

Em outras palavras, posto que a escravidão como é “uma instituição que implica na aquisição de direitos sobre o próprio corpo da pessoa, e não apenas sobre seu trabalho”,²⁵⁷ mover-se socialmente da condição de escravo a de liberto significa dizer que “a liberdade é um processo de conquistas, que pode ou não ser alcançada durante o correr de uma vida”.²⁵⁸ Por fim:

A recorrência das alforrias entre os escravos e seus filhos é um dos melhores exemplos do emprego de artimanhas e estratégias, do estabelecimento de acordos com os senhores e de uma autonomia que eles conquistaram no cativeiro e que levaram para a vida pós-manumissão. Cada nova liberdade alcançada e orgulhosamente ostentada no espaço público integrava teias de comunicação e de aprendizado e incentivava o estabelecimento de novos acordos, assim como a demonstração de novas conquistas.²⁵⁹

As relações no trabalho, conformadas no bojo das convivências entre pessoas de condições sociais variadas, são elementos preponderantes para compreensão de como essa sociedade foi definindo valores, elencando conquistas, se entrecruzando, se miscigenando biológica e culturalmente. Em razão disso, analiso no tópico que segue os modos e os tipos de trabalho dessa população livre e escrava, seja nos espaços das

²⁵⁴ Idem, p. 21 e 23.

²⁵⁵ GUEDES, Roberto. Op. cit. p. 25.

²⁵⁶ Idem, p. 183.

²⁵⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit. p. 311.

²⁵⁸ Idem, p. 214

²⁵⁹ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit. p. 212

moradias, no manejo e/ou comercialização dos rebanhos em trânsito pelos sertões com destino aos mercados e feiras pernambucanas e baianas ou em direção à foz de suas próprias ribeiras para a fabricação e comercialização dos produtos advindos do gado - carnes secas, couros, peles -, seja nas lavouras de algodão e outros gêneros agrícolas, como também na indústria rural doméstica.

2.5 Modos de trabalho livre e escravo na produção agropecuária e no comércio nas freguesias de Aracati e de Russas, Ceará – 1720/1820

A descrição de uma fazenda feita por Henry Koster proporciona uma visualização sobre a ocupação populacional distribuída nos domínios das mesmas: “cada fazenda possuía uma casa de tolerável decência, onde residia o dono ou vaqueiro e, de ordinário, havia muitas casinhas espalhadas no campo circunjacente. Os currais são próximos à casa principal [...]”.²⁶⁰

Otaviano Vieira Junior, em seu estudo sobre a família no sertão cearense no período de 1780-1850, a partir da análise em inventários *post-mortem*, achou curioso a ausência de senzalas nessa documentação. O que, para o autor, não quer dizer que elas não existissem. Essa ausência pode ser justificada pelo fato de que “tais construções fossem tão precárias que pouco valor tivessem, e conseqüentemente não merecessem ser inventariadas [...] ou os escravos poderiam possuir pequenas casas, também com valor insignificante”. Outra hipótese se direciona para a coabitação entre escravos e a família de seus senhores. Isso porque: “os proprietários cearenses não possuíam, de modo geral, grandes plantéis e não seria um bom investimento construir senzalas para abrigar um número restrito de escravos.” Além disso, “tais escravos na maioria das vezes eram empregados nos serviços domésticos, e suas presenças nas casas dos senhores eram constantemente requisitadas”.²⁶¹

Morando todos nas mesmas imediações, ou até mesmo compartilhando as mesmas residências, trabalhando para manter o sustento das fazendas como também para se auto sustentar e produzir o excedente para comercialização, fazendeiros, livres, escravos e libertos comiam do que produziam: carnes, derivados do leite, legumes, além de frutos nativos. As fazendas eram dotadas de uma infraestrutura mínima e autossuficiente capaz de garantir a sobrevivência de todos. Maria Sylvia Porto Alegre

²⁶⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Op. cit. p. 139.

²⁶¹ VIEIRA JR. A. Op. cit. p. 131 e 132.

define essa organização socioeconômica nesses espaços de “indústria rural doméstica do sertão”, podendo ser distinguida em três setores:

O primeiro setor era composto por equipamentos básicos como os engenhos de rapadura e mel, as casas de farinha, os curtumes, e as olarias, que formavam a infra-estrutura da vida material. O segundo era constituído pela fabricação de artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, chapéus, esteiras, calçados, ferraria, mobiliário, utensílios domésticos. Esse setor se desenvolveu em torno das fontes naturais de matéria-prima com minas de barro, as matas de carnaúba e de madeira de vários tipos, couros e peles de veado e da criação miúda, os cascos de tartaruga, etc. O terceiro setor era constituído pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e a confecção de rendas, bordados e labirinto.²⁶²

As atividades do primeiro setor, ou seja, a produção de alimentos, o preparo da farinha, por exemplo, fornecem um bom exemplo dos modos de trabalho e das relações, dos contatos, das trocas e das mestiçagens dele advindos. Segundo Rakel Galdino, no Ceará “as farinhadas geralmente ocorriam a partir de Julho/Agosto (após o inverno), envolvendo várias categorias de trabalhadores, que atuavam do preparo da comida passando pela coleta e limpeza da mandioca até virar a massa fina e branca tão apreciada”.²⁶³

Logo, era um trabalho cansativo que envolvia homens, mulheres e até mesmo crianças, para as tarefas que exigiam menos força, como ralar, espremer a mandioca, bem como o feitio da tapioca; muito provavelmente realizado por famílias livres e escravas em espaços onde índias, negras, fossem apenas conhecidas ou comadres, convivendo e trocando experiências entre conversas, contos e demais diálogos possíveis durante a realização das atividades. Terminado o processo de fabrico, era necessário medir as quantidades obtidas para a prestação de contas, fazer o armazenamento e limpar as fornalhas e demais espaços utilizados.²⁶⁴

Mesmo que as jornadas se intensificassem nos meses seguintes ao período chuvoso, elas duravam o ano inteiro. No verão, de agosto a dezembro, trabalhava-se no preparo dos roçados para o plantio que se dava mais ou menos no mês de novembro e dezembro. Além do preparo dos roçados, plantio e colheita, para o caso dos escravos, “não se pode descartar o seu envolvimento em outras obras nas propriedades, tais como:

²⁶² PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Op. cit. p. 18 e 19.

²⁶³ GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit. p. 147

²⁶⁴ Idem, ibidem.

a manutenção das oficinas, currais, a atividade na casa dos senhores, e nas suas próprias habitações”.²⁶⁵ Na realidade, essas atividades extras à agricultura incluem-se no segundo setor da indústria rural doméstica do sertão: pedreiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros para feitura de telhas, seleiros para fabricação e consertos de selas.

De acordo com Solimar Lima, em estudos sobre a capitania do Piauí, cuja conjuntura socioeconômica apresentava semelhanças à capitania do Ceará, os afrodescendentes aprendizes de pedreiros, quase sempre entre 14 e 18 anos, eram enviados para as cidades e aprendiam o ofício com escravos que já desenvolviam esse tipo de atividade. “Os aprendizes de ferreiro e de carpinteiro eram enviados a uma propriedade onde houvesse mestre oficial para ensinar-lhes a profissão em uma tenda de ofício”. Os oleiros, “trabalhadores de suma importância nas fazendas, eram chamados para feitura de telhas – para retelhamento das velhas casas, que no inverno sofriam ainda mais por falta de conservação”. Os seleiros “reparavam mais as gastas selas e pertences do que produziam novas”. Os afrodescendentes foram utilizados ainda na fabricação de canoas, de solas e de cordas.²⁶⁶

Os trabalhadores homens responsáveis pela criação e manutenção da infraestrutura requerida pela pecuária, agricultura e outros ofícios geralmente eram denominados de vaqueiros. Havia vaqueiros livres e escravos que viviam em trânsitos geográficos constantes.

O cativo adulto, assim considerado a partir dos 12 anos, apesar de possuir a denominação de vaqueiro, raramente passava muito tempo nos campos cuidando dos rebanhos. Por isso, eram os vaqueiros os trabalhadores que podiam ser encontrados na labuta das roças, das farinhaças, dos canaviais, dos engenhos e alambiques, do transporte da produção das fazendas, das obras e repartições públicas.²⁶⁷

Além da permuta dentro das próprias fazendas, a mobilidade espacial dos trabalhadores livres, libertos e escravos se dava por ocasiões das secas quando “a água e o verde diminuía, forçando o deslocamento dos rebanhos e a permanência dos animais nos pastos, salvo alguns utilizados em serviços domésticos”.²⁶⁸ A mobilidade se dava, sobretudo, no manejo e/ou comercialização dos rebanhos em trânsito pelos sertões com destino aos mercados e às feiras pernambucanas e baianas ou em direção à foz de suas

²⁶⁵ Idem, p. 139.

²⁶⁶ LIMA, Solimar Oliveira. “O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense”. *História: Debates e Tendência*. Vol. 7, n. 2, jul/dez, 2007, p. 145 e 146

²⁶⁷ Idem, p. 143.

²⁶⁸ Idem, p. 148.

próprias ribeiras para a fabricação e comercialização dos produtos advindos do gado: carnes secas, couros, peles. A descrição de Capistrano de Abreu nos oferece algumas pistas do cotidiano de condução das boiadas nas imensas jornadas pelos sertões rumo às grandes feiras.

Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoeame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde tem pasto e aonde os marchantes as compram: e em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar.²⁶⁹

Em razão do pequeno número de escravos e das formas de trabalho em determinadas regiões, “onde o senhor vivia em contato mais direto e pessoal com seus escravos”; em que “as secas periódicas totais e parciais que, muitas vezes, aproximavam, na desgraça, senhores e cativos”²⁷⁰, estudos sobre as formas de trabalho nos espaços das fazendas sertanejas têm demonstrado que essas circunstâncias socioeconômicas amenizaram a discriminação e propiciaram um “relacionamento social abrandado” entre os escravos e seus proprietários. Nesse sentido, a distinção de categoria entre trabalhadores livres e escravos se fazia mais pela condição jurídica dos mesmos do que pelas formas de convivência e lida diária. É o que podemos observar nas considerações de Luís Mott em seu estudo sobre o Piauí Colonial:

A vida de um escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagando e seguindo animais longe do curral de seu dono, livre do olho e vara do administrador, recebendo como alimentação diária ‘por média’ de 1 kg de carne fresca, ½ de farinha de mandioca, era seguramente diferente da vida dos demais, trabalhadores livres: camaradas, agregados, vaqueiros, companheiros no mesmo trabalho. A grande proximidade física entre brancos e negros – e a existência de um grande número de vaqueiros e agregados de cor empregados pelos

²⁶⁹ CAPISTRANO, Abreu de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Op. cit. p. 171.

²⁷⁰ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 51.

donos das fazendas, para administrar a propriedade em seu lugar, contribuía para relativizar a distância que em outras áreas do Brasil tanto separavam os escravos do resto da população. A distância social no Piauí colonial parecia basear-se mais na relação livre/escravo do que senhor/escravo.²⁷¹

O parecer do inglês Henry Koster, em seus relatos sobre *Viagens ao Nordeste do Brasil*, na primeira metade do século XIX, não difere das conclusões de Luís Mott em relação à convivência entre escravos e senhores nas propriedades rurais sertanejas:

Há um grande número de pessoas brancas e de cor que possuem dois ou três escravos, partilhando com eles o produto do seu trabalho diário, mesmo o serviço nos campos. Esses escravos são geralmente crioulos criados na família, ou africanos adquiridos muito moços, sendo considerados, no comum, como membros da família, dividindo com o amo o alimento que todos ganham. Esses escravos nos dias de festa, aparecem muito bem vestidos e têm mesmo um certo ar de independência, mostrando que se julgam coisa acima de simples mercadoria. A diferença dos sentimentos que um desses homens demonstra com o seu senhor, e a que tem a generalidade dos escravos das grandes propriedades é espantosa.²⁷²

Livres e escravos, não obstante a esse viver junto e ao exercício das mesmas atividades no trabalho lado a lado, tinham dimensões das distâncias que a condição social impunha a uns e a outros. Apesar dos supostos relacionamentos abrandados entre senhores e escravos nas áreas pecuárias, ser sujeito, propriedade de outrem, tira do ser a capacidade de agir segundo sua própria determinação, ou seja, liberdade, direito à cidadania. Portanto, não existe boa condição de escravo. Os castigos e as fugas, retratados pela historiografia que estuda a escravidão no Ceará²⁷³, por exemplo,

²⁷¹ MOTT, Luís. *Estructura Demográfica de las Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: un caso de poblamiento rural centrifugo*. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblaciones. México, agosto de 1977, p. 15. Sobre a proximidade e as relações abrandadas entre senhor e escravo no cotidiano e lidas diárias das fazendas sertanejas, ver também: MORAES, Ana Paula da Cruz de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, especialmente no segundo capítulo.

²⁷² KOSTER, Henry. Op. cit. p.530.

²⁷³ Entre outras obras ver: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. Cit; SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vender, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850/1881*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005; FUNES, Eurípedes Antonio “Negros no Ceará.” In: SOUZA, Simone de (org). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007 e CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: a Família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008; SILVA, Rafael Ricarte da. Op. Cit. SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “Negros no sertão do Acaraú (seculo XVIII)”. Op. cit. p. 3 e VIEIRA JÚNIOR, Otaviano. Op. cit.

evidencia, dentre outras coisas, os maus tratos e o desejo de uma vida melhor, de ser livre. Não podemos esquecer ainda que o valor material do escravo, de uma maneira geral, para seus senhores sempre se sobrepunha em muito ao valor humano.

Nos sertões cearenses, os modos de trabalhos nas charqueadas também evidenciam que trabalhadores escravos não atuavam isolados dos livres nas atividades que desenvolviam. A citação a seguir nos remete aos serviços e as divisões de tarefas durante todo o processo nas oficinas de beneficiamento da carne em Aracati.

era necessária mão-de-obra para levantar as oficinas, matar o gado, transportar o sal até a oficina, salgar as carnes, cortar madeira para espichar o couro, vigiar as carnes enquanto secavam para não passarem do ponto certo, espichar o couro para amarrar as mantas e também ser vendido, entre outras atividades. O que já podemos concluir é que alguns desses trabalhadores participavam de momentos da produção que podemos definir como cruciais e específicos, como o corte, a salga e a secagem. Essas são atividades que demandam mão-de-obra “especializada”, pela importância que elas têm no processo de feitura das carnes secas. Portanto, esses trabalhadores poderiam ser escravos (negros ou até mesmo índios que foram feitos cativos nas lutas pela terra) já que a técnica do preparo de carnes secas era praticamente a mesma e utilizada ano após ano. E os outros trabalhadores, com atividades menos especializadas, seriam homens livres pobres, até mesmo uma mão-de-obra sazonal vinda do interior da Capitania – ou ainda da Capitania do Rio Grande ou Piauí – junto com os bois, para sobreviver no Aracati.²⁷⁴

Mesmo que nos diferentes modos de trabalho e de produção analisados até o momento não tenha sido observada rigidez intensa nas divisões das tarefas entre livres e escravos, a descrição sobre a divisão do trabalho na ribeira do Acaraú, na pecuária, na agricultura e nos serviços domésticos nos direciona para certas diferenciações e preferências, inclusive no que diz respeito ao sexo:

houve a prevalência dos trabalhadores livres no manejo do gado. Já os cativos ocupavam tarefas pesadas como a criação e manutenção da infraestrutura requerida pela pecuária, serviços domésticos e agricultura de subsistência atividades que concentravam o maior número de trabalhadores e, inclusive, envolviam a população feminina. Nesses espaços, as mulheres iam para o eito, onde plantavam, colhiam, mas também trabalhavam no âmbito doméstico, na preparação dos alimentos, na limpeza, na lavagem de roupas, cuidando dos animais e até mesmo fazendo companhia às senhoras.

²⁷⁴ ROLIM, Leonardo Cândido . Op. cit. p. 7.

Tarefas estas que possibilitavam práticas e negociações fundamentais para sua sobrevivência.²⁷⁵

Se no trabalho com o gado houve uma predominância da mão de obra livre e masculina, nas tarefas domésticas a grande parte dos serviços eram desenvolvidos por mulheres livres e escravas e nas lavouras trabalhavam pessoas de ambos os sexos e condições. Manuel Câmara, fazendeiro e botânico, em seus estudos sobre a cultura dos algodoeiros, destacou que nos sertões da Paraíba e de Pernambuco houve um predomínio do trabalho de escravos, embora trabalhassem juntos homens, mulheres e crianças.²⁷⁶

A limpeza dos terrenos para plantar os algodoeiros se dava desde setembro até fins de novembro. O instrumento agrônomo que deve servir na plantação dos algodais, “he a enchada, e quatro pessoas, armadas deste instrumento, bastam para plantar o maior campo de algodão”. Para semear “quem mette nos buracos a semente, commumente são negras, por isso He que mando sempre, aos que andão com as enxadas, mudar as estacas; porque estes são negros, por isso mais ligeiros, que aquelles, qualidade, que se requer para este serviço não padecer demasiada demora”.²⁷⁷

Depois de crescidos, os algodoeiros necessitam de cuidados. O autor destaca que deveria ser feita ao menos três operações básicas: *capação*, que é a retirada do “olho” da planta quando atingia certa altura; assim que chegassem às primeiras chuvas, a segunda operação que se dá é a *poda*, que consiste em recortar os galhos que já haviam produzido depois da primeira colheita; e, por último, a *decotação*, ação de cortar o algodoeiro pelo tronco para que nascessem novos galhos.²⁷⁸

A colheita do algodão dava-se quando cessavam as chuvas, dependendo da regularidade das mesmas entre fins de julho, agosto, chegando a ser realizada até os meses dezembro e janeiro: “entende-se isto dos algodoeiros, da idade de dous anno para cima, porém não dos novos, quero dizer, dos primeiros anno, os quaes não principião a produzir, senão de Outubro por diante. Nas matas principia a colheita mais tarde, e nos certões da Paraíba, Rio-Grande do Norte, e Ceará mais cedo”.²⁷⁹ A longa citação, nos

²⁷⁵ GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit. p. 78

²⁷⁶ CAMARA, Manuel Arruda. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros: e sobre o methodo de o colher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A S. A. Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, MDCCLXXXIX, 1799, p. 9-10. [Coleção Brasileira, USP, Digitalizada]

²⁷⁷ Idem, p. 26, 30 e 31.

²⁷⁸ Idem, p. 33 a 38.

²⁷⁹ Idem, p. 58.

remete às exigências, aos castigos e aos prêmios dados aos escravos no cotidiano exaustivo e vigiado da colheita dos algodoads.

Para colher as cápsulas bem abertas basta que o escravo se sirva unicamente de três dedos. O feitor seguindo os captivos; cada hum delles, armado de hum cesto, hirá ao lugar determinado, onde deve principiar o serviço daquelle dia: ahi cada escravo toma à sua conta huma fileira de algodoeiros, que a não deve deixar até o fim, colhendo não só, o que se achar por cima, senão ainda pelo chão, no que deve o feitor pôr hum extremo cuidado, para o cujo effeito os deve ter sempre debaixo da vista, e passar naquella steira, para o que contribue muito a ordem, em que se devem plantar os algodoeiros; elle deve castigar, ou reprehender qualquer negligencia da parte dos escravos: quando se mudarem para outras fileiras, devem levar consigo tãobem o seu cesto, para que, quando quizerem despejar os seos, que He onde devem recolher o algodão, quando tirão da arvore, a te o encher, que He, quando He necessário passallo para o cesto. Assim quando o feitor vir, que He meio dia, dá seu sinal costumado, e logo cada hum toma o seu cesto, e marchando em fileira para caza da balança, que está na ante-sala do armazém, alli cada hum por sua ordem, deve pezar o algodão que colheo, despejando-o primeiramente em hum cesto, já tarado, destinado a servir só nisso: o feitor, ou mesmo dono da fazenda deve assentar, com individuação, o pezo de cada hum: às duas horas da tarde, devem tornar para o mesmo serviço, na ordem dita, de donde se hão de recolher às seis horas, ou seis e meia, e se tornará a pezar, e somando o feitor as duas quantidades, que cada hum colheo de manhã, e de tarde, verá se chega, ou não à conta da tarefa, estabelecida: aquelle, cujo trabalho não chegou completo, receberá o castigo de sua negligencia, attendendo às circunstancias: eu tenho estabelecido na minha fazenda, que per cada libra que faltar, receberá palmatoada, como porém não só se deve castigar a negligencia, mas tãobem premiar a diligencia, costume por cada libra, que excede a tarefa, pagar [...] que vem a dar 10 reis por arroba, preço, por que costumão os forros colher algodão neste paiz”.²⁸⁰

Embora não se perca de vista a dura realidade de um cotidiano escravo, a citação do autor traz muitas evidências não só de resistências, mas também de certa autonomia escrava no mundo trabalho, na qual as ordens do senhor nem sempre asseguravam a palavra final. Na conjuntura produtiva nos sertões cearenses, engendrado pelo complexo agropastoril dos espaços rurais, pelo comércio e por outros serviços das vilas e povoações, às vezes com certa divisão entre sexo e condição, homens, mulheres, livres e escravas desempenhavam uma multiplicidade de tarefas.

Manoel Câmara chama a atenção ainda para a importância de se manter essa regularidade de observância sobre o trabalho dos escravos nos algodoads, a fim de que se evitem muitos erros e enganos:

²⁸⁰ Idem, p. 59 e 60.

o primeiro erro he mandar os escravos colher algodão à ventura, isto he por onde lhes parecer; estes assim que se occultão nos arbustos, ou dormem e nutrem a sua natural preguiça, ou se colhem, roubam de cada vez huma porção, e escondem nos matos, até acharem occasião de o desencaminharem; e fazem o seu contrabando com tanta sagacidade, que rara vez se sabe: e como a tarefa commumente he o cesto cheio, ou não calção o algodão, e então qualquer porção enche, ou emborcando o cesto no chão, fazem entrar para dentro a parte inferior, à maneira de fundo de garrafa, afim de encher com mais prestesa; outros introduzem pedras entre o algodão para pezar mais, e usão em fim de mil modos para enganarem: o melhor meio, que tenho descoberto, para me subtrahir à estes enganos, he o que a cima descrevi.²⁸¹

Os modos de trabalho nos algodoais, de modo geral, se distinguem das tarefas com os rebanhos. Dava-se praticamente em todo o período do ano e nos períodos de colheitas, com o dia inteiro de intensa jornada. No que diz respeito às vigilâncias, as cobranças certamente se justificam devido ao alto valor comercial que o produto passou a ter nas exportações, possibilitando inclusive o aumento da mão de obra escrava nos sertões. No Ceará, o desenvolvimento da cultura algodoeira se intensificou bastante na passagem do século XVIII e início do século XIX.

Não obstante a dinamização da economia, nas freguesias de Aracati e de Russas (assunto a ser melhor discutido no próximo capítulo), pelas exportações de produtos agrícolas como canela, pimenta, café, arroz, farinha de mandioca, como também pelos rebanhos e artigos provenientes destes, nesse período, o algodão ocupava a centralidade no comércio.

O trabalho braçal envolvia todos os membros dos grupos familiares, “fossem famílias compostas por chefias masculinas, fossem de mulheres que, em decorrência da ausência, abandono, ou da morte dos maridos” se revezava nos trabalhos cotidianos. Em prol da sobrevivência, “trabalhavam braçalmente e acionavam os recursos possíveis aos demais, como o artesanato doméstico: chapéus, tecidos grosseiros e outros serviços de uso cotidiano, fabricados e comercializados nas proximidades de onde moravam”.²⁸²

Nas atividades que proporcionaram pequenos ganhos, cativas e libertas desenvolveram alguns serviços especializados, tais como: “ofícios mecânicos, como o de tecelãs; e comerciantes de gêneros alimentícios, serviços que lhes permitiam relativa autonomia para circular oferecendo os seus produtos, e mesmo obter algum dinheiro

²⁸¹ Idem, p. 61.

²⁸² GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit., p, 28.

cedido pelo senhor, entre outras possibilidades”.²⁸³ Essas atividades especializadas começaram a se desenvolver com maior nitidez a partir da segunda metade do século XVIII, resultando no crescimento econômico e demográfico que proporcionou o surgimento dos povoados e a expansão dos núcleos urbanos, como os de Aracati, Icó, Fortaleza, Granja. Além disso, possibilitou a ocorrência de feiras e a ampliação dos serviços especializados.

Através de fontes referentes ao termo da vila do Sobral, Rakel Galdino observa que “a maioria dos lugares estava de alguma forma conectada pela circulação de pessoas, que comercializavam gêneros alimentícios em vendas com portas abertas ou ofertadas publicamente, e de mercadorias”. Esses trânsitos proporcionaram também a presença maior de oficiais mecânicos como os ferreiros, carapinas, seleiros, alfaiates, sapateiros, tecelãs públicas, entre outros”.²⁸⁴ Em relação aos modos de desenvolver às atividades comerciais:

avalia-se que as pessoas vendiam os seus produtos da seguinte forma: quando se referiam às vendas públicas com “portas abertas”, desenvolviam-nos em locais específicos como a própria casa do comerciante. Já as licenças concedidas para a venda pública ou simplesmente “vender” produtos, eram comercializados por pequenos negociantes em feiras ou de porta em porta, oferecendo alimentos secos (arroz, feijão, entre outros grãos produzidos em sítios e fazendas da região), e molhados (queijos, manteiga, etc.), frutas, verduras, mel, rapadura.²⁸⁵

Em linhas gerais, portanto, assim se configuraram as áreas agropastoris nos espaços sertanejos. O trabalho livre e escravo de homens e mulheres esteve presente em todos os campos, nas áreas rurais ou urbanas, isto é, na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel e de ganho. Mas afinal, quem eram essas pessoas livres, escravas, forras? Onde viviam, como foram qualificados (pretos, mulatos, cabras, pardos...), a quem pertenciam, casavam-se com quem? É sobre essa população, moradores e suas famílias, de origens, qualidades e condição social distintas, distribuída nas fazendas algodoeira-pecuária e/ou nas suas idas e vindas pela ribeira do Jaguaribe e conexões a ela ligadas que centraremos esforço nos próximos capítulos.

²⁸³ Idem, p. 125.

²⁸⁴ Idem, p. 152.

²⁸⁵ Idem, p. 159.

CAPÍTULO III

A Capitania do Siará Grande nas dinâmicas ultramarinas: conexões internas, atlânticas e intercontinentais

O crescimento no número de vilas não significou a formação de núcleos urbanos estruturados, “pois a maior parte tinha construções precárias e populações que oscilavam de acordo com a intensidade das secas e fomes que assolavam o sertão”.²⁸⁶ Em princípios do século XIX, “o gregarismo urbano longe estava de absorver o homem rural”. Não existia nenhuma cidade, os núcleos urbanos se restringiam às sedes das vilas e todas as vilas do Ceará estavam sob jurisdição de uma só comarca, cuja sede da ouvidoria localizava-se em Aquiraz.²⁸⁷

A bacia jaguaribana, berço do povoamento, ainda mantinha o cetro econômico, de que é expressão mais inferente a casa de sobrado, privativa dos argentários. Havia-se muitas no Aracati e no Icó, ao passo que Fortaleza não contava nenhuma e em Sobral estava por levantar-se a segunda. Ao sul, o Crato eram palhoças, raras as casas de alvenaria. E Quixeramobim, no centro, uma quase ficção como grupo humano.²⁸⁸

Não obstante ao “gregarismo urbano” no início do XIX, com as proliferações das vilas, sobretudo a partir de segunda metade do século do século XVIII, as funções comerciais urbanas começaram a se diversificar. Pelos caminhos do gado que formavam as estradas e cortavam as ribeiras no Ceará, ligando a capitania de Norte a Sul e de Leste a Oeste, se davam as principais formas de contato entre as vilas e os lugarejos. “Nas vilas e povoados do sertão surgiram os pequenos comerciantes, marchantes, taverneiros, caixeiros, mercadores a retalho e mascates ambulantes, que coexistiam com um reduzido número de grandes negociantes”.²⁸⁹ O comércio no sertão proporcionou aos poucos o crescimento das vilas e, assim como as boiadas, possibilitou mobilidades e conexões socioeconômicas e culturais.

²⁸⁶ VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. cit. p. 35.

²⁸⁷ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 248

²⁸⁸ Idem, ibdem.

²⁸⁹ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Op. cit. p. 7.

O objetivo deste capítulo é compreender como na trama dos caminhos dos índios, dos vaqueiros e dos comerciantes, concomitante a produção, saídas e entradas de mercadorias, se deram as idas e vindas de pessoas que consolidaram uma sociedade em Aracati e em Russas, caracterizada pela heterogeneidade nas procedências oriundas das quatro ribeiras do Ceará e demais capitanias brasileiras, como também, originários de Portugal e da África.

3.1 Produção e escoamento de mercadorias: conexões internas e atlânticas

Devido à condição subalterna a Pernambuco, não é tarefa simples compreender a participação do Ceará no comércio da colônia. Ademais, de acordo com Porto Alegre, “é difícil avaliar até que ponto a indústria rural doméstica, destinada à subsistência do grupo familiar e a suprir as necessidades da vida quotidiana, colocava no mercado o excedente de sua produção.” Contudo, “a comercialização pode ter sido maior do que se supõe, a julgar pelas descrições dos mercados e feiras locais”. Produtos como “louças, velas, panos e redes, sabão, cestos de palha de carnaúba, baús de madeira, peças de casco de tartaruga, calçados eram também vendidos, provavelmente pelos próprios artesãos, nas vilas e povoados, além da produção de farinha, rapadura, mel, de aguardente, da carne seca e do sal”²⁹⁰ dinamizavam o comércio nos sertões.

Além da condição de capitania anexa a Pernambuco e da dificuldade de se avaliar a extensão do excedente produzido por essa “indústria rural doméstica,” consta que “grande parte do comércio era feito por contrabando, prática que beneficiava os chamados portos livres, isto é, sem controle direto do monopólio”.²⁹¹ Documentos produzidos para o Conselho Ultramarino²⁹², entre outros, nos remetem a aspectos da produção e escoamento na capitania, sobretudo dos produtos de caráter extrativistas e

²⁹⁰ Idem, p. 25.

²⁹¹ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Op. cit. p. 9.

²⁹² Criado após o fim da União Ibérica, na conjuntura da restauração da soberania portuguesa perante a Espanha, de acordo com Caio Prado Júnior, o Conselho Ultramarino destinava-se “a administração geral das capitanias (bem como de todas as demais possessões portuguesas da África e Oriente) [...] e se subordinava a um dos quatro secretários de Estado do Governo (secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos). Pelo Conselho transitava todos os negócios da colônia, salvo unicamente os de competência da Mesa de Consciência e Ordens, outro departamento da administração portuguesa, e que se ocupavam com os assuntos eclesiásticos, bens de defuntos e ausentes, e com os negócios das ordens militares (as de Cristo, Avis e São Tiago); estas ordens estavam organizadas no Brasil, embora seu papel fosse aqui praticamente nulo”. Ainda para o autor, “as funções do Conselho não se limitavam a uma simples direção geral. Entrava no conhecimento de todos os assuntos coloniais, por menos importantes que fossem, e cabia-lhe resolvê-los não só em segunda instância, mas quase sempre diretamente”. PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit. p. 323 e 324.

agropastoris. É o que se pode observar em carta enviada ao secretário de Negócios no Ultramar em 1799, quando o governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos, descreve sobre as produções cearenses:

As suas produções, // são de algodão; arros, carnes secas, e courama, o Pau Brazil; as Madeiras de Cor, a Cascarrilha, o Oleo de Cupaúba, outros m^{tos}[muitos] gêneros, que a indulencia daqueles povos, desfavorecida da industria, de socorro, e proteção, tem abandonado a sua cultura, e trafego, o que bem se comprova, e vinte e tantas madeiras, que tem, p^a[para] construção Naval, da Coxonilha, Anil, Café, canella, Pimenta e a Ipecacunha. Sendo hum terreno de tanta fecundidad^e [fecundidade] que na pretérita seca inaudita mandou aos Portos de seu consumo, para cima de trinta mil arrobas de algodão, quarenta mil arrobas de carne seca, e cem mil couros salgados, e outros m^{tos} [muitos] gêneros: Comtudo Ex^{mo} Snr [senhor] he a Capitania do Seará, reputada de pequenos interesses, e considerada, igual Continente, ao dos Zimbar, e ao dos Monomotapas em África. A desgraça com que se cobre, aquella importante collina, enquanto a mim, he a mais principal, não ter uma navegação directa a Capital de Lisboa, pois como os seus gêneros se recebem por Pernambuco, não merecendo por isso o Siará, a menos contemplação, nem o menor empenho, que facilite o seu augmento.²⁹³

Apesar dos problemas das secas, dependência a Pernambuco, “indolência dos povos”, desfavorecimento da indústria, desinteresse e poucos investimentos da Coroa, no período, o Ceará apresentava muitas possibilidades de crescimento e uma variedade de mercadorias comerciáveis. As exportações de produtos de extração natural, além de canela, pimenta, café e arroz, dinamizavam a economia. No entanto, os rebanhos e os artigos provenientes destes e o algodão ocupavam a centralidade nas trocas comerciais.

Sobre a comercialização dos produtos advindos dos rebanhos, João Baptista de Azevedo Coutinho Montauray, em sua *Noticia Geral da Capitania do Seará Grande*, afirma que em fins do século XVIII, o comércio da capitania consistia, sobretudo, “nos gados, carnes secas, salgadas, couros e solas, que em todos os portos dela se estrahem para as outras, vindo deles imensas embarçaçoens buscar estes generos, por ser esta Capitania, a que deles socorre as outras, em razão de sua grande abundancia”.²⁹⁴

O comércio dos produtos da pecuária, em alta no Ceará no final do século XVIII, alcançava destaque no rol de interesses. Como capitania subalterna a

²⁹³ VASCONCELOS, Manoel Bernardo de. “Memória Escrita pelo Governador sobre a Capitania do Ceará, em 1799, Op. cit. p. 211

²⁹⁴ João Bap^{ta} (Batista) de Az^{do} (Azevedo) Cou^{tho} (Coutinho) Montauray. “Noticia geral da Capitania do Seará Grande”. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 49, p. 187.

Pernambuco, durante boa parte da segunda metade do século XVIII o comércio de carnes, couros, solas e outro gêneros foi regulado pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). Essa Companhia, assim como a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), foi criada pelo Marquês de Pombal, ministro da Coroa Portuguesa, com o objetivo de impor uma nova política econômica em relação ao Brasil. Em linhas gerais, essas companhias de comércio e navegação se propunham a monopolizar o comércio entre o Brasil, a Metrópole e a Costa Africana, investindo no tráfico de africanos, aumentando a produção açucareira e o cultivo de outros produtos coloniais utilizados para exportação, a exemplo do algodão, arroz, couros, solas e carnes.²⁹⁵

De acordo com Barickman, para além das medidas de Pombal para revitalizar o comércio do açúcar e do fumo e para diversificar a agricultura de exportação na Colônia, na conjuntura internacional do final do século XVIII e início do XIX, não se pode perder de vista fatores como a Revolução Industrial, que teria provocado o aumento da demanda dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil, como também a revolução na Colônia francesa de São Domingos, atual Haiti. São Domingos, até o colapso na década de 1790, “havia sido a mais próspera de todas as colônias de *plantation* das Américas e o maior fornecedor mundial de açúcar e café”. Assim, aliadas às reformas de Pombal, “essas guerras e revoluções muito fizeram para provocar um verdadeiro ‘renascimento da agricultura’ na Bahia e em todo o Brasil no fim do período colonial”. Aliado ao crescimento nas exportações dos produtos tradicionais – açúcar, fumo, couros – após 1780, artigos relativamente novos como o algodão, o café, o arroz, o cacau, o trigo, a pimenta, a canela, dentre outros, passaram a compor, expandir e diversificar o comércio no Brasil.²⁹⁶

Sobre a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, consta que “foi fundada após a solicitação dos homens de negócio da praça de Pernambuco”, que reivindicavam o estabelecimento “de uma companhia que atuasse interna e externamente no resgate de carnes secas e couros do Sertão e escravos na Costa da Mina”.²⁹⁷ Em razão disso, essa companhia funcionou no controle da produção e no

²⁹⁵ Sobre a discussão, ver: SILVA, Maria Celeste Gomes da. “Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800.” *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSA, 15 a 18 de maio de 2013. ARAUJO, Clara Farias de. “Companhia de comércio de Pernambuco e Paraíba: estatuto e funcionamento”. *XIV Encontro de História Regional da ANPUH-Rio: memória e patrimônio*. UniRio, 19 a 23 de julho de 2010.

²⁹⁶ BARICKMAN, B. J. Op. cit. p. 51.

²⁹⁷ ARAUJO, Clara Farias de. O. cit. p. 5

escoamento da carne, dos couros e peles nas capitânicas do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Além da dependência política, mas devido também à proximidade geográfica, o principal mercado consumidor da carne verde ou fresca da capitania do Siará Grande, assim como de outras capitânicas do Norte, foi a Zona da Mata e o litoral açucareiro pernambucano. O excedente da produção seguia ainda para o Recôncavo Baiano. Suprir os mercados pernambucanos e baianos de carne verde nem sempre era garantia de lucro. No Ceará, por exemplo, a condução dos rebanhos nas longas distâncias, nas travessias pelas estradas dos sertões rumo às feiras e aos mercados consumidores, causava muitos prejuízos.

O gado transportado para as feiras, ao enfrentar longas jornadas, poderia perder peso, ser deixado ao longo das estradas ou morrer pela ausência de pastos e de sede – além de padecer de cansaço físico imposto pelas caminhadas. Quase metade do rebanho morria ao longo do caminho, e a outra parte chegava extremamente emagrecida.²⁹⁸

O fabrico da carne seca no Ceará²⁹⁹ viria amenizar alguns problemas em relação aos prejuízos do comércio do gado em pé. Com o desenvolvimento das charqueadas, “as boiadas que antes se deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras”.³⁰⁰ A fabricação e comercialização da carne seca no Ceará tomou grandes proporções no século XVIII e veio acrescer os trânsitos e as ligações entre as estradas e vilas da capitania, manter e aumentar as possibilidades de comercialização dos rebanhos.

²⁹⁸ VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. cit. p. 34.

²⁹⁹ De acordo com Geraldo Nobre, dentre algumas possibilidades para as origens do fabrico de carnes secas no Ceará “resta a possibilidade de que holandeses comprometidos com a pirataria e estabelecidos no Brasil durante a ocupação do Nordeste pela Companhia das Índias Ocidentais tenham sido introdutores do fabrico de carnes secas em algumas das Capitânicas brasileiras da Região ocupada, mais provavelmente no Ceará, ou no Rio Grande do Norte. Esta hipótese é reforçada pelo conhecimento de que o comandante Joris Garstman, primeiro a consumir o domínio holandês sobre o território cearense, em 1637, casou-se com uma norte-riograndense, de cujo casamento houve geração, e mais tarde serviu na Martinica, relativamente a pouca distância de Tortuga. Seus descendentes, com sobrenome aporuguesado em Gracismão, foram pioneiros da colonização de Jaguaribe inferior, onde Teodósio de Gracismão (Gracisman) obteve sesmaria, em 1683, na própria barra do rio.” NOBRE, Geraldo da Silva. Op. Cit. p. 62. Para José Eudes Gomes, as oficinas ou fábricas de beneficiar carne, também, chamadas de charqueadas, como uma solução encontrada pelos criadores locais, seria resultado do “aperfeiçoamento da técnica indígena de salga e secagem de carne ao sol, permitindo a sua conservação.” GOMES, José Eudes. Op. cit. p. 160. De origem holandesa e/ou indígena, o desenvolvimento das charqueadas mostra-se como uma prática miscigenada.

³⁰⁰ GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 105.

As oficinas de carnes desenvolveram-se nas embocaduras dos rios Jaguaribe, Acaraú, Coreaú e, fora do Ceará, nas ribeiras do Assu, Mossoró e ao longo do Parnaíba. Segundo Geraldo Nobre, não se sabe ao certo quando começaram a funcionar “as charqueadas do Ceará,” mas não resta dúvidas “que datam da época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade de Aracati [...]”.³⁰¹

Para o autor, embora essas outras áreas produtoras, “a primazia do Aracati na produção da carne do sol é indiscutível”. Lugar acessível onde o rio Jaguaribe desemboca no mar, relativamente próximo a Recife e a Salvador, com facilidades para o escoamento da produção pastoril, condições “excepcionais, de irrigação solar, circulação atmosférica, disponibilidade de sal e acesso de embarcações” fizeram com que Aracati se tornasse o principal centro das “charqueadas”.³⁰² A proeminência de Aracati fica evidente em carta ao secretário de Negócios Ultramar, em 1799, enviada pelo governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos.

As villas, e povoações, da Capitania, estabelecidas pelos Europeus, e seus descentes, a que tem a primeira a preferêcia, he a Villa de S. Cruz de Aracati, situada nas margens, do Rio Jaguaribe, adonde a oportunidade da Barra, estabeleceu a principal Feitoria das carnes Secas, e morrera todos os annos p^a [para] sima, de sincoenta mil rezes, [...].³⁰³

Para além das charqueadas, a barra jaguaribana tornou-se um importante centro de entrada e saída de produtos. Por um lado, Aracati era ponto de produção e exportação da carne salgada e dos couros, provenientes das boiadas que desciam o rio Jaguaribe, sobretudo da região do Cariri e do Icó, com os quais fazia o comércio com os portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Por outro lado, “servia como ponto de partida para o comércio de produtos manufaturados, muitos deles fabricados em Portugal ou na Inglaterra, conduzidos rio acima e vendidos no sertão pelos mascates”.³⁰⁴

Do porto dos barcos em Aracati “se expedião as mercadorias em carros puxados a bois, até o Icó, onde se fazia a distribuição pelos raros povoados da bacia do Jaguaribe, e alguma cousa, pouca, pelas extremas do Piauí”. Dessa região (ribeira do

³⁰¹ NOBRE, Geraldo da Silva. Op. cit. p. 157.

³⁰² Idem, p. 103.

³⁰³ VASCONCELOS, Manoel Bernardo de. “Memória Escrita pelo Governador sobre a Capitania do Ceará, em 1799, Op. cit. p. 210.

³⁰⁴ VIEIRA JR. A. Otaviano. Op. cit. p. 61.

Acaraú), os negociantes “vão por terra, conduzindo, cavallos e bois para as feiras de Pernambuco, e voltavão por mar com artigos para suas lojas”. Já “os negociantes da bacia do Jaguaribe fazião do mesmo modo a viagem a Pernambuco e a volta por mar, armasenando, no entanto, os seos produtos no Aracaty, a fim de seguirem para Pernambuco em sumacas, pacientemente esperando as monções”.³⁰⁵

Leonardo Cândido Rolim, ao analisar a origem e o destino das cargas, registrados no Livro de Notas nº 23, pertencente à Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati, no período compreendido entre 1767 e 1802, constatou que das 184 embarcações que fazem menção a esses quesitos, a maior parte dos barcos (sumacas) que chegaram em Aracati era originária do Recife (157). Outras cinco ainda que saíram de Pernambuco fizeram escalas em Assu, Mossoró, Paraíba e Tijucupapo. As demais ficaram assim divididas: Maranhão/São Luiz (nove), Bahia/Salvador (seis), Assu (dois), Porto de Água Mares (dois), Rio de Janeiro (um), Belém do Pará (um), Acaracu (um).

Já em relação aos destinos das embarcações que saíram do porto do Aracati (1767-1802), Leonardo Rolim constatou que apenas 100 dessas tiveram seus destinos anotados, sendo que 88 delas seguiram para o porto do Recife. As demais ficaram assim distribuídas: Maranhão/São Luiz (seis), Assu (dois), Acaracu (um), Paraíba (um), Camocim (um) e Alagoas (um).³⁰⁶

Almir Leal de Oliveira, ao analisar o Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila do Aracati, entre 1767 e 1776, ressaltou que o registro do barco no ano de 1767, que tinha a sua origem/destino o porto do Rio de Janeiro, contrariava a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701, “que proibia o comércio direto entre as capitânicas do norte com as capitânicas do sul”.³⁰⁷ Para além disso, o autor observou “que havia uma intensa atividade de produção e comércio de sal entre as capitânicas do Rio Grande e do Ceará”. Esse produto destinava-se, sobretudo, a atividade dos charqueadores do Aracati.³⁰⁸

Assim, as escalas entre Pernambuco, Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte, verificadas por Rolim, seriam para o abastecimento de sal, que destinava-se ao suprimento das oficinas de salga em Aracati. Com relação aos demais produtos transportados, os autores verificaram a incidência de um comércio de mão dupla, onde

³⁰⁵ BRÍGIDO, João. “A capitania do Ceará.” *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XXIV, 1910, p. 173.

³⁰⁶ ROLIM, Leonardo Cândido. Op. cit. p. 19 e 20.

³⁰⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. cit. p.512.

³⁰⁸ Idem, p. 514.

se dava a saída de carne seca, algodão, couros, vaquetas e a entrada de produtos vindos de Portugal e outros lugares como fazendas, miudezas, secos e molhados, azeite, vinho, mel, farinha e outros gêneros comestíveis.

Em carta enviada ao secretário de Negócios no Ultramar em 1799, o governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos, além de enfatizar a capacidade de navegação nos portos cearenses e a viabilidade do Ceará desenvolver uma navegação direta com outras praças, livrando-se assim da dependência de Pernambuco, apresenta um quadro geral das vias das rotas de navegação nos chamados “portos do sertão” – Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte, Aracati, Camocim e Acaraú, no Ceará - por onde se faria o comércio da carne.

Não se pode argüir, a menos imoçebilid^{es}[impossibilidades] p.^a[para] a navegação ser directa a esta costa, pelo bem se conhece, que as Barras de Mossorô, de Jaguaribe, do Acaracû, e de Camossi, dão suficiente entrada a Curvetas pequenas, por heverem sumacas, de maior lote, que então naquelles Portos, pello comercio das Carnes, e varias embarcações Estrangeiras, que tem aribado ao Siará, [...].³⁰⁹

O carregamento de uma sumaca “correspondia, aproximadamente, à produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo 80.000 quilos de carne seca, imputando a cada uma o peso médio de 200 quilos (o que não é exagerado para o gado da época) [...]”.³¹⁰ Segundo Jucá Neto, durante a segunda metade do século XVIII, na área de abrangência da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, “a pecuária foi a segunda fonte econômica para a América Portuguesa. Em forma de solas, couros em cabelo e atanados, deixou de ser uma atividade exclusivamente subsidiária e de subsistência”. Tanto é que “entre 1760 e 1778 seguiram de Pernambuco e da Paraíba para as cidades de Lisboa e do Porto, 139.795 caixas de açúcar [...]. Exportaram-se 993.659 unidades de couro em cabelo, 321.199 de atanados e 1.285.955 de meios de sola”. No ano de 1778, o valor total das vendas do “açúcar representou 71,98% do lucro e os produtos da pecuária 28,01%”.³¹¹

Nesse sentido, o autor tem razão ao afirmar que o criatório pode ter sido uma atividade secundária para Pernambuco, mas para o Ceará e para as anexas não. As atividades comerciais envolvendo as boiadas durante o século XVIII foram essenciais

³⁰⁹ VASCONCELOS, Manoel Bernardo de. “Memória Escrita pelo Governador sobre a Capitania do Ceará, em 1799, Op. cit. p. 212.

³¹⁰ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 157.

³¹¹ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 183 e 185.

para a conformação e o desenvolvimento da capitania cearense. Apesar da pouca expressividade no cômputo geral dos negócios da colônia, os produtos dos rebanhos oriundos dos sertões, “ou mesmo manufaturados no litoral pernambucano, não deixaram vazios os porões das embarcações portuguesas nos primeiros trinta anos da segunda metade do século XVIII”, ocupando o segundo lugar “no conjunto das exportações da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba”.³¹² Portanto, o excedente comercializado não foi tão ínfimo. Se houve excedente, a atividade criatória não pode ser compreendida como apenas de subsistência.

Em razão de tudo isso, perspectivas historiográficas pautadas na visão de uma economia sertaneja de subsistência e destinada, somente, ao mercado interno e que, por outro lado, se se desenvolvia como apêndice da grande lavoura de cana-de-açúcar não conseguem mais explicar a conjuntura socioeconômica colonial. Para Maria Sylvania Porto Alegre, na lógica da subsistência, a pecuária seria uma “projeção da economia açucareira”. A existência “desse segundo sistema, incluindo a agricultura de alimentos como mandioca, milho e feijão, teriam permitido a extrema especialização da monocultura açucareira, nos períodos de maior demanda do produto pelos mercados europeus”. Em contrapartida, “nesses períodos, a economia de subsistência do sertão se monetarizava”. Assim, “a mobilização dos fatores de produção na atividade açucareira exportadora abria aos setores de subsistência a possibilidade de se desenvolverem automaticamente”. Ainda para a autora, essa análise, embora correta, “é incompleta para dar conta do desenvolvimento da pecuária, pois deixa de considerar as ligações diretas da economia do sertão com o setor exportador, que se dava através da produção de couros e peles”³¹³, por exemplo.

As revisões historiográficas sobre a homogeneidade da produção e comercialização de produtos na Colônia e no Império no Brasil se estendem também às supostas economias de *plantations*. As *plantations* teriam sido sistemas agrícolas baseados em uma monocultura de exportação, mediante a utilização de maciça mão de obra escrava. Nesse sistema, a produção açucareira na Bahia e em Pernambuco representaria um bom exemplo no período colonial.

No caso de Pernambuco, não obstante a supremacia, o açúcar não era o único produto comercializado, ou seja, não se sustenta a ideia de monocultura de exportação.

³¹² Idem, p. 248.

³¹³ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Op. cit. p. 9. Como referências, a autora cita Celso Furtado e Fernando Novais. Nessa perspectiva historiográfica, podemos acrescentar ainda Caio Prado Junior.

Na Bahia da mesma forma. Em “*Um contraponto Baiano,*” Barickman analisa a importância do fumo e da mandioca, além de outros produtos, como o cacau, para o desenvolvimento da economia baiana não como elementos marginais, periféricos e subsidiárias à *plantation* açucareira, mas como alternativas exigidas pelo crescimento de um mercado interno. A agricultura de exportação não se sustentava por si só. Os componentes fundamentais para a alimentação e vestimenta dos cativos, como farinha de mandioca carne seca, bacalhau e carne fresca, além de tecidos, chegavam aos engenhos e fazendas através desse mercado interno. A produção de farinha no campo e a circulação do produto, via mercado e abastecimento internos, fez desta um dos principais elementos da base alimentar da população livre e escrava, no campo e na cidade, na Bahia, durante a Colônia e o Império.³¹⁴

A importância da agricultura de abastecimento, a negação da ideia de monocultura de exportação, como também a de que os produtos não se reduziam ao açúcar e ao café - exemplos principais de *plantations* - representavam elementos marginais, periféricos e subsidiários na economia, podem ser estendidas às regiões cafeeiras do Sudeste, ou melhor dizendo, a toda dimensão socioeconômica brasileira. Nas palavras João Fragoso, “o Império era mais que uma colcha de retalhos comerciais”.³¹⁵

Não resta dúvidas de que a população cearense, em grande parte, comia do que produzia: carnes, derivados do leite, legumes, além de frutos nativos. A propósito, os relatos do viajante inglês Henry Koster, decorrentes das suas vivências em visita ao Ceará, no início do século XIX, expressam muito do cotidiano sertanejo. A passagem que segue pode oferece aspectos dos hábitos alimentares dessa gente.

A alimentação do sertanejo consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui. O feijão, chamado comumente na Inglaterra favas franceses, é a iguaria favorita. [...] surpreendeu-me verificar o limitado emprego do milho como mantimento, embora algumas vezes usado. A despeito de tudo fazem uma pasta de carnaúba e vi comer carne com coalhada. Os vegetais verdes não são conhecidos em seu uso e ririam à idéia de comer

³¹⁴ BARICKMAN, B. J. Op. cit. Ver essa discussão especialmente na introdução e no primeiro capítulo., Especificamente na página 85, o autor contesta uma visão de que falar de Bahia era falar e Recôncavo e que este não pode ser entendido simplesmente como sinônimo de açúcar e escravo.

³¹⁵ FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões do Império Português: 1790-1820.” In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 338.

qualquer espécie de salada. Os frutos selvagens são numerosos e podem ser colhidos abundantemente, mas poucos tipos são cultivados, entre esses a melancia e a bananeira. O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas ao fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo.³¹⁶

O que não se pode afirmar é que esses produtos destinavam-se necessariamente à subsistência. Na realidade, muitos desses produtos responsáveis pelo abastecimento interno, como a farinha, o algodão, a carne seca, rompiam as fronteiras da América portuguesa alcançando vias de comércios transatlânticos e planetários. Se grande parte da produção cearense tinha como destino os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, pela via oficial, mesmo que indiretamente, o Ceará, a partir da segunda metade do século XVIII, insere-se no intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e África.

Segundo Alencastro, as mercadorias brasileiras, como couros, cavalos, mandioca, milho, açúcar, carnes e peixes secos e salgados, ouro e diamantes contrabandeados, e, sobretudo, cachaça e fumo, este proveniente, principalmente da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro, serviram para adquirir mais da metade dos africanos introduzidos no Brasil durante o século XVIII. A cachaça e o tabaco ajudaram os “colonos da América portuguesa a conquistar o mercado de escravos no golfo da Guiné, mais precisamente na Costa dos Escravos”.³¹⁷

A pecuária, além de avolumar a oferta alimentar nas fazendas do interior e dos engenhos do litoral, também foi puxada para o mercado atlântico: por um lado, a carne seca, além de ser usada no tráfico negreiro, servia também como suprimento alimentar à maior parte da escravatura das capitâneas brasileiras.³¹⁸ Por outro lado, “visto que o fumo embarcado para o exterior costumava ser encapado com couro” e “este apresentava 15% do preço final do rolo de fumo”, a subida das vendas de tabaco na década de 1680 “avolumam as exportações de courama de todo o tipo”.³¹⁹ Assim:

Exatamente pelos fluxos das boiadas, a atividade comercial desenvolvida em torno da economia pecuarista alcançou os fluxos do Atlântico, estabelecendo uma conexão econômica entre o sertão, a zona açucareira, a Metrópole e a África – com exportação do tabaco - via portos do litoral nordestino e vice-versa. Esta conexão só foi possível porque distâncias foram vencidas, caminhos foram abertos

³¹⁶ KOSTER, Henry. Op. cit. p. 219 e 220.

³¹⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 324.

³¹⁸ NOBRE, Geraldo da Silva. Op. cit. p. 63.

³¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit. p. 341.

pelos vaqueiros e vilas fundadas em pontos estratégicos dos fluxos que se estabeleciam.³²⁰

As carnes secas (as carnes do Ceará, como era conhecida em outras regiões coloniais da América portuguesa), os couros e as peles, provenientes das boiadas, na medida em que cumpriam parte dos objetivos da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, conectaram a capitania do Siará Grande ao mundo, através dos circuitos atlânticos e, em particular, do tráfico negreiro que, como bem mostra Alencastro, não se restringia ao comércio de negros. Para o autor, “os fluxos de trocas complementares, mas distintos”, Brasil-Portugal e Brasil-África, “não corresponde à continuidade mercantil e marítima do alegado ‘comercio triangular’” que, em linhas gerais, formava-se “pela união dos portos europeus à África e às colônias antilhanas e norte-americanas, característico do sistema náutico do Atlântico Norte e posto em prática por outras potências negreiras do Velho Mundo”.³²¹

O “trato bilateral Brasil-África”, além de romper com a concepção de comércio triangular, coloca o Brasil na condição de agente nas tramas comerciais, nos possibilitando questionar mais uma vez, por esse prisma, a noção de pacto colonial e, por conseguinte, o dualismo MetrÓpole-Colônia, isto é, a produção do Brasil destinava-se exclusivamente a Portugal, tirando dos *brasílicos* (conforme o substantivo que começou a ser usado na época para caracterizar o colonato da América portuguesa) graus de autonomia da produção e do comércio. A longa citação de Alencastro traz elementos significativos para se compreender o Brasil na conjuntura “contraditória” referente ao comércio no sistema colonial desde o século XVII:

Em contraponto ao intercâmbio direto das conquistas com a MetrÓpole, carreiras bilaterais vinculam diretamente o Brasil à África Ocidental. No século XVIII, quando as estatísticas passam a ser mais acuradas, se verifica que apenas 15% dos navios entrados no Porto de Luanda vinham da MetrÓpole. Todo o resto da navegação para a Angola – muitas vezes carregando mercadorias brasileiras (mandioca, cachaça etc.) e não europeias (tecidos asiáticos) – saía do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife. De Salvador zarpavam também os barcos com o tabaco baiano, que dominavam o trato da Costa da Mina. Escusado dizer que uma porcentagem maior ainda desses barcos voltava direto para o litoral brasileiro: à diferença das outras mercadorias africanas (marfim, metais preciosos etc.), os escravos, mercadorias vivas, não podiam ser arriscados num transbordo em Lisboa e tinham de chegar logo ao seu porto brasileiro.³²²

³²⁰ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. cit. p. 247.

³²¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 29.

³²² Idem, p. 28 e 29.

Portanto, se os ventos e as correntes foram empecilhos para o desenvolvimento de rotas atlânticas ligando esses dois Brasis, e, sobretudo, a condição de anexa a Pernambuco, como alternativa de escoamento de sua produção e inclusão no mercado Sul Atlântico, a capitania do Siará Grande teve nas várias vias de acesso pelo interior - estrada Velha, estrada Geral do Jaguaribe, estrada Nova das Boiadas, estrada das Boiadas, estrada Camocim-Ibiapaba, estrada Crato Oeiras e estrada Crato Piancó - saídas que ligavam ao Piauí, Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Por via marítima, dos pontos em que os estuários dos principais rios, como Jaguaribe e Acaraú, encontram o mar, através dos portos dos sertões, saíam sumacas – embarcações de pequeno porte – carregadas para realizar o comércio com as principais praças brasileiras. Por todos esses caminhos e vias, o Ceará se conectava com o Brasil e, por conseguinte, com o mundo.

3.1.1 Conexões intercontinentais

Para os trânsitos comerciais internos, continentais ou planetários, convém ainda destacar que além dos produtos da terra, usados para financiar os investimentos do tráfico com Angola, como os acima assinalados, “o comércio de panos asiáticos interligou diferentes áreas do império português – Brasil, África e Ásia - colocando-as em rota de colisão com os administradores lisboetas”.³²³ O Brasil destaca-se como o principal vetor dessa interligação. Para Roquinaldo Ferreira, em 1772, “a inversão de papéis era tal que levou administradores portugueses a dizerem ‘não parece Portugal o país dominante das suas Américas, mas são elas que representam o país dominante de Portugal’”.³²⁴

Em grande medida as rotas mercantis do Império eram controladas por Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Provenientes das possessões de Goa, Diu e Damão, desde o século XVI, as naus da Índia, em retorno a Lisboa, costumavam fazer escalas no Brasil, mais precisamente em Salvador, onde reabasteciam e passavam por reparos. O reabastecimento demandava trocas de produtos e nesse ínterim Salvador se transformou

³²³ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônia: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 345.

³²⁴ Idem, ibidem.

num centro de distribuição de mercadorias asiáticas para o Atlântico Sul. A demanda era tanta que faltava fazenda para levar para Lisboa. E mais, “o mercado era tão lucrativo que atraía navios franceses e ingleses que navegavam da Ásia diretamente para Bahia”.³²⁵

As rotas de tecidos asiáticas de Salvador para Angola se faziam por dois caminhos: o primeiro, levado “pelos negreiros que iam de Salvador para Luanda”; e o segundo passava por dois outros importantes portos brasileiros no tráfico com Angola – Recife e Rio de Janeiro –, “para onde as fazendas eram vendidas antes de serem transportadas em navios negreiros para Luanda”.³²⁶

O império português, portanto, se constituía por um conjunto de relações comerciais no Atlântico (Brasil e África), na Europa e na Ásia. Diante disso, para Evaldo Cabral de Melo, “a literatura mais relativa ao Estado da Índia (i. e., as possessões lusitanas ao longo do arco que vai da costa oriental da África a Macau) indica que a antítese entre o comércio do Oriente e o do Brasil não deve ser levada muito longe”.³²⁷ Na realidade:

os negócios portugueses no outro lado do mundo foram bem mais abertos à iniciativa particular do que se pensa. Desde o reinado de D. Sebastião e, sobretudo, desde o de Felipe II, a carreira da Índia passara progressivamente da administração da Coroa a dos contratadores da distribuição das especiarias na Europa, dos armadores das frotas e até dos arrematadores da cobrança dos impostos que incidem no Reino sobre os produtos asiáticos, ou seja, daqueles capitais que originalmente haviam tido função subsidiária a do Estado no tráfico. [...] Por fim, os grupos que na metrópole comerciavam no Oriente e no Brasil nem sempre se ignoram, sabendo-se que, no caso específico dos cristãos-novos, as mesmas redes operavam em ambas as esferas, ligando-as através da América espanhola e da navegação através do Pacífico entre o México ou Peru, as Filipinas e Macau.³²⁸

Portanto, esse Novo Mundo, embora “construído nas duas margens do oceano Atlântico”, não se fazia somente nele, pois se conformava através dos laços atados entre a América, a Europa ocidental, a África e a Ásia. Para Bernand e Gruzinski, “realizando

³²⁵ Idem, p. 352 e 355. Sobre as negociações e acerca dos brasileiros nos continentes africanos e asiáticos, ver ainda: RIBEIRO, Alexander Vieira. “Apontamentos sobre o tráfico de escravos entre Angola e Brasil” In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2013. (Coleção Olhares), THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004 e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³²⁶ FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit. p. 352.

³²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 104.

³²⁸ Idem, ibidem.

os sonhos de Colombo, os espanhóis recuarão os limites das Índias ocidentais até as Filipinas, anexando ao Novo Mundo as águas sem fim do Pacífico”.³²⁹ Desse modo, podemos pensar a intensa mobilidade do império ultramarino – leia-se Portugal e suas possessões americana, africana e asiática - na perspectiva da mundialização, conexão entre os continentes europeu, africano, asiático e americano.³³⁰

Para além disso, é importante frisar que o “mundo atlântico” não se restringia à orla oceânica, já que “se interiorizava alargadamente, abrangendo parte substantiva dos extensos territórios dessas três partes do mundo, incluindo muitas das ‘terras incógnitas’ e muitos dos ‘sertões’ localizados pelos cartógrafos no interior dos continentes africano e americano”.³³¹

A descrição do inglês Henry Koster sobre a figura de um sertanejo em momento de viagem pelos sertões, é emblemática para compreendermos aspectos desse processo de trocas, misturas comerciais, sociais e culturais envolvendo movimentos planetários, intercontinentais e que se interiorizavam na América portuguesa.

Montava um pequeno cavalo com cauda e crinas compridas. A sela era um tanto elevada adiante e atrás. Os estribos eram de ferro ferrugento e os freios, da mesma forma. As rédeas eram duas correias estreitas e longas. Sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de cor suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia. Sobre o peito havia uma pele de cabrito, ligada para detrás com quatro tiras, e uma jaqueta, também feita de couro a qual é geralmente atirada num dos ombros. Seu chapéu, de couro, tinha a forma muito baixa e com as abas curtas. Tinha calçado os chinelos da mesma cor e as esporas de ferro eram sustidas nos seus pés nus por umas correias que prendiam os chinelos e as esporas. Na mão direita empunhava um longo chicote e, ao lado, uma espada, metida num boldrié que lhe descia a espádua. Na parte posterior da sela estava amarrado um pedaço de fazenda vermelha, enrolada em forma de manto, que habitualmente contém a rede e uma muda de roupa, isto é, ceroula e, às vezes, umas calças de Nanquim.³³²

³²⁹ BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2*. Op. cit. p. 11.

³³⁰ Sobre a discussão desses conceitos, ver: BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. Op. cit.; GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*.” Op. cit.; PAIVA, Eduardo de França. “Um crioulo em Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II.” Op.cit.; IVO, Isnara Pereiro. “O ouro de boa pinta e a abertura das minas da Bahia: sertões conectados, adaptabilidades e trânsitos culturais no século XVIII.” In: PAIVA, Eduardo de França, IVO, Isnara Pereira, MARTINS, Ilton Cesar, (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

³³¹ PAIVA, Eduardo de França. “Um crioulo em Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II”. Op. cit. p. 67.

³³² KOSTER, Henry. Op. cit. p. 141. O relato do viajante relaciona-se a uma viagem realizada de Pernambuco ao Ceará, na primeira metade do século XIX.

Couro e peles compunham grande parte dos artefatos de viagem desse sertanejo descrito por Koster: correias, rédeas, cela do cavalo; várias peças da vestimenta, chapéu, dentre outros. O que não é de se estranhar, pois, além de produto de exportação, essa matéria-prima advinda dos rebanhos supria de utensílios básicos as casas e os acessórios de trabalho dos sertanejos, já que, do couro, muito se fazia:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as broacas e surrões, o sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.³³³

Na descrição de Koster, é importante ainda chamar a atenção para as misturas que envolviam a vestimenta do sertanejo: além do couro e das peças de algodão, o uso das calças de nanquim. Em nota ao livro de Koster, Câmara Cascudo, tradutor, comentador e autor do prefácio, afirma que “em meados do século XVIII e XIX as fazendas de Nanquim, tecidas na China, foram usadíssimas no Brasil”.³³⁴ Os produtos asiáticos chegavam à capitania do Siará Grande, até o final do século XVIII, por rotas internas intermediárias. Por Aracati, receptor e distribuidor dos produtos que iam e vinham de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro, as mercadorias circulavam pelos sertões, mas não só.

Nesse processo de interiorização dos territórios, ou melhor, de formação socioeconômico de misturas envolvendo tradições, práticas culturais e conexões intercontinentais, além do couro, das fazendas asiáticas de nanquim, as ceroulas de algodão não podem passar despercebidas na vestimenta do sertanejo descrito por Koster. Segundo Porto Alegre, o algodão nativo, “cultivado pelos índios desde o período pré-colonial,” fazia parte da economia de subsistência em todo o Brasil, utilizado “como matéria-prima indispensável na fabricação doméstica de tecidos para os escravos e a população pobre livre e no enfardamento de mercadorias exportadas”.³³⁵

No início do século XVII, o algodão “era um dos principais produtos de troca entre o Ceará e o Maranhão, no escambo que os franceses estabeleceram com as

³³³ ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Op. cit. p. 170.

³³⁴ KOSTER, Henry. Op. cit. p. 141.

³³⁵ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Op. cit. p. 10.

populações indígenas, antes que os portugueses ocupassem definitivamente o território”. Na circulação do mercado interno, “fios e rolos de pano de algodão serviram inclusive como moeda, no Maranhão, Piauí e Ceará”.³³⁶

Na passagem do século XVIII para o XIX, o algodão juntamente com as carnes secas e couros constituíam os principais produtos de comercialização do Ceará. A entrada do produto no mercado externo foi impulsionada por fatores econômicos internos e, sobretudo, por vários outros externos, dentre eles a Guerra de Independência Americana, que impôs a queda na produção de algodão dos Estados Unidos. “Em fins do século XVIII e na primeira metade do XIX, o algodão se efetiva como poderosa atividade econômica, aliada à pecuária, e compunha parte do fisco metropolitano”.³³⁷

A historiografia cearense, sobretudo a ligada ao Instituto Histórico, tem ressaltado que a entrada do algodão no setor exportador coincidiu com o fim das charqueadas. As charqueadas teriam chegado ao fim em virtude da estiagem que durou três anos, de 1791 a 1793, e que pelas suas proporções ficou conhecida como Seca Grande ou comprida, que, “matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados consumidores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul”.³³⁸ Os estudos recentes não têm contestado essa versão. Contudo, a dizimação dos rebanhos, por si só, não pode explicar o fim da fabricação da carne seca do Ceará.

Gabriel Nogueira, em levantamento realizado sobre 297 procurações passadas no cartório da vila do Aracati nos anos de 1778, 1779, 1781, 1782, 1788, 1789, 1790, 1800 e 1801, sistematizou a constância de relações comerciáveis entre moradores da vila que tiveram interesses de negócios em outras localidades. No que diz respeito ao principal produto comerciável, isto é, ao charque, o autor observou que as duas grandes crises da economia do produto se deram realmente “na segunda metade do século XVIII, a primeira em decorrência da seca que assolou a capitania entre os anos de 1777 e 1779, e a segunda pela seca de 1791 a 1793, sendo, esta última, a que pôs fim ao destaque do charque na pauta dos produtos exportados pela capitania do Siará Grande”.³³⁹ Ainda para o autor, a partir da crise ocasionada pela grande seca de 1777-1779, verificou-se uma enorme queda no comércio realizado entre a vila do Aracati e a

³³⁶ Idem, *ibidem*.

³³⁷ VIEIRA JR., A. Otaviano. Op. cit. p. 36.

³³⁸ GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 167.

³³⁹ NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. cit, p. 95.

praça do Rio de Janeiro. Tanto é que a partir de 1788 não se identifica procurações passadas para aquela capitania.³⁴⁰

Essa diminuição das relações mercantis diretas entre o Aracati e o Rio de Janeiro, para além da queda na produção do charque devido às crises climáticas, possivelmente é fruto da proibição enviada pelo governador da capitania geral de Pernambuco, D. Thomaz José de Mello, aos 11 de maio de 1788, segundo a qual “tornava interdito aos portos do sertão a comercialização direta com portos do Rio de Janeiro e Bahia, sem antes arribarem no Recife onde deveriam solicitar autorização”.³⁴¹

Essa sanção imposta pelo governador da capitania geral de Pernambuco possivelmente desmotivou o trato de carnes secas entre o Aracati e o Rio de Janeiro. Nesse ínterim - no final do século XVIII -, o Rio Grande de São Pedro, dado o desenvolvimento das charqueadas, passou a ser o principal mercado fornecedor de charque ao Rio de Janeiro. Todos esses fatores podem “ter tornado desvantajoso aos negociantes do Rio de Janeiro o trato com o charque do Aracati.”³⁴²

Portanto, para se compreender o fim das charqueadas no Ceará, além dos fatores secas e “dizimação dos rebanhos,” compõem elementos fundamentais a diminuição das relações mercantis diretas entre o Aracati e o Rio de Janeiro, como também a concorrência do Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII, que, a partir de então passou a dominar a produção e o comércio do charque no Brasil.

Nessa conjuntura de restrições e diminuição das relações comerciais, Pernambuco mantém destaque em meio às procurações passadas pelos agentes de Aracati, fato que, para além da “imposição” de comércio com outros portos, pode ser compreendido em decorrência “da forte relação que ligava os agentes mercantis da vila à capitania de onde muitos eram naturais, ou nela também tinham residência”.³⁴³

Porém, é importante destacar que não obstante as proibições de comércio com outros portos, a cidade de Salvador continuou a ter destaque como uma das principais regiões externas ao Ceará a manter negócios diretos com Aracati. Para Gabriel Nogueira, em 1800 e 1801 alguns agentes da vila do Aracati conferiram procurações para Salvador. Portanto, mesmo após a crise do charque, se manteve forte “a vinculação da praça baiana com a vila do Aracati,” certamente “pela comercialização do algodão que passou a se constituir como o principal produto do Siará Grande após a seca, sendo

³⁴⁰ Idem, p. 95 e 97.

³⁴¹ Idem, p. 98.

³⁴² Idem, ibidem.

³⁴³ Idem, p. 99.

o porto de Salvador um dos pontos de exportação para a Europa do algodão cultivado no Siará Grande.”³⁴⁴

Contudo, mesmo com a proeminência do algodão no mercado exportador, pelo menos no decorrer das primeiras décadas do XIX, outros produtos advindos da pecuária, como couros e solas, continuaram a ser exportados do Ceará; é o que podemos observar em documento oferecido pelo Barão de Studart, que aponta ter saído do Ceará para Lisboa, no ano de 1821, seis navios transportando o valor total de 156:121\$000 distribuídos em: 21.229 1/2 arrobas de algodão a 6\$000, (127:377\$000), 2878 couros salgados a 1\$600 (4:604\$800) e 2.523 meios de sola e 21.617 meias vaquetas a 1\$000 (24:140\$000).³⁴⁵

Podemos perceber que o algodão era bem mais valorizado, mas, no geral, os índices contestam afirmativas sobre dois ciclos econômicos distintos, ou seja, primeiro gado, depois algodão, como também o fim da pecuária no Ceará com a seca de 1791 a 1793, pois se se tinha couros e peles, se tinha rebanhos. As análises defendidas por Caio Prado Júnior e seus seguidores sobre ciclos econômicos estáticos - como também a conclusão do autor de que, depois da grande seca, “o sertão não se refaria mais deste golpe” e “vegetará daí por diante num estado crônico de debilidade congênita que se prolongará até os nossos dias”-³⁴⁶ não mais se sustentam.

A diversificação e a expansão econômica nas primeiras décadas do século XIX coincidiram com mudanças de ordem política. O desligamento do Ceará da capitania de Pernambuco em 1799, e a posterior abertura dos portos brasileiros às nações amigas, diga-se a Inglaterra, em 1809, em decorrência da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, pondo fim ao “monopólio” português sobre o comércio externo,³⁴⁷ colocaram o Ceará “na órbita direta do domínio mercantil inglês”,³⁴⁸ isto é, em intercâmbio direto com a Europa.

De acordo com Pedro Alberto e Silva, “o comércio do algodão foi o principal fator do desenvolvimento de Fortaleza, que até então não possuía nenhum destaque, a não ser o de Capital. No começo do século XIX, não possuía nem um sobrado e as demais moradias, em sua maioria, eram muito simples”. Somente depois “da abertura dos portos às nações amigas e com regularização do intercâmbio direto entre Europa e o

³⁴⁴ Idem, ibidem.

³⁴⁵ Documento oferecido pelo Dr. G. Studart. “Comercio da praça de Lisboa com o Ceará no anno de 1821”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, 1895, p. 141.

³⁴⁶ PRADO JUNIOR, Caio. Op. cit. p. 206.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Op. cit. p. 16.

Ceará, consolidou-se as atividades comerciais, instalou-se em Fortaleza a primeira firma comercial estrangeira, fundada pelo irlandês William Wara”.³⁴⁹

No entanto, a separação político-administrativa entre o Ceará e Pernambuco e o direito de comercializar direto com a Europa, adquirido pela capitania, não delimitaram de imediato a influência de Pernambuco sobre o Ceará, pois, “grande parte das exportações continuaram a ser feitas através do Porto de Recife, não só de produtos do Ceará, como do Rio Grande do Norte e da Paraíba. De 1801 a 1822, por exemplo, Pernambuco foi porto que mandou para Portugal as maiores quantidades de algodão, apesar de ser o Maranhão o principal produtor”.³⁵⁰ Diante disso:

Aracati, principal entre-posto comercial, continuou a manter intercâmbio com aquela praça, de onde recebia suprimentos e mercadorias, de toda ordem, para abastecer o vale do Jaguaribe e sertão central, tendo como intermediário a cidade de Icó. Essas duas vilas eram destacadas pela riqueza de seu comércio, seus sobrados e o requinte de suas elites, suplantando a própria Capital.³⁵¹

As principais regiões produtoras do algodão eram Fortaleza, Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha.³⁵² De acordo com Cicinato Ferreira Neto³⁵³, na região jaguaribana, São Bernardo (Russas) foi uma das grandes produtoras de algodão. Quase toda a produção do Baixo e Médio Jaguaribe saía pelo porto dos Barcos, em Aracati. Portanto, seja pela criação dos rebanhos em Russas, e que rumavam para o abatimento nas oficinas de carne em Aracati, seja na produção do algodão, bem como de outros produtos exportados pelo porto da vila de Santa Cruz, as ligações entre as duas freguesias geravam uma mobilidade socioeconômica e cultural.

3.2 As conexões internas e intercontinentais na formação populacional na ribeira do Jaguaribe

A atividade comercial desenvolvida em torno da economia agropecuária conectou a capitania do Siará Grande aos sertões, à zona da mata açucareira brasileira, à Metrópole e à África. A procedência da população das freguesias de Aracati e de

³⁴⁹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 56.

³⁵⁰ Ver: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Op. cit. p. 16; VIEIRA JR. A. Op. cit. 36; e SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit.

³⁵¹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 53.

³⁵² GIRÃO, Raimundo. Op. cit. p. 223

³⁵³ FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, Notas e Ensaios Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premium, 2003, p. 199.

Russas no período de 1720 a 1820 confirma o trânsito e as lógicas de deslocamentos de entradas, saídas e fixações pelas estradas, vilas e ribeiras da capitania. Leia-se população como soma de indivíduos: homens, mulheres, crianças, velhos, livres, escravos, forros, negros, brancos, índios, mestiços, pobres e ricos. A mobilidade geográfica por todas essas vias de acesso e contato possibilitou uma formação populacional complexa e de relações múltiplas. A complexidade na formação dessa população tem, portanto, na procedência, um dos elementos fundamentais.

Nas atas paroquiais da ribeira do Jaguaribe, ficaram evidências da dinâmica sociocultural que caracterizou a formação de famílias nos sertões cearenses. No livro de casamentos número 1 da freguesia de Russas, na página 71, encontrei o registro de Antônio Luís, escravo do alferes Antônio Alves, natural de Russas, que se casou com Maria, índia, natural da villa Viçosa (região da Ibiapaba, onde se localizou o maior aldeamento indígena do Ceará), filha natural de Antônia de Tal, às 11 horas do dia 9 de junho de 1784. Já no assento de casamento referente à mesma freguesia e ao mesmo livro, na página 95, encontrei também indícios de encontros entre pessoas de naturalidades espaciais distintas, quando, aos 20 de fevereiro de 1787, “João natural do Gentio de Angola e Maria criolla, natural desta freguesia, escravos de Antônio Soares da Silva morador nesta freguesia ella filha de Thereza, natural do Gentio de Angola” uniram-se em matrimônio.

Os dados a seguir nos aproximam um pouco mais da intensidade com que as pessoas migravam entre as quatro ribeiras do Siará Grande, dos contatos e dos encontros formados, através dos laços matrimoniais, entre pessoas de origens distantes e diversas nas terras da América portuguesa, mais precisamente nas freguesias de Aracati e de Russas. As análises foram feitas a partir dos registros de casamentos, pois, nessa documentação, as naturalidades são atribuídas aos nubentes. O estudo com os batismos, apesar de viável e possível, seria muito mais moroso, haja vista nesse tipo documental as origens serem atribuídas aos pais, o que exigiria um trabalho intenso de cruzamento de nomes para filtrar os pais de suas respectivas proles e assim evitar repetições. Mesmo correndo o risco de uma ou outra repetição de nomes devido ao estado de viuvez da população, a opção metodológica de construir dados relacionados à naturalidade/origem a partir de levantamentos nos casamentos proporciona análises menos discrepantes.

As tabelas a seguir foram divididas obedecendo a critérios de procedência entre as naturalidades inerentes à própria capitania - distribuídas pelas ribeiras de Jaguaribe,

Ceará, Acaraú e Icó - aos originários de outras capitanias brasileiras e aos procedentes da África, de Portugal e das Ilhas Atlânticas.

Os registros de casamentos de Aracati somam um total de 1.584. Tendo em vista os matrimônios serem realizados com dois cônjuges, esses assentos são compostos por 3.168 pessoas. Dessas 3.168 pessoas, entre homens e mulheres, 1.173 assentos não fazem referência à procedência. Além desses, em 25 outros casos não foi possível identificar a naturalidade dos nubentes. Trata-se de nomes de antigas fazendas ou povoados que não existem mais, daí a dificuldade de localização e identificação. Alguns poucos casos referem-se ainda a freguesias em que não nos foi possível identificar a qual capitania pertenciam os noivos. Os registros que trazem a procedência dos nubentes ficaram assim distribuídos: 1.516 para as quatro ribeiras da capitania; 216 para outras capitanias brasileiras; 173 para o continente africano; e 65 para Portugal e Ilhas.

Com relação à freguesia de Russas, constatamos 1.043 casamentos, isto é, registros de 2.086 pessoas de ambos os sexos. Destes, 787 assentos não mencionam a naturalidade dos nubentes; em 16 casos, pelos mesmos motivos referentes a Aracati, não foi possível identificar a procedência dos mesmos. Na contagem dos registros que aludem à procedência, foi possível assim distribuí-los: 1.043 para as quatro ribeiras da capitania, 113 para outras capitanias brasileiras, 100 para o continente africano e, por fim, 27 casos para Portugal e Ilhas.

Como venho discutindo, Aracati e Russas, mesmo que componentes da ribeira do Jaguaribe e, durante muito tempo, ligadas pela circunscrição eclesiástica, apresentavam distinções de ordem econômica e social. Aracati foi uma das principais vias atlânticas, se não a principal da capitania, durante o século XVIII, de entrada e saída de produtos e de pessoas nos sertões cearenses que, pelos caminhos da estrada do Jaguaribe se ramificava em linhas quase infinitas, conectando o Ceará ao Brasil e ao mundo. Russas, localizada em ponto nodal, de acesso e passagem nessa estrada, para os sertões do Icó, de Quixeramobim e demais conexões, com atividades mais voltadas ao setor agropastoril, ao contrário da comercialização de produtos em geral, sofria mais as intempéries das secas, era mais antiga em termos de freguesia e apresentou variações populacionais mais visíveis no decorrer de um século - 1720/1820.

As naturalidades dos nubentes de Aracati e Russas nos remetem a esses movimentos entre as ribeiras da capitania. Um movimento que, no caso de Aracati, se torna notável na década de 1750, mas que ganha grande expressividade a partir de 1780, crescendo sempre, decaindo na última década em estudo, 1810-1820. Essa queda pode

ser justificada pela ausência de registros como também pela incidência das secas. Russas, da mesma forma, da década de 1750 em diante, aumenta o número de casamentos, mas com quedas visíveis a partir da década de 1800-1810.

TABELA 8

Naturalidade dos nubentes da Capitania do Siará Grande, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Rib. do Jaguaribe		Rib. do Ceará		Rib. do Acaraú		Rib. do Icó		Total H + M
	H	M	H	M	H	M	H	M	
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1750	7	11	-	-	-	-	-	-	18
1760	10	7	1	1	1	-	-	-	20
1770	9	19	2	3	-	-	-	-	33
1780	47	82	13	8	-	1	-	5	156
1790	194	231	27	10	3	-	5	-	470
1800	242	284	22	10	1	3	1	2	565
1810	111	124	7	1	-	3	1	1	248
0000	2	3	-	1	-	-	-	-	6
Total	622	761	72	34	5	7	7	8	1516
%	41	50	4,7	2,2	0,3	0,4	0,4	0,5	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

TABELA 9

Naturalidade dos nubentes da capitania do Siará Grande, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas	Rib. do Jaguaribe		Rib. do Ceará		Rib. do Acaraú		Rib. do Icó		Total H + M
	H	M	H	M	H	M	H	M	
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1750	5	5	2	-	-	-	-	1	13
1760	13	18	1	-	-	-	-	-	32
1770	98	125	12	4	-	1	5	5	250
1780	125	167	11	8	5	1	12	2	331
1790	117	128	9	8	2	-	-	5	269
1800	34	39	4	-	-	-	-	-	77
1810	1	3	-	-	-	-	-	-	4
0000	30	31	1	2	1	-	2	-	67
Total	423	516	40	22	8	2	19	13	1.043
%	40	49	3	2,1	7	0,1	1	1	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

Um dado a ser destacado é que a maioria dos casais realizavam matrimônios nas próprias ribeiras e freguesias de origens (Tabelas 8 e 9). Na documentação de

Aracati, os números referentes à ribeira do Jaguaribe correspondem a 91% do total. Usando o mesmo critério de avaliação, Russas elenca 89% do total para a ribeira jaguaribana. Numa análise particularizada sobre a documentação, cujos dados não estão expressos nas tabelas, verifiquei que, em relação à ribeira jaguaribana, os registros de casamentos pertencentes à freguesia de Aracati indicam que a grande maioria era natural dessa freguesia. Portanto, das 1.383 pessoas que contraíram matrimônio, 1.249 eram naturais de Aracati, 119 de Russas e 15 eram originários da freguesia de Quixeramobim. Já em relação aos registros da freguesia de Russas, os 939 ficaram divididos entre 888 casamentos de nubentes de origem russana, 29 de Aracati e 22 de Quixeramobim.

Em decorrência das análises, percebi que, para o caso de Aracati, a maior inversão de procedências dos imigrados se fazia entre as freguesias de Aracati e de Russas, ou seja, eram noivos naturais de Aracati que moravam e se casavam em Russas, dado que enaltece as ligações entre as duas freguesias. No caso de Russas, a situação muda, pois a maior inversão se dá entre Russas e Aquiraz, ou seja, dos 1.043 casamentos realizados em Russas, 29 dos nubentes tinham naturalidade de Aracati e 34 foram registrados como originários de Aquiraz.

No momento em estudo, Aquiraz, cabeça da comarca, fazia parte da ribeira do Ceará, com Russas pertencendo, jurídica e administrativamente, até 1801, a essa vila. Dos nubentes casados em Aracati, 71 eram naturais de Aquiraz. A proeminência de Aquiraz, seguido de Fortaleza, em relação à procedência de pessoas que se casaram nas freguesias de Aracati e Russas, faz com que a ribeira do Ceará, como podemos observar nas Tabelas 8 e 9, se destaque como segundo vetor de migrações por todo interior da capitania, durante o século XVIII e princípios do século XIX. Nos dados de Aracati, essa ribeira ficou com 6,9% dos números e Russas com 5,1%.

A ribeira do Icó, que, pelo percurso do rio Jaguaribe e estrada que leva esse nome, configura-se como uma continuidade da ribeira do Jaguaribe, representada por Icó e Crato, constituiu o terceiro setor de onde vieram mais nubentes para Aracati (0,9%) e Russas (2%). Possivelmente, a proximidade geográfica explica a maior incidência de pessoas de Icó casando-se em Russas do que em Aracati. Finalmente, e levando em conta o grau de distanciamento, a mais distante ribeira do Acaraú, mas nem por isso isolada, com destaque para Sobral, Granja e vila Viçosa, ficou em quarto lugar em termos de procedência dos nubentes, que em seus deslocamentos pelos muitos

caminhos e estradas, casaram e constituíram famílias nas duas freguesias em análise: Aracati (7,0%) e Russas (7,1%).

Pelos caminhos que interligavam essas ribeiras, por mar (via Aracati, Fortaleza, Camocim) ou por terra (pelas estradas da capitania do Siará Grande), o Ceará conectava-se às capitanias circunvizinhas de onde vieram e construíram famílias, segundo os registros de casamentos, nubentes procedentes do Rio Grande, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Bahia, Alagoas, dentre outras capitanias (Tabelas 10 e 11). Em linhas gerais, seguindo a mesma movimentação por décadas para o incremento populacional e como já indicava a procedência da maioria dos sesmeiros na ribeira do Jaguaribe, em Aracati, 37% dos nubentes vieram do Rio Grande; 30% de Pernambuco; 14,3% da Paraíba; 9% de Alagoas; 4,5% da Bahia; 4,5% de Minas Gerais; 1,3% de Sergipe; e 0,4% de Mato Grosso.

TABELA 10

Naturalidade dos nubentes de outras capitanias, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	R. Grande		Paraíba		Pernambuco		Alagoas		Sergipe		Bahia		M. Gerais		M. Grosso		Total H + M	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1750	-	-	-	-	2	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
1760	-	-	-	1	2	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	6
1770	2	-	2	1	2	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	11
1780	8	5	5	-	15	-	4	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	41
1790	15	11	4	4	15	4	2	-	-	-	4	-	-	1	1	-	-	61
1800	21	16	7	7	7	11	-	11	-	-	3	-	-	-	-	-	-	83
1810	3	2	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	49	34	18	13	45	22	7	13	2	1	9	1	-	1	1	-	-	216
%	22	15	8,3	6	20	10	3	6	0,9	0,4	4,1	0,4	4,1	0,4	0,4	0,4	-	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

Já dos nubentes de Russas, 43% vieram do Rio Grande; 36,2% de Pernambuco; 11,4% da Paraíba; 4,3% da Bahia; 1,7% de Minas Gerais; 1,6% do Rio de Janeiro; e 0,8% de São Paulo. Nesse nível de procedências, em linhas gerais, as duas freguesias se assemelham em relação às naturalidades do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Paraíba, da Bahia e de Minas Gerais. No entanto, a significativa presença de alagoanos em Aracati não se verifica em Russas, nem tampouco os procedentes de Sergipe. Russas, por sua vez, inova com índices em relação ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

TABELA 11

Naturalidade dos nubentes de outras capitanias, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas	Rio Grande		Paraíba		Pernambuco		Bahia		Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H + M
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1750	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
1760	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
1770	6	1	3	-	12	2	1	-	1	-	1	-	1	-	28
1780	16	8	4	2	12	-	1	-	1	-	-	-	-	-	44
1790	7	5	1	2	6	2	-	2	-	-	-	-	-	-	25
1800	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
1810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0000	2	-	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Total	34	15	9	4	36	5	3	2	2	-	1	1	1	-	113
%	30	13,2	7,9	3,5	31,8	4,4	2,6	1,7	1,7	-	0,8	0,8	0,8	-	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

A meu ver, é curioso o fato de na documentação não constar registros de nubentes procedentes do Piauí e do Maranhão. Essas duas capitanias estavam no elenco das praças com quem o Ceará mantinha fluxos comerciais. Como discutido acima, em estudos sobre a entrada e os destinos de embarcações de Aracati no período de 1767 a 1802, constata-se o fluxo comercial entre Aracati e o porto do Maranhão, em São Luís. Temos constatado que, de maneira geral, as procedências dos nubentes até agora analisados têm coincidido com as rotas de entrada, saída e comercialização de produtos. Em busca de mais evidências nos registros de casamento das duas freguesias, encontrei nas procedências dos pais dos noivos de Aracati referência ao casal João [ilegível] de Albuquerque e Maria Rodrigues [ilegível], ambos naturais da freguesia de Santo Antonio do Maranhão, pais de Francisco Xavier de Albuquerque que, aos 09/04/1758, na Igreja de Aracati, contraiu matrimônio com Angelica Maria [ilegível], natural da freguesia das Russas.³⁵⁴

Para além dessas referências, para os trânsitos comerciais e populacionais entre os dois portos, Maria Celeste Silva verificou que Aracati foi responsável pelo envio de 13 dos 32.343 cativos inseridos no Maranhão no período de 1775 até 1799. O restante dos números ficaram assim distribuídos: “Tapaje enviou 13; Parnahiba, 24; Rio Grande, 25; Rio de Janeiro, 118; Rio Grande do Norte, 118; Bahia, 3.698 e Pernambuco, 4.011”.

³⁵⁴ Livro de Casamentos de Aracati, nº 01 (1766-1783), p. 42v. O referido registro não faz menção à origem do noivo nem à procedência dos pais da noiva.

³⁵⁵ Diante do montante, 13 escravos é um número irrisório, contudo, enaltece o argumento dos fluxos entre a ribeira jaguaribana e a capitania do Maranhão.

Consta que, dos escravos africanos inseridos nesse período no Maranhão, “aproximadamente 73% provinham de portos africanos e 27% eram provenientes de portos brasileiros”. Os africanos eram originários de regiões diversas, cujos portos foram assim identificados: “Cabo Verde (19); Malagueta (40); Costa da Mina (184); Moçambique (371); Benguela (425); Guiné (1.972); Angola (3.237); Cacheu (6.099) e Bissau (8.821)”.³⁵⁶ As designações aos africanos chegados no Brasil, durante os séculos XVII e XVIII, comumente decorrem dos vários portos de embarques.

Em razão disso, essas qualificações sobre os africanos aqui chegados, de acordo com Parés, são externas ou metaétnicas, isto é: “utilizada para assinalar um conjunto de grupos étnicos relativamente vizinhos, com uma comunidade de traços linguísticos e culturais com certa estabilidade territorial, e no contexto de escravismo, embarcados nos mesmos portos”.³⁵⁷ Para o autor, “ao lado de outros nomes como país ou reino, o termo nação, naquele período, foi utilizado pelos traficantes de escravos, missionários e oficiais administrativos das feitorias europeias da Costa da Mina para designar os diversos grupos populacionais autóctones”.³⁵⁸

Assim, “as designações étnicas e de origem, comumente chamadas de nação”, no caso, por exemplo, dos registros paroquiais de Aracati e Russas, “são elementos que mais nos aproxima de uma associação dos indivíduos com seus locais de origem”.³⁵⁹ Registros genéricos como Angola podem designar africanos que passaram pelo porto de Luanda, Cassange, Uamba, etc.³⁶⁰

De acordo com Rodrigo Rezende, o uso do termo nação, portanto, “era aplicado a dois tipos de gentes: aos não-gentios, como, por exemplo, aos indivíduos provenientes dos reinos europeus; e aos gentios, que é sinonímia de idólatras e pagãos”. Na relação da composição dos termos nação e gentio, soma-se, ao mesmo tempo em que diferencia-se, a noção de etnia: “o termo nação poderia ser composto de várias etnias, e,

³⁵⁵ SILVA, Maria Celeste Gomes da. “Alta Guiné e Maranhão: tráfico atlântico e rotas comerciais na segunda metade do século XVIII”. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009, p. 9.

³⁵⁶ Idem, p. 10.

³⁵⁷ PARÉS, Luis Nicolau. “Entre duas costas: nações, etnias, portos e tráfico”. In: *A Formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 23.

³⁵⁸ Idem, p. 26

³⁵⁹ MAMIGONIAN, Beatriz. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Topói, n.9, v.5, 2004, p. 39.

³⁶⁰ Idem, p. 40

além disso, nem toda nação era formada por gentios, ao passo que toda etnia era gentilica”.³⁶¹ Em outras palavras, etnia equivale a gente, a povo, e, para Bluteau, “[...] gente, & Ethnico val o mesmo q Gentio, ou cousa de Gentio (...)”.³⁶² Por fim, no jogo de construções, diferenciações e transformações sobre os termos gentio e nação, Silvia Lara expõe:

O africano de início associado a gentio (termo ligado ao universo eclesiástico, designando genericamente os povos a serem convertidos) e referido por expressões de larga abrangência geográfica (como gentio da Guiné), foi sendo diferenciado, ao longo do tempo, por etnônimos baseados na procedência. Ao longo do século XVIII, a notação mais detalhada de nação (muitas vezes agregada ao nome das pessoas) acabou desempenhando a condição escrava.³⁶³

Nos registros de casamentos, identificamos a qualidade de gentio somente para africanos e, para além da associação a barbárie e selvageria, assume o significado de nação. A partir dessa documentação, onde as denominações são externas ou metaétnicas utilizadas “seja pelos africanos ou escravocratas europeus para designar uma pluralidade de grupos inicialmente heterogêneos”, sob a perspectiva da procedência, não teríamos como identificar denominações étnicas ou internas, “quando apropriadas por esses grupos e utilizadas como forma de auto identificação”³⁶⁴, ou seja, de identidade. Daí ter razão Rodrigo Rezende ao se referir as nações e representações atribuídas aos africanos em Minas Gerais, mas que se pode estender para o restante do Brasil:

não significavam uma identidade étnica, mas sim a construção de uma comunidade imaginada em Minas. Segundo Barth, os grupos étnicos são categorias social e de auto-identificação dos indivíduos que as compõem. Esta auto-identificação é formada pela escolha individual do sujeito. No caso dos africanos das Gerais no século XVIII, suas nações de origem eram atribuídas, imputadas, ou seja, eram impostas através do outro, o não africano. A meu ver, nações africanas não são etnias, mas sim minorias sociais criadas em uma sociedade estranha aos africanos.³⁶⁵

³⁶¹ REZENDE, Rodrigo Castro. Op. cit. p. 339.

³⁶² BLUTEAU, D. Raphael. Op. cit. v. 3, p. 354.

³⁶³ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Op. cit. p. 163.

³⁶⁴ PARÉS, Luis Nicolau. Op. cit. pp. 25 e 26.

³⁶⁵ REZENDE, Rodrigo Castro. Op. cit. P. 345. Essas noções de nação, etnia e identidade, em que etnias africanas eram escondidas dentro de nações e “nação não pode ser vista como identidades étnicas”, podem ser encontradas também em: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Que Mengui Colo Moambundo: a nação Angola na cidade da Bahia no século XVIII – 1750-1799”. In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2013, p. 184 e 185.

Em relação à presença africana em Aracati e Russas, é patente na documentação analisada a alusão aos gentios da Guiné, gentio da Angola, da Costa e da Costa da Mina. A historiografia tem destacado que os africanos genericamente chamados de minas ou escravos da Guiné eram oriundos da África ocidental.³⁶⁶ Como referência ao local de embarque, mina associa-se ao castelo de São Jorge da Mina, de onde saíam os escravos do Golfo do Benin. O termo da Costa aparece também relacionado a estes escravos e geralmente refere-se a Costa dos escravos. Essa região africana, habitada por grupos sudaneses (que também recebiam nomes de Nagô, Fom, Cabo Verde, dentre outros), corresponde aos atuais Benin, Nigéria e se estende ao norte até Senegal. Já os angolanos (*bantos*) - provenientes dos portos de Luanda, Benguela, Cabinda e Congos, dentre outros - eram procedentes da África Central Ocidental (além de Angola e Congo, essa área era composta pelos atuais países de Gabão, Guiné Equatorial e Camarões). Portanto, de toda África Ocidental e Central provinham os escravos para as freguesias de Aracati e de Russas. Trata-se, então, de regiões amplas e, como todo o continente africano, complexas, plurais, formadas por diversos povos e costumes (Tabelas 12 e 13).

Em Aracati, de acordo com a documentação em análise, os nubentes provenientes da África ocidental - Guiné (20,1%), Costa (2,8%) e Costa da Mina (4,5%) - correspondem a 27,4% dos assentos de africanos. Os Guinés, propriamente ditos, foram os primeiros africanos a chegar. Os primeiros assentos de casamentos datam da década de 1740, antes mesmos da atuação da Companhia de Pernambuco e Paraíba, que tinha como um dos propósitos a intensificação do tráfico de africanos para Pernambuco e capitânicas anexas. Do período de 1740 até o decênio de 1800, verifica-se a presença

³⁶⁶ Sobre alguns desses estudos, ver: FREYRE, Gilberto. Op. cit.; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “Negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 19/20, p. 37-73, 1997; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit.; SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit.; FLORENTINO, Manolo.; Op. cit.; THORNTON, John. Op. cit.; LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da e KLEIN, Herbert S. Op. cit.; LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit.; REZENDE, Rodrigo Castro. Op. cit. e FRUTADO, Júnia Ferreira. “Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco.” In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2006, p. 247 e 248. Especificamente sobre os Guinés, Maria Inês Côrtes de Oliveira afirma que Guiné nos primeiros tempos do tráfico teria “se restringido ao litoral da costa ocidental africana, que tinha como centro comercial a feitoria de Cachéu, subordinada às ilhas de Cabo Verde. Esta era a área descrita nos contratos de arrendamento do século XV. Entretanto, à medida em que a expansão do comércio português avançou para o sul, o termo passou a ser também utilizado para designar as partes do litoral então conhecidas como Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Assim, toda a África Ocidental ao norte do Equador, do Rio Senegal ao Gabão, era conhecida então como a Guiné”. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Op. cit. p. 39.

deles na freguesia. Os maiores índices dizem respeito à década de 1780, que contabilizou 20 dos 35 casos. Os denominados Costa da Mina se fazem presentes no período de 1770 a 1800 e os Costa nas décadas de 1770 a 1790.

TABELA 12

Naturalidade dos nubentes da África, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Angola		Guiné		Costa		C. da Mina		Total
	H	M	2	2	H	M	H	M	
-									
1740	-	-	2	-	-	-	-	-	4
1750	-	-	1	-	-	-	-	-	2
1760	2	2	1	2	-	-	-	-	5
1770	4	5	9	11	-	1	1	-	14
1780	19	17	3	1	1	2	2	1	62
1790	19	16	1	-	1	-	1	1	42
1800	25	8	-	-	-	-	1	1	36
1810	5	3	-	-	-	-	-	-	8
0000	-	-	19	16	-	-	-	-	-
Total	74	51	10,9	9,2	2	3	5	3	173
%	42,7	29,4	0,0	0,0	1,1	1,7	2,8	1,7	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

Em Russas, os provenientes da África ocidental correspondem a 20% dos registros, sendo que somente os Guiné somam 10% da população de africanos registrada. Com pequenas variações, os casos ocorrem nas décadas de 1760 a 1790. Apesar da alteração entre os índices e os períodos, pelos fluxos populacionais e comerciais entre Aracati e Russas e dessas freguesias com outras praças da América portuguesa, ressaltando, mais uma vez, que devido à dependência política a Pernambuco, até 1799, o Ceará, ao que tudo indica, não comercializava diretamente com África, possivelmente os africanos oriundos da África Ocidental, Guiné, Costas e Minas tenham chegado a Russas pelas muitas estradas que cortavam as ribeiras e/ou pelo porto de Aracati.

TABELA 13

Naturalidade dos nubentes da África, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas	Angola		Benguela		Guiné		Costa		C. da Mina		Total
	H	M	H	H	H	M	H	M	H	M	
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1750	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
1760	3	1	-	-	1	1	2	-	1	-	9
1770	7	3	-	-	1	2	-	-	1	2	16
1780	20	12	-	-	1	-	-	2	-	1	36
1790	12	2	-	-	2	2	-	-	-	1	19
1800	6	3	-	-	-	-	-	-	-	-	9
1810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0000	4	2	1	1	-	-	-	-	-	-	8
Total	54	24	1	1	5	5	2	2	2	4	100
%	54	24	1	1	5	5	2	2	2	4	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

A partir de 1770, a intensificação das atividades econômicas dos produtos da pecuária (carne de sol, solas, courama) e do algodão, ao incrementar os rendimentos, possibilitou a aquisição de escravos africanos. Como vimos no segundo capítulo, quando abordamos a população de Aracati e de Russas pela categoria de condição social, a inserção dos escravos nos casamentos de Aracati se deu na década de 1740, acentuando-se a partir da década de 1780, com crescimento em 1800 e decaída nos decênios de 1790 e 1810. Já em Russas, os casamentos de escravos iniciam-se em 1750. A partir de 1770, crescem significativamente e decrescem nas duas últimas décadas em análise. Portanto, permanece a mesma lógica de distribuição temporal entre os casamentos de escravos e casamentos de africanos nas duas freguesias. A diminuição da entrada de africanos na capitania do Siará Grande, sobretudo a partir dos 1800, não obstante o momento áureo da economia e o recrudescimento populacional na capitania, certamente dá-se pelos motivos que causaram desequilíbrios nas variáveis sobre a população registrada na documentação paroquial: lacuna na documentação, secas, enfim. Por outro lado, não se pode descartar que nesse período já fosse possível uma reprodução endógena de escravos nascido nas próprias freguesias. Verificarei melhor essa questão no quarto capítulo ao analisar as qualidades/condição.

Pelas razões já discutidas acima, e seguindo a lógica de possibilidades em que as entradas de africanos no Ceará vinham pelas mesmas rotas onde se davam os fluxos

comerciais, a presença dos Guiné em Aracati e em Russas, em boa parte do período em estudo, possivelmente decorre das relações comerciais desta vila com o Maranhão.

Maria Celeste Gomes da Silva, em estudos sobre o banco de dados *The Transatlantic Slave Trade*, no período de 1693 a 1815, com ênfase sobre a entrada de africanos no Maranhão, demonstrou que, embora a partir do final do século XVIII o porto de Luanda (África Central) tenha começado a se destacar como fornecedor de cativos para esta capitania, seja por intermédio da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, em vigor de 1785 até 1799, ou sob forma de contrato e por particulares, os escravos provenientes da Alta Guiné (portos da Senegâmbia, especialmente Cacheu e Bissau, e Baía do Benin - Costa da Mina) continuaram a ser a maioria. A alta Guiné comercializou escravos com o Maranhão por praticamente toda a vigência do tráfico.³⁶⁷

Por outro lado, tanto os Guiné (África Ocidental) como os Angolas (África Ocidental) registrados em Aracati e em Russas possivelmente vinham também de Pernambuco e Bahia. Essa conjectura corrobora com os principais grupos de procedência aportados na África e desembarcadas em Salvador e no Recife. A partir da versão *online* do *Transatlantic Slave Trade Database*, Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes³⁶⁸ chegou à conclusão de que, no período de 1750 a 1808, desembarcaram no porto de Salvador 460.802 africanos, dois quais 285.921 provinham da África Ocidental, 172.667 da África Centro-Ocidental, 1.823 da África Oriental³⁶⁹ e 191 de outras partes da África. No Recife, no mesmo período, desembarcaram 136.916 africanos assim distribuídos: 23.162 da África Ocidental, 113.260 da África Centro-Ocidental, 300 da África Oriental e 194 de outros portos da África.

³⁶⁷ SILVA, Maria Celeste Gomes da. “Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800.” Op. cit. Sobre essas conclusões, ver também: SOUZA JUNIOR, José Alves de. “Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório”. *Afro-Ásia*, nº 48, 2013, p. 173-211.

³⁶⁸ Banco de dados, desenvolvido por David Eltis e David Richardson, que lança estimativas sobre o tráfico atlântico por portos de embarque de africanos do século XVI ao XIX, disponível em: <www.slavevoyages.org>. (Acesso 20/12/2015) XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais o tráfico de escravos 1750-1808*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2012, p. 192. Francisco Luna e Herbert Klein sugerem que, de 1581 a 1808, “na migração para o Rio de Janeiro, predominaram os escravos trazidos da área do Congo-Angola, e aparentemente o mesmo ocorreu no caso de Pernambuco. A Bahia, contudo, foi muito mais ligada à área do golfo do Benin do que os demais portos, e essa característica persistiu durante todas as principais fases do tráfico”. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 170.

³⁶⁹ Nos registros de batismos de Aracati, encontrei oito casos de Moçambique sendo batizados na década de 1780. Africanos de nação Moçambique eram originários da África Oriental. Os Moçambique de Aracati possivelmente vieram da Bahia e/ou de Pernambuco, advindos das remessas de africanos procedentes da África Oriental.

No mesmo estudo, mas a partir de outra documentação,³⁷⁰ a autora apresenta dados sobre remessas de escravos africanos e crioulos saídos de Salvador no período de 1759-1752 para outras capitanias. Destes, vieram para o Ceará 34 escravos, dos quais 31 eram africanos e três eram crioulos.

Não descarto a vinda de escravos do porto do Rio de Janeiro para o Ceará, mas foi certamente pelas rotas comerciais entre Aracati, Salvador, Maranhão e, sobretudo, entre Aracati e Recife, principalmente a partir de meados do século XVIII, pela intensificação do comércio de carnes secas, couros, algodão, dentre outros gêneros, que se deram a entrada de africanos no Ceará.

Alexander Ribeiro, com base no banco de dados *slavevoyages*, afirma que no período de 1582 a 1851 chegaram vivos no Brasil 4.864.374 africanos. Destes, 3.396.909 (69,8%) eram provenientes da região Congo-Angola, 877.034 (18%) eram oriundos da Baía do Benin e 279.232 (5,7%) vieram do Sudeste africano.³⁷¹ Mesmo que nem sempre as denominações encontradas na documentação correspondessem à região de origem dos escravos, mas ao porto de embarque, a maior incidência de Angolas e Minas aponta para a predominância dos portos dessas regiões da África de onde vinham os escravos para o Ceará. Contudo, de acordo com o que sugerem os estudos realizados até o momento sobre essa questão, podemos pensar que eles não aportavam em Aracati por via direta, ou seja, vieram da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco³⁷² pelas rotas internas e estradas que ligavam o Siará Grande a essas capitanias.

Sobre as rotas internas de distribuição de escravos, de acordo com Douglas Libby, não obstante os muitos avanços sobre o tráfico negreiro internacional, “ainda sabe-se muito pouco sobre o funcionamento desse comércio após o desembarque das peças no solo da América Portuguesa ou, mais tarde, do Brasil”. Graças aos estudos sobre a rota dos escravos da África para o Brasil pode-se afirmar que as chegadas de navios eram muito concentradas nos portos de Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife, que, por isso, “se constituíram nas principais praças do comércio de escravos”.³⁷³

³⁷⁰ APB, Seção de Arquivos Colonial e Provincial. *Registro de Pedidos de Passaporte e de guias para despachos de embarcações, 1759-1772*, Lv. 249. Idem, p. 197.

³⁷¹ RIBEIRO, Alexander Vieira. Op. cit. p. 46.

³⁷² Sobre essa afirmação ver: SILVA, Pedro Alberto. Op. cit. p. 59.

³⁷³ LIBBY, Douglas Cole. “O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2008. (Coleção Olhares), p. 459. Ver ainda LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 170.

Para o autor, a partir desses três portos foi realizada “a distribuição de recém-chegados africanos por todo o ‘interior’ da Colônia/Império. Quando viável preferia-se como meio de transporte a cabotagem, pois era a opção mais barata”. Desse modo, “o suprimento com peças ‘boçais’ de regiões litorâneas e mesmo das ribeirinhas localizadas a beira de rios navegáveis a partir do litoral foi efetuado por embarcações de pequena dimensão”. Isso até o século XVIII, pois é provável que com o desenvolvimento do ouro e de diamantes “nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, passaria a predominar, cada vez mais, o transporte terrestre”.³⁷⁴

Somente o avanço de estudos sobre a exploração das rotas terrestres, marítimas de cabotagem ou ainda fluviais podem fornecer maior poder de análise. Seja pelo transporte de cabotagem entre essas regiões litorâneas ou pelo transporte terrestre pelas várias vias de acesso que ligavam os sertões de dentro aos sertões de fora - conectando Bahia, Pernambuco e Maranhão, de todo modo, a ribeira do Jaguaribe se constituiu, se não o principal, um importante lugar de passagem e de estabelecimento de africanos, de ilhéus, de portugueses, de todos os segmentos, enfim, que marcaram a configuração sociocultural do Ceará.

O período de 1770 a 1800 corresponde ao auge da economia cearense no século XVIII: momento de possibilidades, de crescimento populacional, de sobrevivência pelo cultivo da terra, criação dos rebanhos, produção e trocas comerciais em vários níveis. Em outras palavras, um período em que a capitania se configurava numa área em expansão. Para Sheila de Castro Faria, “toda a área colonial ao se tornar atraente à produção, em particular à agro exportação, sofria uma confluência relativamente rápida de homens e capitais”.³⁷⁵ Em razão disso explica-se a mobilidade geográfica de pessoas nas freguesias de Aracati e de Russas. Essa mobilidade percebida através dos casamentos indica, para além da chegada dos indivíduos, a tentativa de fixação. Assim tem razão Hebe Matos quando afirma ser “a contraface da mobilidade, a tentativa de fixação”.³⁷⁶

Seguindo a lógica de movimentações e fixações, acredito se explicar as vindas de Ilhéus para a ribeira do Jaguaribe (Tabelas 14 e 15). Oriundos das Ilhas de Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé, esses Ilhéus se fizeram presentes nos casamentos de

³⁷⁴ LIBBY, Douglas Cole. “O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações”. Op. cit. p. 459

³⁷⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 163.

³⁷⁶ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, 32.

Aracati (4) e de Russas (5), passando a compor a complexidade populacional das freguesias.³⁷⁷

Seguindo essa lógica também, possivelmente vieram os portugueses a se casar em Aracati (61) e em Russas (22). Do mesmo modo como se deu a distribuição por decênios para os outros segmentos populacionais, os portugueses começam a casar em Aracati na década de 1750 e se mantêm em números crescentes até os anos de 1790, começando a diminuir em números de matrimônio a partir de 1800.

TABELA 14

Naturalidade dos nubentes de Portugal e Ilhas, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Portugal		I. de São Tomé		I. da Madeira		I. de Cabo Verde		Total H + M
	H	M	H	M	H	M	H	M	
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	
1750	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1760	3	-	-	-	-	-	-	-	3
1770	5	1	-	-	-	-	-	-	6
1780	12	-	-	-	-	-	-	-	12
1790	21	2	1	-	1	-	1	-	26
1800	10	1	-	-	1	-			12
1810	4	-	-	-	-	-	-	-	4
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	57	4	1	-	2	-	1	-	65
%	87	6,1	1,5	-	3	-	1,5	-	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

Da mesma forma em Russas, e em comparação com os outros segmentos sociais responsáveis pelo povoamento, nos acréscimos e decréscimos em todo o período estudado, na década de 1750 houve o casamento de um português na freguesia, três e sete casos, respectivamente, nas duas décadas seguintes, e nos decênios de 1780 e 1790, cinco em cada um. No restante do período não se consta mais enlaces matrimoniais envolvendo portugueses.

³⁷⁷ São Tomé, antes mesmo da colonização lusa nas novas terras, se tornou importante laboratório tropical: lugar de passagem, de produção, de trocas comerciais e culturais. Para Alencastro, “o complexo madeirense e são-tomense configura um vetor próprio de ampliação de adaptação da presença portuguesa na América.” ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. p. 64. Sobre uma discussão mais detalhada sobre a proeminência das Ilhas Atlânticas ver ainda: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, no primeiro capítulo e LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010, também no primeiro capítulo.

TABELA 15

Naturalidade dos nubentes de Portugal e Ilhas, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas e Sexo	Portugal		I. da Madeira		Açores		Total
	H	M	H	M	H	M	H + M
1740	-	-	-	-	-	-	-
1750	1	-	-	-	-	-	1
1760	3	-	-	-	-	-	3
1770	7	1	1	-	3	-	12
1780	5	-	-	-	-	-	5
1790	5	-	-	-	1	-	6
1800	-	-	-	-	-	-	-
1810	-	-	-	-	-	-	-
0000	-	-	-	-	-	-	-
Total	21	1	1	-	4	-	27
%	77,7	3,7	3,7	-	14,8	-	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

Sobre a vinda de portugueses para Aracati e Russas, para além das tabelas, numa análise particularizada, os registros de casamentos apontam naturalidades variadas: Coimbra, Porto, Braga, Lisboa, Algarves, Setúbal, dentre outros. Segundo Ana Silva Volpi Scott,³⁷⁸ os emigrados portugueses rumo ao Brasil partiam de todas as regiões, mas era do norte português, mais precisamente das regiões de Entre Douro e Minho, que se deu a maior incidência dos emigrados. Para a autora:

A emigração funcionava como uma eficiente via para se conseguir o equilíbrio entre o crescimento da população e disponibilidade de recursos, neste caso a terra. Numa região que estava sob a égide de um sistema de herança igualitário, era necessário de alguma forma preservar a propriedade, antes que ela atingisse parcelas tão mínimas que não garantissem a sobrevivência do grupo familiar. Mais do que isso representava uma válvula de escape para a população excedentária, principalmente a masculina, que via na saída da cada paterna uma possibilidade real de não ser obrigada a permanecer sob a autoridade e dependência do herdeiro favorecido com a transmissão da propriedade.³⁷⁹

As origens das imigrações de portugueses para o Ceará coadunam com as conclusões de Ana Silvia Scott. Provavelmente pelos mesmos motivos, apesar das naturalidades variadas, podemos constatar na documentação uma maior incidência de imigrados do norte de Portugal, a exemplo das cidades de Braga, Porto, Bragança,

³⁷⁸ SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 58.

³⁷⁹ Idem, p. 67 e 68.

Lamego, Barroso e Lanhoso. Em estudo sobre os termos de Ouro Preto e de São José e São João Del Rei, Minas Gerais, no período de 1750 a 1822, Carla Maria Carvalho de Almeida reforça o argumento de um predomínio dos homens naturais do norte português chegando nas Minas Gerais nesse momento.³⁸⁰

Na verdade, a vinda de homens em detrimento da vinda de mulheres de Portugal parece ter sido uma realidade que se verificou em todo o Brasil, posto que, segundo Sheila de Castro Faria, “foram poucos os portugueses que chegaram ao Brasil já casados em Portugal [...] a grande maioria era, ou se dizia, solteira. Também não foram muitos os que vieram para colônia com esposa e filhos”.³⁸¹

A partir dos assentos de casamentos pode-se perceber uma migração masculina em Russas e Aracati, que, com exceção da ribeira do Jaguaribe, se fez em todos os segmentos de deslocamentos, seja dentro da própria capitania cearense, seja nas capitanias circunvizinhas, bem como em relação a Portugal, às Ilhas Atlânticas e à África, muito mais acentuada do que a migração feminina.

Para o caso dos africanos, isso confirma as tendências do tráfico transatlântico de comerciar homens adultos. Estudos feitos no Brasil têm confirmado a presença maciça de africanos do sexo masculino. Em alguns casos, “as razões homem/mulher chegaram a três homens para cada mulher”.

A predominância de homens no tráfico africano de escravos parece ter sido devida a dois fatores básicos, cujos pesos ainda não se encontram devidamente registrados: a tendência, na África, da venda de mulheres para os próprios africanos ou para o tráfico com o Oriente (a mulher era mais valorizada, nos padrões africanos e orientais, pela sua possibilidade de procriação), o que diminuía a oferta para outros mercados, e a preferência dos senhores, no Brasil, por homens plenamente produtivos.³⁸²

Já para a menor proporção nas migrações femininas entre as ribeiras e vilas no Ceará, nas capitanias circunvizinhas, como também em relação a Portugal, às Ilhas e à África, não nos parece absurdo inferir que se deve justamente a já discutida conjuntura

³⁸⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista.” In: ALMEIDA, Maria Carvalho de.; e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgas.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

³⁸¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 179

³⁸² Idem, p. 295. Ver também: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 55.

econômica que, na medida em que possibilitou a vinda de significativo contingente populacional masculino externo, proporcionou certa fixação feminina.

Ora, se vieram mais homens externos à ribeira Jaguaribana casar em Aracati e em Russas, é óbvio que, para as duas freguesias, o número de mulheres nascidas lá era maior do que o número de homens. Em razão disso, possivelmente a maior parte dos “noivos forasteiros” veio em busca de terras e teve no casamento, por exemplo, uma estratégia fundamental de fixação. Nesse sentido, podemos dialogar com estudos desenvolvidos por Carlos Bacellar³⁸³ para o Oeste Paulista no período de 1765-1885, como também com o estudo de Sonia Maria de Sousa³⁸⁴ sobre Juiz de Fora, Minas Gerais, entre 1870 e 1920, ao confirmarem que a migração dos noivos para as referidas regiões tinham por objetivo uma parcela de terras onde pudessem constituir famílias.

Ao contrário do que se poderia pensar, as migrações não se davam necessariamente entre as camadas pobres da população. No mais, para as diferentes realidades analisadas aqui, posso afirmar com Sheila de Castro que “as filhas, com seus maridos, tendiam a ficar próximas de seus pais. Os homens, por sua vez, migravam e encontravam noivas em outro lugar, fixando-se à órbita da família da mulher”.³⁸⁵

Portanto, o trânsito de mercadorias, assim como a constituição de famílias através do casamento, configuraram-se em importantes elementos de mestiçagens nas freguesias de Aracati e de Russas. As naturalidades dos nubentes nesses espaços, no período em estudo, revelou uma intensa mobilidade espacial, que coaduna com a chegada dos sesmeiros e estabelecimentos das fazendas agropecuárias e intensificação do contingente populacional.

A partir dessas duas realidades, em que os encontros, contatos cotidianos entre pessoas de diversas naturalidades e de diferentes posicionamentos sociais, foram marcas indeléveis, pode-se pensar que o trânsito, a mobilidade e a miscigenação foram elementos significativos na conformação socioeconômico da capitania do Ceará. Como parte desses encontros, formaram-se famílias mestiças, que, do contato com as mestiçagens biológicas e culturais profundamente marcadas pelo processo de povoamento em todo o Brasil, elevaram os índices dos mestiços na capitania, a

³⁸³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1885*. Campinas: CMUUnicamp, 1997.

³⁸⁴ SOUSA, Sonia Maria de. “Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgas.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Op. cit.

³⁸⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit p. 67.

exemplo dos mulatos, pardos, cabras, caboclos, dentre tantas outras designações presentes na documentação analisada. É sobre os índices demográficos dessa população mestiça, com ênfase nas qualidades, condições e naturalidades nas freguesias de Aracati e Russas, que centraremos esforço de análise no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

Gentes, qualidades, condições jurídicas e naturalidades: conformação populacional mestiça nas freguesias de Aracati e Russas

As atas paroquiais da ribeira do Jaguaribe referentes aos sacramentos de casamentos e batismos realizados pela população branca, negra e indígena rechearam os livros eclesiásticos das freguesias de Aracati e de Russas. Mas não só. As misturas, como, por exemplo, as verificadas nos registros de “Joaquina, mulata, filha legítima de João José e sua mulher Anna Monteiro”, que foi batizada com 15 dias de nascida, aos 7 de maio de 1812 na Matriz de Russas³⁸⁶, como também o de Antônio, filho natural de Francisca Maria, cabra, solteira, desta freguesia, nascido aos 28 de agosto e batizado aos 30 de setembro do mesmo ano na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, filial da Matriz do Aracati,³⁸⁷ foram muito presentes.

Portanto, as evidências sociais que os registros paroquiais de casamentos e batismos nos fornecem sobre fases da vida dos indivíduos, desde nascimento, batismo, matrimônio; nomes, datas, sexo, filiação, condição social, naturalidades, qualidades, dentre outros, possibilitam a identificação da constituição sociofamiliar dessa população. É sobre os perfis sociais que se centra o principal objetivo deste capítulo. Aspectos relacionados à “qualidade”, expressão usada na documentação setecentista portuguesa e espanhola para se referir às múltiplas tonalidades de pele, origens e fenótipos, compõem os elementos essenciais nas análises.

Os índices fornecem compreensões do que havia de mais comum nessa sociedade. Para uma melhor compreensão de Aracati e de Russas, inseridas na conjuntura social da capitania do Ceará, dialogo quantitativa e comparativamente com esses dados produzidos a partir da documentação eclesiástica, sobre as “qualidades”, bem como as qualidades relacionadas às naturalidades e às condições sociais da população, tanto com os levantamentos populacionais produzidos para o Ceará, nas primeiras décadas do século XIX, quanto com estudos historiográficos sobre o Brasil que analisam os significados que essas categorias de distinção social adquiriram ao longo do tempo para livres e escravos.

³⁸⁶Livro de Batismos de Russas, nº 14 (1809-1831), p. 66. (ADLN)

³⁸⁷Livro de Batismos de Aracati, nº 11 (1802-1807), p. 25. (ADLN)

4.1 Qualidades nas freguesias de Aracati e de Russas: variações e classificações

A categoria “qualidade/calidade/calidad”, segundo Eduardo Paiva³⁸⁸, foi termo utilizada pelos romanos - possivelmente latinizado pelo filósofo Cícero - e permaneceu muito empregado na Europa, durante o Antigo Regime, para distinguir as pessoas. Aos “homens bons”, sem sangue infecto, defeito de nascimento ou mecânico eram atribuídas qualidades e privilégios posto que se diferenciavam de mouros, judeus, negros e mestiços. No entanto, em princípios da era moderna, na conjuntura de conexões planetárias marcadas pela intensificação das mesclas biológicas e culturais - que já ocorriam na Península Ibérica antes de 1492, mas que ganhou dimensões extraordinárias no Novo Mundo - essas definições foram se alargando e o que se passou a entender por qualidade, pelo menos até o início do século XIX, no ocidente, em linhas gerais, pode ser assim descrito:

“qualidade”, como categoria geral, passou a abranger as várias “qualidades” ou “castas”, cada uma lastreada em características físicas e resultados de cruzamentos - mas por vezes em crenças religiosas, como mouros e judeus, e por outras, origens, confundindo-se, neste caso, com “nações” (...) de índios, negros, crioulos e mestiços no geral. As “qualidades”, portanto, diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir de um conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosas, traços fenótipos tais como a cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de nariz e boca), pelo menos quando isso era possível. Quando não era possível essa conjunção, os elementos mais aparentes e/ou convenientes associados para que a identificação se associasse, o que certamente variou de região para região.³⁸⁹

As qualidades nas Américas, ao longo dos séculos, se constituíram de categorias extremamente plurais forjadas pelos encontros, misturas e coexistências entre povos de distintas, distantes origens e culturas. A partir do século XV, a heterogeneidade de qualidades passou a ser usual em todo o continente americano na

³⁸⁸ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 31 e 32. Sobre concepções gerais dos conceitos de qualidade e qualidades mestiçadas, ver também: CERCEAU NETTO, Rangel. “As devassas eclesiásticas e as “qualidadesdos habitantes na formação da família mestiça em Minas Gerais Colonial (1720-1780)”. *História Unisinos*. Vol. 19, Nº 1, janeiro/abril de 2015.

³⁸⁹ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit., p. 33.

produção dos diversos documentos com o objetivo de classificar a sociedade e, muitas vezes, eram usadas como indicativo das pessoas não brancas e/ou escravas. Roberto Guedes, em estudo sobre listas nominativas de Porto Feliz, São Paulo, na primeira metade do século XIX, indica que a cor no passado colonial brasileiro por vezes, “expressava a condição social” e “não só aparência da pele”.³⁹⁰

Qualidade e condição social são elementos emblemáticos que acentuam ainda mais as dinâmicas nos sertões do Ceará, nas freguesias de Aracati e de Russas. As categorias de análise no que se refere à qualidade e às condições jurídicas se delineiam a partir da própria documentação, no caso em estudo, de caráter oficial que definiu, classificou essa população de acordo com a nomenclatura da época: Angolas, Guinés, Índios, livres, forros, escravos, brancos, negros, pretos. Portanto, são definições dotadas de significados historicamente construídos e devido à mobilidade não somente geográfica, mas também social e cultural, como veremos no decorrer do capítulo, nem sempre eram fixas. O registro de casamento de Abrão Miguel, gentio de Angola, e Roza crioula, ambos escravos, nos traz um exemplo do que se pode compreender por qualidade e condição.

Faço certo que no dia quatro de agosto de mil sete cento e setenta e oito usando de licença do [ilegível] Manoel da Fonseca Jaime, pároco desta freguesia das Russas e Reverendo Manoel Pereira de Castro, presbitero secular, assistiu o matrimônio, que nesta Igreja de San João Batista, diante das testemunhas consigo assinadas, Abrão Miguel, do gentio de Angola, e Roza crioula, ambos escravos do tenente coronel Manoel Pereira e Sousa. Herdão as bênçãos nupciais depois de assistir [ilegível] na Doutrina Cristã [ilegível] tudo na presença [ilegível] para constar mandei fazer o presente em que me assigno.
[ilegível]

Jose Pereira de Castro
Manoel Pereira de Sousa.
Manoel Pereira de Castro³⁹¹

Dentre os vários elementos que o documento apresenta, gostaria de destacar a fórmula nome+qualidade+condição. Essa fórmula, embora não fosse tão rigidamente seguida, de modo geral, constituía elemento chave na produção dos documentos, sobretudo a partir do século XVI, e que, no caso da documentação paroquial de Aracati e de Russas, adentra o século XIX. As classificações aqui atribuídas às pessoas na

³⁹⁰ GUEDES, Roberto. Op. cit. p. 97.

³⁹¹ Livro de Casamentos de Russas, nº 02 (1776-1835), p, 07. (ADLN) Além do assento de casamento, a fórmula nome+qualidade+condição encontra referência em: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. 130.

documentação paroquial em análise fazem parte de “um léxico consolidado” durante pelo menos três séculos de conquista ibérica no Novo Mundo.³⁹²

Estudo sistematizado, embasado nos métodos da Demografia Histórica, sobre essa documentação, no período de 1720 a 1820, nos proporciona importantes informações sobre a formação dessa mistura biológica, física e cultural. Em razão disso, a seguir se distribuem, nas Tabelas 16 a 19, as qualidades registradas que classificaram e definiram os indivíduos como brancos, semibrancos, índios, mestiços, cabras, curibocas, caboclos, crioulos, mulatos, mamelucos, pretos e pardos. Para que compreendamos os significados atribuídos a tais designações sobre essa sociedade, é importante que façamos as conceituações sobre essas muitas qualidades.

TABELA 16

População masculina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Homens											Total
	Brac.	Índ	Mest.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	12	13
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	66	67
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	44
1770	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	51	54
1780	-	5	-	1	-	-	2	-	11	3	302	324
1790	-	5	-	2	-	4	-	-	2	8	426	447
1800	8	6	1	1	-	1	1	-	6	7	401	432
1810	6	1	-	-	-	-	-	-	2	1	186	196
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Total	14	18	1	4	-	6	3	-	24	19	1495	1584
%	0,8	1,1	0,06	0,2	-	0,3	0,1	-	1,5	1,19	94,3	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

³⁹² Eduardo Paiva, a par de minucioso trabalho em vasta documentação produzida na Ibero-América - área sob o domínio das coroas portuguesa e espanhola que se estendia do norte do continente americano até seu extremo sul -, afirma que, do século XVI ao século XVIII, foi o período em que “o léxico das mestiçagens associadas às formas de trabalho se iniciou, se desenvolveu e se consolidou.” Importante destacar que, no âmbito das definições, dos conceitos, o Novo Mundo, no final do século XVIII, comumente já não era mais chamado assim, já que América, tanto para os domínios espanhóis quanto para as possessões portuguesas, era a dominação mais frequente. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 24.

TABELA 17

População feminina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Mulheres											
	Brac.	Índ	Mest.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	67
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	44
1770	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	51	54
1780	-	5	-	-	-	3	-	-	4	-	312	324
1790	-	1	1	2	-	6	-	-	-	10	427	447
1800	9	3	-	2	-	10	1	1	4	11	391	432
1810	3	1	-	-	2	-	-	-	-	-	190	196
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Total	12	11	1	4	2	20	2	1	8	21	1502	1584
%	1,3	0,6	0,06	0,2	0,1	1,2	0,2	0,06	0,5	1,3	94,8	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

TABELA 18

População masculina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas	Homens											
	Brac.	Índ	Mest.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	22	24
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	40	44
1770	-	2	-	-	1	2	-	-	1	-	199	205
1780	-	4	-	-	-	4	-	-	4	-	288	300
1790	1	2	-	-	-	2	-	-	-	1	241	247
1800	-	3	-	-	-	2	-	1	-	1	133	140
1810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
0000	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	66	67
Total	1	12	-	-	1	10	-	1	11	2	1005	1043
%	0,0	1,1	-	-	0,0	0,9	-	0,0	1,0	0,1	96,3	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

TABELA 19

População feminina nos casamentos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1740-1820

Décadas	Mulheres											
	Brac.	Índ	Mest.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
1750	-	1	-	-	-	-	1	1	1	-	20	24
1760	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	42	44
1770	-	-	-	-	-	6	1	-	-	-	198	205
1780	-	2	-	-	-	2	-	-	4	1	291	300
1790	-	1	-	-	-	3	-	-	1	3	239	247
1800	-	2	-	-	-	5	-	-	-	1	132	140
1810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
0000	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	65	67
Total	-	7	-	-	-	19	2	1	6	5	1003	1043
%	-	0,6	-	-	-	1,8	0,1	0,0	0,5	0,4	96,1	-

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN).

Seria a categoria branco(a) e preto(a) elemento de distinção para classificar e identificar europeus, africanos e seus descendentes? Para Isnara Pereira Ivo, “a tonalidade da pele não parece ser um critério seguro e válido para definir identidade de indivíduos ou grupos, sejam eles europeus, asiáticos ou mesmo africanos, já que na África, assim como nas demais regiões do planeta, nasceram e nascem, não só negros e mestiços, mas também ‘brancos’”.³⁹³

Quando as qualidades são relacionadas às condições sociais, de acordo com Silva Lara, a cor branca estava “associada à condição da liberdade e indica bom nascimento”. Sendo que, de maneira geral, “a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão”, o adjetivo branco(a) “era um importante elemento de identificação e distinção social”.³⁹⁴ Nessa mesma linha de raciocínio segue Hebe Matos, ao afirmar que, “ser classificado como branco era, portanto, por si só indicador de condição de liberdade”.³⁹⁵

Assim, “nomear as pessoas como negros, cafuzos, pardos, pretos e crioulos era uma forma de afastá-las dos brancos”. No entanto, sobre as relações entre qualidade e condição da população na América portuguesa, Lara chama a atenção para as

³⁹³ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - Século XVIII*. Op. cit. p. 252.

³⁹⁴ LARA, Silvia Hunold. “A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 362. Ver também: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 124.

³⁹⁵ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit. p. 107.

ambiguidades comumente verificadas nas definições dicionarizadas e na documentação em geral, pois se os brancos eram considerados naturalmente livres, “não se pode afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos”.³⁹⁶ Em razão do exposto, o que supostamente poderíamos chamar de cor: branco, preto, mulato, cabra, no século XVIII e início do XIX, no Brasil e conseqüentemente nas freguesias de Aracati e de Russas, não se trata de tonalidades de pele – cor - mas de uma aproximação ou distanciamento da escravidão, isto é, são qualidades que objetivavam classificar a população de brancos, não brancos e/ou, tomando as devidas precauções, escravos e não escravos.

Independentemente do sexo, a categoria branco começa a ser registrada nos assentos de casamentos de Aracati a partir da década de 1800: 14 (0,8%) homens e 12 (1,3%) mulheres. Na freguesia de Russas, a documentação traz apenas o registro de um homem branco que casou na década de 1790. Nos registros de batismos de Aracati, o termo branco(a) surge na década de 1770, e representa 9,7%. Na freguesia de Russas, o vocábulo começa a permear a documentação de batismos a partir dos anos de 1790 e constitui 8,1% do registros. Como podemos interpretar o surgimento de registros de brancos(as) em tão poucos números na documentação de casamentos e batismos de Aracati e de Russas? Observando as tabelas, talvez essa não seja a questão principal, pois, apesar dos poucos números, os registros de brancos, na maioria dos casos, se sobrepõem às demais categorias. Por que a grande maioria dos registros não qualifica a população? Em outras palavras, porque as categorias de brancos, assim como a de índios(as) - discutida no primeiro capítulo - e demais variações, a exemplo de mestiços, cabras, caboclos, mamelucos – de modo geral, aparecem de forma tão rareada nas duas ordens de registros?

Nos casamentos de Aracati, dos 1.584 assentos referentes aos noivos, 94,3% não os qualificam (Tabelas 16 e 17). Da mesma forma, das 1.584 noivas, 94,8% dos assentos não mencionam as qualidades aqui discutidas. O quadro se assemelha para Russas, onde, dos 1.043 homens, 96,3%, e das 1.043 mulheres, 96,1%, não referenciam as categorias em análise (Tabelas 18 e 19). Nos batismos, as porcentagens dos registros que não trazem a qualidade da população diminuem, mas, mesmo assim, constituem a grande maioria, pois, dos 9.294 assentos de Aracati, 79,9% não cita nenhuma qualidade; e, no caso de Russas, dos 12.250 registros, 81% se constituem da mesma forma (Tabelas 20 e 21).

³⁹⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Op. cit. p. 131 e 144.

TABELA 20

População nos registros de batismos segundo a qualidade, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas	Batizados														
	Qualidade/ Cor	Brac.	s.bran	Índ	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.*	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175	175
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	434	434
1770	7	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1	1	472	484	
1780	6	-	3	-	-	-	-	2	2	-	2	7	1395	1417	
1790	290	-	23	4	-	48	-	23	14	-	11	201	1276	1902	
1800	360	-	49	1	-	9	-	28	3	1	21	254	1472	2198	
1810	229	-	15	-	-	1	2	-	48	1	29	125	1819	2269	
0000	15	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6	322	322	
Total**	907	-	91	5	-	73	2	53	68	2	64	594	7435	9294	
%	9,7	-	0,9	0,0	-	0,7	0,0	0,5	0,7	0,0	0,6	6,3	79,9	100	

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

* Na década de 1790, dos onze pretos quatro são negros; na década de 1780, um dos pretos é negro; na década de 1810, 24 dos pretos são negros; na década de 1810, 14 dos pretos são negros.

** Desse total não constam os 44 casos que não trazem referência ao sexo.

TABELA 21

População nos registros de batismos segundo a qualidade, freguesia de Russas, 1720-1820

Décadas	Batizados														
	Qualidade/ Cor	Brac.	s.bran	Índ.*	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.**	Pard	S. Ref	Total
1720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
1730	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	348	351
1740	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	534	539
1750	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1530	1533
1760	-	-	1	-	-	1	-	3	-	-	2	2	1265	1274	
1770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	979	979
1780***	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1707	1707
1790	27	-	-	-	-	4	-	5	2	-	5	38	1262	1343	
1800	380	-	18	-	8	67	-	74	1	21	2	337	845	1753	
1810 ****	585	14	11	-	1	44	1	25	32	13	53	507	940	2226	
S. data *****	12	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	9	515	538	
Total *****	1004	15	39	-	9	116	1	108	35	34	64	893	9932	12250	
%	8,1	0,1	0,3	-	0,0	0,7	0,1	0,8	0,2	0,2	0,5	7,2	81	100	

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas - (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

* Na década de 1730, um dos índios traz a designação de tapuia. Dos 18 índios da década de 1800, cinco trazem a designação da terra; e, dos 11 índios da década de 1810, quatro trazem a mesma designação.

** Na década de 1740, o preto é designado de negro.

*** Na década de 1780, acrescenta-se um branco sem referência a sexo; 11 casta de pardo e um casta da terra.

**** Na década de 1810, dos 940 sem referência a qualidade, 23 trazem a designação "com castas de pardos".

***** Dos pardos registrados sem referência a data, um traz a categoria casta de pardos. As castas da terra entraram na contagem dos índios e as castas de pardos na contagem dos pardos. Os casos de castas da terra e castas de pardos não trazem referência a qualidade e a condição dos pais.

***** Desse total não constam os 150 casos que não trazem referência ao sexo.

O encontro entre europeus e nativos, e as crianças nascidas desses relacionamentos, possibilitou o surgimento do termo mestiço, que também funcionou como elemento de qualificação da sociedade. Segundo Bluteau, mestiço significa “nascido de Pays de diferentes nações (...). Filho de Portuguez, & India, ou de Pay Indio, & May Portugueza (...)”.³⁹⁷ Para Eduardo Paiva, não se pode precisar ao certo, mas é muito provável que o termo mestiço tenha sido utilizado de forma mais corriqueira no Novo Mundo, a partir das primeiras décadas do século XVI. De todo modo, quando começou a ser empregado,

o vocábulo deixou de denominar o filho de casal oriundo de diferentes ‘qualidades’ ou ‘nações’ e passou a nomear especificamente os filhos das uniões entre índias e ibéricos. Com o passar do tempo, entretanto, o termo retomou sua origem mais ampla e foi aplicado generalizadamente aos filhos de uniões mistas. Não obstante, o emprego de ‘mestiço’ para os rebentos de índias e brancos ou índios e brancas continuou existindo até os séculos XVIII e XIX em toda a Ibero-América.³⁹⁸

Além das categorias de gentio e nação (vistos, respectivamente, no primeiro e no terceiro capítulos), os mestiços derivados do cruzamento sexual entre “índios” e “brancos”, e uma variedade de termos oriundas desses cruzamentos, passaram a caracterizar os indivíduos naturais da América, e a variar o léxico de qualidades. Como podemos observar nas tabelas anteriores, a categoria mestiço(a) se faz presente na documentação referente à freguesia de Aracati: dois nubentes e cinco batizando. Na maioria dos casos, o termo faz referência a uma ascendência indígena como, por exemplo, no assento de casamento realizado em 15 de setembro de 1809, de Francisco José, mestiço, filho natural de Josefa, índia.³⁹⁹ Nos batismos, encontrei evidências nos registros de: João, mestiço, filho natural de Antonia Maria, índia,⁴⁰⁰; Zacarias, mestiço, filho legítimo de Manoel da Silva, índio, natural de Messejana; e Angélica dos Prazeres, parda;⁴⁰¹ Francisca, mestiça, filha legítima de Bento, preto, escravo do capitão-mor José de Castro, e de Gertrudes da Conceição, índia;⁴⁰² Francisca, mestiça, filha de Cosma de Tal, índia do

³⁹⁷ BLUTEAU, D. Raphael. Op. cit. p. 455

³⁹⁸ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit. p. 181.

³⁹⁹ Livro de Casamentos de Aracati, nº 04, p. 22v. (ADLN)

⁴⁰⁰ Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 104. (ADLN) - data da ata 14/02/1797.

⁴⁰¹ Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 124v. (ADLN) - data da ata 21/11/1797.

⁴⁰² Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 81-81v. (ADLN) - data da ata 09/04/1796.

Rio Grande.⁴⁰³ Mestiços, filhos de índios; mestiços, filhos de índios com pardos; mestiços, filhos de pretos com índios, embora não tenha encontrado mestiços filhos de índios com brancos, todos os casos confirmam uma ascendência indígena oriunda de uniões mistas.

Outra derivação comumente associada a filhos de brancos com índios é o termo mameluco. Nesse sentido, o registro de Inácia, mameluca, filha natural de Maria José, mestiça da ribeira do Ceará,⁴⁰⁴ é emblemático, pois não se verifica a ascendência branca nem indígena. Se pensarmos que os mestiços tinham uma ascendência indígena, possivelmente o mestiço de Maria José derive também de uma união mista com índios. Para John Monteiro, em São Paulo, o termo mameluco caiu em desuso no século XVIII⁴⁰⁵; nos registros de batismos de Aracati (dois casos) e de Russas (34 assentos), no entanto, até a última década em estudo, o vocábulo se fez presente na documentação.

Para os mestiços nascidos de brancos e índios na América Portuguesa, utilizou-se muito a designação de caboclo, ou “gentio que veio do mato e, amansado, passou a viver no meio dos brancos ou aquele que é mestiço de índio”.⁴⁰⁶ Como podemos observar nas tabelas acima, nos casamentos de Aracati, na década de 1810, encontrei registros de duas mulheres caboclas. Em Russas, foi registrado apenas um homem caboclo no decênio de 1770. Nos registros de batismos, a incidência de caboclos também foi muito pequena: três casos na década de 1810 – dois em Aracati e um em Russas. Consultando a documentação, não encontrei referências às qualidades nem às condições dos pais dos caboclos das freguesias de Aracati e de Russas. De todo modo, os registros denotam o resultado da miscigenação que se acentuou no processo de colonização na ribeira do Jaguaribe, sobretudo nos últimos decênios do século XVIII e princípios do XIX.

Os resultados da mistura biológica podem se estender aos curibocas, comumente associados a mestiços descendentes de índios e brancos.⁴⁰⁷ Os curibocas foram registrados somente nos batismos de Russas. Dos nove casos da Tabela 19 (oito na década de 1800 e um em 1810), três trazem referências aos pais dos mesmos. Dois assentos, em específico, apontam uma ascendência indígena: Joana, curiboca, filha

⁴⁰³ Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 128v (ADLN) – data da ata 22/01/1798.

⁴⁰⁴ Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 87-87v. (ADLN) - data da ata 03/07/1796.

⁴⁰⁵ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit. p. 167

⁴⁰⁶ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 154

⁴⁰⁷ Ver REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. e PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit.

legítima de Germano, índio e Ana Felipa (sem referência)⁴⁰⁸; e Miguel, curiboca, filho legítimo de Miguel Costa, índio e Ilária, cabra, escravos de Manoel Martins.⁴⁰⁹ O terceiro registro que gostaria de destacar é o de Joaquim, curiboca, filho legítimo de João Lopes, gentio de Angola e Mônica Maria, forra.⁴¹⁰ Não tenho maiores detalhes sobre Mônica Maria, mas, se era forra, ou seja, ex-escrava, certamente não era branca. Portanto, os curibocas, na realidade em tela, não necessariamente tinham uma ascendência indígena e europeia, ao contrário, denotaram uma ascendência indígena e africana.

O termo cabra, segundo Leônia Rezende, também designa uma descendência indígena oriunda do processo de miscigenação de índios com negros e, nesses casos, geralmente denota vínculos com a escravidão.⁴¹¹ Os registros de batismos de Aracati e Russas designam os cabras como filhos de cabras, de crioulos, de pretos e de pardos; não deixam claro, portanto, a ascendência indígena. Em relação aos casamentos, como podemos observar nas Tabelas 16 e 17, o termo só aparece a partir da década de 1780 e em Aracati: quatro homens e quatro mulheres. Foi mais frequente nos batismos das duas freguesias: em Aracati, a designação cabra surge no decênio de 1770 e até 1810 soma 73 (0,7%) registros; em Russas, na década de 1760, o termo já consta na documentação de batismos, somando 116 (0,7%) casos.

A entrada de africanos no Brasil diversificou ainda mais o leque das qualidades, intensificando as combinações de indivíduos de origem americana, africana, europeia ou mista: mulatos, pardos crioulos, dentre tantas outras. Mulato(a), segundo Bluteau, era “filha e filho de branco e negra ou de negro e mulher branca”.⁴¹² Mulato na América portuguesa, portanto, designava uma mescla entre portugueses e africanos. Esse foi outro termo bastante presente, sobretudo nos batismos, nos espaços e no período aqui em estudo.

Nos casamentos de Aracati, encontrei cinco casos de mulatos. Começaram a ser registrados a partir da década de 1770: três homens e duas mulheres. Nos matrimônios de Russas, duas mulatas: uma na década de 1750 e a segunda no decênio de 1770. Nos batismos de Aracati, a incidência de mulatos verifica-se inicialmente na década de 1770, somando 68 (0,7%) casos até 1820. Nos batizados de Russas, o

⁴⁰⁸ Livro de Batismos de Russas, nº 14 (1809-1831), p. 36. (ADLN) - data da ata 18/09/1810.

⁴⁰⁹ Livro de Batismos de Russas, nº 11 (1795-1803), p. 176v. (ADLN) - data da ata 10/04/1802.

⁴¹⁰ Livro de Batismos de Russas, nº 12 (1803-1837), p. 84v. (ADLN) - data da ata 18/09/1805.

⁴¹¹ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 154.

⁴¹² BLUTEAU, D. Raphael. Op. cit. p. 628.

surgimento dos mulatos acontece no período de 1790, totalizando 35 (0,2%) assentos. Os mulatos são registrados como filhos de mulatos, pardos, crioulos e cabras. Se cabra tinha uma ascendência indígena, os mulatos, a exemplo do batismo de Temoteo, mulato, filho natural de Lourença, cabra⁴¹³, designavam uma mistura com índios. Semelhante observação faz Leônia Rezende, quando afirma que o termo mulato “tão comumente associado à mestiçagem com negro, foi usado algumas vezes, em Minas,” assim como Sérgio Buarque havia constatado para São Paulo, “para se referir à ascendência indígena”.⁴¹⁴

Importante ressaltar que, de acordo com John Manuel Monteiro, até os últimos anos do século XVII, “o termo preferido em alusão a índios era *negro*,” negros da terra, “sendo que este cedeu lugar a outros termos em decorrência de uma crescente presença de africanos nos plantéis paulistas. Assim, surgiram expressões como: gentio do cabelo corredio, administrados, servos, pardos e, finalmente, carijós”.⁴¹⁵

Os vocábulos carijó, administrados e servos não constam na documentação em estudo. Gentio, como discutido no terceiro capítulo, foi termo atribuído aos africanos chegados ao Ceará e a designação negro, presente na documentação, assemelha-se às definições de Bluteau, a partir do século XVIII: “Negro. Negro homem das terras dos negros ou de pays negros”. Não há na descrição referência a escravidão, mas a origem dos africanos submetidos ao tráfico negreiro, pois: “a terra dos negros [...] he huma vastíssima Região da África, entre o Zaara, & o Guiné”.⁴¹⁶

Já a palavra preto, para Bluteau, remetia a condição de escravo: “pretinho vale o mesmo que pequeno escravo”.⁴¹⁷ Ainda que na classificação de Bluteau a palavra negro não tivesse referência a escravidão, mas a origem dos africanos, segundo Silvia Lara, a oscilação entre preto e negro, para os escravos, era muito comum”.⁴¹⁸ Fato que se verifica nas freguesias de Aracati e de Russas, ou seja, pretos e negros, de modo geral, como se verá ainda neste capítulo, foram classificados como escravos.

Numa análise mais detalhada, encontrei diferenciações desses termos com relação à distribuição nas duas ordens de registros. Nos casamentos se usou somente o

⁴¹³ Livro de Batismos de Aracati, nº 13 (1811-1834) p. 68 (ADLN) – data da ata 10/09/1815.

⁴¹⁴ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 154.

⁴¹⁵ MONTEIRO, John Manuel. Op. cit. p. 165.

⁴¹⁶ BLUTEAU, D. Raphael. Op. cit. p. 703 e 704.

⁴¹⁷ Idem, p. 727.

⁴¹⁸ LARA, Silvia Hunold. “A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista.” Op. cit, p. 365.

termo preto; nos batismos, embora os pretos representem a maioria, a designação negro também foi comum.⁴¹⁹

Nos registros de casamentos de Aracati, a presença de pretos do sexo masculino - 24 (1,5%) - consta na documentação desde a década de 1740, isto é, já nos primeiros assentos lavrados daquela população. Para o caso das mulheres – oito (0,5%) - a incidência nos registros começa um pouco mais tarde, a partir dos anos de 1780. Haja vista muitos dos pretos serem de origem africana, esses dados em parte explicam, como discutido no terceiro capítulo, a preferência pelos africanos do sexo masculino. Para a freguesia de Russas, as conclusões não são as mesmas. Embora o número de homens seja praticamente o dobro – 11 (1,0%) – em relação ao número de mulheres – seis (0,5) –, a presença de pretas se faz, assim como a de pretos, mais cedo, na década de 1750.

Nos batismos, independentemente do sexo, verifica-se em Aracati a expressão preto(a) em 64 (0,6%) casos, com surgimento na década de 1770. Nessa categoria de registros, para a freguesia de Russas também se constata 64 (0,5%) assentos. A diferença de Aracati é que, em Russas, desde a década de 1730, os pretos já começaram a ser registrados. Contudo, para as duas freguesias os registros de batismos de pretos surgem no mesmo período em que se começa a registrar os indígenas. Isso pode sugerir a acentuação da miscigenação e o nascimento dos cabras, crioulos e pardos, possivelmente fruto das uniões entre indígenas, pretos e demais categorias no decorrer do século XVIII e, sobretudo, na passagem desse para o XIX.

Nas duas freguesias, as qualificações de preto(a) e negro tanto eram aplicadas a africanos quanto aos escravos nascidos no Brasil. Nos casamentos de Aracati, os pretos são nascidos na freguesia de Aracati, embora a grande maioria dos casos remeta para uma procedência africana. Na freguesia de Russas, as origens dos pretos nubentes são da África. Já nos assentos de batismos das duas freguesias, constata-se para os pais dos pretos uma origem local (Aracati e Russas), africana e, sobretudo, crioula.

Portanto, nas duas freguesias, os termos pretos e negros tanto eram aplicados a africanos quanto aos escravos nascidos no Brasil. Os crioulos assim eram descritos e os africanos identificados a partir da origem: Angola, Costa, Mina, Guiné. Semelhante observação foi feita por Roberto Guedes em seu estudo sobre a estrutura de posse e

⁴¹⁹ Devido a pouca representatividade da palavra negro(a) nos registros de batismos, optei por utilizar somente o vocábulo preto nas tabelas acima, embora tenha colocado notas explicativas abaixo das mesmas indicando a presença de negros por décadas na documentação.

demografia escrava, em Porto Feliz, São Paulo, no período de 1798 a 1843.⁴²⁰ Hebe Matos, ao estudar áreas rurais do que se convencionou chamar de sudeste brasileiro, no século XIX, concluiu que “o significativo preto, até a primeira metade do século, era referido preferencialmente aos africanos”.⁴²¹

Os crioulos se fizeram muito presentes na documentação das duas freguesias. Nos casamentos de Aracati contabilizei 26 casos: quatro homens (0,2%) e 20 mulheres (1,2%). Em Russas foram 29 registros distribuídos entre 10 homens (0,9%) e 19 mulheres (1,8%). Nos batizados de Aracati, constatei 53 assentos de crioulos (0,5%); e, nos de Russas, 108 (0,8%). Com relação à distribuição temporal para os casamentos e batismos de Aracati, verifica-se o surgimento do termo e uma acentuação, respeito às variações por décadas, a partir das décadas de 1770 e 1780. Em Russas, o vocábulo surge nos casamentos a partir da década de 1760; e nos batismos do decênio anterior já se constata o surgimento do termo. A exemplo das demais categorias, acredito que a incidência de crioulos na documentação denota e decorre da acentuação das misturas, sobretudo a partir da segunda metade do XVIII e princípios de XIX.

No jogo de forças envolvendo essa miríade de termos e significados relacionados às qualidades, a categoria crioulo(a) também possui conotações emblemáticas. Segundo Hebe Matos, “a designação crioulo era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil”.⁴²² Para Mariza Soares de Carvalho, ao analisar o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII:

O crioulo é o escravo filho de mãe gentia que nasce no âmbito da sociedade colonial. Corresponde, portanto, à primeira geração nascida na cidade e que supostamente, pelo menos nos primeiros anos de vida, mantém vínculos com a mãe e conseqüentemente com a cultura e a língua maternas.⁴²³

Já de acordo com Douglas Libby, no caso de Minas Gerais a partir de meados dos setecentos, “a definição mineira de crioulo” fazia menção “a negros nascidos no

⁴²⁰ GUEDES, Roberto. “Estrutura de posse e demografia escrava (Porto Feliz/ SP, 1798- 1843).” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 321.

⁴²¹ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit. p. 34.

⁴²² Idem, p. 34.

⁴²³ SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit. p. 100.

Brasil, quaisquer que fossem as origens dos pais – africana, nativa ou ambas – e independentemente da condição legal”.⁴²⁴

Em Aracati e em Russas as definições de crioulo, de uma maneira ou de outra, perpassam todas essas visões, embora se assemelhe mais às complexidades apresentadas por Libby para Minas Gerais. Os casamentos apontam uma procedência para os crioulos preferencialmente para as respectivas freguesias. A exceção se dá para dois matrimônios realizados em Aracati: José, crioulo, e Josefa, preta de Angola, escravos do Alferes Gonçalves da Silva, casados em 13 de novembro de 1787⁴²⁵; e o casamento de Inácio, crioulo, forro, da cidade da Bahia que em 9 de janeiro de 1791 casou-se com Maria da Conceição, viúva de Antônio dos Prazeres.⁴²⁶

Nos batismos, as definições são mais complexas e os exemplos que seguem, dentre tantos outros, proporcionam reflexões sobre a infinidade de variáveis de ascendência atribuídas aos crioulos no processo de miscigenação: Joaquim, crioulo, filho legítimo de José, preto, gentio de Angola, e Florência, preta, gentio de Angola;⁴²⁷ Josefa, crioula, filha legítima de Manoel, gentio de Angola, e Inácia, crioula, escravos do capitão José Antônio Souza Galvão;⁴²⁸ Benta, crioula, filha legítima de Ventura, crioulo, e de Maria, crioula, escravos de Manoel José do Nascimento;⁴²⁹ Maria, crioula, filha natural de Maria, Cabra, escrava da viúva Inácia Maria;⁴³⁰ Francisco, crioulo, filho legítimo de Joaquim da Rocha, pardo, (nome da mãe ilegível), parda (sem referência a escravidão).⁴³¹

Nas duas freguesias, os crioulos eram originários de Russas e Aracati, filhos principalmente de gentio da Angola, ou seja, filhos de africanos nascidos no Brasil, mas filhos também de crioulos e de cabras. O crioulo Francisco, filho de pardos, nos remete para essa categoria que também não tinha um modelo preestabelecido de definição, de misturas e de condições sociais.

De acordo com Bluteau, pardo(a) era “a cor entre branco e preto”,⁴³² que, por sua vez, assemelhava-se à cor mulato(a): “filha e filho de branco e negra ou de negro e

⁴²⁴ LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. Op. cit. p. 49.

⁴²⁵ Livro de Casamentos de Aracati, nº 02 (1797-1807), p. 56. (ADLN)

⁴²⁶ Livro de Casamentos de Aracati, nº 02 (1797-1807), p. 81v. (ADLN)

⁴²⁷ Livro de Batismos de Russas, nº 05 (1761-1788), p. 115. (ADLN) – data da ata 13/07/1797.

⁴²⁸ Livro de Batismos de Aracati, nº 11 (1802-1807), p. 151v. (ADLN) – data da ata 03/05/1801.

⁴²⁹ Livro de Batismos de Aracati, nº 11 (1802-1807), p. 175v. (ADLN) – data da ata 21/03/1801.

⁴³⁰ Livro de Batismos de Aracati, nº 11 (1802-1807), p. 92-92v. (ADLN) – data da ata 15/10/1798.

⁴³¹ Livro de Batismos de Russas, nº 08 (1777-1798), p. 119. (ADLN) – data da ata 15/10/1798.

⁴³² BLUTEAU, D. Raphael. Op. cit. p. 265.

mulher branca”.⁴³³ Já discuti que em Aracati e em Russas os mulatos denotam uma miscigenação que vai muito além da mistura de brancos com negros. Os pardos nos casamentos das duas freguesias tinham naturalidades diversas: Recife, Aquiraz, mas, sobretudo, as respectivas freguesias. Os batismos constam que os pardos eram filhos de pardos, de crioulos, de cabras, de mulatos, de pardos com índios, de gentis da Angola, de pretos, de índios com cabras, de índios com pardos, dentre outras variações.

Na verdade, ao contrário do que propôs Bluteau, as misturas que originavam os pardos, para as realidades de Aracati e Russas, também se assemelham às observações de Douglas Libby quando propõe, a partir de suas análises para Minas, realidades bem complexas: “não estamos a considerar o termo pardo simplesmente como equivalente à categoria mulato”, pois “a designação pardo poderia abrigar múltiplas tonalidades de pele, mas sempre se referia a algum grau de miscigenação (e, portanto, quase sempre a algum vínculo ancestral ao cativo)”.⁴³⁴

Nas Tabelas anteriores, observando os registros de casamentos, percebe-se que a categoria de pardos emerge na documentação a partir da década de 1780, período relativamente tardio em relação, por exemplo, aos indígenas, aos crioulos e, principalmente, aos pretos. Já nos batismos das duas freguesias, o surgimento de assentos com as designações de pardos se dá na década de 1760. Como venho observando para outras qualidades mestiças – cabras, curibocas, crioulos -, isso denota a acentuação das misturas biológicas decorrentes do nascimento de filhos de pessoas de procedências distintas: nativos, africanos e europeus.

Não obstante o aparecimento relativamente tardio na documentação, assim como foram os brancos, em números os 40 casamentos de Aracati – 19 homens (1,19%) e 21 mulheres (1,3%) - constituem o maior grupo. Nos batismos, os 594 pardos, em números, só são inferiores em relação aos 907 brancos. Em Russas, a situação muda; nos casamentos, o número de pardos – dois homens (0,1%) e cinco mulheres (0,4%) – é inferior ao de índios, pretos e crioulos. Já nos batismos assemelha-se à realidade de

⁴³³ Idem, p. 628.

⁴³⁴ LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. Op. cit. p. 48. Para se compreender a complexidade em torno das categorias como a de pardo, por exemplo, não se pode perder de vista as variações que estas sofreram ao longo dos séculos. Segundo Sheila de Castro Faria, “O termo pardo representava uma espécie de condição social. Paulatinamente, no decorrer da segunda metade do século XIX, passou a indicar uma cor, resultado da mestiçagem. Entre escravos, no século XVIII, pardo era a terceira geração de africanos. Pais pretos indicativo de origem africana, tinham filhos crioulos, que se tornavam, por sua vez, pais de pardos. Quando libertos, africanos, designados pretos forros, tinham filhos (nascidos livres) indicados já como pardos, muitas vezes seguido de forro, apesar de nunca terem sido escravos”. FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 307.

Aracati: os 893 pardos (7,2%) são classificados como segundo maior grupo, com os 1.004 brancos (8,1%) em primeiro lugar.

Com relação às misturas, gostaria de destacar ainda os casos de “castas com pardos” registrados nos batismos de Russas, no período de 1800 a 1810. Ao todo, foram 23 casos e o exemplo a seguir oferece dimensão dessa qualidade para as crianças registradas:

Maria, com castas de pardo, de idade de um mez, filha natural de Vicência Maria da [ilegível], natural desta freguezia, foi baptizada com os Santos Óleos nesta Matriz das Russas, por mim abaixo assignado, aos vinte e seis de fevereiro de mil oito centos e oito, sendo seus padrinhos Gonçalo Xavier de Lima e Eugenia Francisca. E para constar mandei fazer este em que me assigno.

Vigário Joze Bernardo da Fonseca Galvão.⁴³⁵

Para os casos de castas de pardos não foram registradas as qualidades nem as condições dos pais dos batizados. O que consta sobre os mesmos é a procedência que varia entre originários de Aracati, de Aquiraz, da ribeira do Acaraú, do Siará e, principalmente, dos nascidos em Russas. Ser qualificado “com casta de pardo” teria a mesma conotação de “casta da terra”, designação atribuída aos índios? Sendo que nos batismos constam que muitos dos pardos registrados eram filhos de cabras, de mulatos, de pardos com índios, de índios com cabras, não descartamos essa possibilidade. Daí, talvez nesse caso eu possa dialogar com Hebe Matos, quando afirma que “a designação pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco”.⁴³⁶

Por esse prisma, quando parte da população era qualificada de parda, por exemplo, seria uma forma de dizer tratar-se de não-brancos. Possivelmente podemos relacionar a essa categoria os semibrancos (0,1%) registrados nos batismos de Russas, na década de 1810. Assim como os registros de “com castas de pardo”, praticamente não encontramos informações sobre os pais dos semibrancos. A exceção se faz para o caso de Maria, semibranca, filha natural de Maria Francisca, escrava de Antônio Lopes de Sombra.⁴³⁷ Nesse caso, a semibranca ou não-branca era escrava, ou seja, não livre.

⁴³⁵ Livro de Batismos de Russas, nº 12 (1803-1837), p. 180v. (ADLN)

⁴³⁶ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit. p. 34.

⁴³⁷ Livro de Batismos de Russas, nº 14 (1809-1831), p. 193v. (ADLN) – data da ata 2607/1818. Maico Xavier encontrou 27 batismos de semibrancos recém-nascidos na Vila Viçosa, no Ceará, a partir da década de 1860. O autor, imbuído na dificuldade de definição, cogita que esses semibrancos advêm da

De acordo com as conveniências, será que Maria poderia ter sido classificada também de parda, de mulata, de cabra e/ou outra categoria? Se era escrava, o fato de ser tratada como semibranca não lhe afastava dos vínculos com o cativo.

Em razão do exposto, mais uma vez concordo com Douglas Libby quando diz ser a miscigenação envolvendo indígenas, brancos, africanos e afrodescendentes “tão numerosas que literalmente inviabilizam qualquer esquema classificatório ou descritivo”.⁴³⁸

Na realidade, o inglês Henry Koster, em relatos frutos das suas andanças pelos sertões cearenses, na primeira metade do século XIX, já denunciava a dificuldade de definir a cor da população devido à diversidade de tonalidades de tez presente em uma mesma família e seus descendentes, algo que denota os imbricados graus de miscigenação:

A cor do sertanejo varia do branco, os quais em pouco número, necessariamente, ao moreno-escuro, com tantas gradações que será raro encontrar-se dois indivíduos com a mesma variedade de coloração. Os filhos dos mesmos pais raramente têm a mesma cor e as diferenças são às vezes, sensíveis, e, em certos casos tão flagrantes que se podia duvidar da legitimidade, mas o fato é tão comum que a indecisão desaparece. Os descendentes de uma pessoa branca e outra negra, trazem a cor mais de um que do outro elemento e acontece que um segundo filho ostente a tez diversa do primeiro. Esses reparos não se aplicam ao Sertão exclusivamente, mas a todas as regiões que tive oportunidade de visitar.⁴³⁹

Portanto, nas análises dessas muitas qualidades resultantes da miscigenação na América Portuguesa e a exemplo do que encontrei nas freguesias de Aracati e Russas em diálogo com outras realidades, não se pode perder de vista a falta de padronização na conceituação dos termos, das qualidades mestiçadas e das variações ocorridas de região para região.

4.2 As qualidades em relação às naturalidades e à condição social

ânsia de melhoramento da “raça”, aspecto característico do final do século XIX e primeiras décadas do XX. XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 218

⁴³⁸LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. Op. cit. p. 47

⁴³⁹KOSTER, Henry. Op. cit. p. 212.

Antes de adentrarmos no universo das condições sociais relacionadas a essa miríade de qualidades, convém destacar as muitas categorias atribuídas à população de Aracati e de Russas em diálogo com as naturalidades. Na contagem, levei em consideração os registros que apresentaram as duas categorias em análise: qualidade/naturalidade.

TABELA 22

Qualidades e naturalidades segundo os registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Sexo/ qualidade/origem	Aracati		Angolas		C. Mina		Costa		Guiné		Outros*		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H + M
Branco	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	15
Índios	6	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	16
Preto	-	1	7	3	1	1	-	1	1	3	1	-	19
Pardo	9	15	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	27
Mulato	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Crioulo	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	7
Mameluco	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Cabra	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Mestiço	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	25	33	8	3	1	1	-	1	1	3	11	5	92

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

* Os 16 outros casos para as naturalidades ficaram assim distribuídos: um pardo de Pernambuco; um pardo de Fortaleza; um índio de Pernambuco; dois índios de Messejana; uma índia de Messejana; um índio de Almofala; uma índia de Caucaia; uma índia e um índio do Rio Grande do Norte; um branco e uma branca do Rio Grande do Norte; um crioulo da Bahia; dois brancos de Russas; um cabra (esposa) de Aquiraz; e um preto de Sergipe.

Os dados, de maneira geral, sugerem o que já venho discutindo: a grande maioria de brancos e índios era natural de Aracati, os pretos de África e as misturas biológicas que originaram os pardos, mulatos, crioulos, mamelucos, cabras e mestiço se fizeram em Aracati (Tabela 22). Com exceção de Angola, devido a uma maior chegada de africanos do sexo masculino, a relação entre os sexos se mostrou equilibrada. Para Russas, os registros que trazem as categorias qualidade e procedência são mais escassos, mas as conclusões não destoam das referentes a Aracati (Tabela 23).

TABELA 23

Qualidades e naturalidades segundo os registros de casamentos, freguesia de Russas, 1740-1820

Sexo/qualidade/ Origem	Russas		Angolas		C. Mina		Costa		Guiné		Outros*		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Nubentes													
Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índios	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	10
Preto	-	-	4	2	2	-	-	-	-	-	-	-	8
Pardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crioulo	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	6
Mameluco	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	5	4	4	2	2	-	-	-	-	-	7	1	25

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

* Os oito outros casos para as naturalidades ficaram assim distribuídos: dois índios de Messejana; um índio e um índia de Fortaleza; um índio de Granja; um índio e uma índia de Viçosa; e um crioulo de Quixeramobim.

Por sua melhor representatividade nas totalidades referentes à qualidade/naturalidade, selecionei os casamentos de Aracati para algumas interrogações. Será que, com exceção dos brancos e índios que juntos correspondem a 31 dos casos, se tendia a identificar os nascidos no lugar como pardos (27), haja vista muitos terem a pele mais clara, posto que descendiam também de indígenas e/ou de brancos? Como pretos (19) eram identificados os escravos comprados fora das freguesias em estudo?

Dialogando os dados das Tabelas (Tabelas 22 e 23) acima, que tratam das qualidades da população nos registros de casamentos e batismos, com as Tabelas 24 a 27, que relacionam as qualidades/condições para as duas ordens de registros e para as duas freguesias, percebe-se que, embora haja grande incidência de pardos escravos, não se constata nas duas ordens de registros que pelo menos 50% dos índices dessa categoria correspondam à escravidão. Por outro lado, os cabras (quatro) e, principalmente, os crioulos (sete), nascidos no lugar, em grande medida foram registrados como escravos. Cabras e crioulos, apesar de também terem ascendência indígena, branca e negra, mas pela suposta tonalidade de pele mais escura, teriam apresentado uma maior correspondência à escravidão?

Com relação aos pretos: 19 de Aracati (com exceção de um) e oito de Russas nasceram na África. Portanto, não se pode ocorrer no erro das generalizações e assim afirmar que todo preto/negro era nascido na África e/ou escravo. Nos casamentos de Aracati, com base na Tabela 24, dos 32 pretos, 17 eram escravos e sete eram livres; dos

40 pardos, cinco eram escravos e 33 eram livres; dos 26 crioulos, 15 eram escravos e sete eram livres; e dos oito cabras, cinco eram escravos e oito eram livres.

TABELA 24

População nos registros de casamentos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1820

Sexo/Cond/ cor.*	Preto		Pardo		Mulato		Cabra		Crioulo		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Nubentes											
Livre	5	2	18	15	2	1	2	-	1	7	53
Escravo	11	6	1	4	1	1	2	3	5	10	44
Forro	8	4	-	2	-	-	-	1	2	3	20
Total	24	12	19	21	3	2	4	4	8	20	117

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

Em relação aos batismos, o diálogo entre qualidades/condições ficam assim distribuídos: dos 36 pretos, 17 eram escravos e sete eram livres; dos 40 pardos, cinco eram escravos e 33 eram livres; dos 28 crioulos, 15 eram escravos e oito eram livres; e dos oito cabras, um era escravo e dois eram livres (Tabela 25).

TABELA 25

População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1820

Sexo/Con/ cor.*	Índio		Preto		Negro		Pardo		Mulato		Cabra		Crioulo		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Batizados															
Livre	-	-	10	5	4	3	²³⁵	²⁶⁷	23	36	2	-	14	1	600
Escravo	-	-	7	9	8	16	²⁷	²⁴	4	5	4	5	24	26	159
Forro	-	-	1	1	-	-	³	⁸	-	-	-	-	2	-	15
Total	-	-	18	15	12	19	²⁶⁵	²⁹⁹	27	41	6	5	40	27	774

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

Agora vejamos como ficaram as relações entre qualidade/condição para Russas. Nos casamentos, o diálogo entre qualidades/condições (Tabela 26) dos 32 pretos, 10 eram escravos e 17 livres; dos 11 pardos, quatro eram escravos e cinco eram livres; dos 56 crioulos, 23 eram escravos e 29 eram livres; o único registro de cabra trata-se de um escravo.

TABELA 26

População nos registros de casamentos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Russas, 1720-1820

Sexo/cond/cor.*	Preto		Pardo		Mulato		Cabra		Crioulo		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Nubentes											H + M
Livre	11	6	2	5	-	2	-	-	10	19	55
Escravo	6	4	1	3	1	1	1	-	11	12	40
Forro	4	1	-	-	-	-	-	-	2	2	9
Total	21	11	3	8	1	3	1	-	23	33	104

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

Já sobre os batismos, podemos fazer as seguintes comparações quando dialogamos as mesmas categorias de qualidades/condições (Tabela 27): para os 64 pretos, 50 eram escravos e 13 eram livres; para os 893 pardos, 155 eram escravos e 737 eram livres; para os 108 crioulos, 89 eram escravos e 18 eram livres; e, finalmente, dos 116 cabras, 65 eram escravos e 51 eram livres.

TABELA 27

População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Russas, 1720-1820

Sexo/Con/cor.*	Índio		Preto		Pardo		Mulato		Curiboca		Cabra		Crioulo		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Batizandos															H + M
Livre	-	-	2	11	³⁷⁶ 361	361	9	18	4	2	24	27	7	11	852
Escravo	2	-	29	21	74	81	4	4	1	-	33	32	43	46	368
Forro	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Total	-	-	32	32	⁴⁵⁰ 443	443	13	22	5	2	57	59	50	58	1.223

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

Com relação à distribuição por sexo, os casamentos de Aracati e de Russas apresentam uma maioria de homens pretos e mulheres pardas. Em seguida, vêm as negras, as mulatas, as cabras e as crioulas. Nos batismos de Aracati, o número de mulheres se sobrepõem nas qualidades de pretas, seguidas pelos números de pardas, negras, mulatas, cabras e crioulas. Já nos batismos de Russas, os homens pretos e cabras constituem maioria, enquanto que as mulheres mulatas, pardas e crioulas se sobrepõem nos totais. De modo geral, posto que a maioria dos pretos tinha uma origem africana, a predominância de homens pretos em relação as mulheres certamente decorre do desequilíbrio sexual, já observado, entre os escravos estrangeiros, ou seja, uma maioria de africanos de sexo masculino. Já a presença de pardos, cabras e, sobretudo, crioulos escravos, de ambos os sexos, embora geralmente com predominância de mulheres, pode

ser um indicador de reprodução natural desse contingente populacional nas duas freguesias.

Ao todo foram contabilizados 42 casamentos em Aracati envolvendo qualidades diversas e a condição de escravos, e 37 em Russas. Nos batismos, computei 100 casos para Aracati e 370 para Russas. Esses dados soam reduzidos, quando comparamos ao total de escravos registrados nas freguesias: 249 casamentos envolvendo escravos em Aracati e 163 em Russas. Nos batismos, a distribuição ficou assim: 864 escravos batizados em Aracati e 2.067 em Russas. Por que a grande maioria dos escravos não trazia a qualidade de crioulos, pardos, cabras, dentre outras designações? Afinal, como supor categorias de qualidades para os mais de 90% de registros de casamentos de Aracati e de Russas e 80% para os registros de batismos das duas freguesias que não mencionam essas categorias? As interrogações permanecem no quadro das suposições e das indefinições, e, no momento, não tenho como oferecer respostas.

Em razão do exposto, as categorias tão variadas de classificação dos indivíduos de ascendência europeia, americana e africana, imbuídos no processo de miscigenação biológica que a documentação paroquial de Aracati e Russas apresentam, ao contrário do que poderíamos pensar, aproximam-se muito menos das supostas tonalidades de pele da população do que de qualidades, por vezes ligadas ao mundo do trabalho, sobretudo ao trabalho escravo.

A historiografia tem destacado que comumente índios, mamelucos, curibocas, caboclos e demais descendentes de nativos estiveram submetidos a todas as formas de trabalho, incluindo a escravidão.⁴⁴⁰ Na documentação paroquial de Aracati e de Russas, algumas evidências podem ser verificadas nas tabelas acima, como o caso de dois índios escravos. Para além desses casos e de outras possíveis misturas e designações, não se pode perder de vista a escravidão de outras ascendências indígenas, a exemplo dos curibocas e cabras presentes na documentação. Os dois índios escravos (ver Tabela 27) são: Felippa, tapuia, escrava (sem referência a data de nascimento e aos pais), batizada no dia 1º de julho de 1736⁴⁴¹, e José, índio, de um mês de idade, filho legítimo de Antônio Pereira e Ana Thereza, batizado em 8 de janeiro de 1806.⁴⁴² No assento de batismos de José, o cura Jose Bernardo da Fonseca Galvão, responsável pela realização

⁴⁴⁰ Ver, dentre outros: MONTEIRO, John Manuel. Op. cit.; XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit.; REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. e MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 198.

⁴⁴¹ Livro de Batismos de Russas, nº 01 (1730-1761), p. 31v. (ADLN)

⁴⁴² Livro de Batismos de Russas, nº 12 (1803-1837), p. 95v. (ADLN)

do sacramento, assinatura e assentamento do registro, declara que o batizando “é captivo de Ana Maria, mulher que foi do defunto Miguel Soares”.

De acordo com Francisco Pinheiro, em levantamento realizado nos registros de batismos das freguesias de Fortaleza e de Aquiraz, até a primeira metade do século XVIII, “o trabalho escravo indígena predominava e não havia registro de escravos africanos”. No período de 1761 a 1790, foram registrados em Fortaleza sete Guinés, 12 Costa da Mina, dois Cabo Verde e 37 Angola. Para o mesmo período, em Aquiraz, cinco Angola, oito Guiné e dois Costa da Mina. A partir daí, dá-se a hegemonia do trabalho escravo africano.⁴⁴³

Em estudo sobre *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú*, referente ao período de 1750 a 1788, Raket Galdino diz que, a partir de 1750, quando a presença do escravo africano se tornou predominante na ribeira do Acaraú, verificou-se um declínio da escravidão indígena. Arelado à entrada dos africanos como mão de obra escrava, a autora enfatiza a influência do Diretório dos Índios (1759), responsável pela diminuição da escravatura dos nativos. Apesar da redução, a escravização indígena foi prática corrente nas décadas seguintes. Os índios aparecem na documentação “na condição de pais e mães casados ou solteiros, a maioria foi citada como livre, diferentemente dos nativos denominados tapuia, geralmente escravizados ou forros”.⁴⁴⁴ Como parte integrante dessa ribeira, em vila Viçosa, Maico Xavier encontrou assento de batismo de um índio escravo registrado na década de 1840.⁴⁴⁵

Tanto na ribeira do Acaraú quanto na ribeira do Jaguaribe, a política indigenista decorrente da implementação do Diretório dos Índios no Ceará aplacou, mas não aboliu a escravidão dos nativos, posto que em 1806 ainda se batizou indígena escrava em Russas. O termo tapuia, nas duas ribeiras, parece ter sido um indicativo de vínculo com o cativo. Em busca de mais evidências sobre os tapuias e a escravidão de nativos em Aracati e em Russas, investiguei a condição dos pais dos batizados. As conclusões são de que tapuia foi um termo mencionado somente nos batismos de Russas. Encontrei referências a seis casos em que os pais dos batizados assim foram denominados: Antônio, filho de Luiza, tapuia, escrava de [ilegível] Cardoso⁴⁴⁶; Carlos,

⁴⁴³ PINHEIRO, Francisco José. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Op. cit. p. 77 e 79.

⁴⁴⁴ GALDINO, Maria Raket Amancio. Op. cit. p. 47.

⁴⁴⁵ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. p. 204

⁴⁴⁶ Livro de Batismos de Russas, nº 04 (1754-1764), p. 103. Data da ata 10/11/1736.

filho legítimo de Lourenço, tapuia, e Joanna, escrava de Manoel Pessoa da Silva⁴⁴⁷; Rita, filha de Maria, tapuia, escrava de Francisco de Mendonça Freira⁴⁴⁸; Lauriana, filha legítima de Francisco, tapuia, e Luiza (sem referência a escravidão)⁴⁴⁹; Eugenia, filha legítima de José do Rego, tapuia, e Domingas, índia⁴⁵⁰; Ana, filha de Vitória, solteira, tapuia, Jaguaribara (sem referência a escravidão).⁴⁵¹

Dos seis casos de pais tapuias, três trazem referência à condição de escravos. Destes, duas das mães eram tapuias escravas. Assim como Rakel Galdino verificou para a ribeira do Acaraú, onde a maioria dos escravos indígenas era de mulheres e seus filhos,⁴⁵² em Russas as evidências se assemelham. A partir da década de 1740 - com exceção de Ana, batizada em 1761, filha da tapuia Jaguaribara Vitória -, o termo tapuia passa a ser substituído por índio. Com exceção também do batismo do índio José, realizado em 1806, cativo da viúva Ana Maria, nos registros de casamentos e batismos referentes a Aracati e a Russas a população indígena não traz referência à condição de livres ou forros. Podemos pensar que a substituição do termo tapuia por índio deixaria implícito a condição de liberdade, isto é, tapuia escravo, índio livre? Ou, por outro, como já discutido no primeiro capítulo, essa substituição denotaria a passagem da condição de barbárie para a de cristão - tapuia, bárbaro; índio, cristão -, posto que batizado e/ou casado?

Para discutir os dados gerais da população forra devemos nos remeter às Tabelas que tratam de sexo/condição (Tabelas 4, 5, 6 e 7) no segundo capítulo. Nos casamentos de Aracati, 17 (10,%) homens e 18 (1,1%) mulheres foram registrados como forros. Nos casamentos de Russas, a distribuição ficou entre 13 (1,2%) homens e seis (0,5%) mulheres. Nos batismos de Aracati, registrou-se 11 (0,2%) forros e 22 (0,4%) forras. Já em Russas, 22 (0,3%) forros e 24 forras (0,4%). A população forra, de modo geral, se mostra mais ínfima ainda em relação às porcentagens de escravos e, sobretudo, quando se trata dos registros de pessoas supostamente livres.

Com ênfase nas categorias qualidade, condição e sexo, de acordo com as Tabelas 23 a 24 acima, em Aracati constatei o registro de 20 casamentos que mencionam a qualidade dos libertos, assim distribuídos: 12 pretos/forros (oito homens e quatro mulheres) e cinco crioulos/forros (dois homens e três mulheres). Com relação

⁴⁴⁷ Livro de Batismos de Russas, nº 04 (1754-1764), p. 103. Data da ata 24/08/1737.

⁴⁴⁸ Livro de Batismos de Russas, nº 02 (1741-1764), p. 14. Data da ata 09/02/1744.

⁴⁴⁹ Livro de Batismos de Russas, nº 04 (1754-1764), p. 103. Data da ata 05/04/1740.

⁴⁵⁰ Livro de Batismos de Russas, nº 02 (1741-1764), p. 32v. Data da ata 05/04/1740.

⁴⁵¹ Livro de Batismos de Russas, nº 04 (1754-1764), p. 103. Data da ata 11/10/1761.

⁴⁵² GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit. p. 51.

aos batismos dos 15 registros, 11 são pardos/forros (três homens e oito mulheres). Em Russas, os 12 libertos presentes nos casamentos se distribuem em cinco pretos/forros (quatro homens e uma mulher) e quatro crioulos/forros (dois homens e duas mulheres). Nos batismos, encontrei apenas três casos que relacionam qualidade e alforria: um preto/forro, um pardo/forro e uma crioula/forra.

A maior incidência de pardos forros, seguida de crioulos, nos batismos de Aracati, confirma a tendência verificada para outros lugares do Brasil. Apesar das particularidades de cada região, na Bahia, por exemplo, no século XIX, “o privilégio maior da alforria repousa sobre os crioulos”⁴⁵³, assim como em Porto Feliz, São Paulo.⁴⁵⁴ Por outro lado, a maioria de pretos alforriados nos casamentos de Aracati e de Russas é um dado que destoa desses resultados. Esse dado pode estar relacionado à prática de compra de alforrias que em Minas Gerais e em São Paulo no século XIX, segundo Luna e Costa, “era mais acentuada entre negros do que pardos”.⁴⁵⁵ Semelhante observação faz Eduardo Paiva, ao afirmar que, em Minas Gerais “as alforrias ‘gratuitas’ foram mais frequentemente destinadas aos escravos nascidos na Colônia e, entre eles, preferencialmente os mulatos e pardos, em detrimento dos crioulos”.⁴⁵⁶

Por esse prisma, pode-se inferir que a maioria de alforrias para pretos e adultos em Aracati e em Russas deu-se pela compra, enquanto que a incidência de crianças pardas libertas deveu-se a doações, seguindo a lógica de qualidade/alforria verificada para outras realidades brasileiras. Com relação ao sexo, as mulheres representaram a maioria entre os pardos e crioulos alforriados. Já os homens pretos constituem o maior número. Assim, no dizer de Silvia Lara, “a prática da alforria operava de forma seletiva, libertando em geral mais crioulos que africanos, mais mulheres do que homens, mais mulatos do que pretos. A mestiçagem exercia, sem dúvida, papel importante”.⁴⁵⁷ Sobre os possíveis motivos de as práticas de alforrias privilegiarem os indivíduos de origem mestiça, a autora propõe: “há que se atentar ainda para o fato de

⁴⁵³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. Cit. p. 188.

⁴⁵⁴ GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo.) Op. cit. p. 25.

⁴⁵⁵ LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 473.

⁴⁵⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Op. cit. p. 181.

⁴⁵⁷ LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Op. cit. p. 128.

‘os que nasceram no Brasil ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos’ – chamados *crioulos* – serem julgados melhores que os vindos da África [...]’.⁴⁵⁸

As lógicas da alforria para Aracati e Russas mais uma vez me permitem pensar que, até certo ponto, a qualidade denota um vínculo estreito com a condição social. Com exceção dos batismos de Russas, onde dos 44 registros de forros apenas três trazem referências às qualidades, no geral, seja nos batismos de Aracati, seja nos casamentos das duas freguesias, a proporcionalidade de forros que trazem as qualidades é bem superior se comparado aos registros de escravos que também mencionam as qualidades.

Possivelmente essa preocupação de se qualificar os forros em parte seguia a lógica pensada por Sheila de Castro Faria, onde “a caracterização de um indivíduo como preto/pardo/livre/liberto significava uma evidente proximidade com um recente passado ou antepassado escravo.” Em razão disso, “quando alforriado, havia uma necessidade social de frisar que a pessoa assim qualificada estava liberta”.⁴⁵⁹ Nesse mesmo sentido se dá as conclusões de Hebe Matos, ao afirmar que “nem uma só vez encontrei na documentação analisada a expressão negro/preto/livre. Os homens nascidos livres eram brancos (sem qualquer qualificação) ou pardos (normalmente, duplamente qualificados como pardo livre em oposição ao pardo forro)”.⁴⁶⁰

Assim, para as autoras, existia uma correlação intrínseca entre qualidade e escravidão, posto que, com exceção dos denominados de brancos - os pretos, os crioulos, os pardos, os mulatos e os cabras poderiam designar tanto escravos como livres e libertos, muito embora possivelmente alguns desses termos tivessem maior conotação a vínculos com a escravidão. Já para Silvia Lara, “não havia no Brasil setecentista uma correlação exata entre a cor e a condição social das pessoas, ainda que a primeira pudesse ser um elemento indicativo da segunda”.⁴⁶¹

Mesmo não existindo a correlação exata entre qualidade e condição, para a autora, havia diferenciações sociais na atribuição dos termos que classificavam os mestiços. Ao longo do século XVIII, além da desvalorização dos mestiços, havia diferenças entre estes, como entre mulato e pardo, por exemplo. “Mulato foi, aos poucos, ganhando conotações pejorativas, sendo muitas vezes consideradas infame”,

⁴⁵⁸ Idem, p. 162

⁴⁵⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. pp. 135 e 137.

⁴⁶⁰ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit. p. 104.

⁴⁶¹ LARA, Silvia Hunold. “A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista.” Op. cit. p. 367.

que advém do “baixo nascimento”.⁴⁶² Pardo, ao contrário, se revestia de uma positividade, “era utilizado por aqueles que reivindicavam privilégios e tratamentos específicos”.⁴⁶³ Em razão disso:

A miríade de termos, que misturando cor e condição social, oferecia a possibilidade de gradações diversas para o grande contingente de homens e de mulheres que não eram brancos talvez tenha nascido exatamente desse jogo de forças. Ser “pardo” ou “mulato”, “cafuzo” ou “cabra”, “preto” ou “negro” podia significar muito para quem queria mostrar distinção, afastar-se do cativo ou afirmar privilégios. Ou, ao contrário, podia ser uma arma poderosa para quem queria diminuir, desqualificar e criticar.⁴⁶⁴

De fato, o que tenho constatado é que as qualidades por si só não designavam as condições sociais dos mestiços e vice-versa. Portanto, quando estas não são mencionadas nos registros, o máximo que posso arriscar são suposições. De todo modo, qualificar alguém ou se qualificar de branco, pardo, cabra, preto, índio, mulato etc. pode sugerir sim diferenciações sociais visando valorizar ou desvalorizar, aproximar ou distanciar da escravidão. Isso ganha mais evidência quando alguns estudos têm constatado que, além das indefinições sobre essa miríade de termos, as categorias não eram fixas.

Marcus Carvalho, em seu trabalho sobre liberdade no Recife, no período de 1822 a 1850, encontrou casos em que “simbolicamente os traços da negritude foram apagados pela riqueza” e a cor branca no caso, “portanto, fora adquirida e não herdada geneticamente”.⁴⁶⁵ Sheila de Castro Faria (Campos de Goitacazes, Rio de Janeiro, 1734 a 1802) e Silva Brugger (São João Del Rey, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX) em seus estudos afirmam que as designações de cor refletiam muito mais o lugar social do que uma simples questão de pigmentação de pele.⁴⁶⁶ Roberto Guedes, ao analisar Porto Feliz, São Paulo, na primeira metade do século XIX, afirmou que “era a mobilidade social, ascendente e descendente conforme as circunstâncias sociais, que transformava um pardo em branco, um branco em pardo”. Assim, “a cor, como uma condição social construída, expressava uma hierarquia. Por isso mesmo, de modo algum era estática e

⁴⁶² Idem, p. 364.

⁴⁶³ Idem, p. 365.

⁴⁶⁴ Idem, p. 367.

⁴⁶⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit. p. 196.

⁴⁶⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. Op. Cit. e BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit.

tampouco uma marca insuperável de estigma”. Daí ser a cor para o autor uma das expressões de mobilidade social.⁴⁶⁷

Em seus estudos sobre os sertões mineiros e baianos, Isnara Pereira Ivo concluiu que, ao contrário do que defendeu boa parte da historiografia para a América portuguesa e espanhola até as últimas décadas do século XX, não se pode correlacionar a cor da pele à condição social. A autora afirma que, durante o século XVIII, as pessoas podiam perder ou mudar de cor com certa facilidade. Desse modo, “as categorias brancos e negros são construções históricas que adquirem significados específicos conforme os agentes sociais e os momentos históricos vivenciados”.⁴⁶⁸ Portanto, essas categorias não eram fixas nem nos seus significados, nem em relação às condições jurídicas da população, nem tampouco no tempo ou nos espaços.

Ora, se as categorias que qualificavam a população, de maneira geral, estavam mais associadas à condição social do que à tez da pele, na medida em que indivíduos migravam hierarquicamente de lugar social na sociedade em relação à condição, poder aquisitivo, entre outros fatores, mudavam também as suas qualidades. Infelizmente, a documentação paroquial de Aracati e de Russas, por si só, não me forneceu evidências suficientes para identificar possíveis mobilidades sociais expressas nas mudanças de qualidade da população. Investidas foram feitas. De posse das duas ordens de registros, cruzei nomes de nubentes com nomes de pais de batizandos. Nos batismos, investiguei os nomes dos pais que, dependendo da quantidade de filhos, se repetem, uma, duas, três e mais vezes.

No geral, o máximo que encontrei foi a presença de qualidades em uma ordem de registro e ausência em outro, como, por exemplo, nos dois casos seguintes. Rita, (sem referência à qualidade e à legitimidade) filha de Antônio Gomes Fernandes (sem referência a qualidade) e Damiana Cardoso de Melo, ambos naturais de Goiana, Pernambuco (sem referência à moradia) foi batizada em 17 de julho de 1783 na matriz do Aracati, sendo padrinhos o capitão Jose da Costa e Silva e dona Joana Maria Bezerra. “Para constar, mandei fazer esse em que me assigno”. Padre João Rodrigues.⁴⁶⁹ Já Bento, pardo, filho legítimo de Antônio Gomes Fernandes, pardo e Damiana Cardoso de Melo, (sem referência à qualidade) ambos naturais do Recife,

⁴⁶⁷ GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo.) Op. cit. p. 93.

⁴⁶⁸ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII.* Op. cit. p. 254.

⁴⁶⁹ Livro de Batismos de Aracati, nº 07 (1780-1788), p. 46 (ADLN).

Pernambuco e moradores na freguesia do Aracati, foi batizado em 17 de novembro de 1797 na matriz do Aracati, sendo padrinhos o capitão Antônio José Fiuza, casado e Thereza Joaquina de Jesus. “Para constar, mandei fazer esse em que me assigno”. Rev. José Thomas de Castro.⁴⁷⁰

Esse seria um caso de ocultamento da cor em virtude de uma pretensa mobilidade social e econômica?⁴⁷¹ Até pela ordem em que aparecem os registros que trazem a qualidade de pardo para Antônio Gomes Fernandes, acredito que não. Ora, se a presença das qualidades foi tão rara nas freguesias de Aracati e de Russas, no que se refere aos cônjuges e batizados, imaginemos que, quando essas categorias são direcionadas aos pais, as informações praticamente desaparecem. Outro detalhe importante de observar, como discutido no primeiro capítulo, é em relação ao padre que faz o registro: nos dois casos não só a ausência, mas as mudanças de informações são perceptíveis. Esses detalhes dificultam sobremaneira as intenções de elaboração de pequenas trajetórias, isto é, a identificação dos indivíduos, com suas naturalidades, qualidades e constituição familiar.

Contudo, de maneira geral, essa miríade de termos de qualidades identificadas compõem elementos de distinção também para a documentação paroquial em análise. Digo isso por que nem todo tipo documental produzido nos séculos XVIII e, principalmente, no XIX, a exemplo dos primeiros levantamentos populacionais realizados no Ceará, no início desse século, tiveram a preocupação de detalhar, de qualificar, ainda que com lacunas, a população como um todo.

4.3 Levantamentos populacionais da primeira metade do século XIX no Ceará e nas freguesias de Aracati e de Russas

Nos vinte primeiros anos do século XIX foram realizados três levantamentos populacionais no Ceará: no ano de 1804, a pedido do governador João Carlos de Oeyhausen; em 1808, sob influência do governador Luiz Barba Alado; no ano 1813, a pedido do governador Manoel Inácio de Sampaio. Esses levantamentos censitários

⁴⁷⁰ Livro de Batismos de Aracati, nº 05 (1776-1798), p. 128. (ADLN).

⁴⁷¹ De acordo com Douglas Libby, um indivíduo poderia ter a sua qualidade de pardo e mulato, por exemplo, reafirmada ou ocultada nos registros documentais em virtude de sua ascensão ou decadência, de seu enriquecimento ou empobrecimento. Além das qualidades, as condições também poderiam ser ocultadas em virtude da mobilidade social e econômica. LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. Op. cit.

permitem acompanhar aspectos relacionados à condição social, às qualidades bem como à dinâmica populacional dessa sociedade.

No levantamento censitário realizado no ano de 1804, a pedido do governador João Carlos de Oeyhausen, os números apontam para uma população de 85.726 indivíduos (Tabela 28). Aracati se compõe com 4.931 habitantes, divididos entre 2.339 brancos, 1.490 pretos e pardos livres e 1.102 pretos e pardos cativos. Russas aparece nesses dados com um total de 7.465 pessoas distribuídas entre 3.753 brancos, 2.769 pretos e pardos livres e 943 pretos e pardos cativos.⁴⁷² Portanto, com uma pequena maioria de brancos para as duas freguesias. A miscigenação, por sua vez, se mostra marcante entre a população livre e escrava, com uma maioria de pretos e pardos livres, em comparação ao número de pretos e pardos cativos.

TABELA 28
População da Capitania do Ceará, 1804

Vilas	Branços	Pretos e pardos livres	Pretos e pardos cativos	Total da população
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
São Bernardo	3.753	2.769	943	7.465
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
Crato	6.797	12.793	1.091	20.681
S. João do Príncipe	5.361	3.231	1.856	10.448
Viçosa Real	-	-	-	1.336
Vila Nova D'El Rey	-	-	-	7.021
Granja	1.047	1.656	799	3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978	9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270	6.013
-	24.975	34.785	12.248	87.726

FONTE: Mapa da população da capitania do Ceará Grande, apresentado a sua Alteza Real, no mês de junho de 1804, pelo seu Governador João Carlos de Oeyhausen. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, 1925. Tomo: XXXIX, p. 279.

De acordo com o levantamento populacional de 1808, feito a pedido do governador Luiz Barba Alado, o Ceará compunha-se de 125.878 habitantes, distribuídos numa população de 43.457 brancos, 12.383 índios, 23.444 pretos e 46.594 mulatos (Tabela 29). Como parte integrante desses dados, Aracati apresentou 5.333 pessoas divididas em 2.371 brancos, 79 índios, 1.829 pretos e 1.054 mulatos. Russas contava no momento com um total de 10.767 habitantes, distribuídos entre 5.287 brancos, 43

⁴⁷² SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 67.

índios, 2.276 pretos e 3.181 pardos.⁴⁷³ Desse modo, acompanhando o crescimento demográfico da capitania, em relação ao recenseamento de 1804, Aracati teve um aumento populacional de 402 pessoas, enquanto Russas teve um crescimento de 3.302 habitantes. A meu ver, não obstante os registros paroquiais já virem apontando um maior índice populacional para Russas, nada justifica um acréscimo tão ínfimo para Aracati a não ser erro nesse levantamento censitário. Ao contrário dos dados gerais do Ceará, a população branca desta vila ainda se sobrepunha às demais.

Na realidade, o crescimento populacional de mais de 38.000 habitantes em 1808 no Ceará, em relação ao levantamento de 1804, se mostra excessivo. Como já discutido, nesses censos existem lacunas, de modo que só podemos encontrar contagens parciais para população da província. No caso do Ceará, no levantamento populacional de 1804, apenas 11 vilas foram contabilizadas, e no levantamento de 1808, os cativos não foram incluídos.

Para além disso, é mister que se destaque o surgimento dos índios no levantamento de 1808. Embora, de maneira geral, eles se apresentem como maioria nas respectivas vilas e povoados de índios, não se pode perder de vista o contingente populacional dos mesmos nas vilas de Aquiraz, Icó, Crato, Fortaleza e Quixeramobim.

⁴⁷³ Idem, p. 68.

TABELA 29
População da Capitania do Ceará, 1808

Vilas	Branços	%	Índios	%	Pretos	%	Mulatos	%	Total
Fortaleza	3.726	29	174	2	1.079	11	4.645	48	9.624
Aquiraz	3.788	40	538	5	2.939	31	2.262	24	9.527
Aracati	2.371	45	79	1	1.829	34	1.054	20	5.333
São Bernardo	5.287	49	43	0.5	2.276	21	3.181	30	10.767
Icó	7.018	40	220	1	3.217	18	7.243	41	17.698
Crato	3.694	31	178	2	3.485	30	4.278	37	11.735
Campo Maior (Quixeramobim)	1.868	29	120	2	1.715	26	2.812	43	6.515
São João do Príncipe	3.535	47	117	2	1.372	18	2.536	34	7.560
Sobral	3.636	25	397	2	2.007	14	8.589	59	14.624
Granja	1.883	38	79	2	1.172	24	1.790	36	4.924
Vila Nova de El-Rey	3.014	40	381	5	1.362	18	2.866	37	7.623
VILAS DE ÍNDIOS									
Arronches	75	5	867	61	123	9	350	25	1.415
Messajana	51	3	1.185	76	84	5	250	16	1.570
Soure	33	4	546	71	55	7	133	18	767
Monte Mor o Novo	805	29	126	5	155	6	1.659	60	2.745
Vila Viçosa Real	1.437	18	4.666	59	248	3	1.586	20	7.934
POVOAÇÕES DE ÍNDIOS									
Monte Mor o Velho	-	-	266	86	29	9	16	5	311
Almofala	313	31	202	20	148	15	348	34	1.011
S. Pedro de Ibiapina	923	22	2.199	53	149	4	899	22	4.170
Soma	43.457	34	12.383	10	23.444	19	46.594	37	125.878

FONTE: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*. Op. cit, p. 68.

Nesse levantamento populacional não há menção ao contingente de escravos. A categoria preto permanece, enquanto que a parda desaparece. Como foram contabilizados juntos no recenseamento anterior e divididos entre livres e cativos, não se pode mensurar o crescimento e/ou, quem sabe, o decréscimo populacional dos pretos. Enquanto os pardos desaparecem nesse censo, os mulatos ocupam um lugar de destaque. Teriam os mulatos surgido como sinônimos de pardos ou de pardos livres enquanto os pretos trariam a suposta indicação de cativos?

Uma afirmativa seria arriscada, mas observando o levantamento de 1813 (Tabela 30), pode-se perceber que os pardos novamente não constam nos dados, mas agora a população vem dividida entre pretos livres e cativos, como também, mulatos livres e cativos. Os brancos permanecem nas contagens da população, enquanto que os índios, a exemplo do que aconteceu em 1804, não constam nesse levantamento.

TABELA 30

Censo de 1813 da Capitania do Ceará, dados parciais

Vilas	Branços	Pretos Cativos	Pretos Livres	Mulatos Cativos	Mulatos Livres	Total População	Total Cativos
Fortaleza	5.304	443	1.379	699	4.974	12.799	1.142
Aquiraz	4.621	1.354	1.812	660	2.072	10.520	2.014
Aracati	2.613	923	329	345	1.098	6.008	1.268
São Bernardo	6.215	886	1.134	528	2.568	11.331	1.414
Campo Maior	1.705	921	354	385	3.034	6.399	1.306
Crato e Jardim	1.742	1.031	5.203	666	24.180	32.822	1.697
Granja	1.394	457	275	92	1.569	3.787	549
Total	23.594	6.015	10.486	3.375	42.870	83.666	9.390

FONTE: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará*. Op. cit, p. 73 *Apud*. Instituto do Ceará. Arquivo Barão de Studart. Documentos Esparsos ofertados pelo Barão de Vasconcelos. Pacote 1. (102).

De acordo com o Pedro Alberto e Silva, o levantamento censitário de 1813, a pedido do governador Manoel Inácio de Sampaio, “foi o censo mais bem feito e fidedigno realizado na primeira metade do século XIX. Infelizmente seus dados não foram publicados em um só documento e faltam detalhes importantes referentes a algumas vilas no tocante a população livre e escrava”.⁴⁷⁴

A versão utilizada do censo de 1813 apresenta informações parciais. Além de faltar detalhes importantes referentes à população livre e escrava de muitas vilas cearenses, há de se destacar que só constam dados referentes a sete vilas. Como se pode perceber, a discrepância em relação ao aumento populacional se deu em relação a Russas, que teria tido um aumento, em um período de cinco anos - em relação ao censo de 1808 –, de 675 habitantes. Nesse quesito, Aracati apresentou dados melhores, com um crescimento de 564 habitantes no computo populacional.

De acordo com o levantamento de 1813, Aracati apresentou um contingente populacional de 5.308 habitantes, distribuídos entre 2.613 brancos, 329 pretos livres, 923 pretos cativos, 1.098 mulatos livres e 345 mulatos cativos. São Bernardo das Russas contava com uma população de 11.331 indivíduos, divididos entre 6.215 brancos, 886 pretos cativos, 1.134 pretos livres, 528 mulatos cativos e 2.568 mulatos livres. Os pretos cativos em Aracati representam um maior número em relação aos pretos livres, e em Russas a situação se inverte. Para as duas vilas, o número de mulatos livres se sobrepunha ao número de mulatos cativos. A população branca representava

⁴⁷⁴ Idem, p. 73.

mais da metade do total, seguida por mulatos e por pretos. A população indígena não aparece na tabela.

No ano de 1814, o jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, teria publicado informações que, para Pedro Alberto Silva, se aproximam mais do censo de 1813.⁴⁷⁵ Não há informações específicas sobre Aracati e Russas, mas, no geral, parte dos dados podem ser assim distribuídos: 148.745 habitantes no Ceará, divididos entre 131.537 livres e 17.208 escravos. No período, a província apresentou um total de 41.659 brancos, 9.159 índios, 24.069 pretos e 73.821 pardos.

Como podemos perceber, o número de pardos correspondia à metade da população cearense, ficando em segundo lugar os brancos, os pretos em terceiro e um número muito reduzido a população indígena.

Mas, afinal, quem eram esses pardos mencionados nos recenseamentos? Se as dúvidas permeiam as análises em relação à documentação paroquial, nos censos a situação em muito se agrava. Para além de todas as lacunas já discutidas, os levantamentos populacionais feitos até 1813 deixam muito a desejar quando o assunto é qualidade. Se as categorias índios e pretos já são tão generalizantes, o que dizer das diferentes variações de mestiçagens representadas pelos termos mestiços, curibocas, caboclos, cabras, crioulos e semibrancos presentes na documentação paroquial de Aracati e de Russas, não elencarem os perfis da população nos levantamentos populacionais do Ceará? Seriam os denominados pardos?

Sobre a relação preto/negro/livre/escravo presentes nos censos realizados no Ceará nas duas primeiras décadas do século XIX, observa-se que o número de pretos livres se sobrepõe em muito ao índice de pretos escravos nas contagens gerais para a província. Sobre a presença de pretos/negros e as condições a eles associadas, tanto nos censos quanto nos registros paroquiais, especificamente em Aracati e em Russas, me reporto a Eurípedes Funes em sua crítica sobre visões historiográficas que afirmavam que “no Ceará não há negro”. Para o autor, essa frase “traz uma carga irônica e marca de um equívoco histórico. A ideia postulada de que no Ceará não há negro porque a escravidão foi pouco expressiva. Isto leva a uma lógica perversa: associar negro a escravidão”.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ Idem, p. 70. *Apud*: “O Patriota, jornal litterato, político, mercantil do Rio de Janeiro.” Nº 03, maio e junho de 1814. Biblioteca Nacional. Pr SOR/24 (3).

⁴⁷⁶ FUNES, Eurípedes Antonio. Op. cit. p. 104.

Visões sobre escravidão negra no Ceará em muito se constituíram a partir de perspectivas pautadas nos antagonismos que teriam formado o Brasil, a exemplo dos escravocratas produtores de açúcar do litoral, grandes proprietários de escravos, em contraposição aos criadores de gado do sertão: “o antiescravocrata ou indiferente aos interesses da escravidão representado pelo Ceará em particular, e de modo geral pelo sertanejo ou vaqueiro”.⁴⁷⁷

O antiescravismo sertanejo e/ou a pouca expressividade de escravos no Ceará, a meu ver, também não pode soar de forma simplista. Afinal, pouca expressividade em relação a quê? Claro está que se compararmos o número de escravos no Ceará com outras realidades socioeconômicas, a exemplo dos grandes plantéis formados nas áreas canavieiras, mineiras ou cafeeiras, temos sim um reduzido número. O que não justifica negar/esconder não só a presença desse contingente populacional, como também, suas “origens”, “qualidades”, “condições sociais”, arcabouço cultural e relações travadas na constituição socioeconômica, como as já elucidadas e que veremos melhor no próximo capítulo, para as freguesias de Aracati e de Russas.

Mobilidade, trânsito, maneiras de viver e formas de pensar, de trabalhar, de negociar, mesclas biológicas e culturais, proporcionados pelos encontros, interseções, superposições, coexistências entre esses distintos elementos populacionais corroboram para a definição do conceito de dinâmica de mestiçagem. Conceito esse que vem sendo cada vez mais sedimentado nos estudos de uma corrente historiográfica, em que autores como Eduardo França Paiva, Serge Gruzinski, Carmem Bernand, Berta Arres Queija, dentre outros, primam pela análise da complexidade do processo e dos agentes, não necessariamente mestiços, mas que, pelos contatos em diferentes espaços e ocasiões - no ambiente de trabalho, nos caminhos, nos mercados, em festas, cerimônias religiosas e de diferentes formas: efêmeros, voluntários ou forçados -, fomentaram circulações de ideias, surgimento de relações afetivas, familiares, potencializando misturas biológico-culturais.⁴⁷⁸

As muitas designações verificadas nos registros paroquiais de Aracati e Russas, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII e em princípios do século XIX,

⁴⁷⁷ FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 93.

⁴⁷⁸ Dentre outros estudos ver: ARRES QUEIJA, B.; GRUZINSKI, S. (Coord.) *Entre dos mundos; fronteiras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1997; BERNAND, C.; GRUZINSKI, S. *Histoire du Nouveau Monde - Les Métissages, 1550-1640*. Paris: Fayard, 1993; e PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Op. cit.

denotam uma configuração populacional mestiça. Uma população mestiça significa dizer uma formação familiar também mestiça, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO V

Famílias mestiças e as nuances de organização familiar: condição social, naturalidade, legitimidade e compadrio nas freguesias de Aracati e de Russas - 1720/1820

Ao analisar os relacionamentos entre livres, forros e escravos associados às suas origens portuguesas, africanas e nativas, imbuídos no processo de misturas geradores de uma população de caboclos, mamelucos, cabras, pardos, dentre tantas outras designações, na América portuguesa, mais precisamente nas freguesias de Aracati e de Russas no Ceará, atenta-se para uma definição de família que se pode chamar de mestiça. “Uma família proveniente da dinâmica social das diferenças, que não era originalmente nem lusa, nem africana, nem indígena, mas derivada do intenso somatório de características.” E que, desse modo, “se configurava em um novo lugar sociocultural, político e econômico, comportando tradições que não eram puras nem estáticas, porém identificáveis dentro das próprias configurações mestiçadas”.⁴⁷⁹

Mas afinal, como esses elementos sociais - que conformaram as dinâmicas de mestiçagens nas freguesias - de origens múltiplas, surgidos por meio da mobilidade geográfica, ao emaranhar-se pelos percursos dos rios, foram se inter cruzando e se miscigenando biológica e culturalmente, formando redes de sociabilidades expressas nas diferentes formas de constituírem famílias: livres, libertas e escravas; endogâmicas (os cônjuges eram escravos, independentemente de pertencerem ao mesmo senhor); exogâmicas (um cônjuge escravo e o outro forro ou livre); mistas (compostas por casais de qualidades distintas: brancos, índios, africanos, caboclos, mulatos, pardos); legítimas (uniões sacramentadas pelo casamento cristão) ou concubinas e consensuais (uniões estáveis ou esporádicas entre casais que viviam juntos sem contrair o matrimônio).⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ NETTO, Rangel Cerceau. “População e mestiçagem: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).” Op. Cit, p. 166.

⁴⁸⁰ Sobre essas classificações de casais, ver: COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; e SCHWARTZ, Stuart B. “A família Escrava em Lorena”. In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.) *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 1870. Sobre as famílias mistas, ver: LIBBY, Douglas Cole. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Rev. Bras. Hist.* vol. 29 n°. 58. São Paulo Dec. 2009. Sobre a legitimidade, ver: TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Diante da identificação das relações entre brancos, pretos e índios, bem como de seus filhos divididos em várias nuances de mestiços (mulatos, mamelucos, caboclos, caribocas, cabras, pardos e crioulos) e dessas múltiplas formas de designações de famílias, tenho elementos de sobra para pensar uma definição, isto é, quando falo em família me refiro a uniões de pessoas por vínculos afetivos ou por convivência que podiam contar ou não com a legalização da Igreja.

Nesse quinto capítulo, partindo do pressuposto da organização familiar através dos sacramentos cristãos do casamento e de outras formas de uniões, analiso a formação de famílias legítimas e ilegítimas mestiças, enfatizando os significados e os entraves religiosos, sociais, políticos, econômicos e culturais em torno da realização desses sacramentos enfrentados pela população de condições sociais, naturalidades e qualidades diversas.

É sabido que a continuidade familiar se traduz na sucessão de filhos e de que na Colônia e no Império os assentos de batismos eram os responsáveis pelos seus registros. Com o batismo de um filho, além da incorporação reconhecida do mesmo ao seio religioso e familiar, o batizando com seus pais ampliavam os laços familiares, já que o batismo pressupunha, também, apadrinhamento da criança. Por simbolicamente os padrinhos tornarem-se os pais espirituais e responsáveis pela formação moral e religiosa dos afilhados, a escolha dos compadres não se dava de forma aleatória, havendo, portanto, preocupações, interesses e confianças em jogo. Em razão disso, o último tópico desse capítulo objetiva analisar o significado das escolhas por parte da população livre e escrava de seus compadres, “pais espirituais de seus filhos”.

5.1 O sacramento do matrimônio na formação de famílias mestiças, livres, libertas e escravas nas freguesias de Aracati e de Russas

Para se compreender a regulamentação do casamento no Brasil, durante a Colônia e o Império, é necessário se remeter ao século XVI e ao Concílio de Trento: Décimo Concílio Ecumênico, convocado pelo Papa Paulo III, na cidade de Trento, em 1545 e encerrado em 1563, sob a direção do Papa Pio IV. O Concílio de Trento passou a vigorar em Portugal em 1563, substituindo a legislação canônica portuguesa até então orientada pelas Ordenanças do Reino de D. Manoel. A legislação tridentina sobre o casamento, conseqüentemente, se estendeu ao Brasil, perdurando até 1889, com a separação entre a Igreja e o Estado. Em grande medida, o Concílio de Trento foi uma

providência da Igreja Católica no combate a Reforma Protestante, isto é, um eixo da contrarreforma.⁴⁸¹

Com o intuito de adaptar as normas tridentinas à realidade brasileira, em 1707, o arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro da Vide, convocou o Sínodo Diocesano da Bahia e proclamou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. As Constituições Primeiras constituem o primeiro Código de Leis Eclesiástico do Brasil, pelo qual se pautaram os bispados subordinados a ele. O Sínodo Diocesano da Bahia divide a história eclesiástica colonial brasileira em duas fases: “a do período da conquista e colonização e a época da institucionalização da Igreja e de sua afirmação como instituição autônoma”.⁴⁸²

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia se dividem em cinco livros: o primeiro refere-se aos sete sacramentos; o segundo aos mandamentos da Igreja; o terceiro ao clero; o quarto às questões de jurisdição eclesiástica; e o quinto aos crimes e à justiça eclesiástica. De acordo com as Constituições, os sete sacramentos foram assim sequenciados: Batismo, Confissão, Eucaristia, Confirmação, Matrimônio ou Ordenação para os Padres e Extrema-Unção. O quarto sacramento, ou seja, o matrimônio, desde então tinha por objetivo principal a propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus. Esse sacramento pode ser assim descrito nos textos das Constituições:

sendo ao principio um contrato com vinculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregão um ao outro, o mesmo Christo Senhor nosso o levantou com a excellencia do Sacramento, significando a união, que há entre o mesmo senhor e a sua Igreja, por cuja razão confere a graça aos que dignamente o recebem. A matéria deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou signais, que declarem o consentimento mutuo, que de presente tem. A fórmula são as palavras, ou signaes do consentimento, em quanto significão a mutua aceitação. Os ministros são os mesmos contrahentes. Foi o matrimônio ordenado principalmente para três fins e são três bens, que nelle se encerrão. O primeiro é o da propagação humana,

⁴⁸¹ Sobre essa discussão, ver: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit; TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. cit. MORAES, Douglas Batista. *Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer*: administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001; LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens*: a secularização do casamento no Brasil do século XIX. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002; GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos Mistos*: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004; CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa de outro*: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008 e SILVA, Gian Carlo de Melo. Op. cit.

⁴⁸² TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. cit, p. 118.

ordenada para o culto, e honra de Deus. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é a inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Cristo nosso com a Igreja Catholica. Além destes fins é também remédio da concupiscência, e assim S. Paulo o aconselha tal aos que não podem ser continentes.⁴⁸³

União legal, propagação humana, domínio dos corpos, aceitação mútua, inseparabilidade dos casais, aliança com Cristo, simbolismo religioso, enfim, sintetizam a importância dos laços matrimoniais para a Igreja. Sendo que, sob as leis canônicas no Brasil, a única forma de matrimônio admitida na Colônia e no Império foi a que determinava a Igreja, a prova desse ritual religioso era a certidão passada pelo pároco e extraída do livro de assentamentos paroquiais. Os 1.584 casamentos realizados em Aracati e os 1.043 matrimônios ministrados em Russas, no período de 1720 a 1820 nos permitem perceber que uma das lógicas dessa sociedade era constituir famílias pelo viés católico. Para discutir os valores socioculturais em torno da união legítima se faz necessário uma primeira questão: por que casar? Dentre as possíveis respostas, Sergio Odilon Nadalin nos oferece algumas pistas.

Tanto ontem como hoje, o casamento não constitui simplesmente uma resposta a uma necessidade de acasalamento determinada pela parte biológica que nos iguala aos animais. A união é regulada, a sexualidade algumas vezes reprimida e sublimada, experimentando os homens em certas épocas e culturas longa espera, do momento em que ingressam na adolescência até que lhes fosse permitido contrair, antes de mais nada, um ato cultural; da mesma forma, o seu resultado perpetua a espécie, tanto demográfica quanto socialmente.⁴⁸⁴

Casar, neste sentido, era e ainda é um ato cultural que impõe regras sobre a sexualidade e garante a sobrevivência da espécie humana. Todavia, casar nos padrões dominantes da época adquiria significados para além dos religiosos. “Casar-se significava buscar uma estabilidade familiar e um respeito social, fundamental, no caso dos homens brancos de qualquer crença, e estratégico, no caso de escravos, forros e mestiços”.⁴⁸⁵ Casar-se significava, por fim:

⁴⁸³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, p. 107.

⁴⁸⁴ NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, p. 99.

⁴⁸⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 304.

a aceitação do ‘forasteiro’ pela comunidade local. Quando casado, o migrante se inseria nos moldes vigentes naquela comunidade local. Casando com mães de filhos em idade produtiva, solteiras ou viúvas, não importava, garantia a herança dos bens adquiridos por ela e sua prole ou em conjunto, dado não negligenciável numa época de grande mortalidade, principalmente de mães, na hora do parto.⁴⁸⁶

Sobre os significados, as consequências do casamento cristão no dia-a-dia dos escravos, Robert Slenes traça considerações emblemáticas. “Para começar, há indícios de que dentro do precário acordo que os escravos extraíam de seus senhores, o casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço da moradia”. Casar-se dava “acesso a um espaço constituído próprio, seja um cubículo num barracão, pavilhão, ou seja, num barraco separado”. Era um espaço “divido com um parceiro de vida, não apenas de roça”, significava, enfim, “apoderar-se desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos”.⁴⁸⁷

Para os proprietários, de acordo com Roberto Guedes, “o casamento entre os escravos expressava um dos signos de ostentação, prestígio e poder senhoriais, sendo decente e de bom tom ter cativos casados”. Em uma sociedade escravista, “ter mais escravos significa ser membro da alta sociedade, se possível, casando-se e, para os escravos fazerem parte do grupo dos casados, transformava-os em uma espécie de elite, principalmente os do sexo masculino”.⁴⁸⁸

O status e o prestígio concedidos ao senhor com o casamento de sua escravaria encontra ainda justificativa na questão dos títulos, pois ainda para o autor pessoas com títulos tinham mais escravos casados do que pessoas sem títulos. Essa é uma realidade que se aplica as freguesias em análise. Em Aracati, dos poucos mais de 100 casos de casamentos envolvendo escravos, parte significativa dos senhores eram detentores de títulos tais como: 24 capitães, 11 alferes, 4 sargentos e 1 padre. Em Russas, nos poucos mais de 80 casamentos de escravos registrados, os títulos dos proprietários se distribuem em 16 capitães, 7 tenentes, 5 alferes, 3 padres e 2 comandantes.

As uniões sacramentadas entre escravos nas freguesias de Aracati e de Russas podem ser reveladoras dos muitos significados e estratégias que envolviam os casamentos endogâmicos e exogâmicos. O casal endogâmico era formado por cônjuges escravos. O casal exogâmico era constituído por um cônjuge escravo,

⁴⁸⁶ Idem, ibidem.

⁴⁸⁷ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011, p. 158 e 167.

⁴⁸⁸ GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo.), Op. cit. p. 158.

enquanto o outro era forro ou livre.⁴⁸⁹ Aos casais exogâmicos, atribui-se ainda o designativo de mistos. A ideia de casais mistos se estende às qualidades e naturalidades, ou seja, brancos casados com pretos; pardos casados com brancos; índios casados com brancos; angolas casados com crioulos; angolas casados com guinês e, assim, sucessivamente.⁴⁹⁰ As noções de endogamia e exogamia se estendem também aos casais de escravos pertencentes ao mesmo senhor (família endogâmica) e aos escravos que pertenciam a senhores diferentes (família exogâmica).⁴⁹¹

5.1.1 Quem casa com quem? Matrimônios entre “iguais”, mistos e famílias miscigenadas

De posse das certidões de casamentos das freguesias de Aracati e de Russas, nas cinco tabelas seguintes elenquei dados relacionados apenas a casamentos que trazem referências a pelo menos quatro informações para ambos os noivos: condição social, proprietário (escravos pertencentes ao mesmo senhor ou a senhores diferentes) naturalidade e qualidade. Essa opção metodológica segue a lógica adotada nos capítulos anteriores de somente designar qualidades às pessoas quando estas vêm atribuídas nos assentos, isto é, não inferi a qualidade de branco (a) para os 94,3% dos registros de casamentos de Aracati e nem para os 94,8% dos assentos de Russas que não qualificam a população entre pretos, pardos, mulatos e demais designações.

Com base em análises da Tabela 5, no segundo capítulo, a primeira constatação é a de que os casamentos envolvendo nubentes livres ficaram em torno de 90% dos assentos. Com relação aos casamentos envolvendo escravos ou forros entre os nubentes, podemos observar na Tabela 31 que a endogamia no que diz respeito à condição, assim como no caso das pessoas livres, foi muito marcante nas duas freguesias. Em Aracati, 83 homens escravos se casaram com mulheres da mesma condição. Em Russas, 70 homens escravos realizaram matrimônio com mulheres da mesma condição social.

A endogamia entre os forros para as duas freguesias ficou em pé de igualdade nas escolhas de homens e mulheres por seus cônjuges. Portanto, a questão do gênero não teve diferença significativa sobre as escolhas dos cônjuges, isto é, homens e

⁴⁸⁹ LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero. “Vila Rica: Nota sobre Casamentos de Escravos (1727 – 1826)” In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

⁴⁹⁰ Ver, dentre outros: GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Op. cit.*; LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

⁴⁹¹ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Op. cit.* p. 116.

mulheres, livres, escravos ou libertos, em sua maioria, casaram-se com pessoas de igual condição jurídica.

TABELA 31

Condição social e matrimônios endogâmicos e exogâmicos, freguesias de Aracati e de Russas, 1720-1820

Aracati			Russas		
Escravos/Forros	H	M	Escravos/Forros	H	M
Escravo com escravo	83	83	Escravo com escravo	70	70
Forros com forros	2	2	Forros com forros	4	4
Escravos com livres	24	20	Escravos com livres	20	15
Forros com escravos	8	7	Forros com escravos	3	2
Forros com livres	4	5	Forros com livres	6	2
Casamentos envolvendo escravos = 114			Casamentos envolvendo escravos = 93		
Casamentos envolvendo forros = 14			Casamentos envolvendo forros = 13		

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04; assentos de casamentos da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

No quesito casamentos exogâmicos em Aracati, 24 homens escravos casaram-se com mulheres livres e 20 escravas uniram-se matrimonialmente com homens livres. Em Russas, 20 homens cativos casaram-se com mulheres livres e 15 cativas casaram-se com homens livres.

Em relação aos forros, em Aracati oito homens forros uniram-se em matrimônio com mulheres escravas, e sete mulheres forras casaram-se com homens escravos. Em Russas, três homens forros uniram-se em matrimônio com mulheres escravas e duas mulheres forras casaram-se com homens escravos. Sobre as uniões de forros com pessoas livres, em Aracati as mulheres forras casaram-se mais com homens livres do que os homens da mesma condição social. Já em Russas, a situação se inverteu. Os homens forros casados com mulheres livres foram mais do que as mulheres forras que casaram com livres. Disso tem-se que, com exceção dos casamentos de libertos com livres em Aracati, nos casamentos exogâmicos houve uma predominância dos homens livres nas escolhas dos consortes de condição social distinta.

O que levava uma pessoa livre a unir-se em matrimônio com um escravo (a)? Dificilmente se pode chegar a conclusões definitivas, mas estudos sobre escravidão no Brasil, imbuídos em temporalidades, espacialidades e arcabouço documental diversos, têm sugerido algumas explicações. Luna e Klein sintetizam um quadro que, em linhas gerais, parece ser plausível em relação às freguesias de Aracati e de Russas.

As pessoas livres que desposam escravos eram, quase sempre, os elementos mais pobres da população livre, e entre eles predominavam pardos, pretos, e índios; os brancos eram raríssimos. Para uma mulher livre, o casamento com um escravo podia significar que ela teria apoio econômico do dono do cativo, e em todos os casos o senhor tinha que aprovar a união; ou então o cativo era o único parceiro disponível para casamento se a mulher livre tivesse vivido em uma união livre ou tivesse mantido relações sexuais com ele. (...) Para os homens a questão principal era a pobreza. Muitos deles já viviam e trabalhavam como agregados no mesmo domicílio de sua esposa, ou então eram tão pobres que desposar uma escrava permitia-lhe ter o sustento da esposa pago também pelo proprietário da mulher. Ao que parece o casamento de homens livres com mulheres escravas foi mais comum do que o de mulheres livres com cativos.⁴⁹²

Além da necessidade de sustento e da pobreza vinculada à desonra, os casamentos exogâmicos de escravos com mulheres livres e forras, dentre tantas possibilidades, em termos familiares, encontra ainda justificativa no fato de que seus filhos nasceriam livres, posto que, em decorrência do princípio do *partus sequitur ventrem*, “o filho de mãe escrava devia ser escravo por toda a vida, herdava o status da genitora e pertencia ao senhor dela”.⁴⁹³ Assim, os filhos das uniões entre homens livres com mulheres escravas eram escravos.

As uniões entre homens livres e mulheres escravas também foram muito comuns nas duas freguesias em análise. Sobre os motivos que levaram livres/forros a ter filhos escravos, Sheila de Castro Faria traça algumas hipóteses: “a primeira seria a presença do amor ou preferências sexuais fortes; a segunda, e talvez a mais provável para a maioria dos casos, seria o interesse de alguns homens, despossuídos, em ter acesso a terras dos donos das escravas”; e uma terceira explicação “poderia ser a existência de um mercado matrimonial restrito, com uma menor proporção de mulheres livres/forras e disponíveis para o casamento”.⁴⁹⁴ Para os proprietários, as uniões exogâmicas poderiam significar:

ausência relativa de problemas, no caso de venda ou de mudanças no local de moradia das escravas. Ao mesmo tempo, haveria interesse dos senhores na ampliação do poder pessoal pela anexação de mais dependentes. Alia-se aos motivos expostos e, talvez, sendo mais

⁴⁹² LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 243. Sobre essas questões envolvendo justificativas para os casamentos mistos, ver ainda: GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. Op. Cit.

⁴⁹³ GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. Op. cit. p. 116. Sobre essa discussão, ver ainda: MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 150 e 151.

⁴⁹⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 317.

importante ainda, o fato de poderem transferir a outros a responsabilidade de subsistência de alguns cativos e de sua prole.⁴⁹⁵

Os casamentos de escravos com forros segue a mesma lógica, posto que: “o casamento com uma forra assegurava a liberdade legal de todos os filhos que nascessem, pois a condição social da criança dependia da mãe”. Já para “uma escrava que desposasse um forro, a possibilidade de que conseguisse acumular dinheiro o bastante para libertá-la e a seus filhos pode ter sido um fator em consideração”.⁴⁹⁶

O prevalecimento da endogamia nas condições sociais se fez também quando a questão envolveu as naturalidades e as qualidades dos nubentes de Aracati e de Russas. Para a formação das tabelas abaixo, somente contabilizei os assentos que elencam e intercalam informações sobre as naturalidades, as qualidades, as condições sociais e aos plantéis (escravos pertencentes ao mesmo senhor e cativos pertencentes a senhores diferentes). Diante da complexidade das informações, criei dois grupos de tabelas: um envolvendo as uniões familiares endogâmicas e outro com as uniões exogâmicas ou mistas.

Nos casamentos de Aracati (Tabela 32), observa-se que foram muito comuns as uniões endogâmicas entre os consortes: brancos (11%); índios (8%); escravos nascidos em Aracati 4% (3% pertencentes ao mesmo senhor e 1% pertencentes a senhores diferentes); pardos nascidos em Aracati (5%); pardos com pardos sem referência a naturalidade (5%); pretos escravos pertencentes ao mesmo senhor (4%); Guines 9% (divididos entre escravos do mesmo senhor 6%, escravos de senhores diferentes 1%, escravos sem referência a senhores 2%). Para os casamentos de angolanos com angolanos temos nada menos do que 46% das uniões endogâmicas (40% escravos pertencentes ao mesmo senhor, 3% escravos sem referência a senhores, 2% escravos de senhores diferentes e 1% entre angolas forros).

⁴⁹⁵ Idem, ibidem. Sobre a estratégia dos senhores de casar seus cativos com pessoas livres para arregimentar dependentes, ver ainda: MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 166

⁴⁹⁶ Idem, p. 321.

TABELA 32

Casais endogâmicos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Anos/orig. Condição	1740-1749	1750-1759	1760-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	1800-1809	1810-1819	0000	Total	%
Branco com branco	-	-	-	-	-	-	8	3	-	11	11,0
Índio c. Índia	-	-	-	-	4	1	2	1	-	8	8,0
Arac. c. Arac. esc. m. Sr.	-	-	-	-	1	2	-	-	-	3	3,0
Arac. c. Arac. esc. s. ref. Sr.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1,0
Arac. c. Arac. pardos	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	5,0
Ang. c. Ang. esc. Mesmo Sr.	-	-	-	1	10	13	14	2	-	40	40,0
Angola forro c. Ang. forro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1,0
Ang. com Ang. esc. sem ref. Sr.	-	-	-	1	-	1	1	-	-	3	3,0
Ang. com Ang. esc. Sr.Dif.*	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2	2,0
Guiné c. Guiné. Esc. mesmo Sr	1	-	-	-	5	-	-	-	-	6	6,0
Guiné c. Guiné. Esc. Sr. Dif.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,0
Guiné c. Guiné. Esc. S. ref. Sr.**	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	2,0
Guiné c. Guiné sem. ref. escravo	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	2,0
Preto esc. Com preto esc. mesmo. Sr.	-	-	-	-	3	-	1	-	-	4	4,0
Preto c. preto s. ref. Esc.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1,0
Preto forro c. preto forro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1,0
Pardo com pardo	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5	5,0
Crioulo c. crioulo esc. M. Sr.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1,0
Cabra c. cabra esc. M. Sr.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1,0
Mina forro. c. Mina forro.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1,0
Total	3	1	-	2	27	25	34	7	-	99	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

*Os dois casais das décadas de 1750 e 1780, pertencentes a senhores diferentes, as mulheres são angolanas, mas os homens não trazem referência a naturalidade.

** Na década de 1780, o casal é formado por guiné preto com guiné preto escravos e sem referência a proprietário.

Nos casamentos mistos em Aracati (Tabela 33), o percentual de 2,5% representa a grande maioria de uniões envolvendo os casais exogâmicos: brancos com

pardos; escravos nascidos em Aracati e na Guiné - pertencentes ao mesmo senhor; escravo de Aracati com pardo forro; Mina com índio; índio com escravo; Angola com nascido em Aracati – escravos do mesmo senhor; Angola com Guiné, pertencentes a senhores diferentes; Angola com Mina – escravos pertencentes ao mesmo senhor, entre tantos outros. Os destaques numéricos se fazem para índios casados com Guinés (5%); índios casados com pretos (5%); índios casados com pardos (7,5%); angolas escravos com angolas forros (10%); e angolas com crioulos, escravos pertencentes ao mesmo senhor (20%).

TABELA 33

Casais exogâmicos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Anos/Nat. Condição	1740-1749	1750-1759	1760-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	1800-1809	1810-1819	0000	Total	%
Branco c. parda	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Aracati com Guiné, esc. m. Sr.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2,5
Arac. mest. c. Arac. crioulo esc.	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	5
Arac. esc. com pardo forro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Índio com Guiné*	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	5
Mina c. Índio	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Índio c. escr.*	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,5
Ang. c. Arac. esc. m. sr.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2,5
Angola com Guiné	-	-	1 (Sr. Dif.)	-	-	-	-	-	-	1	2,5
Ang. c. Mina esc. m. Sr.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Angola c. pardo esc. M. Sr.	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	5
Ang. esc. c. Ang. forro	-	-	1	-	2	-	1	-	-	4	10
Ang. c crioulo esc. m. Sr.	-	-	1	-	-	3	3	1	-	8	20
Ang. c crioulo s. ref. escr.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,5
Guiné esc. c. Guiné. Forro**	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2,5
Guiné forro com escr.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,5
Guiné esc. c. crioulo forro***	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Costa com crioulo esc. mesmo. Sr	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2,5
Crioulo c. Mina esc. M. Sr.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2,5
Cabra c. mul. Esc. m. Sr.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Preto com índio	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	5
Pardo c. mameluco	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,5
Pardo c. Índio****	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	7,5
Mina esc. com crioulo forro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,5
Total	-	-	3	8	10	17	2	-	-	40	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)

* Um índio de Almofala com uma parda escrava de Pernambuco;

** trata-se de um guiné preto escravo e uma guiné forra;

*** Em um dos casos, um guiné escravo casou-se com uma pernambucana forra;

**** Desses, um casal é formado por um índio com uma parda escrava;

*****Na década de 1800, um casal é formado por um angolano escravo com uma cabra, forra de Aquiraz; na década de 1810 a 1819, um casal natural de Aracati é composto por um escravo e uma forra.

Os casamentos endogâmicos ocorridos em Russas (Tabela 34) ganharam representatividade de 5,8% para os consortes indígenas e os escravos crioulos naturais de Russas; o percentual de 8,8% para os casais de escravos nascidos em Russas e pertencentes ao mesmo senhor, como também, crioulos escravos pertencentes ao mesmo senhor e ainda para os angolanos escravos casados entre si - sem referência aos proprietários. Os angolas escravos pertencentes ao mesmo senhor correspondem à porcentagem de 41,1%; os guinés, escravos e pertencentes ao mesmo senhor, casaram numa margem de 11,7%; e finalmente os angolas forros, os pardos e os mulatos escravos pertencentes ao mesmo senhor correspondem a 2,9% dos números.

TABELA 34

Casais endogâmicos, freguesia de Russas, 1740-1820

Anos/Nat. Condição	1740-1749	1750-1759	1760-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	1800-1809	1810-1820	0000	Total	%
Índio c. Índia	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	5,8
Russas. c Russas. esc. Mesmo Sr.**	-	1	-	-	1	1	-	-	-	3	8,8
Russas. c Russas. esc. Crioulo. m. Sr.	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	5,8
Ang. c. Ang. esc. Mesmo Sr.*	-	-	1	1	6	3	2	-	1	14	41,1
Ang. c. Ang. esc. sem. ref. Sr.	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	8,8
Angola forro c. Ang. Forro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,9
Guiné c. Guiné. Esc. mesmo Sr	-	-	1	-	1	2	-	-	-	4	11,7
Mul. c. mul. Esc. m. Sr.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2,9
Pardo com pardo	-	-	-	-	-	1(esc.)	-	-	-	1	2,9
Crioulo c. crioulo esc. M. Sr.	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3	8,8
Total		1	2	4	12	9	4		2	34	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas - (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

* Dos casais formados na década de 1780, 1 traz a cor preto; na década de 1790, 2 dos casais pertencem a mesma proprietária;

**Na década de 1790, 1 dos casais pertencem a mesma proprietária;

*** Quando não se tem referência à data em um dos casais escravos, o noivo era Benguela e a noiva sem referência à naturalidade.

Nos casamentos mistos (Tabela 35), verifiquei que 3,1% correspondem as uniões formadas entre naturais de Russas e da Guiné, escravos do mesmo senhor; índios com angolas; angola com costa, escravos do mesmo senhor; angola com pardo e angola com costa, pertencentes a senhores diferentes, entre outros casos de uniões mistas. A porcentagem de 6,2% representa os casais constituídos pelas misturas de angolanos e russanos, escravos pertencentes ao mesmo senhor; angolanos escravos com angolanos forros; angola com crioulo; mina preto forro com crioula, entre outras misturas. Os angolas com minas, escravos, pertencentes ao mesmo senhor, constituíram 9,3% dos casos; os angolas casados com crioulos, escravos pertencentes ao mesmo senhor, totalizam uma margem de 28,1% dos registros; e, por último, gostaria de destacar as uniões envolvendo índios com escravos, que correspondem a 15,6%.

TABELA 35

Casais exogâmicos, freguesia de Russas, 1740-1820

Anos/Nat. Condição	1740-1749	1750-1759	1760-1769	1770-1779	1780-1789	1790-1799	1800-1809	1810-1820	0000	Total	%
Russas c. Guine, esc. m. Sr.	-		-	-	-	1	-	-	-	1	3,1
Ang. c. Russas. esc. m. sr.	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	6,2
Índio com Angola	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	3,1
Índio c. escr.	-	-	-	1	3	-	1	-	-	5	15,6
Ang. esc. c. Angola forro	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2	6,2
Ang. c. Costa esc. m. Sr.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3,1
Ang. c. Mina esc. m. Sr.*	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3	9,3
Ang. c. pardo esc. Sr. Dif.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	3,1
Ang. c crioulo esc. m. Sr.*****	-	-	-	2	3	3	1	-	-	9	28,1
Ang. c crioulo s. ref. escr.	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2	6,2
Mina preto forro c. crioula***	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	6,2
Pre. C. mul. Escr. M. Sr		1								1	3,1
Preto esc. c. Mameluco	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1
Mameluco c. crioula	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3,1
Total	-	2	2	5	10	8	5	-	-	32	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Russas - (1720-1820), livros 01 ao 02. (ADLN)

* Década de 1770, trata-se de uma proprietária;

** Década de 1780, 1 dos casos não traz referência ao proprietário e o outro casal pertence a mesma senhora;

*** Década de 1770, em um dos casos a crioula não traz referência à condição;

Os casamentos de Aracati e de Russas, no período de 1740 1820, evidenciam a predominância do que se pode chamar de endogâmias: brancos com brancos, índios com índios, pardos com pardos, crioulos com crioulos, pretos com pretos, cabra com cabra, angola com angola, guiné com guiné, dentre outras uniões. O razoável equilíbrio sexual entre os africanos em Aracati (74 homens angolas e 51 mulheres; 19 homens guinés e 16 mulheres; ver Tabela 12, no terceiro capítulo) poderia ser um elemento preponderante para justificar a preterição entre as naturalidades africanas. Contudo, em Russas, a diferença entre os sexos dos angolanos foi mais de 50%: 54 homens e 21 mulheres (ver Tabela 13, no terceiro capítulo) e mesmo assim correspondem a mais de 40% dos casos de casamentos endogâmicos. Em razão do exposto, de maneira geral, podemos pensar que a endogamia em Aracati e Russas pressupôs preterição entre os iguais de condições sociais, de naturalidades e de qualidades.

Todavia, nas duas freguesias os índices de uniões exogâmicas entre angolanos e crioulos – 20% Aracati e 28,1% Russas - representam o segundo lugar em termos de quantidades. Se pensarmos que os crioulos, em sua maioria, eram filhos de africanos nascidos no Brasil, a hipótese de preferências em relação às naturalidades permanece. Os crioulos casaram muito entre si em Russas, e, de modo geral, nas duas freguesias foram eles quem mais se uniram em uniões mistas com africanos. Assim, os casamentos mistos entre crioulos foram mais frequentes do que entre os africanos.⁴⁹⁷

No mais, as uniões exogâmicas (índios com pardos, pardos com mamelucos cabras com mulatos, pretos com mamelucos, etc.) evidenciam que os casamentos entre nubentes de condições, naturalidades e qualidades diferentes foram também marcas indeléveis responsáveis pelas pluralidades e miscigenação na formação de famílias em Aracati e Russas.

Sobre o casamento católico, como uma prática inerente a todos os grupos, gostaria de traçar ainda alguns comentários sobre os motivos que levaram os africanos e os indígenas ao casamento na Igreja. Mais uma vez, as inferências delineiam o quadro das incertezas. Pode-se pensar, assim como Sheila Faria, que no caso dos africanos, dentro do padrão religioso ocidental, a legalização dos matrimônios seria “uma das estratégias possíveis para tentar fazer com que os senhores respeitassem seus grupos

⁴⁹⁷ Semelhante observação faz Sheila de Castro Faria, em seu estudo sobre Campos de Goitacazes, entre os anos de 1734 a 1802. FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 336.

familiares. Os africanos habilmente utilizavam o código social e ritual do homem branco para ter condições de estabilizar sua organização familiar”.⁴⁹⁸

Já para os indígenas, dada a grande incidência de casamentos endogâmicos nos índios da vila Viçosa no Ceará, no século XIX, Maio Xavier conclui que para os nativos o casamento nos moldes da Igreja, na Colônia e no Império, “implicava, uma maneira de ter melhor aceitação por parte daqueles ditos civilizados, residindo aí uma das motivações para acatar o sacramento”.⁴⁹⁹

Leônia Rezende, em seu estudo sobre os índios nas Minas Gerais setecentistas, afirma que havia um certo temor nas uniões mistas entre indígenas e escravos, posto que “o casamento implicasse a perda da tênue liberdade, ao impor o cativo ao cônjuge, porque (...) era complexa e confusa a questão da liberdade para os índios coloniais, especialmente em casos que envolviam pais em desigualdade de condição jurídica”. Se a condição jurídica de livres e escravos implicava em embaraços para os indígenas, os matrimônios com cônjuges livres ou libertos “foi um expediente bastante eficaz, seja para marcar os limites do cativo, seja para reafirmar a condição de livre”.⁵⁰⁰ A autora também concluiu que a maioria dos enlaces se deu entre índios e livres, índios e forros ou entre eles próprios.

Portanto, assim como verificado para Aracati e Russas, as duas realidades apontam que prevaleceu a endogamia por condição e qualidade de livres/libertos nas uniões envolvendo os nativos. Endogamia também pode sinalizar por uma busca de igualdade, além de jurídica, social ante os significados que as pessoas casadas na Igreja adquiriam nos seus espaços de convivência, posto que o casamento religioso possuía um sentido profundo na sociedade da época e o status de casados, de certa forma, atendia aos discursos moralistas e normatizadores.

No tocante às condições jurídicas, as hipóteses direcionadas aos casamentos endogâmicos e mistos envolvendo escravos remetem também a questões relacionadas às proporções das posses de cativos. As sugestões historiográficas são de que as restrições demográficas e a disponibilidade de parceiros eram influenciados pelo tamanho do plantel, portanto, quanto mais escravos em uma escravaria, maiores as possibilidades de casamentos e maior a existência de casais endogâmicos.⁵⁰¹

⁴⁹⁸ Idem, p. 336.

⁴⁹⁹ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 174.

⁵⁰⁰ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 259, 265 e 267.

⁵⁰¹ COSTA, Iraci Del Nero da.; SLENES, Robert W.; e SCHWARTZ, Stuart B. “A Família escrava em Lorena (1801)” In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da.; e KLEIN, Herbert S.

Dado o significativo número de casais endogâmicos em Aracati e em Russas, poderíamos pensar que estamos diante de realidades socioeconômicas representadas por plantéis, constituídos por uma média de escravos que favoreceram casamentos entre os de iguais condições jurídicas. Quando as análises se estendem sobre os africanos, os plantéis possibilitaram uniões endogâmicas entre os de iguais naturalidades também. A hipótese ganha maior ênfase ao analisarmos a incidência de casamentos entre escravos pertencentes a um mesmo senhor. Em Aracati, encontrei 76 casais de escravos pertencentes ao mesmo senhor(as) e em Russas 62 casais. Contabilizei oito casais de escravos em Aracati e cinco em Russas, cujos nubentes pertenciam a senhores(as) diferentes.

Essas análises para as freguesias de Aracati e de Russas dialogam com resultados de pesquisas sobre os enlaces matrimoniais envolvendo realidades socioeconômicas próximas e semelhantes, mas também distintas e distantes, a nível de Ceará e Brasil. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez⁵⁰², em estudo sobre o Cariri na segunda metade do século XIX - localizado na região sul do Ceará ao analisar 463 famílias escravas, a partir dos Fundos de Manumissões e dos registros de batismos do Cariri, chegou à conclusão de que, das 71 famílias endogâmicas, 66 se constituíram por escravos pertencentes ao mesmo senhor e em apenas cinco dessas os escravos pertenciam a senhores diferentes. Rakel Galdino⁵⁰³, ao analisar a inserção e a presença da escravidão negra ao longo do século XVIII na ribeira do Acaraú, constatou a predominância de casamentos endogâmicos, formados entre companheiros do mesmo plantel, com exceção de apenas dois casamentos de escravos de plantéis diferentes. Stuart Schwartz⁵⁰⁴, em estudo sobre o Recôncavo Baiano, bem como Robert Slenes⁵⁰⁵, sobre Campinas, em São Paulo, que tratam de economias baseadas nas grandes lavouras

Escravidão em São Paulo e Minas Gerais. São Paulo: Edusp, 2009, p. 534, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annabume, 1999. Ver também: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro e PINTO, Fábio Carlos Vieira. “Tráfico e família escrava em Minas Gerais: o caso de São José do Rio das Mortes (1743-1850)”. In: PAIVA, Eduardo França; e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2008 e MACHADO, Cacilda. Op. cit.

⁵⁰² CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Op. cit. p. 116.

⁵⁰³ GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit. p. 218.

⁵⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 313.

⁵⁰⁵ SLENES, Robert W. “Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 1987, p. 218.

açucareiras com fins à exportação, afirmam a raridade de se encontrar nos arquivos da Igreja registros de escravos casados pertencentes a proprietários diferentes.

Essas realidades açucareiras, diferentemente das sertanejas aqui em análise, se constituíam, em grande maioria, por médios e grandes plantéis compostos por mais de 10 cativos. Pela documentação analisada, não tenho condições de identificar de maneira precisa todos os plantéis de escravos em Aracati e em Russas, nem muito menos classificá-los em tamanhos pelo número de cativos: se pequenos composto por um a nove escravos ou se médios e grandes formados por 10 cativos ou mais.

Contudo, Ana Sara Ribeiro,⁵⁰⁶ no trabalho supracitado, em análises sobre os inventários *post mortem*; e Raimundo de Souza,⁵⁰⁷ ao analisar os tamanhos dos plantéis na ribeira do Acaraú, a partir também de inventários, do período de 1709-1822, encontraram para as suas realidades em estudo uma grande maioria de proprietários, cujos plantéis se constituíam numa média de um a cinco escravos. Rafael Silva,⁵⁰⁸ no estudo sobre os Sertões de Mombaça, Ceará, no século XVIII, observou que a média de escravos por inventário ficou em torno de 3,4. Otaviano Vieira Júnior⁵⁰⁹, por sua vez, afirma que, no Ceará, “raras eram as famílias que possuíam mais de 20 escravos”. Pedro Alberto Silva afirma que, por razões relacionadas principalmente à partilha de bens entre herdeiros de fazendeiros de famílias numerosas, dificilmente um só proprietário tinha muitos escravos em seu poder. No Ceará, se tem notícia de apenas um proprietário com mais de 200 escravos: trata-se de José do Valle Pedrosa, filho de José Alves Pedrosa, “famoso potentado de São João do Príncipe (Tauá)” e que teria falecido no início do século XIX.⁵¹⁰

Em razão disso, podemos pensar que essa era uma realidade que também se estendia às freguesias de Aracati e Russas, isto é, propriedades escravas formadas por pequenos plantéis. Esse fato encontra respaldo ainda nas conclusões do estudo “*Posse de escravos e estrutura de riqueza no agreste e no sertão de Pernambuco*”, onde Versiane e Vergolino chegam à seguinte conclusão a respeito da média de escravos por proprietários e da distribuição dos mesmos em plantéis, em duas regiões de Pernambuco:

⁵⁰⁶ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Op. cit., p. 25

⁵⁰⁷ SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Op. cit. p. 3.

⁵⁰⁸ SILVA, Rafael Ricarte da. Op. cit. p. 116.

⁵⁰⁹ VIEIRA JÚNIOR, Otaviano. Op. cit. p. 131.

⁵¹⁰ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. Op. cit. p. 75 e 186.

Vê-se que tanto no Agreste como no Sertão predominavam um escravismo de pequenos proprietários. A relação média de escravos por proprietário é de 8,1 nos inventários do Agreste e 6,8, no Sertão, marcando um contraste acentuado com as várias dezenas de escravos mantidas por um engenho típico na Zona da Mata. (...) Verifica-se que quase dois terços dos escravos pertenciam a senhores que tinham não mais que 20 cativos, no Agreste; essa proporção sobe cerca de 90% no caso dos inventários do Sertão. Quanto ao tamanho do plantel por proprietário, vê-se que, em ambas as regiões, mais da metade dos senhores tinham 5 ou menos escravos; e mais de 80% deles tinham 10 ou menos escravos. Isso sugere que a mão-de-obra escrava estaria associada ao processo produtivo, no Agreste e no Sertão, de forma inteiramente diferente daquela descrita na ampla literatura sobre o complexo casa-grande e senzala.⁵¹¹

Portanto, o tamanho do plantel – plantéis pequenos - por si só não justifica a incidência de famílias endogâmicas formadas por escravos pertencentes ao mesmo senhor no Ceará. Nas freguesias de Aracati e Russas, a questão religiosa certamente teve peso significativo no acentuado número de casamentos de escravos pertencentes ao mesmo senhor. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia dão as seguintes normas sobre as regulamentações de casamentos de escravos:

Conforme o direito Divino, e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores não podem impedir o Matrimônio, nem o uso delle em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário peccão mortalmente, e tomão sobre suas consciências as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. Pelo que lhes mandamos, e encarregamos muito, que não ponham impedimentos a seus escravos para casarem, nem com ameaças, e máo tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão para partes remotas de fora, para legitimo, os não possam seguir. E declaramos, que por posto que casem, ficão escravos como de antes erão, e obrigados a todo o serviço de seu senhor.⁵¹²

⁵¹¹ VERSIANE, Flávio Rabelo e VERGOLINO. “Posse de escravos e estrutura de riqueza no agreste e no sertão de Pernambuco”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, nº 33 (2), abril-junho, 2003, p. 362. Na classificação dos autores, “a Zona da Mata: faixa de terra ao longo do litoral, relativamente estreita e destinada ao cultivo do açúcar; O sertão localizado na parte ocidental, de clima semiárido e ocupado por grandes proprietários de gados e o Agreste, localizado entre o Sertão e a Mata, cuja produção era voltada para a produção de alimentos (autoconsumo e abastecimento da zona açucareira), cultivo de algodão e criação de gado”. Idem, p. 358-59. De acordo com Muirakytan Macêdo, na capitania sertaneja do Rio Grande, durante o século XVIII, “a maior parte dos criadores tinha um conjunto de cativos inferior a cinco e, na maior parte das vezes, ou não os possuíam ou tinha somente um escravo”. MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. “Vivos e mortos na Ribeira do Seridó, Capitania do Rio Grande do Norte”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 8.

⁵¹² VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit. p. 125.

Embora não alterasse a condição social do escravo, deixando muito claro que a Igreja não se posicionava contra a escravidão, os argumentos do documento ordenavam aos proprietários para não impedirem os casamentos entre cativos e destes com pessoas livres. Em caso de venda, não os perturbassem a vida conjugal, sob pena de caírem em pecado mortal e assumirem as culpas pelas eventuais uniões consensuais, “ilegítimas”, entre os escravos. Não é difícil imaginar as distâncias entre a lei e as práticas. Tendo em vista que os escravos sofriam a intrusão direta do senhor em sua vida familiar, muitos casamentos entre cativos foram dificultados ao máximo ou impedidos pelos proprietários. Desse modo, “o poder do proprietário podia expressar-se no impedimento às uniões, designação de parceiros, determinação da época do casamento e, em última análise, na separação das famílias”.⁵¹³

Mesmo havendo transgressões às normas canônicas, a inseparabilidade do casal certamente foi um fator preponderante que levou muitos senhores a impedir que seus escravos se unissem através de sacramento do matrimônio com escravos de outros senhores. Nesse sentido, os tamanhos dos plantéis têm influências sobre as uniões consagradas pela Igreja entre os escravos e isso pode justificar o reduzido número de matrimônios envolvendo escravos nas duas freguesias em análise, como já discutido, em torno de 10% para a população de casados. Não podemos desconsiderar essa realidade na compreensão sobre a questão da legitimidade para a população escrava, assunto a ser discutido no próximo tópico.

Se o plantel não oferecia condições para que as núpcias se fizessem entre os de iguais condições, os casamentos exogâmicos eram inevitáveis. Por esse prisma, podemos pensar que as uniões matrimoniais entre escravos de senhores diferentes, entre escravos e livres ou libertos se constituíam a revelia dos senhores. Essa revelia na escolha do cônjuge não pode ser compreendida de maneira tão simplista, pois claro está que sendo o escravo uma propriedade, os casamentos não podiam acontecer sem a concordância do senhor.

A hipótese principal de Robert Slenes, em seu estudo sobre Campinas, São Paulo, no século XIX, é a de que “o interesse dos donos no casamento de escravos se tenha traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mas reservando ao senhor o direito ‘paternalista’ de seguir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes dos escolhidos.”

⁵¹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Op. cit. p. 314 e 316.

Afinal, “é difícil acreditar que uma política de casamentos forçados, sem base alguma no desejo dos trabalhadores, pudesse ser eficaz”, pois, “ao invés de promover a reprodução, a disciplina e a (aparente) submissão uma tal política provavelmente teria feito efeitos contrários”.⁵¹⁴

Afinal, até que ponto os casamentos entre os escravos seria interferência do senhor e/ou iniciativa dos escravos? Quem toma a decisão no final das contas? Não seria contraditório o fato do escravo poder escolher o cônjuge mas, com algumas exceções, só casar dentro da mesma propriedade?

De todo modo, ao colocar em xeque a questão da autonomia cativa, Slenes traça um diálogo importante com a historiografia norte-americana da década de 1970. As perspectivas teóricas de Genovese⁵¹⁵ e Gutman⁵¹⁶, a título de exemplo de um quadro historiográfico maior, inserem-se no revisionismo historiográfico que, em diálogo com a renovação marxista do período, especialmente E. P. Thompson, ao deter-se sobre a história social da classe trabalhadora na Europa, no combate ao marxismo ortodoxo, não mais viam os trabalhadores como vítimas, mas agentes na classe operária. Estudos influenciados por essa historiografia inglesa e norte-americana, a exemplo de *Na senzala um flor* de Slenes, começaram a rever a questão da família cativa, cujos resultados têm ido muito no sentido de apontar para uma certa autonomia escrava, embora não se perca de vista, como já enfatizado, a dura realidade de um cotidiano no qual o paternalismo escravista assegurava ao senhor a palavra final. Em outras palavras, essa perspectiva dota o escravo de seu devido papel histórico.⁵¹⁷

Por esse prisma, não seriam as preferências endogâmicas entre os angolas e os guinês em Aracati e em Russas um indicativo de autonomia nas escolhas dos cônjuges entre escravos? Luna e Klein sugerem que, embora a endogamia por plantel possa ser explicada

no plano da conveniência dos senhores, a endogamia por grupo de procedência supõe outro tipo de motivação que indica existirem regras

⁵¹⁴ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Op. cit. p. 102

⁵¹⁵ GUTMAN H. G. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976.

⁵¹⁶ GENOVESE, E. D. *Roll Jordan Roll: the world the slaves made*. New York: Vintage, 1976.

⁵¹⁷ Sobre outros trabalhos no Brasil que bebem nesse revisionismo sobre a família escrava, ver: CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Op. cit; FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. FLORENTINO, M. G. & GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Op. cit. MOTTA, José. Flávio. Op. cit. e SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, Op. Cit.

matrimoniais que vão além da disposição dos senhores em casar aleatoriamente suas escravas. Que regras são essas, quem as cria e quem as faz cumprir são perguntas ainda sem respostas.⁵¹⁸

O poder de decisão do senhor sobre a escolha dos cônjuges de sua escravaria fica evidente nos casamentos exogâmicos entre escravos e livres. Nesses tipos de uniões, “os escravos só poderiam casar se apresentassem a licença do senhor por escrito e o termo de seguimento assinado pelo contratante não submetido à escravidão”.⁵¹⁹

Os entraves de ordem religiosa e que podem ter contribuído nas formações das famílias endogâmicas, do ponto de vista da condição, em Aracati e em Russas, não se restringiam à inseparabilidade do casal escravo. No geral, uma das primeiras dificuldades ocorria em relação à apresentação da certidão de batismo, que funcionava como certidão de idade, justamente porque, dada “a grande mobilidade geográfica da população escrava, os contraentes residiam por vezes em freguesias distantes daquelas onde tinham batizados”. Não obstante a isso, geralmente “os párocos locais aceitavam celebrar o casamento desde que uma pessoa idônea se responsabilizasse pela posterior apresentação das certidões exigidas”.⁵²⁰

Do ponto de vista burocrático, como a apresentação da certidão de batismo, as exigências eram as mesmas para casamentos de livres e de cativos. Outro elemento significativo eram as denúncias ou proclames, já que, segundo Maria B. Nizza da Silva, os proclames tinham de ser tornados públicos durante três domingos ou dias santos seguidos “não só na freguesia onde os contraentes iam celebrar o matrimônio, mas também naquelas onde tinham residido depois de chegarem à idade adulta”.⁵²¹ As dispensas de banhos nas freguesias de Aracati e Russas foram muito raras, e geralmente também não se indica o motivo no assento. A exceção se faz para o registro seguinte:

Aos dezesseis de agosto de mil sete centos e oitenta e cinco, depois de confessados e examinados na Doutrina da Santa Igreja, nesta matriz do Aracati, pelas nove horas da manhã, receberão presente mim, cura abaixo assignado, conforme os Ritos da Santa Igreja, Mauricio Tavares e Ignacia Maria, ambos pardos, desta freguesia, sem banhos por viverem concubinados [ilegível] aos que vivem publicamente incorrigíveis por despaxo do Ilmo [ilegível], (...). Sendo presente por testemunhas o Coronel Jose Carlos Barreto, vila do Recife, solteiro e o

⁵¹⁸ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 123.

⁵¹⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. Op. cit. p. 123.

⁵²⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizzada. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978, p. 142.

⁵²¹ Idem, p. 143.

Alferes Ignacio Manoel, solteiro, que para constar fiz esse em que me assigno.

Cura João de Souza Magalhães Galvão.⁵²²

Durante a cerimônia religiosa, destacava-se a presença das testemunhas, geralmente homens. Poucos registros de casamentos trazem referência ao horário da cerimônia. Os horários variavam de 7 às 11 da manhã e 5 da tarde. Em apenas dois dos registros de Aracati, encontrei o horário de 6 e 7 da noite. Segundo Gian Carlo de Melo, tanto a presença de testemunhas quanto o horário da cerimônia adquiriam significados importantes, posto que:

A cerimônia só poderia ocorrer durante o dia ‘nem antes do nascer do sol nem dele posto’. Tal procedimento pode ser relacionado à publicidade da cerimônia, evitando erros e pecados, como celebrações clandestinas ou não desejadas. Para garantir uma visibilidade no momento da união, não somente a claridade importava, mas também que todos pudessem ver o ato, já que as portas deveriam permanecer abertas, como ocorre até hoje.⁵²³

Outro fator ainda a ser levado em conta para a interdição de realização de casamentos diz respeito às dispensas ou impedimentos matrimoniais por grau de parentesco. A partir de 1790, ficou estabelecido pela bula *Magnam Profcto Curam* que os bispos do Brasil poderiam dispensar os graus de parentescos, exceto o primeiro de consanguinidade.⁵²⁴ Já para Elizabeth Anna Kuznesof, “casamentos entre parentes com até três graus de parentesco eram proibidos pela lei canônica, mas as dispensas eram até frequentemente pedidas e concedidas”. Assim, “casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas eram na realidade muito comuns no Brasil colonial, e eram utilizados conscientemente como um meio para impedir a dispersão do patrimônio familiar”.⁵²⁵

Além dos impedimentos ligados ao parentesco consanguíneo ou natural, outros ainda justificavam a impossibilidade ou até mesmo anulação da união, dentre eles:

espiritual (contraído no batismos, entre o que batizava, seu pai e sua mãe); legal (proveniente da adoção e contraído entre perfilhante, perfilhado e filhos da que perfilha, bem como entre a mulher do adotado e a adotante, e a mulher do adotante e o adotado). Importante também o impedimento de afinidade contraída pelo marido com todos

⁵²² Livro de Casamento de Aracati, nº 2 (1797-1807), p. 34 e 34v.

⁵²³ MELO, Gian Carlo de. Op. cit. p. 65.

⁵²⁴ Idem, p. 133.

⁵²⁵ KUZNESOF, Elizabeth Anna. “A família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)”. *Revista de Brasileira de História*. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989, p. 45.

os parentes consanguíneos da esposa até o quarto grau e vice-versa, e ainda, entre o homem e todos os parentes de uma mulher com quem tivesse cópula ilícita (e vice-versa). A lista de impedimentos incluía, porém, várias outras situações, como rapto, impotência, falta de testemunhas, ausência de pároco e disparidade de religião.⁵²⁶

Com relação aos impedimentos nos registros de casamentos de Aracati e de Russas, encontrei somente algumas evidências referentes às dispensas concedidas aos graus de parentescos. Em Aracati, foram 24 casos de dispensa de parentesco de segundo grau, 13 de terceiro grau e dois de quarto grau. Em Russas, as dispensas dizem respeito a 16 impedimentos de segundo grau, 12 de terceiro e quatro de quarto grau. O parentesco entre alguns nubentes era tão imbricado que foram pedidos dispensas para dois graus de parentesco: segundo e terceiro e/ou terceiro e quarto. Nos casos em que se verificam as dispensas por grau de parentesco nas duas freguesias, os nubentes eram livres, filhos legítimos e sem referência a qualidades.

Uniões sacramentadas e estáveis entre indivíduos de condições sociais, naturalidades e qualidades iguais e distintas foi prática comum em Aracati e em Russas. Porém, a família legítima não foi o único modelo. No rol das pluralidades, marcadas por outros valores de ordem socioeconômicos, religiosos e culturais, encontrei um elevado número de relações consensuais ou concubinas, cujos filhos ditos naturais, tão presentes nas atas de batismos, constituem expressivas evidências.⁵²⁷

5.2 Mães “solteiras” e filhos “naturais” na formação familiar mestiça nas freguesias de Aracati e de Russas

Se para a Igreja Católica, na Colônia e no Império, a única forma de união admitida para os casais era a determinada por ela, não produziam efeitos todas as outras que porventura ocorressem. Todavia, dentre as muitas formas de negação, impossibilidades, impedimentos econômicos, religiosos ou fruto de uma escolha pessoal, uma das formas de se constituir família se deu pela consensualidade ou concubinato. De acordo com Torres-Londono, “embutidos nas atas de batismo, os

⁵²⁶ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit. p. 67. SILVA, Maria Nizza da. Op. cit. p. 129-131 e GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. Op. cit. p.31 a 39. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

⁵²⁷ “A designação natural era usada ou quando o pai era incógnito ou os pais não eram casados”. LIBBY, Douglas Cole. “À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). Op. cit. p. 43.

índices de ilegitimidade apontam concepções fora do casamento que podiam remeter ao concubinato, mas também a relações esporádicas, às vezes a um único encontro”.⁵²⁸

Os amores ilícitos entre um homem e uma mulher, as formas de organização familiar concubinas ou consensuais, representavam para a Igreja transgressão às normas. Contudo, as diferenças entre casamento e concubinato, na Colônia e no Império, alcançam dimensões que iam além das normas tridentinas. “O casamento era, sobretudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visava à satisfação da família”. Já o concubinato “abria espaço para a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual”. O casamento era “o local privilegiado e socialmente reservado para a construção de alianças familiares seladas entre partes que tinham valores a se oferecerem mutuamente, quer fossem eles de ordem financeira, de prestígio social e/ou político” enquanto que “no concubinato, os interesses pessoais encontravam espaço e estes não se pautavam necessariamente pela igualdade dos envolvidos”. Por esse prisma, parece que o que estava em questão “nem sempre era o relacionamento em si, mas sua durabilidade porque trazia grandes implicações”.⁵²⁹

Para Rangel Cerceu Neto, a concubinagem “provém de união livremente consentida entre homens e mulheres, podendo ser eventual, transitória ou duradoura, e de que foi legitimada pelo costume”.⁵³⁰ Luciano Figueiredo vê na “família fracionada”, onde a unidade doméstica, o domicílio, não pode ser uma categoria de definição, um projeto familiar “entre aqueles que desejavam manter a estabilidade dos relacionamentos. Envolve o desenvolvimento de um sentimento de família que se manifestaria por meio de um gênero de vida comum, solidariedade afetiva e material, além da realização de rituais privados”.⁵³¹ Segundo Eurípedes Funes, as uniões consensuais também formavam “uma outra possibilidade de constituição de família,” ou

⁵²⁸ TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. cit. p. 57.

⁵²⁹ REZENDE, Maria Leônia Chaves de. Op. cit. p. 235 e 236. Sobre a mesma opinião de que o que caracterizava o concubinato era a durabilidade das relações, ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. cit. p. 160 e VAINFAS, Ronaldo. Op. cit. p. 73.

⁵³⁰ CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789)*. Op. cit. p. 46. Sobre a legitimação das relações concubinas pela sociedade, pelo costume, posto que em confronto com a moral normativa da Igreja e do Estado moderno português, o autor define o que é costume: “Costume pode ser considerado como Lei e rotina: “Quando a adoção de um ato é razoável e considerada segura e benéfica ao povo, em conformidade à sua natureza e disposição, o povo o pratica reiteradamente; pela prática contínua do ato, ele se torna um costume, e, sendo praticado sem interrupção, obtém força de lei. O costume que surge da rotina ou aparece dentro de um contexto de normas sociológicas atinge áreas mais indistintas: as crenças não escritas, usos assentados na prática, mas não baseados em lei”. Idem, ibdem.

⁵³¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. cit. p. 160.

seja, “uniões que não se enquadram nos princípios ideológicos e morais que servem de controle da ordem social estabelecida; mas nem por isso deixam de ser legítimas.”⁵³²

Fruto das uniões duradouras ou esporádicas, o concubinato podia ser classificado de várias maneiras:

o simples, que provinha da união de pessoas solteiras, que podia ser usual, esporádica ou duradoura; o adúltero, onde um ou ambos amasiados eram casados; incestuoso referia-se às relações entre parentes por consanguinidade e afinidade, apadrinhamento e descendência direta ou colateral; o clerical, relacionamento em que um dos membros ou os dois pertenciam ao mundo religioso; o misto, concubinato que combinava adultério e incesto; o duplo ou poligâmico, relação que admitia vários parceiros; e por fim, “o com promessa de casamento que se caracterizava pelo estabelecimento de sponsais por contrato ou por promessa oral não cumprida por um dos concubinos.”⁵³³

A partir das atas de batismos quando os filhos denominados de legítimos trazem os nomes do pai e da mãe ou quando os filhos ditos naturais, com algumas exceções, trazem apenas a filiação materna, indicando ser filho(a) de pais não casados na Igreja, chegamos aos índices de “legitimidade” na formação das famílias nas freguesias de Aracati e de Russas. Pela documentação em análise, não é possível qualificar se filhos de concubinatos simples, adúltero, incestuoso, clerical ou misto. A categoria legitimidade/naturalidade, assim como a condição social, desde os primeiros anos em análise, foi uma informação muito presente nos batismos e acompanhou a dinâmica nas várias temporalidades de conformação socioeconômica discutidas no segundo capítulo.

Em Aracati e em Russas, no período de 1720 a 1820, os índices de legitimidade, com exceção para as mulheres de Aracati (57,7%), correspondem a mais de 60%, para ambos os sexos. Os filhos naturais representam pouco mais de 10% nas duas freguesias e o índice de expostos não chega a 3% (Tabelas 36 e 37).

⁵³²FUNES, Eurípedes Antonio. Op. cit. p. 120.

⁵³³CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789)*, Op. cit. p. 100.

TABELA 36

Legitimidade e sexo dos batizados freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas e sexo	Homens					Mulheres				
	Leg.	Nat.	Exp.	S.R	Total	Leg.	Nat.	Exp.	S.R	Total
1740	24	-	-	10	34	21	1	-	15	37
1750	76	4	2	13	95	54	7	-	18	79
1760	148	20	1	56	225	140	11	4	55	210
1770	131	10	4	113	258	103	9	9	104	225
1780	263	77	12	376	728	219	94	13	363	689
1790	443	116	54	341	954	451	95	18	384	948
1800	842	73	30	178	1.123	723	78	42	232	1.075
1810	923	184	32	74	1.213	785	179	28	64	1056
0000	91	9	3	79	182	94	7	3	59	163
Total	2941	493	138	1240	4812	2590	481	117	1294	4482
%	61,1	10,2	2,8	25,7	100	57,7	10,7	2,6	28,7	100
Sem referência a sexo										44
Total de registros										9.294

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

*S.R. indica os registros em que as categorias legítimo(a), natural e exposto(a) não aparecem na documentação.

TABELA 37

Legitimidade e sexo dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820

Décadas e sexo	Homens					Mulheres				
	Leg.	Nat.	Exp.	S.R	Total	Leg.	Nat.	Exp.	S.R	Total
1720	1	-	-	2	3	2	-	-	2	4
1730	91	6	1	83	181	104	6	3	57	170
1740	195	12	3	72	282	168	11	8	70	257
1750	493	55	23	242	813	402	49	8	261	720
1760	330	32	12	267	641	329	41	12	251	633
1770	256	76	19	137	488	244	73	16	158	491
1780	565	152	19	144	880	524	152	27	124	827
1790	453	116	33	57	659	462	145	18	61	686
1800	650	182	35	34	901	595	203	26	26	850
1810	840	224	20	48	1132	818	121	20	135	1094
0000	165	26	5	80	276	130	11	6	115	262
Total	4039	881	170	1166	6.256	3778	812	144	1260	5994
%	64,5	14,0	2,7	18,6	100	63,0	13,5	2,4	21,0	100
Sem referência a sexo										150
Total de registros										12.400

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

Os expostos em Aracati e em Russas apresentam uma pequena maioria para os homens, mas não trazem a condição social e nem referência sobre a legitimidade. Poucos registros apresentam as qualidades dos expostos. Destes, para Aracati encontrei 29 brancos, 18 pardos, dois cabras, uma índia, um preto e um mulato. Portanto, foram

mais expostos brancos do que pardos.⁵³⁴ Em Russas, apenas um assento traz a categoria de mameluca para uma menina exposta.

No seio das indefinições sobre a procedência dos filhos naturais, se fruto de relações esporádicas, duradouras, consensuais ou concubinas, a categoria de expostos se faz ainda de mais difícil classificação justamente pela ausência dos nomes dos pais ou da mãe, haja vista que geralmente as atas de batismos só mencionam a casa onde a criança foi exposta; e, quando se referem aos pais, trazem a condição de incógnitos. Segundo Sergio Odilon Nadalin, os expostos ou enjeitados são geralmente incluídos na categoria de ilegítimos “na hipótese de que fossem crianças, na sua maioria, também nascidas fora do matrimônio”.⁵³⁵

Quanto aos motivos para a exposição de crianças, segundo Bacellar, de modo geral, “a pobreza ou o desejo de ocultar uma gravidez inconveniente constituíam os principais panos de fundo para o enjeitamento”.⁵³⁶ Sheila de Castro Faria também apresenta argumentos plausíveis que, em linhas gerais, justificariam a exposição de crianças no Brasil para ricos, pobres, adúlteros e solteiros:

a exposição de crianças representava a própria manutenção da estabilidade familiar ou, melhor dizendo, da moralidade familiar. Para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adúlteros poderia significar manter a herança dentro da legalidade e da moral católica. Abandonar os filhos indesejáveis permitia às pessoas solteiras voltarem sem empecilhos ao mercado matrimonial. Acho pouco provável que filhos de casais pobres tenham expostos seus filhos, mão-de-obra que se tornariam adiante. Já mães solteiras teriam, quando pobres, talvez mais necessidade de fazê-lo, mas mesmo assim acho que a origem do enjeitado, independentemente da fortuna dos pais, está relacionado com uma gravidez indesejada, não prevista. Em suma, mesmo que a exposição de crianças possa ter-se dado por motivos econômico-financeiros ou morais, o que se pretendia era manter a unidade produtiva familiar em funcionamento, fosse pobre ou rica, dentro do que se pensava serem as condições mínimas favoráveis.⁵³⁷

Com relação ao índice de legitimidade, em Aracati e em Russas, pelas razões já discutidas, os batismos confirmam a importância que o casamento cristão adquiriu para essa sociedade. Por outro lado, as proporções de filhos naturais são muito significativas,

⁵³⁴ Mais expostos brancos do que pardos também foi a constatação de MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 56.

⁵³⁵ NADALIN, Sergio Odilon. Op. cit. p. 104.

⁵³⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 208.

⁵³⁷ FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. p. 71.

sobretudo quando associamos legitimidade à condição social. Nas duas freguesias as taxas de filhos legítimos livres correspondem a mais de 95% dos casos. Em Aracati os filhos legítimos de escravos representam 1,9% e em Russas 3,9% dos registros. Já os forros 0,03% em Aracati e 0,08% em Russas (Tabelas 38 e 39). Ora dada as diferenças nas proporções gerais em relação à população livre, forra e escrava, (ver Tabelas 6 e 7 no segundo capítulo), as cifras parecem compreensíveis sem muitos questionamentos. Contudo, quando se analisa a condição jurídica entre os filhos naturais, os dados deixam entrever uma relação muito mais acentuada entre ilegitimidade e escravidão.

TABELA 38

Legitimidade e condição social dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas e sexo*	Filhos(as) Legítimos(as)				Filhos(as) Naturais				
	Cond.	Liv.	Esc.	For.	Total	Liv.	Esc.	For.	Total
1740		45	-	-	45		-	-	-
1750		126	4	-	130	4	6	1	11
1760		285	3	-	288	25	-	6	31
1770		227	6	1	234	14	4	1	19
1780		480	2	-	482	153	13	5	171
1790		883	11	-	894	168	41	2	211
1800		1522	42	1	1565	41	106	4	151
1810		1679	29	-	1708	336	26	1	363
0000		181	4	-	185	16	-	-	16
Total		5428	101	2	5531	757	196	20	973
%		98,1	1,9	0,03	100	77,8	20,1	2	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

TABELA 39

Legitimidade e condição social dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820

Décadas e sexo	Filhos(as) Legítimos(as)				Filhos(as) Naturais				
	Cond.	Liv.	Esc.	For.	Total	Liv.	Esc.	For.	Total
1720		-	3	-	3	-	-	-	-
1730		187	8	-	195	9	2	1	12
1740		355	8	-	363	21	1	1	23
1750		840	55	-	895	67	35	2	104
1760		628	29	2	659	40	33	-	73
1770		488	12	-	500	77	72	-	149
1780		1052	37	-	1089	122	180	2	304
1790		880	33	2	915	124	137	-	261
1800		1165	78	2	1245	179	204	2	385
1810		1620	37	1	1658	121	219	5	345
0000		289	6	-	295	13	24	-	37
Total		7504	306	7	7817	773	907	13	1693
%		95,9	3,9	0,08	100	45,6	53,5	0,7	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

A lógica entre filhos naturais e escravidão se inverte totalmente, sobretudo no caso de Russas, posto que, se entre os escravos filhos legítimos as taxas correspondem a 3,9%, os escravos filhos naturais chegam a mais de 50%. Os filhos naturais livres correspondem a 45,6%. Em Aracati, o número de filhos naturais e livres é bem mais expressivo (77,8%) em comparação aos escravos (20,1%). Em compensação, o número de forros filhos naturais (2%) é maior do que em Russas (0,7%). Portanto, com algumas particularidades, que devem levar em conta, inclusive, a diferença entre o número de batismos nas duas freguesias, é indiscutível as maiores taxas na relação filhos naturais, escravidão e alforria.

Quando a questão envolve legitimidade/qualidade (Tabelas 40 e 41), percebe-se que, no que diz respeito aos filhos legítimos em Aracati, os brancos (7,8%) e pardos (4,1%) ganham maior ênfase nos registros. Em Russas, em termos proporcionais, a situação se assemelha: brancos (15,9%) e pardos (8,2%).

TABELA 40

Filhos legítimos e qualidades dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820

Qualidade\ Cor	Brac.	s.bran	Índ	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	34
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	95
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	225	225
1770	6	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	251	258
1780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	727	728
1790	217	-	13	2	-	14	-	15	4	5	7	111	566	954
1800	306	-	37	-	-	-	2	12	1	1	7	172	585	1.123
1810*	210	-	10	-	-	1	-	-	33	-	10	59	890	1.213
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182	182
Total	380	-	28	-	-	7	1	14	14	3	18	199	4148	4812
%	7,8	-	0,5	-	-	0,1	0,02	0,2	0,2	0,06	0,3	4,1	86,2	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

TABELA 41

Filhos legítimos e qualidades dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820

Qualidade\ Cor	Brac.	s.bran	Índ	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
1730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181	181
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	282	282
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	813	813
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	641	641
1770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488	488
1780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	880	880
1790	58	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	25	572	659
1800	359	-	10	-	-	19	1	32	1	11	-	205	263	901
1810*	572	11	11	-	1	7	4	14	22	18	10	285	177	1132
0000	10	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	261	276
Total	999	12	22	-	1	29	5	47	23	29	10	518	4561	6.256
%	15,9	0,1	0,3	-	0,01	0,4	0,07	0,7	0,3	0,2	0,1	8,2	72,9	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

No quesito filhos naturais e qualidade (Tabelas 42 e 43), verifica-se em Aracati maiores índices entre os pardos (1,7%), os crioulos (0,5%), os brancos (0,4%), os índios e os mulatos (0,3%). Em Russas, em primeiro vem os pardos (9,2%), em segundo os crioulos e os pretos (6,0%) e em terceiro os brancos (0,4%).

TABELA 42

Filhos naturais e qualidade dos batizados, freguesia de Aracati, 1740-1820

Qualidade\ Cor	Brac.	s.bran	Índ	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	34
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	95
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	225	225
1770	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	257	258
1780	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	726	728
1790	6	-	5	1	-	-	8	19	2	-	1	43	869	954
1800	8	-	9	-	-	-	5	9	-	1	3	47	1005	1.123
1810	6	1	3	-	-	2	-	-	14	1	5	5	1176	1.213
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182	182
Total	20	1	17	2	-	2	13	28	18	2	9	95	4605	4812
%	0,4	0,02	0,3	0,04	-	0,04	0,2	0,5	0,3	0,04	0,1	1,7	95,6	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 14. (ADLN)

TABELA 43

Filhos naturais e qualidades dos batizados, freguesia de Russas, 1720-1820

Qualidade\ Cor*	Brac.	s.bran	Índ	Mest.	Curib.	Cabr.	Cab.	Crio.	Mul.	Mam.	Pret.	Pard	S. Ref	Total
1720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
1730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181	181
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	282	282
1750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	813	813
1760	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	641	641
1770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488	488
1780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	880	880
1790	1	-	-	-	-	3	3	4	1	-	4	9	634	659
1800	4	-	3	-	1	41	-	24	-	8	3	89	728	901
1810	22	3	-	-	-	28	-	10	5	8	36	144	876	1132
0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	271	276
Total	27	3	3	-	1	72	3	38	6	16	43	247	5797	6.256
%	0,4	0,04	0,04	-	0,01	1,1	0,04	0,6	0,09	0,2	0,6	9,2	92,6	100

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

Os registros que elencam as categorias legitimidade, condição de escravos e forros e qualidades são tão esparsos que achei por bem não criar tabelas. Em Aracati, os filhos legítimos escravos ficaram distribuídos entre: 16 pretos, 11 pardos, oito crioulos, um mulato e um cabra. Para os forros legítimos, tem-se: três crioulos, dois pretos e um pardo. Os filhos naturais e escravos constam 26 pretos, 21 pardos, 14 crioulos, quatro mulatos, dois cabras e um pardo forro. Em Russas, verifica-se a seguinte configuração: três índios filhos legítimos e um índio filho natural. Em relação aos demais filhos legítimos e escravos, tem-se: 37 crioulos, 12 pardos, nove cabras, oito pretos, um mulato e um crioulo forro. Os filhos naturais ficaram distribuídos entre 113 pardos, 50 cabras, 46 pretos, 45 crioulo, sete mulatos, um preto forro e dois pardos forros.

O casamento cristão não foi privilégio de livres, abastados e brancos. Contudo, as mulheres indígenas, assim como as africanas e seus descendentes escravos (pretos, crioulos, pardos, cabras, mulatos, dentre outros), constituíam a maior parcela do contingente feminino que vivia fora das uniões matrimoniais sacramentadas pela Igreja.⁵³⁸

A predominância da ilegitimidade entre essa população escrava e mestiça de Aracati e de Russas pode ter relação com o tamanho das escravarias. Os pequenos plantéis possivelmente tiveram implicação direta nas escolhas, ou melhor, nas disponibilidades de cônjuges. Assim, acredito poder dialogar com Sheila de Castro

⁵³⁸ Ver semelhante observação em: CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789)*. Op. cit. p. 43.

Faria, ao afirmar que: “crioulos casavam menos porque lhes era mais difícil encontrar parceiros: seus companheiros de cativo, africanos, casavam-se entre si; os demais, parentes próximos, estavam interditados”. Quando era possível “encontravam parceiros, de outros donos, o matrimônio estava impossibilitado por imposição senhorial. Respondiam, então, com a ilegitimidade”.⁵³⁹

Portanto, a partir do exposto, para todo o segmento populacional, nas duas freguesias, constata-se a presença de proles legítimas e naturais. Todavia, a ilegitimidade alcançou maiores proporções entre as mães escravas e forras. A predominância de mulheres solteiras com filhos de pais incógnitos foi realidade verificada em várias outras realidades no Brasil Colônia.⁵⁴⁰ Mas, afinal, se o casamento cristão, como discutido, conferia status e legitimidade social, assumia, enfim, papel religioso, social e político tão importante na formação de famílias, para todo um segmento populacional no Brasil, o que explicaria as altas taxas de ilegitimidade? As considerações historiográficas a seguir nos fornecem elementos para pensar a questão da ilegitimidade presente nas freguesias de Russas e de Aracati.

Alguns historiadores defendem que os entraves criados pela Igreja e as condições econômicas desfavoráveis constituem grande peso para o alto índice de ilegitimidade.⁵⁴¹ Ronaldo Vainfas, à medida que contesta os tão pregoados entraves burocráticos e econômicos, apresenta outras possibilidades para o não casar.

A nosso ver, os segmentos pobres deixaram de se casar no Brasil não porque lhes fossem impossível enfrentar obstáculos financeiros e burocráticos exigidos pelo matrimônio oficial, nem muito menos por terem escolhido qualquer forma de união oposta ao sacramento católico. Amancebavam-se por falta de opção, por viverem, em sua grande maioria, num mundo instável e precário, onde o estar concubinado era contingência desclassificação, resultado de não ter bens de ofício, da fome e da falta de recursos, não para pagar o casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial. Forros, brancos, pobres, mestiços, pardos, gente que vivia à cata de alguma oportunidade que lhes amenizasse a miséria, do ouro, das Minas ou de Mato Grosso, de qualquer serviço eventual, do banditismo – por que haviam de casar? Itinerantes, inseguros, deserdados numa grande

⁵³⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. cit. p. 336.

⁵⁴⁰ Entre outros estudos que trazem essa constatação, ver: GALDINO, Maria Raket Amancio. Op. cit. p. 242; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 77; e MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 212.

⁵⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. cit.; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Op. cit; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

fronteira como era o Brasil da época, esses homens não tinham escolha senão a de unir-se a mulheres de igual condição, mulheres que ‘não tinham marido’, como então se dizia, e que dificilmente o teriam na sociedade colonial.⁵⁴²

Sob o prisma da mobilidade geográfica ou pela “geografia da legitimidade”, também para Torres-Londono, em parte, as práticas concubinárias explicam-se pelo fato de que, no período colonial, as populações eram fluidas, difíceis de fixar, de controlar, formadas por “homens e mulheres das vilas ou dos arraiais que se movimentavam nas ruelas, nas vendas, nos mercados, nas lavras, nos caminhos, indo de um arraial para outro”. Esses “espaços onde pobres, forros e índios, à procura de sua sobrevivência, tinham facilidade em aceitar formas mais simples de relacionamento do que um casamento, cheio de entraves, exigências e custos”.⁵⁴³

Rangel Cerceu Neto, em seu estudo sobre concubinato, família e mestiçagem na comarca do Rio das Velhas (1720-1789), aponta pelo menos três justificativas possíveis que levaram portugueses, indígenas, africanos e luso-brasileiros a viverem outras formas de união alheias ao matrimônio cristão, quais sejam: “um dos principais mecanismos usados por mulheres libertas para conquistar, por meio desses laços afetivos, espaços para se organizarem e manterem vínculos familiares, conseguindo ascensão social e econômica num universo extremamente adverso”. Para mulheres africanas, indígenas e suas descendentes, livres, forras e escravas, a opção por viver em concubinato se dava porque “a atuação delas na atividade cotidiana, inclusive na gerência de seus ganhos financeiros por meio do trabalho, não se coadunava com o papel reservado à mulher no casamento pregado pelos cânones católicos da época”. Para as africanas, o legado transmitido pelos costumes por esses povos como, por exemplo, “a linha matrilinear e a poligamia, praticadas pelas mulheres do grupo Bantu” (angolas, benguelas e congolesas), tinham como referência um “tipo de organização matriarcal na qual a mãe era detentora de status e direitos”, estabelecidos pelas ashanti (as Minas, Fanti-ashanti).⁵⁴⁴

Na mesma direção, Vanda Lúcia Praxedes, em estudo realizado sobre as dimensões da ilegitimidade na comarca de Rio das Velhas, em Minas Gerais, no período de 1770-1840, afirmou que ilegitimidade integra o cotidiano dos habitantes da comarca e está em todas as camadas sociais. Embora concentre-se nas mais baixas, as “mulheres,

⁵⁴² VAINFAS, Ronaldo. Op. cit. p. 123.

⁵⁴³ TORRES-LONDOÑO, Fernando. Op. cit, p. 59 e 61.

⁵⁴⁴ CERCEAU NETO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789)*. Op. cit. pp. 84, 86 e 88.

mães solteiras escravas, forras e livres, principalmente, viviam sós com seus filhos, assumindo-os diante da sociedade”. Tais como os “costumes africanos, por exemplo, podem ter contribuído, também, para a opção pelo não casamento,” vista que, “donas de tradições e de culturas, distintas das europeias, muitas nações africanas vivenciavam um sistema de filiação matrilinear, adotavam a poligamia e, sob diversos aspectos, possuíam um outro modo de ver e de viver a relação com parentes e com os filhos”. Assim sendo, “a ilegitimidade não foi problema entre as nações africanas, uma vez que o sangue e a linhagem eram transmitidos pela mãe, cabendo muito mais à família da mãe a educação e a manutenção das crianças”.⁵⁴⁵

Em razão do exposto, o concubinato ao envolver pessoas de naturalidades, condições sociais e qualidades diversas pressupõe, dentre outras coisas, trânsitos, estratégias econômicas e sociais de sobrevivência, autonomia e liberdade, vontades, valores, crenças, costumes plurais e complexos. É, portanto, revelador de práticas socioculturais miscigenadas, de dinâmicas de mestiçagens na formação de famílias. As mesmas observações e os mesmos significados podem ser estendidos aos matrimônios formadores das famílias legítimas.

As atitudes “destoantes” do poder imposto pela Igreja Católica sobre a legitimidade das uniões, pensadas com base em práticas culturais complexas e, assim, repletas de contradições e conflitos, dialoga com a concepção de Ginzburg, para quem a cultura “oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.”⁵⁴⁶ A cultura, pensada, como em Thompson,⁵⁴⁷ sob a ótica da experiência, possibilita abordar a questão da ilegitimidade com base nesses horizontes culturais conflitivos que demonstram uma série de motivações, além da econômica, como também dos entraves burocráticos e da pressão moral criados pela própria Igreja, dando vazão, em nosso caso, a outros modos de uniões, possibilidades, vontades e estratégias na constituição de famílias.

5.3 Família mestiça, condição social e qualidades nos laços de compadrio nas freguesias de Aracati e de Russas

⁵⁴⁵ PRAXEDES, Vanda Lucia. *A teia e a trama da fragilidade humana os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770-1840*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 15.

⁵⁴⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Op. cit. 27.

⁵⁴⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

Na Colônia e no Império, a incorporação da criança na sociedade se dava através do batismo, que originava uma ata batismal lavrada pelos próprios padres, os quais preenchiam livros que compõem diversos arquivos das cúrias espalhados atualmente em todo o Brasil. Mas o ato de batizar vai além de um registro apenas. Assim como o casamento, o batismo era um Sacramento, o primeiro e, portanto, como os demais, carregado de significados, bem como de normas com vistas à garantia da aceitação e da procura, imposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que assim descrevem em seu livro, sobre a matéria, a forma, as necessidades e os efeitos do batismo:

O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Catholica, e se faz, o que recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem-um dos demais fará nelle o seu effeito. Consiste este Sacramento na extrema ablução do corpo feita com água natural, e com palavras, que Christo nosso Senhor instituiu por sua fórma. A matéria deste Sacramento é a água natural, ou elementar, por cuja razão as outras águas artificiais não são matéria capaz, para com ellas se fazer o Baptismo. A fórma são as palavras, ou em Latim: Ego te batizo in nomine Patris, et Filii, et soiritus Sancti; ou em vulgar: Eu te batizo em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo. O Ministro é o Parocho, a quem de officio compete baptizar a seus freguezes. [...]. Causa o Sacramento do Baptismo effeitos Maravilhosos, por que elle se perdoão todos os peccados, assim o original, como actuaes, ainda que sejam muitos, e mui graves. É o baptizado adoptado em filho de Deos, e feito herdeiro da Gloria, e do Reino do Ceo. Pelo Baptismo professa o baptizado a Fé Catholica, a qual se obriga a guardar; e pode, deve a isso ser constringido pelos ministros da Igreja. E por este Sacramento de tal maneira se abre o Ceo aos baptizados, que depois do Baptismo recebido morrerem, certamente se salvão, não tendo antes da morte algum peccado mortal. Quanto à necessidade, e importância deste Sacramento devemos crer, e saber, que é totalmente necessário para a salvação, e em tal fórma, que sem se receber na realidade, ou, quando não possa ser na realidade, ao menos no desejo, arrependendo-se com verdadeira contrição de seus peccados, com propósito firme de se baptizar tendo occasião para isso, ninguém se póde salvar, conforme o texto de Christo Senhor Nosso. Por tanto devem os pais ter muito cuidado em não dilatarem o Baptismo a seus filhos, porque lhes não succeda sahirem desta vida sem elle, e perderam para sempre a salvação.⁵⁴⁸

O texto é claro quanto à importância do batismo. Só através dele se poderia fazer-se filho(a) de Deus e herdar o reino dos céus. Sua realização imbricava perdão dos pecados, entrada, aceitação e guarda da Igreja Católica e, a partir disso, o direito para a

⁵⁴⁸VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit. p, 12.

realização dos demais sacramentos. Morrer sem ele significaria perder a salvação. Tamanho era o risco de se morrer sem o batismo que as leis dizem também que, em casos muito especiais, como por exemplo, crianças ou adultos que se encontravam em perigo de morte, a uma distância que os impossibilitasse de chegar à Igreja, o batismo poderia ser realizado “em qualquer lugar e por qualquer pessoa posto que seja leigo, ou excomungado, herege, ou infiel, tendo a intenção de batizar como manda a Santa Madre Igreja. E posto que o baptismo feito por qualquer das ditas pessoas fica valioso”.⁵⁴⁹

Nos registros de batismos das freguesias em análise, encontrei casos de crianças batizadas *in periculo mortis*, ou seja, na hora da morte. Em Aracati, foram 27 assentos: quatro crianças escravas e 23 livres. Em Russas, foram 47: 12 escravos e 35 livres. Esses batismos, em sua grande maioria, foram realizados por padres e em casa dos batizados. Apenas quatro casos, dois para cada freguesia, consta que os batizados *in periculo mortis* foram realizados por leigos, como foi o caso do filho legítimo de Manoel Gomes de Mello, natural do Rio Grande e morador na freguesia das Russas, e Francisca Clara, natural e moradora nesta freguesia, batizado em casa *in periculo mortis* por Francisco Alves Maia, aos 29/06/1789.⁵⁵⁰

Tendo em vista a possibilidade da morte precoce, o que de fato acontecia com muita frequência, uma das normas das Constituições Primeiras era de que as crianças fossem batizadas até os oito dias de nascidas.⁵⁵¹ De acordo com José Flavio Motta:

sete anos era o limite do batizado obrigatório, tanto para os cativos recém-chegados como para os nascidos na terra, mesmo sem o consentimento dos pais. Depois dessa idade, só seria ministrado atendendo ao desejo do infiel, ordenando as leis baianas que os filhos fossem apartados dos pais ‘para que mais facilmente possam converter-se, e pedir o batismo’. O batizado do escravo vindo da África compreendia uma série de perguntas feitas na língua local, ou por meio de intérprete, para verificar-se se o boçal já havia adquirido conhecimento do significado do sacramento que estava recebendo.⁵⁵²

Os batismos de africanos serão analisados mais detalhadamente no final do capítulo. Porém, no que diz respeito à idade da população batizada, o que pude observar na análise dos batismos de Aracati e de Russas foi que, com exceção dos batismos de africanos (quando os registros trazem a designação de adultos ou idades aproximadas

⁵⁴⁹ Idem, p. 17.

⁵⁵⁰ Livro de Batismos de Russas, nº 10 (1788-1846), p. 63. (ADLN)

⁵⁵¹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit p. 14.

⁵⁵² MOTTA, José Flávio. Op. cit. p. 56.

que variavam de 8 a 26 anos), de maneira geral, as crianças eram batizadas com dias e meses de nascidas.

Para a realização do batismo, uma das primeiras exigências era a obrigação da presença dos padrinhos no ato, com deveres claros de ensinar ao afilhado a doutrina cristã, conduzindo-lhe para o “bom caminho.” O apadrinhamento da criança imbrica laços rituais e sociais para a família do batizando, bem como para os padrinhos. Assim descrevem as Constituições Primeiras sobre o batismo e o parentesco espiritual adquirido no ato do batismo:

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos que no Baptismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que não admmitão juntamente dous padrinhos, e duas madrinhas; o quaes padrinhos serão nomeados pelo pai, ou a mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; e sendo aduto o que ele escolher.[...] Mandamos outro sim, que o padrinho, ou a madrinha nomeados toquem a criança, ou a recebão a tempo, que o sacerdote a tira da pia batismal feito já o Baptismo e que o Sacerdote que batizar declare aos ditos padrinhos, como ficão sendo seus fiadores para com Deos pela perseverança do baptizado na Fé, e como por seus padrinhos espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes. Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio; o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahem sómente entre padrinhos, o baptizado, e seu pai, e mãe [...].⁵⁵³

O texto enfatiza também a proibição de um eventual laço matrimonial entre os envolvidos no ritual, pais e afilhados, tendo em vista o parentesco espiritual adquirido na hora do batismo. Daí, a livre escolha dos padrinhos por parte dos pais, que procuravam pessoas certas, capazes de cumprir esses preceitos, fazendo os laços se estenderem pela vida secular. O ato de apadrinhar uma criança extrapola o ritual e a escolha dos padrinhos ganha foros de caráter sociocultural; “pais e padrinhos passavam a tratar-se como compadre ou comadre, ou seja, pais suplementares da criança batizada”.⁵⁵⁴

O compadrio, por intermédio dos filhos, firmava uma relação entre os adultos. Foi “um importante sistema de parentesco ritual usado por todas as classes, inclusive pelos cativos”. Nesse sentido, “o padrinho ou a madrinha assumia a obrigação de ajudar

⁵⁵³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Op. cit. p. 26.

⁵⁵⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Op. cit. p. 330.

o afilhado em todas as ocasiões especiais e incorporá-lo à sua família em caso de falta dos familiares da criança”.⁵⁵⁵

No batismo, sacramento amplamente disseminado por toda a população, apesar da importância que ultrapassava, inclusive, o limite religioso, firmando-se como elemento de solidariedade, “estruturante nas redes de família estendida no Brasil.” Mesmo contrariando as normas da Igreja, nem sempre “os elementos mais pobres da sociedade de onde provinham os padrinhos tinham condições de honrar plenamente as obrigações do apadrinhamento; por isso, alguns escravos eram batizados com apenas um padrinho presente”.⁵⁵⁶ A presença de um só padrinho nos batismos de escravos das freguesias de Aracati e de Russas parece confirmar essa afirmação. Na Tabela 44, os números sem referência indicam a ausência de um dos padrinhos nos batismos. Como podemos perceber, para as duas freguesias, nos casos em que os batizados tiveram um só padrinho, a ausência de madrinhas foi muito mais significativa do que a ausência de padrinhos (Tabela 44).

TABELA 44

Padrinhos de escravos segundo a condição social, freguesias de Aracati e de Russas, 1720-1820

Aracati			Russas		
Padrinhos/Madrinhas	H	M	Padrinhos/Madrinhas	H	M
Padrinhos Livres	688	492	Padrinhos Livres	744	560
Padrinhos Forros	17	13	Padrinhos Forros	22	29
Padrinhos Escravos	121	121	Padrinhos Escravos	205	205
Madrinhas Santas	-	53	Madrinhas Santas	-	11
Sem Referência	38	238	Sem Referência	67	224
Batismos envolvendo escravos = 864			Batismos envolvendo escravos = 2067		

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 14; Assentos de batizados da freguesia de Russas - (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

As escolhas por padrinhos e madrinhas livres nos batismos constituem a grande maioria nas relações de compadrio em Aracati e em Russas. Quando a escolha dos padrinhos envolvia a condição social, ou seja, laços espirituais e sociais dentro e fora do cativeiro, existem algumas particularidades importantes a serem enfatizadas. A primeira questão é: a quem cabia a escolha dos padrinhos? Sheila de Castro Faria acredita que as “relações de compadrio eram escolhas dos escravos, já que seria absurdo supor senhores indicando como padrinhos de seus cativos escravos de outros donos”.

⁵⁵⁵ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidismo no Brasil*. Op. cit. p. 254.

⁵⁵⁶ Idem, p. 256.

Outra constatação é de que “os pais dos batizados privilegiavam pessoas de fora de suas unidades, com uma forte e acentuada incursão no universo livre, principalmente em relação às mães solteiras”.⁵⁵⁷

Nesse sentido, segundo Stuart Schwartz, a escolha por compadres livres libertos geralmente se justificava pela esperança que tinham os pais escravos de que os padrinhos livres comprassem a liberdade de seus filhos, o que às vezes acontecia. Daí, a predominância do compadrio livre em relação ao compadrio escravo, pois, “para os cativos possuir um padrinho ou compadre livre nas imediações significava vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços familiares mais amplos que levariam às escolhas dos escravos”.⁵⁵⁸

De acordo com Cacilda Machado, “o compadrio com uma pessoa de status social mais alto poderia se constituir numa aliança decorrente da ‘necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos’”.⁵⁵⁹ Já para Silva Brugger, afirmar que essas relações de compadrio se estabelecem “como uma aliança para cima” é mister que se considere além do aspecto de condição jurídica, “a presença ou não de termos/expressões indicativos de algum prestígio social junto a seus nomes, tais como patentes militares, cargos políticos, sacerdócio, etc”.⁵⁶⁰

Acredito que todas essas explicações possam ser atribuídas às escolhas dos padrinhos livres para as crianças escravas nas realidades em estudo. Os títulos verificados nos padrinhos em Aracati (20 capitães, seis alferes e três sargentos) e em Russas (42 capitães, 31 alferes, um sargento e 16 padres) denotam a importância que o prestígio social adquiria nos laços de compadrio. A presença de padrinhos com títulos ou patentes militares foi marca indelével nas escolhas dos compadres de livres e de escravos. Em Russa, por exemplo, o coronal Inácio Mendes Guerreiro apadrinhou 46 crianças, 13 escravos e 33 livres, e o alferes João Coelho Barros consta nos batismos de 13 crianças, oito escravas e cinco livres.

No caso específico da escolha de padres por padrinhos, por um lado justificase pelos motivos de ordem religiosa: “um intermediário entre Deus e os homens, capaz de interceder pelos afilhados perante a corte celestial, de modo mais eficaz do que os

⁵⁵⁷ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Op. Cit. Op. cit. p. 321

⁵⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Op. cit. p. 332.

⁵⁵⁹ MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 198.

⁵⁶⁰ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 287.

demais mortais”. Por outro, os padres eram portadores “de prestígio perante a sociedade, eram homens solteiros, não possuíam descendentes como herdeiros forçados”.⁵⁶¹ A não presença de herdeiros poderia favorecer os afilhados no momento da morte dos padres com a eventual partilha dos bens.

No caso das madrinhas, o título de Dona, que segundo Rafael Bluteau significava um título atribuído a uma “mulher nobre”⁵⁶², muito presente nos registros de batismos de escravos - 17 em Aracati e 60 em Russas - ao conferir a noção de respeito a essas mulheres, também designa uma relação para cima, de prestígio social aos compadres. Para além desses títulos, como se pode ver na tabela acima, as Nossas Senhoras, tanto em Aracati (53) quanto em Russas (11), foram bastante presentes na composição dos batismos. As madrinhas santas, madrinhas espirituais, assim como os padres, assumiam o papel de inserção divina e terrena.

Embora em números muito mais reduzidos, as relações de compadrio envolvendo afilhados e padrinhos escravos constituem o segundo lugar nas preferências pelos padrinhos em Aracati e em Russas. Não encontrei casos em que pais e padrinhos escravos pertencessem aos mesmos senhores. O fato dos pais optarem por compadres de igual condição social pode relacionar-se a estratégias que visavam estreitar as relações sociais e de trabalho no cativo, incluindo assim seus filhos em laços de amizade entre escravos de outros plantéis.

Rakel Galdino, na análise das relações de compadrios tecidas por escravas e forras na região agropastoril da Ribeira do Acaraú, concluiu que as escolhas se davam majoritariamente por “padrinhos de classe social superior ou membros de sua parentela, pessoas livres que possivelmente moravam próximas às imediações do plantel onde viviam as escravas ou cativos do mesmo local”. As relações “tanto foram importantes para a sobrevivência de casais de escravos, quanto para a maioria de mães cativas e solteiras, com filhos de ‘pais incógnitos’”.⁵⁶³

É importante considerar também que as estratégias de apadrinhamento podiam ser familiares, e não somente individuais. Portanto, uma família podia apadrinhar um filho em uma relação ascendente, outro em um vínculo entre iguais e outro em uma relação descendente como uma forma de estabelecer diferentes laços sociais. Se

⁵⁶¹ Idem, p. 304.

⁵⁶² BLUTEAU, Raphael. Op. cit. p. 287.

⁵⁶³ GALDINO, Maria Rakel Amancio. Op. cit. p. 233.

olhamos apenas os batizados individualmente, podemos apenas elaborar essas estatísticas. Se recompossemos famílias, possivelmente poderíamos ver tais estratégia.

As relações de compadrio nem sempre assumiam uma aliança para cima ou entre iguais. Nas duas freguesias, foi muito comum os escravos apadrinharem crianças livres.⁵⁶⁴ Em Aracati, foram 38 padrinhos e 42 madrinhas escravos apadrinhando livres. Ao fazer os cruzamentos entre padrinhos escravos de crianças livres, além de levar em consideração a legitimidade, encontrei a seguinte realidade: 12 padrinhos de filhos legítimos, 19 de filhos naturais e dois de expostos; 11 madrinhas de filhos legítimos, 17 de filhos naturais e duas madrinhas escravas de expostos.

Já em Russas, encontrei o seguinte: 41 padrinhos escravos, 29 madrinhas escravas e uma madrinha forra apadrinhando crianças livres. Na relação entre escravos padrinhos de crianças livres e legitimidade, encontrei 17 padrinhos de filhos legítimos e oito de filhos naturais; 14 madrinhas de filhos legítimos, cinco de filhos naturais e uma madrinha forra de filho natural. O apadrinhamento de livres por escravos, assim como foi o apadrinhamento entre escravos, possivelmente justifica-se pelo estreitamento nas relações sociais de amizade, de vizinhança, tanto no ambiente do trabalho, os modos de trabalho lado a lado, como os verificados no segundo capítulo, quanto no âmbito familiar.⁵⁶⁵

Nas relações de compadrio envolvendo escravos em Aracati e em Russas, raros foram os casos em que os proprietários apadrinharam os filhos de seus escravos.⁵⁶⁶ Em Aracati, encontrei seis casos, a exemplo do batismo de Francisca (sem referência a legitimidade e nome dos pais), escrava de Joana Teixeira de Mello, batizada aos 26 de setembro de 1751, em cujo registro só consta o nome da madrinha, isto é, a proprietária Joana Teixeira de Mello⁵⁶⁷; e o assento de José, nação Moçambique, escravo de Manoel Lopes de Lima, batizado aos 24 de julho de 1788, sem referência a madrinha, sendo que

⁵⁶⁴ Sobre as conclusões de que no Brasil tiveram escravos apadrinhando crianças livres, ver, dentre outros, LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Batismo e Compadrio de Escravos*: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS*, Revista de História. Juiz de Fora, Vol. 03, Nº 01, p. 108-115.

⁵⁶⁵ Rafael Silva, em seu estudo sobre os sertões de Mombaça, Ceará, no século XVIII, afirma não ter encontrado “casos de padrinho ou madrinha escravos, nem senhor apadrinhando cativos”, SILVA, Rafael Ricarte da. Op. cit. p. 146.

⁵⁶⁶ Sobre a mesma constatação, ver também os estudos de: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 286; MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 192; LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 256; e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Batismo e Compadrio de Escravos*: Montes Claros (MG), século XIX. Op. cit. p. 108 a 115.

⁵⁶⁷ Livro de Batismos de Aracati nº 01 (1766-1783), p. 9v. (ADLN)⁵⁶⁸ Livro de Batismos de Aracati, nº 08 (1778-1809), p. 13. (ADLN)

o padrinho consta ser o proprietário Manoel Lopes de Lima.⁵⁶⁸ Em Russas, encontrei 10 casos em que os proprietários apadrinharam seus escravos. Destes, cinco casos dizem respeito a dois senhores: Miguel Soares de Brito, que apadrinhou três de suas crianças cativas, e Carlos da Cunha Pereira, que foi padrinho de dois de seus escravos.

Na realidade, não só em Aracati e em Russas, mas no Brasil, segundo Stuart Schwartz, não era muito comum encontrar crianças escravas que tivessem seus senhores como padrinhos. O autor nos mostra algumas razões para a raridade da realização do laço de compadrio entre senhores e escravos. A principal residia na própria função do sacramento, colocando em conflito a escravidão e o batismo:

A não-escolha de senhores como padrinhos de escravos era resultado direto de um conflito entre instituições e idiomas diferentes, a Igreja e a escravidão, que quando forçadas a confrontar-se no singular evento do batismo, só podiam dar as costas em silêncio. Quaisquer que fossem as funções sociais do compadrio, a essência do mesmo era espiritual. Como poderia o senhor disciplinar, vender ou explorar irrestritamente sua propriedade viva enquanto assumia as obrigações do compadrio? (...) O batismo, por representar igualdade, humanidade e libertação do pecado, simbolizava qualidades incompatíveis com a condição de escravo e apresentava uma contradição potencial que era resolvida não com a abolição da escravidão ou do batismo, mas com a manutenção em separado desses elementos conflitantes. O renascimento do cativo através do batismo não se dava por intermédio de seu próprio senhor. Outros, escravos, livres ou proprietários de outros cativos, serviam-lhe de padrinho.⁵⁶⁹

Sobre o compadrio envolvendo escravos, gostaria de destacar ainda a relação condição/qualidade/naturalidade. Os padrinhos em Aracati se distribuem entre: 10 brancos, 16 pardos, 19 pretos, seis crioulos e dois índios. As madrinhas dividiram-se entre 11 pardas, 12 pretas, oito brancas, quatro crioulas, uma mulata e uma índia. Em Russas, encontrei sete padrinhos pretos, cinco pardos, cinco angolas, três índios, dois brancos, dois mulatos e um cabra. Entre as madrinhas, encontrei 10 pretas, quatro cabras, três pardas, duas crioulas, duas índias e uma angola. As qualidades dos padrinhos, com exceção dos brancos e dos índios, podem sugerir que muitos dos padrinhos eram pobres, como também que muitos tiveram vínculo com o cativo.

⁵⁶⁸ Livro de Batismos de Aracati, nº 08 (1778-1809), p. 13. (ADLN)

⁵⁶⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Op. Cit. p. 331. Sobre a raridade de senhores apadrinhando seus escravos ver entre também, LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. Cit. p. 256 e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX*. Op. cit. p. 108 a 115.

Com relação aos batismos de africanos referentes às duas freguesias, a primeira constatação é a de que, assim como verificado nos casamentos (ver capítulo 3), se realizaram durante quase todo o período analisado, com maiores índices nas décadas de 1780 e 1790. A exceção nas procedências se faz para a inserção de moçambicanos (África Oriental), verificados apenas nos batismos de Aracati.

Se compararmos a entrada de africanos em todo o período, seja nos casamentos – 173 em Aracati e 100 em Russas (Tabelas 12 e 13, terceiro capítulo) - seja nos batismos – 74 em Aracati e 22 em Russas, com o total de escravos registrados nos casamentos – 225 em Aracati e 180 em Russas (Tabelas 4 e 5, segundo capítulo), como também com os escravos registrados nos batismos – 864 em Aracati e 2.067 em Russas (Tabelas 6 e 7, segundo capítulo), vimos fortalecer a hipótese de uma reprodução endógena no elemento de condição escrava nas duas freguesias (Tabela 45).

TABELA 45

Batizados de africanos, freguesias de Aracati e Russas, 1720-1820

Décadas e sexo	Aracati						Russas						
	Angola		Cost/Min		Moçambique		Angola		Cost/Min		Guiné		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
1720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1730	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1750	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	
1760	-	-	2	-	-	-	1	1	1	-	1	-	
1770	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	
1780	13	3	2	1	5	1	2	-	-	3	2		
1790	10	5	-	3	-	-	-	2	1	-	-	1	
1800	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
1810	16	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0000	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Totais	39	15	8	5	6	1	4	3	2	6	4	3	
	74						22						

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati - (1740-1820), livros 01 ao 14; Assentos de batizados da freguesia de Russas (1720-1820), livros 01 ao 15. (ADLN)

O batismo de africanos adultos no Brasil foi uma ocorrência comum em todas as paróquias. Segundo Luna e Klein, isso se dava porque, não obstante a pressão da Igreja sobre a Coroa para que todos os escravos fossem batizados na África ou a bordo

dos navios negreiros, essas medidas eram apenas moderadamente observadas.⁵⁷⁰ Como garantia de que os batismos dos escravos africanos fossem efetuados, a Igreja pressionava ao associar o batismo à posse do escravo e ordenava que:

qualquer pessoa detentora de cativos de Guiné os batizasse, tornando-os cristãos, “do dia que a seu poder vieram, até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar”, sendo os recém-chegados menores de dez anos. Só assim que estivessem acima dessa idade poderiam se eximir do primeiro sacramento, se assim o desejassem e o expressassem perante o pároco.⁵⁷¹

Na África, em muitos casos o ritual do batismo “era efetivado em massa, sem prévia catequização, ou mesmo independente da vontade dos ‘batizados’”.⁵⁷² No Brasil, “o batismo, como todas as cerimônias públicas na época, eram momentos ímpares de estabelecimento de alianças e de publicização dos laços sociais dos indivíduos”. Em razão disso, “não é de se estranhar que os escravos recém-chegados fossem capazes, em sua maioria, de serem introduzidos na nova vida que então se iniciava acompanhados e conduzidos apenas por um ou dois padrinhos de mesma condição que a sua”.⁵⁷³

A condição social nos elos de compadrios dos africanos batizados em Aracati evidencia a presença significativa de padrinhos escravos: 15 padrinhos e 10 madrinhas escravos - sendo que oito dos padrinhos e cinco das madrinhas dos africanos batizados pertenciam ao mesmo senhor e três padrinhos eram forros. Em Russas, quatro padrinhos e duas madrinhas escravos – dois padrinhos e uma madrinha forra. Um dos casais de padrinhos escravos pertencia ao reverendo Gaspar da Costa Coelho, a exemplo do batismo realizado aos 26 de setembro de 1736, de Ignácio, adulto, preto, natural do gentio da Guiné, escravo do capitão Manoel Vieira, que teve como padrinhos Antônio e Maria, escravos do reverendo Gaspar da Costa Coelho.⁵⁷⁴ Portanto, na maioria dos casos dos batismos de africanos, os padrinhos eram de condição social livre e, quando escravos, a maioria também pertencia a senhores diferentes.

⁵⁷⁰ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 237.

⁵⁷¹ MOTTA, José Flávio. Op. cit. p. 56

⁵⁷² DIAS, Renato da Silva. “Na África eu nasci, no Brasil eu me criei: a evangelização dos escravos nas Minas do ouro.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008, p. 294 - 295.

⁵⁷³ FRUTADO, Júnia Ferreira. Op. cit. p. 241.

⁵⁷⁴ Livro de Batismos de Russas, nº 01 (1730-1761), p. 32. (ADLN)

De acordo com Júnia Furtado, as cerimônias de batismos de africanos onde padrinhos e batizados eram propriedades do mesmo senhor foram pouco frequentes. O fato mais comum era de “que os padrinhos escolhidos fossem originários de fora do plantel do escravo a ser batizado”, o que demonstra que “não havia, por parte dos proprietários, interesse no estabelecimento de linhas de solidariedade vertical no interior de seus plantéis”, posto que isso “poderia facilitar atos de insubordinação e até de rebeldia”.⁵⁷⁵ Pela incidência de padrinhos pertencentes a um mesmo senhor, como também pelo tamanho dos plantéis, acredito que as possibilidades de insubordinações dadas pelas proximidades das naturalidades entre os africanos não eram uma preocupação entre os proprietários de escravos em Aracati e em Russas.

Quando a questão dos batismos envolve a procedência, constata-se, em Aracati, uma maior presença de africanos oriundos da África Central Ocidental (angolanos). Já em Russas, os naturais da África Ocidental (Costas, Minas e Guiné) constituem a maioria. Diferentemente de Aracati, as procedências dos africanos batizados em Russas se assemelham à realidade do Rio de Janeiro, verificada por Mariza Soares. De acordo com a autora, nos assentos de batismos de adultos da cidade do Rio de Janeiro “predominam, de forma inequívoca, os escravos procedentes da Costa da Mina, sendo raro um adulto procedente de Angola ser batizado na cidade”. Nesse caso, a raridade de batismos de angolanos se justifica pelo fato de que, na costa centro-ocidental, “os escravos são batizados em massa, enquanto aguardam embarque nos barracões dos portos africanos, recebendo apenas um nome de batismo cristão”.⁵⁷⁶

Com relação às qualidades dos padrinhos na composição dos batismos de africanos em Aracati, constatei cinco padrinhos crioulos, três padrinhos e uma madrinha pardos, dois padrinhos e duas madrinhas pretos. Em Russas, apenas um caso de madrinha traz a qualidade: trata-se de uma preta. Não encontrei nenhum caso de proprietário batizando seu escravo africano e em três batismos de Aracati, um dos padrinhos era da África, como foi o caso do batismo de Francisca, escrava, gentio da Costa da Mina, escrava de Manoel Marques Rodrigues, tendo como padrinho, Sebastião, gentio da Guiné, cujo nome do senhor estava ilegível no documento (sem referência a madrinha e a data do batismo).⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ FRUTADO, Júnia Ferreira. Op. cit. p. 244.

⁵⁷⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit. p. 111 e 112.

⁵⁷⁷ Livro de Batismos de Aracati, nº 03 (1742-1798), p. 21. (ADLN)

Sobre os laços de compadrio envolvendo os forros de Aracati, verifica-se que todos os padrinhos foram de condição social livre. Já em Russas, a exceção se faz para o caso de um dos padrinhos ser forro e uma das madrinhas escrava: Joana, forra, filha natural de Thereza, escrava de Feliciano da Costa Soares, teve como padrinho João Pereira Ferreira, preto, casado, forro; e Ignacia, cabra, escrava de Feliciano da Costa Soares. “A baptizanda foi alforriada na pia por sua senhora”, aos 14 de outubro de 1756.⁵⁷⁸ Padrinhos e madrinhas brancos, pardos, pretos, cabras. Padrinhos capitães, sargentos, coronéis, alferes; madrinhas donas e santas, assim como o foram para escravos e livres, compõem os elos de compadrio da população alforriada.

Com relação aos forros na pia, encontrei seis casos em Aracati. Desses, cinco batizados foram alforriados por seus senhores, sendo que três traziam referências ao pagamento recebido no valor de 25 mil réis. Em um caso, o padrinho alforriou o afilhado no ato do batismo; trata-se de Maria, filha natural de Bernarda, mulata, escrava de dona Luciana Barbosa de Brito, viúva. Teve como padrinhos Antônio José de Moraes Castro, solteiro e Francisca Ferreira, solteira. O padrinho Antônio José de Moraes Castro foi por procuração do alferes Claudio de Souza Brito e “logo pelo padrinho foi forra na pia”, aos 19 de outubro de 1787.⁵⁷⁹

Na freguesia de Russas, foram registrados nove casos de forros na pia pelo senhor. Sete dos mesmos trazem referência a pagamento dado pela compra que variava entre 20 mil réis, 25 mil réis e, em um dos casos, custou o valor de 30 mil réis. Os padrinhos alforriaram três dos seus afilhados, um pai e uma mãe também compraram as alforrias de seus filhos. Os dois últimos casos são assim descritos: “Francisco, pardo, forro, filho natural de Francisco da Silva e Josefa, escrava de Jose Alvares, que depois das bênçãos do batismo o pai forrou seu filho”, aos 09 de fevereiro de 1809, “com consentimento de seus senhores”. Nasceu aos 18 de janeiro de 1809, foram seus padrinhos Ignácio Nogueira de Sousa e Luzia Francisca de Sousa.⁵⁸⁰ O outro assento foi o de Joaquim, forro na pia, filho natural de Simoa, escrava de Alexandre Ramos: “foi baptizado por forro que assim por consentimento de seus senhores, que consigo assinaram neles [ilegível] haver recebido de sua mãe o valor de vinte e cinco mil réis”;

⁵⁷⁸ Livro de Batismos de Russas, nº 01 (1730-1761), p. 82. (ADLN)

⁵⁷⁹ Livro de Batismos de Russas, nº 13 (1799-1834), p. 164v. (ADLN)

⁵⁸⁰ Livro de Batismos de Russas, nº 13 (1799-1834), p. 74. (ADLN)

teve como padrinhos Reinaldo Menezes de Noronha, solteiro, e Thereza de Jesus de Santana, solteira. Os padrinhos eram filhos de Carlos Antônio de Noronha.⁵⁸¹

A alforria na ocasião do batismo foi algo muito comum no Brasil. Em muitos casos, “esse era o caminho usual para pais reconhecerem filhos bastardos, e a libertação da criança requeria apenas uma declaração dos pais e padrinhos”.⁵⁸² Todos os casos de forros na pia nas duas freguesias são de filhos naturais. Seriam os casos em que senhores alforriavam seus escravos sem indicação a pagamento? Ou de padrinhos que pagavam a alforria de seus afilhados num indicativo de reconhecimento dos filhos bastardos nas freguesias de Aracati e de Russas?

Os expostos nas duas freguesias não trazem referências à filiação e à qualidade, mas são livres. Somente em Aracati, encontrei alguns registros que trazem as qualidades dos padrinhos: oito padrinhos e sete madrinhas brancos, quatro padrinhos e quatro madrinhas pardos, um padrinho e uma madrinha pretos e uma madrinha crioula. A partir das fontes de que dispus, seria impossível identificar o poder aquisitivo dos chefes dos domicílios que recebiam os expostos. No entanto, os títulos verificados tanto nos nomes de quem os receberam quanto nos de quem os apadrinharam são indicativos, assim como foram para os escravos e livres, de prestígio e que certamente representam também algum poder aquisitivo ou alguma possibilidade outra para sobrevivência da criança.

Com relação aos títulos dos que receberam os expostos, em Aracati constam 12 capitães, sete alferes, um sargento e duas donas. Os padrinhos foram 14 capitães, três alferes, dois sargentos e 10 donas. Em Russas, os proprietários das casas foram 18 capitães, seis alferes, cinco tenentes, dois sargentos e oito donas. Enquanto que os padrinhos constam ser sete capitães, dois alferes, um sargento e sete donas.

É difícil identificar os motivos que levaram famílias a enjeitarem seus filhos. No âmbito das hipóteses, concordo com Carlos Bacellar, quando afirma que, ao se enjeitar um filho(a), geralmente “buscava-se lares que simplesmente pudessem criar aquela criança, dar-lhes condições de sobrevivência que, provavelmente, não disporia junto aos pais biológicos”. A incorporação do exposto à família receptora poderia dar-se pelo menos de duas maneiras: “aceitação do exposto como filho, tornando-se membro da família, ou aceitação do mesmo como agregado, tornando-se mão-de-obra auxiliar”. Quando algum membro da família assumia o papel de padrinho ou madrinha da criança,

⁵⁸¹ Livro de Batismos de Russas nº 07 (1776-1782), p. 164v . (ADLN) Batizado realizado aos 26/03/1820.

⁵⁸² LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit. p. 284.

a segunda hipótese é muito viável.⁵⁸³ E para os expostos encontrados nos registros paroquiais nas duas freguesias, a constatação para Aracati é a de que, dos 255 casos de expostos registrados (ver Tabela 35), em 76 dos casos um dos donos da casa que recebeu o exposto(a) foi padrinho ou madrinha; já em Russas, dos 314 expostos (ver tabela 36), 99 dos seus recebedores os apadrinharam.

Sobre o compadrio envolvendo a população indígena, nas duas freguesias se constata que as escolhas se davam majoritariamente por pessoas livres, embora se encontre também padrinhos e madrinhas escravos e forros. No mais, brancos, índios, pardos e pretos compunham as relações. Relações essas que, para Maico Xavier, ao identificar os elos de compadrio envolvendo índios na Vila Viçosa semelhantes aos que encontrei em Aracati e em Russas, se davam “muitas vezes por compartilharem dos mesmos anseios e enfrentarem problemas similares aos que encaravam os negros e outros desprivilegiados, escravos ou libertos, os índios mantinham relações próximas com estes, que podem ser traduzidas inclusive através do ato de escolhê-los para padrinhos de seus filhos”.⁵⁸⁴

Por fim, para a população composta majoritariamente de livres, nas duas freguesias, de modo geral, as constatações são de que os padrinhos e as madrinhas de condição social livre, senhores de escravos, seus filhos e esposas e de patamares sociais de prestígio ligados a títulos de coronéis, tenentes, alferes, sargentos, padres, donas etc. constituíram a esmagadora maioria na formação dos laços de compadrio. Os vínculos parentais também são elementos que se destacam: irmãos, tios, cunhados, sobrinhos, parentes mais distantes, reforçam a importância da consanguinidade nos laços.

A partir de observações parciais, percebi a marcante presença de sobrenomes de famílias que se repetem nos nomes dos pais e padrinhos: Castro, Silva, Souza, Mello, Ribeiro, Rodrigues, Oliveira, Martins, dentre outros em Aracati, como também os Bessa, Monteiro, Barros, Rocha, Maciel, Maia, Guerreiro, Mendes, em Russas. Na realidade, de acordo com Antônio Augusto Arantes, a tendência observada em muitas pesquisas realizadas no Brasil a respeito das relações de compadrio é de serem “procedimentos através dos quais se estabelecem conexões institucionalizadas principalmente entre parentes mais próximos (pais, irmãos e cunhados)”.⁵⁸⁵

⁵⁸³ Idem, p. 218.

⁵⁸⁴ XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit. p. 209.

⁵⁸⁵ ARANTES, Antonio Augusto. “Pais, Padrinhos e Espírito Santo: Um Reestudo do Compadrio.” In: *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Antonio Augusto Arantes (Org.) 2º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 201. Sobre as funções do compadrio, laços de parentesco, de

Os padrinhos livres predominaram na prole legítima e ilegítima, de livres e cativos. Por fim, pais e padrinhos, assim como foi na configuração social, nas uniões legitimadas pela Igreja ou nas consensuais, que por sua complexidade e pluralidade nas condições, qualidades e naturalidades diversas, constituíram e alargaram laços de uma formação familiar mestiça nas freguesias de Aracati e Russas.

vizinhança e prestígio, ver: SOUSA, Sonia Maria de. “Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Op. cit. p. 231. Sobre a questão da consanguinidade nos laços de compadrio, ver ainda: SILVA, Rafael Ricarte da. Op. cit. p. 142 e MACHADO, Cacilda. Op. cit. p. 191.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa teve como fio condutor e se construiu sobre a seguinte indagação: como pessoas de “qualidades” (brancos, índios, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos) e condições jurídicas (livres, libertos e escravos) diferentes formaram famílias livres, escravas, forras, legítimas, consensuais e mestiças nas freguesias de Aracati e Russas, no período de 1720 a 1820? Essa questão de partida não se fez aleatoriamente e, claro, foi se definindo melhor e se construindo juntamente com análises sobre o arcabouço documental, especialmente registros de casamentos e batismos, como também, leituras historiográficas com os quais me debrucei, em especial, nesses quatro anos de estudo. No momento, seguramente, essa questão sustenta e enlaça esta tese.

As conclusões são de que a formação de famílias mestiças nos sertões do Ceará e, por conseguinte, nas antigas freguesias de Aracati e Russas, no período de 1720 a 1820, se fez a partir dos preceitos de conexões planetárias e, portanto, de mestiçagens biológicas e culturais, envolvendo europeus, africanos, nativos e nascidos na colônia. A ribeira do Jaguaribe, especialmente Aracati e Russas, como espaços sertanejos, no bojo da colonização, nas conjunturas dinâmicas de conexões internas e intercontinentais, foram marcados por uma malha comercial e sociocultural com destaque para os trânsitos, produção e escoamento de mercadorias, de pessoas e de culturas. Nesse intercurso temporal, que perpassa a longa temporalidade de 80 anos para Aracati e 100 anos para Russas, a incrementação dos rendimentos forjaram as idas e vindas de pessoas de diferentes lugares, interessadas na sobrevivência, no acesso à terra, na criação dos rebanhos e plantações agrícolas, no comércio e na constituição familiar. Em razão disso, defendendo que os trânsitos, o mundo do trabalho lado a lado, o viver junto, a convivência, a coexistência entre povos portadores de lógicas sociais, econômicas e culturas distintas possibilitaram as misturas entre índios, africanos, europeus e brasílicos nas freguesias de Aracati e Russas, no Ceará, nas capitânicas circunvizinhas, enfim, no Brasil.

Nesses espaços, as dinâmicas de mestiçagens perpassaram as mais variadas classificações sobre a população, que, por vezes, se movimentavam também no tempo. Em síntese, com ênfase nas qualidades, para as duas freguesias, as categorias de brancos, índios, pretos, cabras, mestiços, crioulos, mulatos, mamelucos e pardos - respeito às pequenas variações por décadas – ganham um destaque numérico a partir da década de 1780, se estendendo até ao final da temporalidade em estudo. Esse período

corresponde a um crescimento populacional que, desde a passagem do século XVII para o XVIII, vinha se constituindo na capitania, mas cujo ápice - não quero dizer que parou por aí - foi atingido na passagem do XVIII para o XIX. As muitas e variadas misturas que formaram essa população de livres, escravos e forros, através dos cruzamentos entre povos de naturalidades distantes e, em grande medida, já mestiçados pelo processo de colonização, representa bem os efeitos desse crescimento populacional e familiar mestiços.

Apesar das exigências impostas por todos os entraves burocráticos, religiosos e econômicos que complicavam sobremaneira os casamentos entre todas as camadas sociais, com acréscimos para os mais pobres e escravos, a família legítima, consensual, endogâmica, exogâmica e mista, sem exceção para condição, naturalidade e qualidade, foi algo muito presente nas freguesias de Aracati e Russas. Nessa conjuntura de casamentos e uniões consensuais plurais, as complexidades se acentuaram quando verificamos as várias famílias constituídas de enlaces entre brancos, indígenas, africanos, crioulos, pretos, pardos, crioulos, cabras, dentre outros. Todas as combinações mistas possíveis e imagináveis, promoveram um caleidoscópio de condições jurídicas, qualidades e culturas, formando, por fim, uma variedade de famílias mestiças, que, por vezes, os muitos motivos de ordem religiosa, política, econômica, social e cultural que as compunham vão muito além dos significados dos sacramentos de matrimônio e batismos.

Assim, homens e mulheres, portugueses, africanos, índios, brancos, pardos, mulatos, cabras e caboclos, livres, libertos e escravos, ao unirem-se em matrimônio, por um lado, ressaltam a aleatoriedade cultural e móvel dos enlaces, como também, por outro, mostram que seguiam os princípios morais e religiosos da sociedade e do catolicismo oficial, mesmo nas várias nuances que são perceptíveis na própria composição familiar. Estes são os casos, por exemplo, de homens e mulheres, livres, libertos e escravos, que, por motivos diversos, uniram-se de forma consensual, formando a prole, e também constituindo famílias.

Povos de culturas religiosas alheias ao cristianismo, a exemplo dos índios, africanos e seus descendentes, que de alguma forma aderiram e/ou se submeteram aos sacramentos cristãos, denotam miscigenação cultural emblemática. Por outro lado, o fato de não casarem, mas também constituírem famílias, muitas vezes batizando seus filhos, sugere nas dinâmicas de mestiçagem que nem tudo se misturou, que em muitos aspectos houve diferenças e coexistências socioculturais.

O apadrinhamento entre os “iguais”, mas também, unindo pessoas e famílias livres, escravas e libertas, de naturalidades e qualidades múltiplas, ao estreitar os elos, forjando relações socioculturais de amizade, de vizinhança, nas idas e vindas, nos contatos cotidianos, no ambiente do trabalho, em muito contribuíram para essa formação familiar mestiça.

No mais, as comparações e os voos historiográficos que me possibilitaram perceber as singularidades envolvendo as freguesias de Aracati e Russas, as diferenças e similitudes entre ambas, como também com outras experiências, seja no seio da própria Capitania do Ceará, seja em relação a outros espaços, a exemplo das Capitânicas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, me deram elementos para pôr em xeque o suposto isolamento dos sertões. Na realidade, o que pude perceber foi que as características próprias desses espaços plurais, em grande medida, revelam muito mais semelhanças do que diferenças, ou seja, as pessoas, as ideias, os produtos circulavam, se conectavam. As conexões sugerem, portanto, que o Ceará no período colonial, assim como o Brasil, a América, a Ibero-América, a Europa, a África, a Ásia não eram Ilhas e jamais podem ser pensados pelo isolamento temporal, espacial e histórico. Portanto, as fronteiras geopolíticas, além de não estarem tão rigidamente definidas como as entendemos na contemporaneidade, eram realmente muito tênues.

Fontes

1. REGISTROS PAROQUIAIS DO ARQUIVO DA DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE - (ADLN)

1.1 Livros de casamentos, freguesia de Aracati

Livro de Casamentos 1 – Freguesia de Aracati, 1776 a 1783.
Livro de Casamentos 2 – Freguesia de Aracati, 1780 a 1797.
Livro de Casamentos 3 – Freguesia de Aracati, 1797 a 1807.
Livro de Casamentos 4 – Freguesia de Aracati, 1807 a 1818.

1.2 Livros de casamentos, freguesia de Russas

Livro de Casamentos 1 – Freguesia de Russas, 1775 a 1795.
Livro de Casamentos 2 – Freguesia de Russas, 1776 a 1835.

1.3 Livros de batismos, freguesia de Aracati.

Livro de Batismo 1 – Freguesia de Aracati, 1742 a 1762.
Livro de Batismo 2 – Freguesia de Aracati, 1750 a 1775.
Livro de Batismo 3 – Freguesia de Aracati, 1766 a 1780.
Livro de Batismo 4 – Freguesia de Aracati, 1764 a 1808.
Livro de Batismo 5 – Freguesia de Aracati, 1776 a 1798.
Livro de Batismo 6 – Freguesia de Aracati, 1771 a 1834.
Livro de Batismo 7 – Freguesia de Aracati, 1780 a 1788.
Livro de Batismo 8 – Freguesia de Aracati, 1778 a 1809.
Livro de Batismo 9 – Freguesia de Aracati, 1793 a 1796.
Livro de Batismo 10 – Freguesia de Aracati, 1796 a 1802.
Livro de Batismo 11 – Freguesia de Aracati, 1802 a 1807.
Livro de Batismo 12 – Freguesia de Aracati, 1805 a 1835.
Livro de Batismo 13 – Freguesia de Aracati, 1808 a 1811.
Livro de Batismo 13 – Freguesia de Aracati, 1811 a 1834.
Livro de Batismo 14 – Freguesia de Aracati, 1816 a 1834.

1.4 Livros de batismos, freguesia de Russas

Livro de Batizados 1 – Freguesia de Russas, 1730 a 1761.
Livro de Batizados 2 – Freguesia de Russas, 1741 a 1764.
Livro de Batizados 3 – Freguesia de Russas, 1742 a 1789.
Livro de Batizados 4 – Freguesia de Russas, 1754 a 1764.
Livro de Batizados 5 – Freguesia de Russas, 1761 a 1788.
Livro de Batizados 6 – Freguesia de Russas, 1760 a 1799.
Livro de Batizados 7 – Freguesia de Russas, 1776 a 1782.
Livro de Batizados 8 – Freguesia de Russas, 1777 a 1798.
Livro de Batizados 9 - Freguesia de Russas, 1763 a 1803.
Livro de Batizados 10 - Freguesia de Russas, 1788 a 1846.
Livro de Batizados 11 - Freguesia de Russas, 1795 a 1803.

- Livro de Batizados 12 - Freguesia de Russas, 1803 a 1837.
 Livro de Batizados 13 - Freguesia de Russas, 1799 a 1834.
 Livro de Batizados 14 - Freguesia de Russas, 1809 a 1831.
 Livro de Batizados 15 - Freguesia de Russas, 1819 a 1828.

2. INSTITUTO HISTÓRICO DO ESTADO CEARÁ – IHEC

2.1 Revistas do Instituto Histórico do Ceará - RIHC.

Barão de Vascellos. “Capitania do Ceará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XXIII, 1909.

BRÍGIDO, João. “A capitania do Ceará” *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XXIV, 1910.

BRÍGIDO, João. “EPHEMEREDES do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará. (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XIV, 1900

BRÍGIDO, João. “Povoamento do Ceará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XIV, 1900.

Docs. Off.^{os} pelo Snr. Eduardo Marques Peixoto. “Auto da criação da Villa de S. Bernardo do governador”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XXIII, 1909.

Documento oferecido pelo Dr. G. Studart. “Commercio da praça de Lisboa com o Ceará no anno de 1821”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará - (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: IX, 1895.

FREIRE, Brito. “Noticia da Capitania do Seará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XX, 1906.

Mapa da população da capitania do Ceará Grande, apresentado a sua Alteza Real, no mês de junho de 1804, pelo seu Governador João Carlos de Oeynhausen. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XXXIX, 1925.

3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – (APEC)

Datas de Sesmarias do Ceará: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928 (em CDs-ROOM) Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.

4. DOCUMENTOS AVULSOS DO CONSELHO ULTRAMARINO (PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO) In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

Carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 de mayo de 1696. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte I, nº 50.

Carta do Padre João Leite de Aguiar, de 15 de mayo de 1696. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte I, nº 50.

João Bap^{ta} (Batista de Az^{do} (Azevedo) Cou^{tho} (Countinho) Montaury. “Notícia geral da Capitania do Seará Grande.” In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 49.

VASCONCELOS, Manoel Bernardo de. “Memória Escrita pelo Governador sobre a Capitania do Ceará, em 1799, p. 212. In: PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011. Parte IV, nº 51.

5. OBRAS DE ÉPOCA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

_____ *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza. Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Ed. Fac. Fortaleza: Editora Minerva, 1918.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino Aulico, [...] Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712*. Disponível no site: [<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>]

CAMARA, Manuel Arruda. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros: sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A S. A. REAL, o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, MDCCLXXXIX, 1799. [Coleção Brasileira, USP, Digitalizada]

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MENEZES, José Cezar de. *Idea da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas*. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da biblioteca Nacional. 1923 (v. XL).

ROCHA, Limério da. *Russas Sua Origem Sua Gente Sua Historia*. Fortaleza: s. ed., 1976.

STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

THEÓPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, (1877 a 1879)*. Fortaleza, Typografia do Libertador, 1883.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista.” In: ALMEIDA, Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ARANTES, Antonio Augusto. “Pais, Padrinhos e Espírito Santo: um reestudo do compadrio.” In: *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. ARANTES, Antonio Augusto (Org.) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ARAUJO, Clara Farias de. “Companhia de comércio de Pernambuco e Paraíba: estatuto e funcionamento”. *XIV Encontro de História Regional da ANPUH-Rio: memória e patrimônio*. UniRio, 19 a 23 de julho de 2010.

ARRES QUEIJA, B.; GRUZINSKI, S. (Coord.) *Entre dos mundos: fronteiras culturais y agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1997.

AZEVEDO, Marta Maria. “Os registros de batismos e casamentos como fontes de informação para os estudos indígenas”. In: BASSANEZE, Maria Silva C. Beozzo e BOTELHO, Tarcísio R. (Orgs). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1885*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Ed. Fac. Fortaleza: Editora Minerva, 1918.

BOTELHO, Tarcísio R. “Listas nominativas de habitantes e censos demográficos: fontes para o estudo da desigualdade social no Brasil, 1800-1940.” In: BOTELHO, Tarcísio R. e VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.) *Desigualdade Social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2010.

_____ “Família e escravidão: em uma perspectiva demográfica. Minas Gerais (Brasil), século XVII.” In: LIBBY, Douglas Cole (Org.) e FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____ “História da população brasileira: balanços e perspectivas.” In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.) *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

_____ Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *LOCUS*, Revista de História. Juiz de Fora, Vol. 03, Nº 01.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CANDIDO, Antônio. “The Brazilian family”. In: SMITH, T. Lynn (Org.) *Brazil. Portrait of Half a Continent*. New York: Marchant General, 1951.

CARRARA, Ângelo Alves. “Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII e XIX.” In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgas.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERCEAU NETTO, Rangel. “As devassas eclesiásticas e as “qualidades dos habitantes na formação da família mestiça em Minas Gerais Colonial (1720-1780)”. *História Unisinos*. Vol. 19, Nº 1, janeiro/abril de 2015.

_____ “População e mestiçagem: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).” In: PAIVA, Eduardo de França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar, (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010. (Coleção Olhares)

_____ *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1789)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII.” In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de Escala: a experiências da*

microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870- 1880)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira.” In: ARANTES, Augusto Arantes (Org.). *Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. “Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII”. *Revista Latino-Americana de História* Vol. 2, nº. 8, outubro de 2013.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; e SCHWARTZ, Stuart B. “A família Escrava em Lorena”. In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.) *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE, 1970.

COSTA, Iraci Del Nero da. “Reflexões sobre os rumos da demografia histórica no Brasil”. *Boletim do Centro de Memória – UNICAMP – Campinas*, 2 (4): 17-23, 1990.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; e SCHWARTZ, Stuart B. “A Família escrava em Lorena (1801)” In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

DIAS, Renato da Silva. “Na África eu nasci, no Brasil eu me criei: a evangelização dos escravos nas Minas do ouro.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFANS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, Notas e Ensaio Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premium, 2003.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João

Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões do Império Português: 1790-1820.” In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Afogado em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*. Revista de História. n.5, Set. 2002.

_____. “Alternativas metodológicas para a História Econômica e Social: micro-história italiana, Frederich Barth e a história econômica colonial”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império”. *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n. 23, 2000. Disponível em: <<http://www.penelope.ics.ul.pt>>. Acesso em: 10/12/2013.

FREIRE, Brito. “Notícia da Capitania do Seará”. *Revista do Instituto Histórico do Ceará (RIHC)*. Fortaleza, Tomo: XX, 1906.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco.” In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2006.

FUNES, Eurípedes Antonio. “Negros no Ceará.” In: SOUZA, Simone de (Org). *Uma Nova História do Ceará*. 4º Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GALDINO, Maria Rakel Amancio. *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

GEERTZ, C. *La interpretacion de las culturas*. Barcelona, 1989.

GENOVESE, E. D. *Roll Jordan Roll: the world the slaves made*. New York: Vintage, 1976.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2º Ed. Fortaleza. Programa Editorial Casa José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos Mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

GOMES, José Eudes. *As milícias d’el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro e PINTO, Fábio Carlos Vieira. “Tráfico e família escrava em Minas Gerais: o caso de São José do Rio das Mortes (1743-1850)”. In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*.” *Topoi*, Vol. 02, nº 02, Janeiro-Junho de 2001.

_____. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, Roberto. “Estrutura de posse e demografia escrava (Porto Feliz/ SP, 1798-1843).” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

_____. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo)*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

GUTMAN H. G. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976.

HAKKERT, Ralph. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

IVO, Isnara Pereira. “Trânsito externo e o malogro da interiorização holandesa no Brasil.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

_____. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

_____. “O ouro de boa pinta e a abertura das minas da Bahia: sertões conectados, adaptabilidades e trânsitos culturais no século XVIII.” In: PAIVA, Eduardo de França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *A urbanização do Ceará setecentista – As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2007.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.

KUZNESOF, Elizabeth Anna. “A família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)”. *Revista de Brasileira de História*. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989.

LARA, Silvia Hunold. “A cor da maior parte da gente: negros e mulatos na América portuguesa setecentista”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LIBBY, Douglas Cole. “A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX”. In: PAIVA, Eduardo de França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar, (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, população e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. “À procura de alforrias e libertos na freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1750 - c. 1850). In: BOTELHO, Tarcísio R. e LEEUWEN, Marco H. D. Van. (Orgs.) *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009. (Coleção Obras em Dobras).

_____. “O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

_____. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810”. *Rev. Bras. Hist.* vol. 29, nº. 58. São Paulo Dec. 2009.

LIMA, Lauro de Oliveira de. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida 1997.

LIMA, Solimar Oliveira. “O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense”. *História: Debates e Tendência*. Vol. 7, n. 2, jul/dez, 2007.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e o dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero. “Vila Rica: Nota sobre Casamentos de Escravos (1727 – 1826)” In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. “Vivos e mortos na Ribeira do Seridó, Capitania do Rio Grande do Norte”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras da Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Topói, n.9, v.5, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. “A história da população numa perspectiva regional.” In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.) *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 2002.

MATHEUS, Marcelo Santos e FONTENELLA, Leandro Goya. “Escravidão, microanálise e hierarquia social”. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. (Orgs.) São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MELO, Gian Carlo de. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife Colonial (1790-1800)*. Maceió: EDUFAL, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

MENEZES, José Newton Coelho. “Escalas espaço-temporais e história cultural. Reflexão de uma História Sobre o Espaço como Categoria de Análise.” In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Olhares).

MENEZES, Mozart Vergetti de. “Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte (1654-1755)”. *Saeculum*. Revista de História. João Pessoa, nº 14, jan./jun. 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Ana Paula da Cruz de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MORAES, Douglas Batista. *Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer: administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

MOTT, Luis. *Estructura Demográfica de las Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: un caso de poblamiento rural centrifugo*. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblaciones. México, agosto de 1977.

MOTTA, J. F. e COSTA, I. N. “Demografia Histórica: da sementeira à colheita”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, jan/dez, 1997. Disponível em: <<http://www.brnued/boletinsenha.htm>>.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annabume, 1999.

NADALIN, Sergio Odilon. “Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos”. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2007.

_____. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

_____. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. *As oficinas de carnes do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

NOELLI, Francisco S. “As Hipóteses sobre o Centro de Origem e Rotas de Expansão Tupi”. *Revista de Antropologia (USP)*. V. 39, nº 2, 1996, p. 7-54.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, Almir Leal de. “As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII.” In: DORÉ, Andréa. SANTTOS, Antonio Cesar de Almeida. (org.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “Negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 19/20, 1997.

PAIVA, Eduardo de França. “Um crioulo em Cabo Verde contra o Brasil no império de Felipe II”. In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2013. (Coleção Olhares)

_____. “Território mestiço e urbe escravista colonial ibero-americana.” In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Olhares).

_____. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. “Trânsito e mobilidade entre mundos: escravidão globalizada, comércio e práticas culturais.” In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2005. (Coleção Olhares)

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. “Entre duas costas: nações, etnias, portos e tráfico”. In: *A Formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. *Documentos para a história Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

_____. *Formação Social do Ceará (1680-1820): o papel do Estado no processo de subordinação da população livre e pobre*. Tese de Doutorado UFPE. Recife – PE, 2006.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores e artesãos: origens do trabalho livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20/21, nº 1/2, 1989/1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRAXEDES, Vanda Lucia. *A teia e a trama da fragilidade humana os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770-1840*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2002.

REVEL, Jaques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de escala: a experiências da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

REZENDE, Rodrigo Castro. “Origens africanas ou identificações mineiras? Uma discussão sobre a construção das identidades africanas nas Minas Gerais do século XVIII.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira. (Orgs.) *Escravidão, mestiçagem e Histórias Comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

RIBEIRO, Alexander Vieira. “Apontamentos sobre o tráfico de escravos entre Angola e Brasil” In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs.). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2013. (Coleção Olhares).

RIOS, Kênia de Sousa “A Comissão Científica e a Seca do Ceará (Introdução). In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

ROCHA, Limério da. *Russas: sua origem, sua gente, sua historia*. Fortaleza: s. ed. 1976.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou família do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ROLIM, Leonardo Cândido . “O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799).” *Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó*. V. 10. N. 25, jan./jun.2009 – Semestral. ISSN -1518-3394, p. 7. Disponível em: < www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 30/10/2014.

_____ “Tempo das carnes” no Siará grande: o mercado das carnes secas na vila do Aracati (1710-1793). *Saeculum*. João Pessoa: n° 29 jul./dez. 2013.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Prefácio.” In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa – séculos XVI/XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ *A Família no Brasil: balanço da produção e rumos da produção*. Disponível em: <www.abep.nepo.UNICAMP.br/docs/anais/pdf/2000>. p. 172. Acesso em 25\04\2011.

_____ *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, SP: EDUSC, 2003 e SOUZA, Candice Vidal e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro”. *Estudos feministas*. Ano 9, 2/2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SERNA, Justo e PONS, Analet. “O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história?” In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. (Orgs.) São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SILVA, Lúgia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Mairton Celestino da. “Africanos escravizados e índios aldeados na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800”. In: SILVA, Mairton Celestino da e OLIVEIRA, Marylu Alves de. (Orgs). *Histórias: do social ao cultural/do cultural ao social*. Teresina: EDUPI, 2015.

SILVA, Maria Celeste Gomes da. “Alta Guiné e Maranhão: tráfico atlântico e rotas comerciais na segunda metade do século XVIII”. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

_____. “Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800.” *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSA, 15 a 18 de maio de 2013.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará: das origens a extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978.

SLENES, Robert W. “Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX).” *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 1987.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Que Mengui Colo Moambundo: a nação Angola na cidade da Bahia no século XVIII – 1750-1799”. In: PAIVA, Eduardo de França e SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2013.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vender, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá: o Ceará no tráfico interprovincial – 1850/1881*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. “Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório”. *Afro-Ásia*, nº 48, 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “Negros no sertão do Acaraú (século XVIII)”. *VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar*. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2.

THEÓPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, (1877 a 1879)*. Fortaleza, Typografia do Libertador, 1883; STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VERSIANE, Flávio Rabelo e VERGOLINO. “Posse de escravos e estrutura de riqueza no agreste e no sertão de Pernambuco”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, nº 33 (2), abril-junho, 2003.

VIEIRA JR, A. Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

XAVIER, Maico Oliveira. “*Cabôcullos são os brancos*”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo de Vila Viçosa Real - século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: redes comerciais o tráfico de escravos 1750-1808*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

Anexo

QUADRO A-1

Sesmarias e síntese de dados, Ribeira do Jaguaribe Ceará, 1681-1821

NOME DO SESMEIRO	CARGO/ PATENTE	MORADIA	Nº DO PEDI DO	ANO	JUSTIFIC ATIVA
Manoel de Abreu Soares	Capitão-mor	Rio Grande	35	1681	criar gado
Teodosio Grasciman	Tenente Coronel				
Cypriano Lopes Pimentel	Capitão				
Thomé Leitão	-				
Manoel de Abreu	-				
Manoel da Cunha	-				
Gregorio Grasciman de Abreu	-				
Florencia Dorneles	-				
Carlos Barbosa Pimentel	-				
Geraldo do Rego Borges	-				
João do Rego Borges Valadares	-				
Lourenço Alves de Matos	-				
Manoel da Costa Rego	-				
Antonio de Albuquerque	Coronel				
Paulo da Costa	Reverendo Vigário				
E mais 30 companheiros	-				
João de Barros Braga	Coronel	Siará Grande	17	1704	sobras de sesmarias
Luiz de Seixas da Fonseca	-	Siará Grande	40	1704	criar gado
João de Barros Braga	Coronel	Siará Grande	33	-	criar gado
Ignácio de Sousa	-	-	-	-	-
Sara de Sá Cavalcante e Albuquerque	-	Siará Grande	603	1705	criar gado
Damião Cabral de Melo	-	Pernambuco	53	1705	criar gado
Jozeph Cabral	-				
Antonio Esteves	-	Siará Grande	64	1705	criar gado
Joseph do Monte Carmello	Frei	Siará Grande	65	1705	criar gado
Antonio Joseph da Cunha	-				
Domingos Alves Esteves	Tenente/ Coronel	-	66	1705	criar gado
Antonio Esteves	-	Siará Grande	67	1705	criar gado
Luiz de Seixas da Fonseca	Coronel				
Antonio Fernandes da Piedade	Capitão				
Amaro Lopes Siqueira	Capitão				
Francisco Alves Bastos	Licenciado	Siará Grande	68	1705	criar gado
Antonio Pereira da Cunha	-				
Davi Gomes	-	-	69	-	criar gado
Da. Ursula da Mota	-	-	73	1705	criar gado
Ambrosio Fernandes	-				
Francisco Barbosa	Alferes				
Manoel de Versa	Alferes	Rio Grande	108	1706	criar gado
Antonio Pinto Correia	-	Siará Grande	137	1706	criar gado
Manoel Peixoto da Silva	Capitão Major				
Manoel Roiz de Sousa	Capitão				

Alexandre Neto	-	Siará Grande	161	1706	criar gado
Manoel Carneiro	-				
Luiz de Seixas da Fonseca	Coronel	Siará Grande	173	1706	aumentar posses
Baltazar Antunes de Aguiar	Capitão	Siará Grande (Aracati)	190	1707	criar gado
Frei Manoel de San Gonçalo	Padre/Frei	-	207	1707	criar gado
Manoel Carneiro da Cunha	Capitão	Pernambuco	213	1707	devolutas
D. Maria Sirqueira e demais companheiros luzos	-	-	227	1707	devolutas, povoar
Gabriel Coelho de Sá	Tenente	Rio Grande	229	1707	criar
Gregório de Brito Freire	Coronel	Siará Grande	240	1707	criar
Manoel Carneiro da Cunha	Capitão	Pernambuco	245	1707	devolutas
Cosme Ferreira e demais companheiros		Siará Grande	246	1707	criar gado
Manoel Carneiro da Cunha	Capitão	Pernambuco	247	1707	criar
João de Sousa de Vasconcellos	Sargento-mor	Siará Grande	251	1707	povoar
Antonio de Sousa Palhano	Tenente-coronel	Siará Grande	253	1707	terras não povoadas,
Tomé Leitão Navarro	Capitão	Siará Grande	256	1707	aumentar posses
Raulino Gomes da Silva	-	Siará Grande	257	1707	criar gado
Tenente Simão Rodrigues	-				
Manoel Gomes Teixeira	-				
Theodosio de Gracisman	Comissário geral	Siará Grande	258	1707	criar gado
Manoel Carneiro da Cunha	Capitão	Pernambuco	261	1707	aumentar posses
Manoel Rodrigues Arioza	Capitão	-	262	1707	aumentar posses
Manoel Rodrigues Arioza	Capitão	Siará Grande	263	1707	aumentar posses
Theodosia da Rocha	-	Rio Grande	264	-	aumentar posses
João de Sousa de Vasconcellos	Sargento-mor	Siará Grande	273	1707	criar gado
Christovão de Sousa de Vasconcellos	-				
Antonio Pereira da Silva	-	Siará Grande	270	1708	criar gado
João de Sousa de Vasconcellos	Sargento-mor		272	-	criar gado
João da Fonseca Ferreira	Capitão	Siará Grande	295	1708	criar gado,
Manoel Ferreira da Fonseca	-	Siará Grande	298	1708	criar gado
Domingos Rodrigues Junqueira	-	Siará Grande	300	1708	criar gado
Manoel Carneiro da Cunha	Capitão	Pernambuco	309	1708	criar gado
Pedro de Sousa	Capitão	Siará Grande	313	-	criar gado
Manoel de Góes e seus companheiros	-	Pernambuco	317	1708	criar gado
Antonio da Fonseca Ferreira	-	Siará Grande	318	1708	
João da Fonseca Ferreira	Capitão	Siará Grande	319	1708	criar gado
Antonio Fernandes	Padre	Siará Grande	320	-	criar gado
Aurelio Gomes	-				
Domingos Dias Parente	-	Siará Grande	327	-	criar gado
Pedro Gomes	-				
Antonia da Costa	-	Siará Grande	329	1708	criar gado
Balthasar Ferreira de Lima	-	Siará Grande	12	1711	criar gado

Paschoal Correia	Capitão	Siará Grande	179	1713	criar gado
Manoel Moreira	-				
Vitoriano Correia Vieira	-				
Raphael da Silva	-				
João Nogueira Ferreira	Tenente	Siará Grande	354	1717	criar gado
José Bollão Pimentel	-	Siará Grande	58	1717	criar gado
Antonio Vieira Pita	Alferes	Siará Grande	360	-	criar gado
Domingos Jorge de Sá	-	-	390	1718	criar gado
Pedro de Monte Pereira	Sargento-mor	Siará Grande	397	1718	criar gado
Antonio Nunes Ferreira	Capitão-mor de campo	Siará Grande	398	1718	criar gado
Antonio Nunes Ferreira	Capitão-mor de campo	Siará Grande	403	1718	criar gado
Manoel Homem da Silva	-				
Antonio Nunes Moreira	-				
Luiz Pereira de Azevedo	Capitão	Siará Grande	416	-	criar gado
Antonio Vieira Pitta	Alferes				
João Nogueira Ferreira	Capitão	Siará Grande	432	1719	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	Alferes	Siará Grande	436	1719	criar gado
Antonio Vieira Pitta	Alferes	-	446	1719	criar gado
Manoel da Cunha Freire Pedrosa	Capitão	Siará Grande	748	1818	criar gado
Manoel Peixoto da Silva e Távora	Sargento-mor	Siará Grande	95	-	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	-	Siará Grande	467	1720	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	-	Siará Grande	468	1720	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	Comissário	Siará Grande	469	1720	criar gado
Antonia de Oliveira Leite	-				
Lourenço Alves Penedo Rocha	-				
Lourenço Alves Feitosa	Comissário	Siará Grande	472	1720	criar gado
Miguel de Sousa Cardoso	Sargento-mor	Siará Grande	473	1720	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	Comissário	Siará Grande	474	1720	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	Comissário	Siará Grande	475	1720	criar gado
Gabriel Fernandes Barreto Xavier	Capitão	Siará Grande	482	1721	criar gado
Lourenço Alves Feitosa	Comissário Geral	Siará Grande	4	1721	criar gado
Clemente Ferreira de Vasconcello	-	Siará Grande	7	1721	criar gado
João Correia Paz	-				
Maria Pereira de Sousa		-	8	1722	criar gado
Antonio Gonçalves de Sousa	Tenente coronel	Siará Grande	15	1722	legalizar posse
Gabriel Fernandes Barreto Xavier	Capitão	Siará Grande	16	1722	-
Simão da Costa de Moraes	-	-	17	-	criar gado
Balthazar Ferreira Lima	-				
Joseph Lopes Teixeira	-				
Bruno da Costa Roiz	-				
Manoel da Fonseca Leitão	Capitão	-	19	1722	Devolutas
Belchior de Campos Ribeiro	-	Siará Grande	22	1722	criar gado
Manoel Ribeiro Campos	-				
Manoel de Santa Maria	Pe. Frei	Pernambuco	26	1722	criar gado
José Alves Lima		Siará Grande	29	1722	criar gado
Jorge Mendes Guimarães	Tenente	Siará Grande	34	-	criar gado
Manoel de Castro Caldas	Coronel	-	42	1722	criar gado

João de Barros Braga	Coronel	-	44	1722	criar gado
Coronal Domingos Alves Esteves	Tenente				
Gonçalo de Goes de Macedo	-	Siará Grande	4	1729	criar gado
José da Rocha de Medeiros	-				
Gonçalo Pereira de Jesus	-	Siará Grande	11	1730	criar gado
Antonio Paes de Oliveira	-	Siará Grande	32	1732	criar gado
Leonardo Bezerra Monteiro	-	Siará Grande	35	1732	-
Manoel Martins do Nascimento	Capitão	Siará Grande	39	1732	criar gado
David Homem de Abreu	-	Siará Grande	43	1732	criar gado
João Dantas Ribeiro	Comissário Geral	-	51	1732	criar gado
André Garros da Câmara	Sargento-mor	-	53	1733	criar gado
Constantino de Oliveira Ledo	Capitão				
Geronimo de Castro de Oliveira	Sargento-mor	-	59	1733	criar gado
Manoel Gonçalves de Sousa	Tenente coronel	Siará Grande	64	1733	criar gado
Antonio de Sousa Palhano	Coronel				
Mathias Fernandes Neves		Siará Grande	67	1733	criar gado
Domingos Lopes Cayres	-	-	78	-	Plantar
João Pereira da Silva	-	Siará Grande	82	1733	criar gado
Luiz Gomes Gaio	-	Siará Grande	83	1734	criar gado
José de Nobaes	-	Siará Grande	89	1734	criar gado
Esteves Barbosa Geres	Sargento-mor	Siará Grande	94	1734	criar gado
Manoel da Fonseca Pereira	Capitão	Siará Grande	101	1734	criar gado
Domingos Dias Parente	Capitão	Itamaracá	121	1735	criar gado
Ignacio de Sousa Uchoa da Piedade	Capitão	Siará Grande	150	1735	devolutas
Manoel da Cunha Guimarães	-	Siará Grande	233	1735	oficializar posse
João Martins de Melo	Padre	Siará Grande	15	-	criar gado
Ignácio Pereira de Mattos	Coronel	Siará Grande	21	1736	criar gado
Sebastião de carvalho e Andrade	Sargento-mor	Pernambuco	29	1736	criar gado
Manoel Gonçalves de Sousa	Capitão	Siará Grande	33	1736	criar gado
Mathias Fernandes Neves		Siará Grande	38	1736	Devolutas
José de Barros Bezerra	Capitão-mor	Siará Grande	117	1738	criar gado
Manoel Ribeiro do Valle	Licenciado				
Manoel Ferreira Lustosa	Sargento-mor	Siará Grande	507	1746	criar gado
João Ferreira Ribeiro	-	Siará Grande	508	-	criar gado
Manoel Gomes Barreto	Capitão	-	510	1746	devolutas
Manoel Pessoa da Solva	Capitão				
José de Araujo Rego	Capitão	Siará Grande	535	1748	devolutas
Antonio de Oliveira Silva	Tenente	Siará Grande	557	1751	criar gado
Miguel Alves Bezerra	-	Siará Grande	567	1751	devolutas
André Correia da Cruz	-	Siará Grande	568	1751	criar gado
Vitoriano da Costa Moreira	-	-	-	-	-
Alexandre da Rocha Bezerra	-				
Luiz da Costa Taleiros	-	Siará Grande	570	1752	criar gado
José Correia das Santos	-	Siará Grande	575	1752	criar gado
Antonio Gonçalves de Sousa	Coronel	Siará Grande	576	1752	criar gado
Antonio de Oliveira Teves	Capitão	Siará Grande	577	1752	criar gado

José Pereira de Vasconcellos	-	Siará Grande	580	1753	criar gado
Manoel Carneiro Leão	Capitão	Siará Grande	583	1753	criar gado
João de S. José	Frei	Cidade da Paraíba	587	-	-
Manoel Pinheiro Landim	Tenente	Siará Grande	601	1776	devolutas
Manoel Rodrigues de Mendonça	-	Siará Grande	612	1786	criar gado
Manoel Ignácio Bezerra	Capitão	Siará Grande	614	1787	criar gado
Antonio Bezerra de Sousa	-				
Theodozio Bezerra de Abreu	-	Siará Grande	615	1788	devolutas
Manoel Pinheiro Landim	-	Siará Grande	618	1789	devolutas
Manoel Pinheiro Landim	-	Siará Grande	619	1789	devolutas
José Gonçalves da Silva	-	Siará Grande	655	1789	devolutas
José Gonçalves da Silva	-	Siará Grande	656	1789	devolutas
Manoel Pereira de Sousa e Castro	Tenente Coronel	Siará Grande	667	1805	cultivar
José Gurgel do Amaral	Capitão	Siará Grande	670	1806	devolutas
João de Castro e Silva	Capitão	Siará Grande	679	1807	devolutas
José Martins de Andrade	-	Siará Grande	723	1815	criar gado
Antonio Domingos do Rosário	-	Siará Grande	731	1817	criar e plantar
José Lopes da Cruz	-	Siará Grande	732	1817	criar e plantar
Manoel de Mello Junior	-	Siará Grande	736	-	criar e plantar
Maria Joana de Mello	-	Siará Grande	735	1817	criar e plantar
Francisco Alves de Macedo	-	Siará Grande	737	1817	criar e plantar
Joaquim Victoriano de Almeida Braga	-	Siará Grande	739	1817	devolutas
Alexandre de Melo Goes	-	Siará Grande	743	1818	devolutas
Manoel da Silva Francez	Tenente	Siará Grande	747	1818	criar gado
Gonçalo Garcia de Magalhães	-	Siará Grande	751	1818	produzir
João Alves de Carvalho	-	Siará Grande	764	1820	oficializar posses
Mathias Ferreira de Holanda	-				
Francisco Alves Teixeira	-				
Manoel José de Goes	-				
José de Barros	-				
Antonio Domingos do Rosário Silva	-	Siará Grande	765	1820	criar e plantar
Manoel José de Araújo Silva	-	Siará Grande	767	1821	criar e plantar

FONTE: Arquivo Público do Estado do Ceará. (Org.) tas de Sesmarias do Ceará: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928 (em CDs-ROOM, 14 volumes) Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.